

1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



CATÓLICA
FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS

LISBOA

Teresa Manuela dos Santos Alves

**O SERVIÇO SOCIAL NOS BAIROS
CAMARÁRIOS DO PORTO NO CONTEXTO DA
OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL**

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NOS
FINAIS DO ESTADO NOVO

Tese no âmbito do Programa Interuniversitário do Doutoramento em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em associação com a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, orientada pelo Professor Doutor Francisco José do Nascimento Branco e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

fevereiro de 2024

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa

**O SERVIÇO SOCIAL NOS BAIROS CAMARÁRIOS DO PORTO NO CONTEXTO DA OBRA
DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL**

CONTRIBUTOS PARA A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NOS FINAIS DO ESTADO NOVO

TERESA MANUELA DOS SANTOS ALVES

Tese no âmbito do Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em associação com a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, orientada pelo Professor Doutor Francisco José do Nascimento Branco e apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

fevereiro de 2024



Dedicatória

Lembro-me do mar, lembro-me das paisagens sem barreiras, lembro-me do meu pai a olhar para mim cheio de esperança para que nada me limitasse a felicidade, esta tese é essa esperança em mim.

Lembro-me da dureza das ordens, mas afinal era disciplina, lembro-me de que não havia impossíveis que dependessem de nós – a minha mãe.

Lembro-me da menina loura, de olhos cor de mel, que voa mesmo tendo medo, que se lança na vida, sendo que de vez em quando vira a cabeça para o seu porto seguro – a minha filha.

Lembro-me tantas vezes, de tanta gente que passou na minha vida profissional, no lado de lá do muro das amarras da doença mental, que partilharam comigo a esperança na vida e me deram o seu lado lunar- sim, porque só o damos a quem confiamos.

Lembro-me também de quem me acompanhou neste processo – às vezes sentia que a motivação lhes aguçava a perplexidade, os seus olhares estampados na minha expressão de esforço, traduziam mundos que não se pertencendo se respeitam. Incluí os amigos e amigas que acreditaram e acreditam em mim – para eles também a minha tese.

De todos/as, eu sou um pouco e me tornei em quem sou hoje!

Agradecimentos

Deixo os meus agradecimentos sentidos ao meu orientador Professor Doutor Francisco Branco, como ele costuma dizer – “o que já andamos para aqui chegar!”. Teve a paciência para estar comigo neste longo percurso, o seu estímulo e agudeza intelectual, a sua solidez científica, deram-me o incentivo para continuar. Estava e estou sem dúvida no caminho certo com alguém que muito me ajudou. Sem a sua ajuda não teria chegado aqui!

Os meus agradecimentos também a todos os/as docentes do Programa Doutoral, destaco a Professora Cristina Albuquerque, com as suas palavras de animo, mas não despojadas de rigor científico, à Professora Fernanda Rodrigues pela sua exigência académica, como a que dizer que o Serviço Social pode, e deve, ir mais longe na sua produção científica.

Agradeço às colegas de percurso doutoral, foram algumas discussões nas aulas que me fizeram querer continuar e claro as informalidades de quem vivia um processo comum.

Agradeço à Obra Diocesana de Promoção Social, a oportunidade para através dela compreender a profissão de Serviço Social nos finais do Estado Novo. Espero ter estado à altura para desvelar a marca social na cidade neste período sócio histórico, em concreto, a proximidade às populações de alguns bairros – pessoas concretas que viveram vidas, provavelmente muito “duras” e a quem, e com quem, a obra construiu o seu caminho.

Agradeço ao Instituto Superior de Serviço Social, o acesso a algumas fontes primárias, nomeadamente, os relatórios de estágio, pelo que não posso deixar de agradecer à Professora Berta Granja, facilitadora nesse processo e no estímulo que me deu.

Agradeço ao Professor João Alves Dias, força motriz da Obra Diocesana de Promoção Social, o seu entusiasmo foi tanto quando o entrevistei, que me deu alento para mais uma vez reafirmar a decisão de que teria de dar visibilidade a essa emoção, e mais do que isso, à missão que acalentava este homem especial, representativo do trabalho e dedicação de tanta gente, principalmente das “gentes” dos bairros.

Agradeço por fim sem corresponder este “fim” à sua menor importância, às colegas assistentes sociais e coordenadoras da Obra Diocesana de Promoção Social. Permitiram-me entrar nas suas vidas recuando tanto tempo (50 anos nalguns casos) – foi tão gratificante ouvi-las, e, sobretudo permitiu-me compreender porque foram e são, ainda

hoje, passados tantos anos “assistentes sociais”. O privilégio que foi sentir-me um pouco “nós” assistentes sociais.

Resumo

O presente trabalho inscreve-se no âmbito da História do Serviço Social em Portugal, focando no período histórico dos finais do Estado Novo, propondo-se contribuir para o conhecimento e compreensão do papel da profissão de assistente social no contexto das políticas da habitação e intervenção social nos Bairros da Cidade do Porto, nas décadas de 60-70, no contexto organizacional da Obra Diocesana de Promoção Social.

Este trabalho desenvolve-se em dois eixos analíticos principais. Assim, analisam-se as condições sociais e políticas que enquadraram a profissão de assistente social no Estado Novo – com destaque para o “Marcelismo” (1968 - 1974), no contexto das especificidades locais da cidade do Porto, atendendo às posições da Igreja, às configurações sociopolíticas e condições políticas urbanas específicas – enquadradas pelo “Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto” (1956/1966), numa atenção pública à “questão” social e consequências dos impactos sociais do realojamento das populações nos Bairros oriundas em grande parte das “ilhas” e realojadas nos Bairros Camarários da Cidade do Porto. Um segundo eixo de análise remeteu para a compreensão da influência dos movimentos sociais internacionais, nacionais e a mobilização coletiva, na profissão de assistente social nas décadas de 60-70 em Portugal, nomeadamente, a aproximação ao Serviço Social Desenvolvimentista e perspetivas críticas em desvinculação e/ou rutura com modelos mais tradicionais da profissão.

A investigação adotou uma abordagem socio-histórica, perspetivando-a como um processo dinâmico e articulado, baseada em fontes secundárias e fontes primárias, e usando a análise documental como principal técnica. Complementarmente, recorreu-se à realização de entrevistas com alguns atores institucionais e profissionais do período em estudo.

A pesquisa permitiu, concluir que as condições da atenção pública para a questão social e urbana dos Bairros Camarários da cidade do Porto nas décadas de 60 e 70, dependeram das condições estruturais e contextuais sociopolíticas do Estado Novo, da sinergia criada pela Diocese do Porto, pela Câmara do Porto e pelo Instituto de Serviço Social do Porto, imbuído do espírito de renovação da formação em Serviço Social, caracterizado pela abertura às correntes da Reconceptualização, as quais abriram perspetivas para o Serviço Social Desenvolvimentista e Crítico em Portugal.

No contexto da ODPS, a profissão de assistente social, assumiu nos bairros camarários da cidade do Porto, o (s) compromisso(s) com a participação, conscientização, capacitação social, autonomização e “resistência” das populações, na melhoria das condições urbanas e sociais, contribuindo para diminuir as assimetrias sociais e económicas, assumindo uma orientação profissional comprometida com o desenvolvimento social, constituindo a profissão de assistente social nos Bairros Camarários da cidade do Porto, um momento significativo da (re) construção da sua identidade.

Palavras-Chave: Estado Novo, Igreja, Obra Diocesana de Promoção Social do Porto, Serviço Social, Movimentos Críticos e de Reconceptualização do Serviço Social, Portugal

Abstract

This present work is framed in the scope of the History of Social Work, focusing on the historical period at the end of the “Estado Novo”, aiming to contribute to the knowledge and understanding of the role of the social worker profession in the context of housing policies and social intervention in the neighbourhoods of the City of Oporto during the 1960s-1970s, within the context of the Obra Diocesana de Promoção Social.

This work unfolds along two main analytical axes. Firstly, it examines the social and political conditions that framed the profession of social work during the Estado Novo regime – particularly during the "Marcelismo" period (1968 - 1974) – within the local specificities of Oporto City, taking into account the Church’s agency, the socio-political configurations, and specific urban political conditions - framed by the "Plano de Melhoramentos da cidade do Porto" (1956/1966), addressing public attention to the social question and the consequences and impacts resulting from the resettlement of populations from the predominantly impoverished "Ilhas" to the Municipal This work is framed in the History of Social Work in Portugal, focusing on the historical period at the late “Estado Novo”. It aims to contribute to knowledge and understanding of the role of the social work profession in the context of public housing policies and social intervention in the neighbourhoods of the city of Porto in the 1960s and 1970s, in the organisational context of the Obra Diocesana de Promoção Social.

This work is developed on two main analytical axes. It analyses the social and political conditions that framed the profession of the social worker during the Estado Novo - with emphasis on "Marcelismo" (1968 - 1974), in the context of the local specificities of the city of Porto, taking into account the Church’s agency, the socio-political configurations and specific urban political conditions - framed by the "Improvement Plan for the City of Oporto" (1956/1966), in public attention to the social "question" and the consequences and impacts of the rehousing of the populations in the Neighbourhoods, largely from the "Ilhas" and rehoused in the municipal social housing of Oporto city. A second axe of analysis focused on understanding the influence of international and national social movements and collective mobilisation on the social work profession in the 1960s and 1970s in

Portugal, in particular the approach to Developmental Social Work and critical perspectives in dissociation and/or rupture with more traditional models of the profession.

The research adopted a socio-historical approach and was based on secondary and primary sources, and used documentary analysis as its main technique. In addition, interviews were conducted with some institutional and professional players from the period under study.

The research led to the conclusion that the conditions of public attention to the social and urban issues of the council districts of the city of Oporto in the 1960s and 1970s depended on the structural and socio-political contextual conditions of the “Estado Novo”, the synergy created by the Diocese of Oporto, the Oporto City Council and the Oporto Institute of Social Work, imbued with the spirit of renewal of Social Work education and training, characterised by openness to the currents of Reconceptualisation, namely the perspectives for Developmental Social Work and Critical Social Work in Portugal.

In the context of the ODPS, the profession of social worker took on the commitment(s) to participation, awareness, social empowerment, autonomy and "resistance" of the population in the improvement of urban and social conditions, helping to reduce social and economic asymmetries, assuming a professional orientation committed to social development, constituting the profession of social worker in the council districts of the city of Oporto, a significant moment in the (re) construction of its identity.

Keywords: Estado Novo, Church, Obra Diocesana de Promoção Social do Porto, Social Work, Critical Movements and of the Reconceptualisation of Social Work, Portugal

Lista de Siglas

ADN (Ácido desoxirribonucleico)

APF (Associação Planeamento Família)

EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre)

EUA (Estados Unidos América)

CCE (Comissão das Comunidades Europeias)

GRAAL (Associação de Carácter Social e Cultural) – assume-se como Movimento Internacional de Mulheres

MDM (Movimento Democrático Mulheres)

MRLA (Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano)

NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte)

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)

ODPS (Obra Diocesana de Promoção Social)

ONU (Organização Nações Unidas)

SNPSS (Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social)

IAF (Instituto Apoio à Família)

INE (Instituto Nacional Estatística)

ISSL (Instituto Serviço Social Lisboa)

ISSP (Instituto Serviço Social Porto)

Lista de Tabelas e Figuras

Tabela 1: Modelo de Análise	5
Tabela 2: Estrutura Teórico-metodológica.....	10
Tabela 3: Cronologia Bairros Camarários do Porto & Intervenção da ODPS	86
Tabela 4: Tábua Cronológica da Obra Diocesana de Promoção Social e Instituto de Serviço Social do Porto.....	92
Figura 1: Cronologia sócio histórica – Estado Novo e Igreja Católica em Portugal.....	35
Figura 2: Ano de Construção dos bairros e Nº de Fogos.....	77
Figura 3: Chefe Estado Almirante Américo Tomás – Inauguração Bairro do Regado.....	78
Figura 4: Inauguração do Bairro do Regado - População.....	78
Figura 5: Inauguração Bairro do Regado – Presença do Presidente da Câmara e Bispo Auxiliar do Porto.....	79
Figura 6: Inauguração Bairro Regado – Presidente Câmara Porto, Autarcas e outras figuras eminentes da sociedade do Porto	79
Figura 7: Bairro do Regado – Participação da População	80

Índice

Dedicatória	I
Agradecimentos	II
Resumo.....	IV
Abstract	VI
Lista de Siglas	VIII
Lista de Tabelas e Figuras.....	IX
Introdução: Contornos metodológicos e opções epistémicas para o estudo da Profissão de Assistente Social – no âmbito da intervenção nos Bairros da Cidade do Porto no Estado Novo (décadas de 60-70).....	1
Capítulo 1: Movimentos Sociais e Serviço Social - contributos para a compreensão da Profissão de Assistente Social em Portugal nas décadas de 60-70	11
1.1- Movimentos Sociais e Profissão de Assistente Social nas décadas de 60-70.....	12
1.2- Serviço Social Desenvolvimentista e Comunitário - uma das faces do Movimento de Reconceptualização em Portugal nas décadas de 60-70	22
1.3- Influência das Abordagens Críticas Latino-Americanas e Europeias no Serviço Social em Portugal – finais do Estado Novo	28
Capítulo 2: O Estado Novo e a Igreja: uma história cruzada de poder(es)	35
2.1- As condições Socio-Históricas e a Institucionalização do Estado Novo.....	36
2.2 - O Estado Novo com Salazar no Poder – (1933/1968) - “Mais” Estado Novo ou “Mais” Igreja Católica.....	40
2.3 - O Estado Novo e a Igreja com Marcelo Caetano no Poder (1968-1974) - Mudam-se os Tempos Agudizam-se a(s) Resistências(s).....	56
Capítulo 3 – A questão Urbana e Habitacional no Estado Novo: o Caso do Porto	65
3.1- A “questão habitacional” na cidade do Porto.....	71
3.2- O Programa das Casas Económicas no Porto de 1935 a 1950.....	72
3.3- O Plano de Melhoramentos no Porto (1956).....	74
Capítulo 4 – A Obra Diocesana de Promoção Social e o Instituto de Serviço Social: Emergência e desenvolvimento no contexto da questão urbana e social na cidade do Porto (1956-1974)	83
4.1- A Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto	94
4.2 - O Instituto de Serviço Social do Porto	104
Capítulo 5 – A profissão de assistente social nos Bairros do Porto nas Décadas 60 -70 no contexto da Obra Diocesana de Promoção Social.....	115
5.1- A génese do Serviço Social na ODPS e Bairros Sociais do Porto	115

5.2- Enquadramento da Profissão de Assistente Social na ODPS – Estrutura, Organização e Intervenção nas Comissões de Bairro	118
5.3- Serviço Social e a Situação Social e Habitacional das Populações nos Bairros	127
5.4- A Intervenção do Serviço Social na área da Formação Profissional de Adultos	134
5.5- A intervenção do Serviço Social nos Centros Sociais com Grupos de Jovens	143
5.6- A Intervenção do Serviço Social no âmbito da Intervenção Educativa.....	150
Conclusão	155
Bibliografia	170
Legislação	177
Anexos	178
Anexo I: Guião Entrevista aplicada a Assistentes Sociais e Fundadores da ODPS	179
Anexo II: Consentimento Informado para a realização das Entrevistas	181
Anexo III: Estatutos Obra Diocesana de Promoção Social (1967)	183
Anexo IV: Plano de Melhoramentos na cidade do Porto (Decreto-Lei nº 40 616)	185
Anexo V: Regulamento das Habitações Administrativas pelo Plano de Melhoramentos	190
Anexo VI: Lista de Ações dos Vigilantes no Bairro	196
Anexo VII: Regulamento de Admissão na Creche e Jardim de Infância	199

Introdução: Contornos metodológicos e opções epistémicas para o estudo da Profissão de Assistente Social – no âmbito da intervenção nos Bairros da Cidade do Porto no Estado Novo (décadas de 60-70)

Esta tese inscreve-se no âmbito do projeto de investigação do doutoramento em Serviço Social e visou contribuir para a compreensão dos processos sociais e históricos da profissão de assistente social, no contexto das políticas públicas da habitação no período social e histórico dos finais do Estado Novo (décadas de 60-70).

A investigação elege como objeto de estudo o Serviço Social nos bairros sociais municipais da cidade do Porto, no contexto da Obra Diocesana de Promoção Social, em concreto, os processos sociais, históricos e políticos que configuram a profissão de assistente social na relação com o Estado e a Igreja.

O objetivo geral e desafio empírico principal desta investigação foi identificar e compreender os papéis profissionais, bem como o potencial desses papéis (Payne, 2006), na reconfiguração ética e política da profissão de assistente social, no contexto sócio histórico das políticas públicas habitacionais e sociais dos finais do Estado-Novo, nos bairros da cidade do Porto.

O processo investigativo, teve como questão orientadora a seguinte formulação:

Qual o papel da profissão de assistente social na promoção dos processos comunitários de participação social, cívica e política dos agentes sociais locais e populações, no contexto da política habitacional e social nos finais do Estado Novo, nos Bairros camarários da cidade do Porto?

A qual se desdobrou nas seguintes questões de pesquisa:

1. Quais as condições sociais e políticas que enquadraram a profissão de assistente social nos finais do Estado Novo, com destaque para os contextos económicos e sociopolíticos da cidade do Porto?
2. Qual o impacto dos movimentos nacionais e internacionais e das teorias desenvolvimentistas e críticas na profissão de assistente social em Portugal, concretamente qual a sua influência nos processos comunitários de participação

social, cívica e política dos agentes sociais locais e populações nos bairros da cidade do Porto?

Pretendeu-se assim, contribuir para aprofundar o conhecimento da intervenção da profissão de assistente social no território enquanto espaço de sociabilidades e práticas assistentes sociais e comunidade, potenciadores dos processos de organização, mobilização e participação comprometidos com a autonomização e participação cívica. Partiu-se da hipótese teórica de que no contexto dos constrangimentos sociopolíticos nacionais, de restrição das liberdades políticas e carácter repressivo do Estado Novo, mas ao mesmo tempo, num contexto de agência e resistência locais quer da Igreja (Diocese do Porto), quer de outros atores sociais, a profissão de assistente social sob a influencia das tendências internacionais em prol do desenvolvimento e intervenção comunitária, assumiu uma orientação profissional comprometida com o desenvolvimento social, desvelando e impulsionando movimentos de organização, autonomização e resistência das populações face às políticas públicas urbana e social naqueles territórios, e nesse sentido, terá constituído este um momento significativo de (re) construção da identidade.

Assume-se na tese, a conciliação paradigmática de perspetivas estruturalistas – o impacto das políticas do Estado, no contexto sócio histórico do Estado Novo, versus ação dos atores/as - intervenção das assistentes sociais nos Bairros do Porto, no contexto institucional da Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto e os moradores/as/as.

Assume-se o modelo “holístico compreensivo” proposto por Champy (2011), resgatando a articulação entre a dimensão da contingência e legitimação atribuída à profissão de assistente social, com a dimensão da intencionalidade da profissão, reclamada pelas assistentes sociais, no contexto da intervenção.

Os contributos para a história do Serviço Social, resgatem possibilidades de compreender a profissão, assumindo perspetivas de que a participação social e política do corpo profissional de Serviço Social, não se terá reduzido ao crescimento da própria profissão, mas terá potenciado um projeto societário mais amplo, ao reclamar o (s) espaço (s) social (ais) e habitacional (ais) como campos de participação na esfera pública dos cidadãos/as, bem como para a sociedade em geral.

Nesse sentido, admite-se que a desocultação da profissão de assistente social reconstruídas num contexto sócio histórico e espacial específico, teria condições para a compreensão da profissão de assistente social, hoje.

A visão socio-histórica adotada - apesar de não negar a sua importância - tendeu a “fugir” da visão central das figuras de poder político do Estado Novo, nomeadamente de Salazar, ou mesmo, de Marcelo Caetano – enquanto chefes de Governo, bem como da figura central da Igreja - Bispo do Porto. A história biográfica – ainda que no caso destas figuras significativamente diferentes – tende a retratar os dominantes do regime, desvalorizando porventura “as configurações sociais que constroem e possibilitam as suas acções e estratégias” (Domingos & Pereira, 2010, p.7) – reproduzindo uma “visão imposta de cima para baixo, onde o poder onipotente e onisciente do líder e o dos aparelhos institucionais e jurídicos do regime se projetam sobre uma população apática e amorfa” (Domingos & Pereira, 2010, p.13).

Sem retirar da equação as condições estruturais – contexto sociopolítico do Estado Novo, e a relação do Estado Novo com Igreja em Portugal, em concreto o contexto da Diocese do Porto, bem como a Política Habitacional – construção dos Bairros no âmbito do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto, propõe-se analisar as práticas de poder não polarizadas. As formas de resistência, serão perspectivadas como formas de poder, traduzidas em “modos de expressão, mobilidades, novos hábitos e consumos, elementos que redesenham os conflitos manifestos e latentes, transformando os equilíbrios em dinâmicas. Tal abordagem permite o regresso dos fracos, atribuindo-lhes poder, não apenas o poder político, mas o poder de criar, de negociar (Domingos & Pereira, 2010, p.20).

A investigação adotou o paradigma qualitativo, visando essencialmente apreender e explicitar o sentido da atividade social e individual enquanto realização de uma intenção, no sentido de um posicionamento no paradigma interpretativo (Schwandt, 1994), procurando produzir uma “descrição social científica”, apoiada numa “estratégia investigativa abductiva”(Blaikie, 2000, p.3).

O processo discursivo foi o fenomenológico, pelo que se pretendeu, captar o universo dos significados, representações, atitudes, crenças, valores, atitudes, aprofundando um lado não perceptível das relações sociais, permitindo a compreensão da realidade

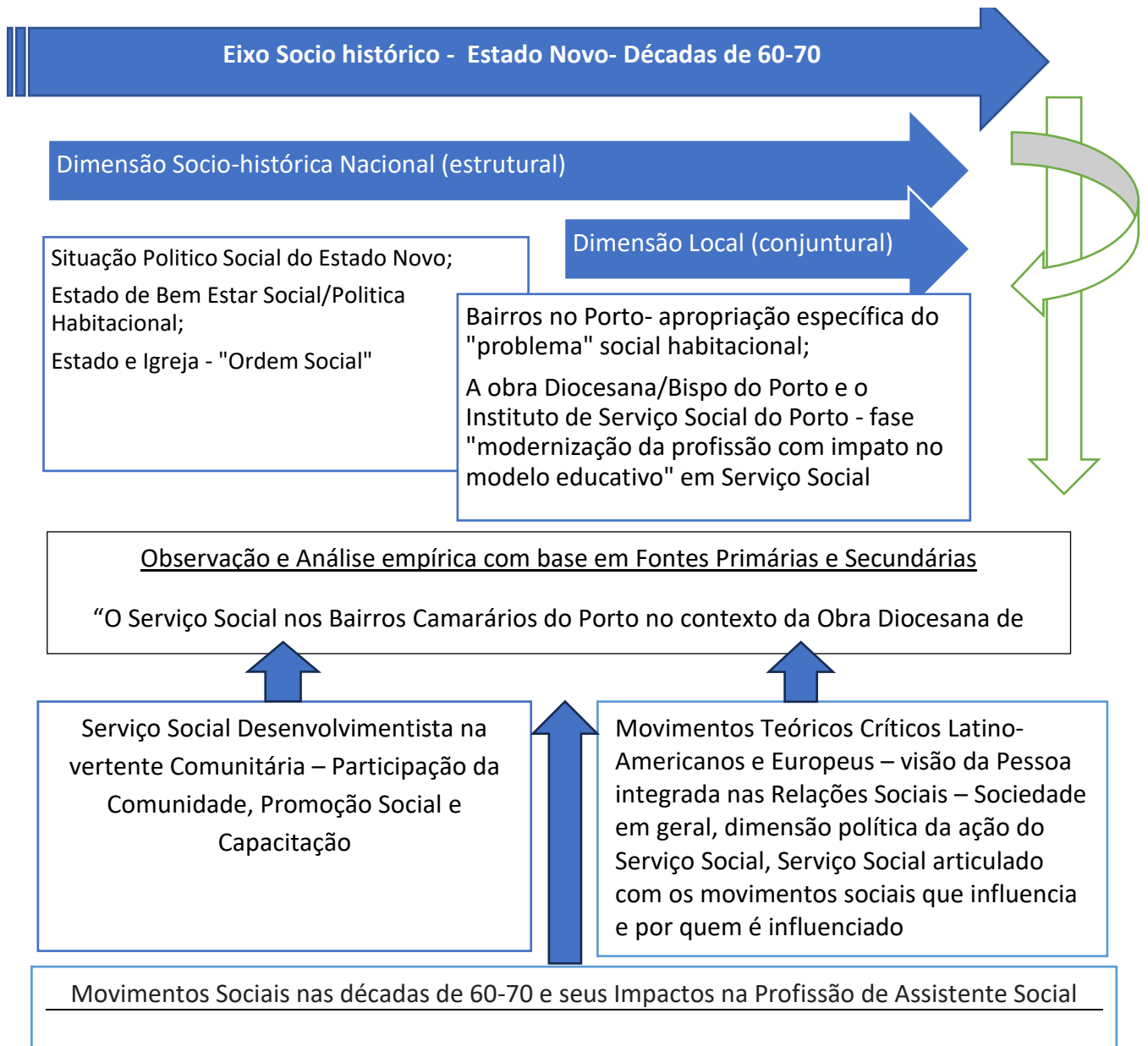
humana vivida socialmente. Perspetivou-se os processos sociais de “forma holística, porque atentas à sua identidade e estabilidade e anti determinista, pela atenção à latitude deixada às escolhas individuais, às interações sociais e à elaboração no seio destas interações, de concepções particulares da atividade” (Champy, 2011, p.16).

O processo investigativo, assumiu um modelo de análise (tabela 1), que articulou as dimensões estruturais e conjunturais. O desenho empírico do projeto, partiu do enquadramento teórico que centrou a investigação na compreensão da profissão de assistente social relativa aos processos de comprometimento com a capacitação social e cívica, através das visões do Serviço Social Desenvolvimentista e Serviço Social Crítico, no entanto, foi o campo empírico em diálogo com a teoria que “alimentou” a investigação. A teoria foi encarada na investigação “como um mapa marítimo, e não como uma linha férrea”, é, portanto, progressiva, sendo mais um “ponto de partida do que ponto de chegada” (Deslauriers & Kerisit, 2008).

Seguindo as linhas teórico-metodológicas apresentadas pretendeu-se colocar o material empírico em diálogo permanente com as abordagens teóricas, construindo análises fundamentadas e articuladas com a empírea, (re) descobrindo e seguindo novas pistas de reflexão, que permitam ir (re) negociando as entradas no terreno empírico, numa abordagem indutiva exploratória (Blaikie, 2000).

Apresentando o campo teórico, considerou-se como heurístico a compreensão dos Movimentos Sociais nas décadas de 60 e 70 e seus impactos na Profissão de Assistente Social - Serviço Social Desenvolvimentista enquadrado pela influência dos Movimentos Críticos de Reconceptualização Latino-americanos. No entanto, ao longo do percurso investigativo outras categorias poderiam ter surgido, não nos “inibindo” do seu cruzamento, o qual foi caracteristicamente aberto, sensível, e, portanto, recetivo a novas entradas do problema, advindas do “confronto” com o campo empírico.

Tabela 1: Modelo de Análise



Fonte: elaboração própria

A pesquisa foi desenvolvida empiricamente através da abordagem metodológica socio-histórica, nacional e regional, perspetivando-a como um processo dinâmico e articulado baseada em fontes secundárias e fontes primárias, usando a análise documental como metodologia de análise.

Sobre as fontes primárias, estas apresentam algumas fragilidades quanto à sua diversificação, dificuldades que decorrem do acesso às fontes. Nomeadamente, o tempo

sócio-histórico investigado (anos 60-70), colocou dificuldade na realização de entrevistas a assistentes sociais e outros interlocutores/as, bem como no que se refere ao acesso a fontes documentais primárias, dada a debilidade das fontes nos acervos existentes disponíveis, nomeadamente da Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS).

Realizaram-se cinco entrevistas semiestruturadas (anexo I- guião entrevistas), e foi solicitada a autorização para a sua realização (anexo II - consentimento informado), nomeadamente, quatro a assistentes sociais com funções de coordenação, que exerceram a profissão na Obra Diocesana de Promoção Social, no período de 1968-1974, dando visibilidade às narrativas - “vozes” das assistentes sociais. Foi ainda entrevistado, um dos fundadores da Obra Diocesana de Promoção Social – figura central na génese da ODPS em 1963, enquadrado no Secretariado Diocesano de Ação Social e posteriormente na Obra Diocesana de Promoção Social como representante da Diocese do Porto.

A amostra construída, caracterizou-se como sendo de conveniência, com uma “definição gradual da estrutura” (Flick, 2005, p.66) em função de critérios que articularam o acesso às fontes e a procura de profissionalidades com “história” - percursos profissionais cimentados ao longo de um espaço temporal e experiencial significativo, com potencialidades para “abraçarem” os procedimentos e, análise reflexiva do processo de pesquisa.

A familiaridade da investigadora com o campo a estudar, enquanto assistente social permitiu a vivência de oportunidades e constrangimentos que reconfiguram a sua própria profissionalidade, reunindo as condições para que as entrevistas narrativas socioprofissionais se marcassem por processos de interação mútua em afloramentos de materiais significativos e significantes para as envolvidas. Como nos refere Martinelli (2003, p. 21) “o sujeito não pode ser oculto, nem o pesquisador, nem o pesquisado, ambos são saturados de história, são plenos de possibilidades”, desocultar estas “possibilidades” através da análise de conteúdo das entrevistas socioprofissionais, permitiu encarar-se a própria entrevista como um acontecimento discursivo, na qual estão envolvidos as/os sujeitas (os) de pesquisa (assistentes sociais) e a pesquisadora (assistente social).

O próprio texto produto desta relação, é uma narrativa de identidades, uma “delicada relação entre o *self* do autor e os *selfes* que implicam as vozes presentes no próprio texto e, ainda, as vozes do (s) sujeito (s) de pesquisa” (Norman; Denzin et al., 2000). Advoga-se uma “ética do igualitarismo que contrasta com uma ética “científica” de diferenciação entre a entrevistadora e o sujeito entrevistado”) (Reinharz & Davidman, 1992, p.27) de forma a permitir um “verdadeiro diálogo no qual os participantes se transformem em co-investigadoras” (Reinharz & Davidman, 1992, p.30).

Sobre as fontes documentais primárias, destacam-se os documentos históricos, estatísticas e regulamentos internos da ODPS, cuja principal fonte foi o Arquivo da Obra Diocesana de Promoção Social. Consistindo em relatórios de atividades elaborados pelas “equipas locais”, formadas por assistentes sociais e “técnicos consultores”, foram considerados como “um completo e exacto conhecimento das comunidades sobre as quais incide o seu trabalho social - os bairros camarários da cidade do Porto, num total de 4 407 fogos” (fonte: relatório de Atividades 1971-1973 da ODPS).

O Relatório da ODPS no âmbito da Profissionalização, deu nota desta problemática relativamente à população dos Bairros, tendo sido realizado por uma equipa de assistentes sociais e coordenação de Serviço Social, no período de outubro de 1968 a março 1969. Foi ainda usado como fonte primária, o Relatório de Caracterização da População Escolar dos Bairros, no qual consta o “levantamento escolar nas escolas localizadas em áreas dos bairros camarários da Obra Diocesana de Promoção Social [...] o estudo atingiu sete dos nove bairros da ODPS” (fonte: Relatório Caracterização Escolar, 1971), realizado nesse mesmo ano, por uma equipa de assistentes sociais e coordenação da ODPS.

Sobre os regulamentos internos, destacam-se os Estatutos da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto (aprovado por despacho ministerial a 17 abril de 1967 e publicado no Diário do Governo nº 106, III Série de 4 maio de 1967) - anexo III e ainda, o anexo VII - Regulamento Interno sobre o funcionamento da Creche e Jardim de Infância.

Ainda, no campo das fontes primárias documentais, o acervo do Instituto de Serviço Social do Porto (ISSP), permitiu o acesso a monografias de estágio respetivamente, as que se referem a estágios de alunas de 4º ano do Curso de Serviço Social, do Instituto

de Serviço Social do Porto, cujos estágios académicos decorreram de 1966 - 1973, no contexto institucional da Obra Diocesana de Promoção Social, nomeadamente, no Bairro de Aldoar, Fonte da Moura, S. João de Deus e Pasteleira e na Obra Social do Bonfim (dependente da Associação de Cultura e Serviço Social do Porto).

Apesar de constituírem experiências pré-profissionais no âmbito do ensino da profissão, consideram-se estas fontes como contributo para a compreensão da profissão de assistente social nos Bairros Camarários da Cidade do Porto, fundamentada esta opção pela análise das fontes, as quais revelaram terem constituído experiências de aprendizagem da profissão, supervisionadas por assistentes sociais discentes do Instituto de Serviço Social, mas com margens de autonomia próximas e integradas como “pares” na intervenção desenvolvida pelas equipas locais de assistentes sociais podendo assim considerar-se uma *proxy* da própria prática profissional das assistentes sociais da ODPS.

As fontes secundárias, permitiram entradas teóricas, nos campos da compreensão da relação entre o Estado e Igreja, o conhecimento da história e intervenção da Obra Diocesana de Promoção Social nos Bairros do Porto bem como a relação entre a ODPS e o Instituto de Serviço Social do Porto. Obteve-se ainda conhecimento sobre as políticas urbanas e sociais nas décadas de 60-70, com destaque para o Plano de Melhoramentos da cidade do Porto (anexo VI) e conseqüente criação dos Bairros da cidade.

Destacam-se entre outras: a Obra de João Alves Dias (2013) com o título “Nos Alvores da Obra Diocesana” e a obra de Bernardino Chamusca (2007) intitulada “Obra Diocesana 40 anos de Promoção Social”, bem como o artigo “Obra Diocesana de Promoção Social – 25 anos de intervenção”, dos autores José Alberto Reis, Helena Pardo, Teresa Carvalho e Dulce Guimarães, inserido na compilação das Comunicações apresentadas na I Mostra de Serviço Social (1988).

Foram ainda significativos os artigos de Maria Augusta Negreiros (1985a), intitulados – *Trabalho Social de Comunidades nos Bairros Camarários do Porto*, e *Anos 60 – Intervenção em Comunidades Urbanas*, publicados na revista *Intervenção Social* que “mapearam” a primeira abordagem da intervenção da profissão de Serviço Social nos Bairros Camarários da cidade do Porto.

O artigo de Francisco Branco, Goulão & Fonseca (1992), com o título “A Construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na Década de 60 (vol.3) - Serviço Social nos anos 60: Práticas Significativas”, forneceu contributos para a compreensão de práticas desenvolvimentistas comunitárias em vários locais do país, com especial relevo para a experiência nos Bairros Camarários da cidade do Porto.

Ainda no âmbito das fontes secundárias, foi relevante compreender os Movimentos Sociais, bem como a sua relação com o Serviço Social, para o qual se destacam os seguintes autores e obras: Francisco Branco (2009, 2016, 2017), Martins (2017), Thompson (2002) com o artigo *Social Movements, Social Justice and Social Work*, Alonso (2009) e o artigo *As teorias dos movimentos sociais*, Reisch & Andrews (2002) com o artigo *The Road Not Taken: A History of Radical Social Work in The United States* e por fim o artigo de Soydan (2012) denominado *Understanding social Work in the History of Ideas*.

As fontes primárias e secundárias, foram analisadas numa perspetiva e paradigma qualitativo (Flick, 2005), usando-se o programa de análise de dados MAXQDA, através da criação de categorias que articularam a problematização teórica com os dados empíricos recolhidos, desenvolvendo modelos interpretativos da realidade estudada.

O plano da investigação foi flexível, recetivo à reformulação das questões orientadoras, construindo-se no percurso da interação entre o material empírico, e a linguagem teórica. A análise dos dados, foi concomitante e guiou a recolha e as preocupações da investigação, revelando “mais preocupação com o processo e significado, do que com as causas e efeitos” (Bogdan & Biklen, 1994, p.209).

Apresenta-se sistematizadamente, a estrutura da investigação no campo Teórico-metodológico (ver tabela 2).

Tabela 2: Estrutura Teórico-metodológica

Objeto de Estudo- A profissão de Assistente Social no contexto da política habitacional e social do Estado Novo (60-70), no âmbito da intervenção comunitária nos bairros da cidade do Porto.

Indagação Orientadora: Qual o papel da profissão no âmbito da intervenção social nos bairros camarários da cidade do Porto?

Hipótese Teórica: No contexto dos constrangimentos sociopolíticos nacionais, de forte restrição das liberdades políticas e carácter repressivo do Estado Novo, mas ao mesmo tempo, num contexto de agência e resistência locais quer da Igreja (Diocese do Porto), quer de outros atores sociais, a profissão de assistente social, igualmente sob a influencia das tendências internacionais em prol do desenvolvimento e intervenção comunitária, assumiu uma orientação profissional comprometida com a participação social e capacitação, desvelando e impulsionando movimentos de organização, autonomização e “resistência” das populações dos bairros camarários face às políticas públicas urbanas e sociais naqueles territórios.

DIMENSÕES SOCIOHISTÓRICAS

Estado Novo e Igreja – com foco nos finais do Estado Novo e no contexto da Diocese do Porto

Política Habitacional (Câmara do Porto) – Construção dos Bairros Camarários no âmbito do Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto

Obra Diocesana de Promoção do Porto e Instituto Superior de Serviço Social do Porto – Intervenção Social nos Bairros da Cidade do Porto enquadrada pelas orientações urbanas da Câmara do Porto

Permitem contribuir para a compreensão das condições socio históricas e o impacto da profissão de Assistente Social no Estado Novo (60-70) na cidade do Porto no âmbito da Política Habitacional e Social do Estado, enquadrado pela intervenção da ODPS na relação com o Instituto de Serviço Social do Porto

DIMENSÃO TEORICO- CONCEPTUAL

Movimentos Sociais e Serviço Social, Serviço Social Desenvolvimentista e Movimentos Críticos da Profissão de Serviço Social na fase da Modernização (60-70)

ANÁLISE EMPÍRICA

Resultados: Compreensão da profissão de assistente social nos Bairros do Porto nas Décadas 60 -70 no contexto da Obra Social de Promoção Social

Capítulo 1: Movimentos Sociais e Serviço Social - contributos para a compreensão da Profissão de Assistente Social em Portugal nas décadas de 60-70

O presente capítulo analisa a relação entre movimentos sociais e a profissão de assistente social nas décadas de 60 e 70. Num primeiro momento considera-se a emergência dos designados “novos” movimentos sociais¹ a nível internacional e o seu impacto em Portugal, no enquadramento das circunstâncias socio-históricas das décadas de 60 e inícios de 70 – país caracterizado pela situação periférica e desenvolvimento económico e social frágil, decorrente do fechamento do sistema político do Estado Novo.

Enquadrado por esta moldura socio-histórica apresentam-se na segunda parte, os principais impactos na profissão de assistente social em Portugal, nomeadamente na educação, no surgimento de novos campos profissionais, onde emergem e se experienciam práticas com potencial inovador e em rutura com orientações tradicionais. Nesse sentido, observam-se em Portugal nos finais da década de 60 e nos finais do Estado Novo (início da década de 70) práticas profissionais mais orientadas para abordagens e ação coletiva, como o Serviço Social de Comunidades e Desenvolvimento Comunitário, rompendo em certa medida com as visões tradicionais da profissão de assistente social. Por fim, mapeiam-se as influências em Portugal das perspetivas do Serviço Social Crítico a nível internacional, sobretudo de origem latino americana, e cujas primeiras expressões se fazem sentir em Portugal, na década de 70 (ainda na vigência do regime) e se intensificam com a mudança das condições sociopolíticas, após o final do Estado Novo em 1974.

¹ As ciências sociais, com destaque para a sociologia, identificam três principais famílias das Teorias dos Movimentos Sociais - Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) (McCarthy, Zald, 1977), Teoria do Processo Político (TPP) – Tilly (1978); Tarrow (1992); Flacks (2005); e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) – Melucci (1985;1992) e Mueller (1992), entre outros autores. Contrariando as anteriores perspectivas deterministas e economicistas defendidas pela Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), as Teorias do Processo Político (TPP) explicam os movimentos sociais pela mobilização política e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) pela mudança cultural.

1.1- Movimentos Sociais e Profissão de Assistente Social nas décadas de 60-70

As décadas de 60 e 70, ainda sobre os efeitos sociais, económicos e políticos da 2ª guerra mundial^{II} e a implementação do Plano Marshall, constituem um período socio-histórico de significativas mudanças socioeconómicas e políticas^{III} no mundo, que fizeram emergir preocupações de desenvolvimento económico e social. Como resposta a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1964^{IV} procurou implementar um programa de desenvolvimento económico a nível global, consagrando os anos 60 como a “Década do Desenvolvimento”, cujo objetivo principal era o combate às assimetrias entre países e as assimetrias internas aos próprios países.

Neste contexto, as experiências de desenvolvimento e em concreto de desenvolvimento comunitário vão ganhando expressão na Europa e nos Estados Unidos da América^V, ainda que diversificadas de acordo com os contextos socioeconómicos em se desenvolveram, tendo sido uma das estratégias que promoveu um particular impulso no âmbito da intervenção social.

De acordo com as condições sociais, económicas e políticas particulares dos diversos países, assistiu-se a uma onda de “insatisfações” sociais, criando condições para o surgimento de “novos” movimentos sociais. Portugal, absorve alguns destes “novos” movimentos sociais, com o consequente impacto (s) na profissão de assistente social.

^{II} O Plano Marshall visou apoiar a reconstrução social e económica da Europa, sustentando a construção do Estado Providência e a consolidação de regimes democráticos.

^{III} Em 1945 é criada a ONU (organização internacional), expressando a intenção de reunir esforços políticos, económicos e sociais para diminuir o impacto da Segunda Guerra Mundial, num "esforço conjugado e calculado para promover o bem-estar total da comunidade" (Branco, Goulão, Marinho & Fonseca, 1992, p.97).

^{IV} Segundo Ferreira, no contexto europeu, “o tema começa a ser sinalizado na década de 1940, mas o fantasma da economia planeada, ligada aos modelos comunistas, desencorajava os poderes, estabelecendo travões a uma prática pouco conhecida” (Ferreira, 2021, p.331).

^V Segundo Alfredo de Sousa (1963), o desenvolvimento comunitário, começou por ser considerado uma técnica útil para as economias asiáticas e africanas, e só posteriormente se alargou aos países latino-americanos e mais tarde à Europa na década de 50, ainda que com algum ceticismo. O desenvolvimento comunitário começou por ser aplicado em zonas rurais e só posteriormente foi reconhecido o seu benefício em zonas urbanas.

A própria profissão como movimento social, é uma arena de debates, existem diferentes posicionamentos que não são consensuais quanto ao seu propósito, de acordo com os diversos interesses intra e extraprofissionais, que influenciam o papel na formação não apenas do contexto do serviço social, mas também da sua própria natureza (Thompson, 2002).

Considerando os “novos” movimentos sociais mais impactantes, podem ser referidos a defesa dos direitos civis associados à luta contra a discriminação racial, os ideais pacifistas, as lutas contra descriminalização sexual - mais genericamente as questões relacionadas com a identidade de género e direitos das mulheres, bem como as questões ecológicas caracterizadas pela tomada de consciência da finitude dos ecossistemas e risco para o planeta. Destacam-se ainda, os movimentos estudantis, com forte expressão em França – movimento estudantil de maio 1968 – o qual se expandiu para alguns países europeus, com motivações centradas no questionamento das estruturas académicas, mas também governativas, consideradas como autoritárias e violadoras dos direitos civis e humanos.

Sendo inegável que antes deste período socio-histórico se registaram movimentos sociais, o qualificativo de “novos” justifica-se pela diferença quanto às motivações e formas de expressão, e reivindicações sociais e políticas, as quais ultrapassam em grande parte as dimensões económicas – associadas às condições de vida dos trabalhadores/as reclamadas nas décadas anteriores, sobretudo nos anos 50. Os “novos” movimentos sociais, caracterizam-se sobretudo pela (s) consciência(s) societal(ais), impondo-se pela reivindicação de um “admirável mundo novo”, composto por direitos humanos e sociais em diferentes geografias, assumindo, uma variedade de formas, lutas, meios e impactos de acordo com as condições socio-históricas em que ocorreram.

Reconhecendo a natureza diversificada dos “novos” movimentos sociais, Thompson (2002) destaca um fio condutor unificador das diversas lutas e dinâmicas sociais. Os movimentos sociais procuram atingir a “justiça social, por meio de tentativas de desafiar a opressão e os processos de discriminação que lhe deram origem” (Thompson, 2002, p.714), caracterizando-se por

ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, que não eram, de modo algum, protagonizadas por mobs, tampouco por “proletários”. Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio

também novas: não mais voltadas para as condições de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a qualidade de vida (Alonso, 2009, p.51)

Em Portugal, dada a vigência do Estado Novo, caracterizado por um contexto sociopolítico não favorecedor de expressão de ideias contrárias ao regime vigente, os “novos” movimentos sociais emergiram gradualmente em meados da década de 60, e mais expressivamente nos primeiros anos da década de 70 (antes do fim do Estado Novo em 1974), e de forma genérica centraram-se na melhoria das liberdades civis, dos direitos humanos e das condições socioeconómicas.

As mobilizações anticoloniais, atravessaram de modo transversal a sociedade portuguesa, e inclusive no interior da própria Igreja existiram movimentos de resistência à guerra colonial, influenciados pelo “movimento de aggiornamento da Igreja Católica que, na expressão portuguesa, surge associado aos designados católicos progressista e a um quadro de valores que, não deixando de ser católico, se abria decisivamente à modernidade, divisa de João XXIII e Paulo VI” (Fernandes, Marinho & Portas, 2000, p.138).

Os movimentos estudantis, sobretudo centrados com maior visibilidade nas cidades de Coimbra e no Porto - espalhando-se igualmente a outras cidades do país - mobilizaram os/as estudantes para a participação política de contestação ao regime – a luta pela liberdade de expressão e a contestação à Guerra Colonial – foram reivindicações assumidas, que ultrapassaram os próprios interesses académicos.

As condições específicas de Portugal, integraram as condições socioeconómicas de um país periférico, marcado pela fraco e desigual desenvolvimento e crescimento económico^{VI} que reflete a assimetria entre o hemisfério Norte e o Hemisfério Sul da Europa, a que não são alheios, fenómenos internos como a emigração clandestina nas décadas de 60 e 70 para a Europa, na procura de melhores condições de vida, registando-se ainda os fluxos migratórios do interior do país, nomeadamente do interior para o litoral, sobretudo para as zonas metropolitanas.

^{VI} Em Portugal desde a década de 50 existiu por parte do governo uma preocupação com uma política de desenvolvimento económico, traduzido nos Planos de Fomento, no entanto, estes “não se traduzem em medidas concretas de combate à pobreza, ainda que o objetivo de melhoria da vida das populações esteja enunciado” (Ferreira, 2021, p.331).

Poderão ainda, ser referidos em Portugal, os movimentos de mulheres “feministas”, os quais ganharam expressão, sobretudo nos anos 70, “lutando” pela igualdade salarial entre homens e mulheres, pelo direito ao divórcio, o acesso à contraceção e contra todas as formas de discriminação da sociedade para com as mulheres. Reforçando o compromisso entre o associativismo e movimentos de mulheres em Portugal, dadas as condições sociais e políticas não serem as mais favoráveis à expressão “livre” de ideias consideradas oposicionistas, os “movimentos associativos no Estado Novo optaram por modelos de intervenção centradas na proximidade direta às pessoas, foi o caso do GRAAL, do MDM, do Ninho e da APF” (Tavares, 2000, p.59).

No que concerne ao sistema de proteção social no Estado Novo, a fragilidade na cobertura dos riscos socioeconómicos^{VII} em que vivia o país nesta década, promove um processo ainda que lento de Reforma do Sistema de Previdência, que se inicia em 1962,

com as sucessivas concretizações no plano da proteção social, ao longo dos anos 1960, que radicam na Reforma iniciada em 1962, podemos falar de uma paulatina aproximação de Portugal ao modelo de Estado-Providência. Esta aproximação ocorre com a introdução de alterações ao nível das instituições, cobertura dos riscos e população abrangida e ainda no financiamento (Rodrigues & Carolo, 2020, p.156)

Ainda que a década de 60 em Portugal, seja caracterizada pelo impulso da industrialização, considerada como a “década de ouro do crescimento económico” (Barreto & Preto, 1996, p.17), este não se traduziu em desenvolvimento social, contudo Portugal integrou e fomentou relações internacionais^{VIII} com várias organizações, cujo principal objetivo era o desenvolvimento global, existindo uma preocupação com o crescimento do produto nacional, identificada desde a Segunda Guerra Mundial.

Recuando na “história”, no Estado Novo, a proteção social dá os seus primeiros passos em 1935 com a institucionalização da Previdência Social^{IX}, cobrindo os “riscos sociais clássicos (principalmente a substituição de rendimento em caso de velhice, invalidez e

^{VII} A fragilidade do sistema de Proteção Social, na cobertura dos riscos sociais, evidenciava-se em alguns dados. No que respeita à cobertura dos trabalhadores (sistema contributivo) só “50% dos trabalhadores do comércio, indústria e serviços, mas sem direito a prestações de desemprego e com contribuições pecuniárias muito baixas” (Carolo, 2006, p.58) sendo que existia quase um vazio na cobertura do sistema não contributivo (maternidade, sobrevivência, desemprego, etc.)

^{VIII} No campo internacional, Portugal aderiu à Nato em 1949 (ano da fundação), e em 1960 integra a OCDE e a EFTA (Torgal, 2009).

^{IX} A Lei 1884 de 1935 define as bases da Previdência Social Portuguesa, cuja orgânica assenta no sector público, privado e o corporativo (Cornejo, 2001)

sobrevivência), numa lógica de seguro social e de solidariedade intraprofissional de base corporativa de garantia de benefícios sociais associados ao mundo do trabalho” (Pereirinha & Carolo, 2009, p.5). A reforma do sistema de proteção social neste período, decorre da “necessidade de resposta à política económica traçado pelos Planos de Fomento de 1953/58 e de 1959/64” (Cornejo, 2001, p.46). A atenção à força de trabalho, que mantinha o sistema produtivo operativo, tem como racional a consciência de que o crescimento económico dependeria do apoio social aos trabalhadores e às famílias, com a finalidade de criar as condições para promover o desenvolvimento económico.

Em 1962, o Estado lança a Lei nº 2115, sendo que “iniciou a inversão da dispersão institucional corporativa e reforçou o papel regulador, financiador e provisor do Estado. Apesar de continuar a ser ocupacional no financiamento e cobertura (Branco, 2017, p.539).

Em 1963 é promulgada a lei de bases da política de assistência, com a criação do Estatuto de Assistência e Saúde (Lei nº 2120), o Estado “insiste na responsabilidade do assistido e da família no imperativo de formação moral e no dever do trabalho. Continua o carácter supletivo do Estado em relação à sociedade civil e natureza categorial, complementar e emergencial da assistência” (Branco, 2017, p.539).

Com o 3º Plano de Fomento de 1968 a 1973, sob a vigência política do Marcelo Caetano, regista-se alguma mudança na atenção às questões sociais como integrantes do sistema de crescimento económico numa perspectiva de desenvolvimento. O sistema de proteção apoia-se na coexistência da Previdência Social (Ministério Corporações e Previdência Social), para cobertura dos riscos sociais das pessoas do sistema contributivo e da Assistência Social (Ministério Saude e Assistência) para as restantes, no entanto, “não se verificando qualquer articulação entre os dois esquemas” (Cornejo, 2001, p. 47), apesar da criação de um órgão comum aos dois Ministérios – o Conselho Superior de Ação Social (Cornejo, 2001).

A fragilidade e desarticulação do sistema de proteção social no Estado Novo, mantem-se ainda que com alguma mudança nos últimos anos do regime, perdurando a “limitada e residual assistência social aos fora do mercado de trabalho ou sem atividade económica, em situação de pobreza ou carência (domésticas, reformados, inválidos,

idosos e indigentes) vítima da desproporção entre necessidades e recursos, não garantindo direitos sociais” (Branco, 2017, p.539).

Na perspectiva económico e social a década 60, “não pode ser entendida como um tempo monolítico” (Ferreira, 2021, p.326), tendo-se registado várias reformas e ajustamentos na política pública de assistência social, que incluíram objetivos de promoção e desenvolvimento das populações (Branco, 2016).

Emergiram neste contexto novas áreas de exercício da profissão, pelo que em 1965, criaram-se “novos serviços de Cooperação Familiar, Promoção Social Comunitária, Formação de Pessoal e Gabinete de Estudos Sociais [...] que viriam não só a abrir novas áreas de intervenção como a imprimir novas dinâmicas de atuação na assistência social tendo por base, nomeadamente, projetos de desenvolvimento comunitário e a investigação aplicada dos problemas sociais” (Branco, 2016, p.157).

Como assinala Branco (2009) o questionamento dos áreas tradicionais de intervenção da profissão, como a “Assistência, Previdência, Trabalho, Saúde” (p.4), são também, o resultado das preocupações e reivindicações de profissionais (Ferreira, 2021). Reclamando os seus limites, Branco (2016) sublinha que esta mudança na política social da assistência social, não se traduziu numa reforma “sistémica”, vindo a ser suspensa “no contexto da reorganização do Ministério da Saúde e Assistência Social, de setembro de 1971” (p.157).

Portugal, manteve-se em contraciclo com os movimentos de renovação da Europa pós 2ª guerra mundial - quer a nível social, económico e até político. Ainda, que a esperança na mudança tenha surgido na fase final do Estado Novo, com o Marcelismo (1968 -1974), rapidamente foi esvaziada pela “perturbação e isolamento, que acompanhou e se agudizou com a Guerra Colonial [...] constituindo o período de estertor e de morte do regime, com a imagem de “liberalização frustrada” e de um fim sempre adiado” (Torgal, 2009, p.345).

É neste cenário, económico, social e político que se enquadra a profissão de assistente social nas décadas de 60 e 70, em que “a pobreza e o atraso do país evidenciam a necessidade de enfrentar as consequências do desenvolvimento capitalista e a industrialização já não se centrarem no corporativismo, adoptando medidas de política

social e começando a ser reequacionado o significado do Serviço Social “ (Martins, 2009, p.9).

Compreender a inscrição da profissão de assistente social, nas condições socio históricas, evita o risco de enviesamento, dado que a “amnesia histórica aflige também o campo do serviço social”^x (Reisch & Andrews, 2002, p.3), como referem os autores citados, no prefácio da obra *The Road Not Taken*.

Neste sentido, os “novos” movimentos sociais das décadas de 60-70 enquadrados pelos contextos sociopolíticos e económicos dos diferentes países, influenciaram o “pensamento e a prática do serviço social de várias maneiras” (Thompson, 2002, p.716), sobretudo em função dos contextos em que se inscrevem (Reisch & Andrews, 2002). Portugal não foge a essa regra.

Tendo em conta esta diversidade, uma possibilidade para uma análise mais estrutural do impacto dos “novos” movimentos sociais na profissão de assistente social, é o potencial compromisso com a promoção da justiça, nomeadamente, o seu papel no “desenvolvimento de formas emancipatórias de cidadania social” (Thompson, 2002, p.711).

Ainda, que o autor não negue, as tensões, entre “o serviço social como força de regulação social e como força de desenvolvimento e emancipação social” (p.711), considera que o impacto dos “novos” movimentos sociais na profissão, legitimou gradualmente a participação dos cidadãos (as) – como um ponto de partida para um “modelo de profissionalismo baseado na parceria” (Thompson, 2002, p.717), questionando o modelo “clássico” de profissionalismo, que Thompson (2002) classifica de elitista, destacando o contributo dos “novos” movimentos sociais na sua transformação

desafiar a ortodoxia de tal visão e a expor os abusos reais ou potenciais e o mau uso do poder inerente à prática de acordo com esse paradigma. Em segundo lugar, há uma ênfase no que veio a ser conhecido como 'envolvimento do cidadão ou 'participação do cidadão - um foco muito mais forte em ouvir a voz dos clientes e cuidadores e reconhecê-los como partes interessadas (Thompson, 2002, p.717)

^x Tradução livre

Soydan (2012)^{XI}, assumindo analiticamente a discordância da visão polarizada do Serviço Social, nomeadamente, a perspetiva tradicional versus não tradicional, considera relevante apontar diferenças. Na visão não tradicional, a profissão assume o compromisso com a ideia de “espírito de progresso humano” ao invés da tónica nas disfuncionalidades das pessoas, em que a sociedade é geradora dos problemas sociais, pelo que a

compreensão moderna das causas dos problemas sociais é uma variável contínua e não dicotómica. As ciências sociais em geral, e a ciência do serviço social em particular, percebem as causas dos problemas sociais como um complexo multinível e interativo de variáveis (Soydan, 2012, p.477)

Nas décadas de 60 e 70, a profissão de assistente social em Portugal, oscila entre estas duas tendências - por um lado sofre a influência dos “novos” movimentos sociais, que incorporam visões humanistas realçando a importância do desenvolvimento humano assente nos direitos humanos e sociais, influenciando a profissão de assistente social numa perspetiva desenvolvimentista. Por outro, a profissão convive com visões tradicionais da profissão nomeadamente com o “serviço social corporativo e do trabalho, que consubstancia a orientação doutrinária e conservadora que se projecta da fase de institucionalização do serviço social em Portugal” (Branco, 2009, p.63).

A primeira tendência progressivamente ganha expressão na profissão de assistente social sobretudo nos finais da década de 60 e 70, sendo que um dos marcos potenciadores da mudança, foram a abertura do Serviço Social às ciências sociais, “tornando-se uma consciência crítica, no universo profissional da intervenção social” (Fernandes & Portas, 2000, p.39).

Caberá ao campo da formação em Serviço Social - parte das responsabilidades nas mudanças estatutárias da profissão^{XII}, processo em que nas décadas de 60 e 70, assume especial protagonismo, destacando-se, na “regulação pública da formação em serviço social, a introdução de planos curriculares de quatro anos, e o reconhecimento da formação como superior em 1961” (Branco, 2018, p.14), e ainda, neste mesmo ano, a

^{XI} Soydan (2012) no seu artigo - Compreender o Serviço Social na História das Ideias, o Serviço Social no período pós-industrialização na Europa e América, atendendo aos seus efeitos - problemas urbanos, o desemprego, entre outros problemas sociais, assume a perspetiva estruturalista – “prática para a teoria”, tendo sido o modelo e visão de referência.

^{XII} Fase da modernização da formação em Serviço Social (Branco, 2018).

permissão para a admissão de alunos sexo masculino nos cursos de Serviço Social^{XIII} (Branco, 2009). Alterações enquadradas por uma vontade de transformação nas “escolas que ansiavam a mudança em prol de um ensino laico e científico mais consentâneo com diretivas internacionais” (Ferreira, 2021, p.330), mas com maior impacto após o fim do Estado Novo, no qual, a marca da evolução, mobilização e reconhecimento social da profissão de assistente social, ganha maior visibilidade, caracterizada por um “movimento dinâmico e significativo, que associou ao mesmo tempo académicos, profissionais, estudantes e organizações profissionais (Negreiros, 1999).

Estamos assim perante influências externas e internas - complexidade e multicausalidade dos problemas sociais das décadas de 60 e 70, que tornam inevitável a progressiva sensibilidade e integração nas preocupações e ação da profissão de serviço social^{XIV}, com impacto na progressiva harmonização da formação académica da profissão de assistente social aos modelos usados nos restantes países da Europa - aproximação às ciências sociais, aos direitos humanos e direitos sociais. Não deixa contudo, de ter constituído um “percurso complexo, dada a hegemonia da igreja católica no país e o seu papel de tutela sobre as escolas de Serviço Social” (Branco & Fernandes, 1999, p.13).

Relembre-se, no entanto, que a

mudança da formação já se iniciara em 1956 (Dec. Lei n° 40 678, de 10 de Julho alterações no diploma fundador (Dec. Lei n° 30135, de 14 de Dezembro de 1939): vinculação às ciências sociais, as abordagens comunitárias seguindo o modelo do Serviço Social Comunitário (Fernandes, Marinho & Portas, 2000, p.138)

Formulação que vêm a ser resposta - seguindo o anterior diploma - através do órgão

^{XIII} Irene Pimentel (2001), na sua obra “História das Organizações Femininas no Estado Novo”, refere que com base em dados do INE, as taxas de feminização do ensino técnico e universitário são de 100 %, desde o ano letivo de 1940/1941 a 1962/1963, no entanto as taxas de feminização no ensino técnico e universitário do serviço social no ano académico de 1962/1963, era de 100% (Pimentel, 2001, in Fonte: Estatística da Educação, INE, p.84), mantendo-se inalterável em relação às décadas anteriores, ou seja, apesar de oficialmente ser permitida a admissão de homens no curso de assistente social só se concretiza, de forma efetiva, posteriormente.

^{XIV} Na década de 50, a orientação veiculada pelo Conselho Economico e Social das Nações Unidas, chamava a atenção para a importância da neutralidade do serviço social, sugerindo a aproximação às ciências sociais ainda que numa visão positivista e funcionalista, contemplando questões sócio-económicas, psicológicas e médico-sociais e as sistematizações metodológicas do Serviço Social norte americano (“case work”, “group work” e “organização comunitária”) (Martins, 2009, p.12).

regulador das políticas públicas do Estado Novo - Câmara Corporativa, ideologicamente sustentada pela ideia de que a apologia da neutralidade, dos direitos humanos e sociais veiculados por parte da profissão em muitos países e lentamente absorvidos em Portugal - poderia ser senão um risco – pelo menos contrária ao sistema doutrinal do regime. Nesse sentido, o regime do Estado Novo preconiza que o "ensino ministrado nas escolas de serviço social seja sempre orientado no sentido humano, corporativo e cristão" (Martins, 2009, p.12), tentando contrariar a sua inevitável laicização e sobretudo as mudanças que acabariam por advir, com impacto na profissionalização da profissão de assistente social.

Ainda no campo da formação/investigação em 1963, é dinamizado o “Grupo de Estudos de Serviço Social composto por docentes e por profissionais representativas convidadas para o efeito” (Ferreira, 2021, p.336). O grupo tinha como objetivos “o estudo e a investigação na linha de quanto interesse ao Serviço Social (particularmente os seus princípios, técnicas e aplicações) atento sobretudo às exigências do ensino a ministrar” (Pereira, 1965, p.199).

Neste período, desenvolve-se ainda, o debate científico-técnico (Seminários, Conferências, Monografias), abordando temáticas relacionadas com o desenvolvimento comunitário, contribuindo para a consolidação da profissão na abertura a perspectivas desenvolvimentistas, e por sua vez estimulando a implementação dos “Programas de Desenvolvimento Comunitário nas zonas retardadas, como forma de sensibilização e mobilização das estruturas locais” (Branco; Goulão; Marinho & Fonseca, 1992, p.108).

Destacando alguns dos seminários e conferências realizados na década de 60 em Portugal, podem ser citados: a “Conferência sobre Serviço Social de Comunidade integrada nas Comemorações do 25º Aniversário do ISSS em 1960 (Branco, Goulão, Marinho & Fonseca, 1992, p.99), o “Seminário sobre a Organização e Desenvolvimento Comunitário, organizado pela U.C.I.S.S (*Union Catholique Internationale de Service Social*)” (Ferreira, p.336), o Seminário de Estudos sobre o Desenvolvimento Comunitário, promovido pelo Instituto de Assistência à Família (IAF) em 1965 (Ferreira, 2021), e ainda a conferência, sobre o Serviço Social de Comunidades proferida por Isabel Maria Athayde em 1960 (Branco, Goulão, Marinho & Fonseca, 1992). Teve ainda lugar um “Seminário sobre Desenvolvimento Comunitário, realizado na Foz do Arelho e Caldas

da Rainha, em novembro de 1966, preparatório da criação duma equipa de desenvolvimento comunitário, para o Distrito de Leiria” (Branco; Goulão; Marinho & Fonseca, 1992, p.108)

1.2- Serviço Social Desenvolvimentista e Comunitário - uma das faces do Movimento de Reconceptualização em Portugal nas décadas de 60-70

Nas décadas de 60 e 70, face à debilidade económica e social do país, reuniram-se condições para experiências de desenvolvimento comunitário, em linha, com as orientações emanadas pela ONU, as quais, no caso específico português, ressaltavam a necessidade do desenvolvimento económico e social do país numa atenção particular à correção das “assimetrias regionais” (Silva, 1964, p.502).

Os projetos de desenvolvimento comunitário vão surgindo, principalmente ao longo da década de 60 e inícios de 70, implementando-se no norte, centro e sul do país, em zonas rurais e urbanas, com foco nas áreas da saúde, educação e emprego. Como impulsionadores e responsáveis destacaram-se alguns organismos do Estado, como os Ministérios da Educação, da Saúde e Assistência, designadamente o Serviço de Promoção do Instituto de Assistência à Família (I.A.F.), o Serviço de Promoção Comunitária^{XV} e ainda, os “os serviços locais que têm, pela própria circunscrição dos projetos, a presença de organismos locais ou regionais, conforme as características de cada projeto ou outros organismos de menor importância na hierarquia do estado, como Casas do Povo e dos Pescadores” (Ferreira, 2021, p.333).

Constituíram-se ainda como promotores organismos não governamentais, a título de exemplo – Misericórdia de Lisboa e a Obra Diocesana de Promoção Social no Porto, esta última, numa responsabilidade partilhada com a Câmara do Porto, com o apoio do Instituto de Serviço Social do Porto – experiência que constitui objeto de investigação da presente tese. As responsabilidades dos Institutos de Serviço Social – Porto, Coimbra e Lisboa (os que existiam à data), situam-se no campo “técnico-operativo [...] os quais

^{XV} O Serviço de Promoção Comunitária, tinha como objetivo geral, promover, dinamizar, organizar e ativar a cooperação das comunidades (Branco, F., Goulão, M. Marinho, Fonseca, 1992)

se inserem profissionais como parte da função técnica, como ainda estagiárias(os) no seu processo de formação” (Ferreira, 2021, p.334).

No âmbito de intervenção em zonas rurais, destacam-se os projetos da Obra de Bem-Estar Rural em Baião, o projeto integrado no Plano de Ajuda Rural do Distrito de Coimbra dinamizado pelo Governo Civil e ainda, projetos desenvolvidos em Leiria, Viana Castelo, Ponte de Lima, Mirandela e na Madeira. O facto de serem projetos dinamizados por organismos públicos - Serviço de Promoção Social Comunitária e Serviço de Cooperação Familiar do Instituto de Assistência à Família com responsabilidades de âmbito nacional - “foram os que abrangeram um maior número de zonas do país” (Negreiros, 1985b, p.31).

Os projetos de desenvolvimento comunitário nas zonas urbanas - cidades, incidem a sua ação prioritariamente em bairros (Branco, Goulão, Marinho & Fonseca, 1992), como foram os casos de Lisboa, Braga, Funchal e Porto, fundamentados pelo reconhecimento da “existência de zonas degradadas e de crescentes problemas sociais (desenraizamento) e reconhecimento da insuficiência da prática assistencial na solução dos problemas colectivos e desenvolvimento local” (Branco; Goulão; Marinho & Fonseca, 1992, p.110).

Apesar da diversidade de experiências e contextos, no que se refere entre outros aspetos às equipas e sobretudo as especificidades sociais e económicas dos territórios, algumas características são comuns, nomeadamente, no que se refere aos objetivos de promoção social, desenvolvimento social e bem-estar social e às metodologias de ação, nas quais, “embora encontrando-se alguma diversidade de formas e estruturas de trabalho, em todos eles surgem referidas como dominantes fundamentais da ação o seu carácter colectivo e a participação dos grupos sociais e das populações” (Negreiros, 1985b, p.31).

A participação da população, nos processos de discussão, orientação das decisões e execução é ponto focal nos processos de intervenção comunitária, assumindo o nível local – comunidade, a centralidade que lhe é reconhecida como fundamental para um processo de desenvolvimento participativo, assumido pela profissão de assistente social, enquanto implicada nos diferentes níveis de competência - conceção,

planeamento e acompanhamento da execução dos projetos comunitários que se foram implementando no país.

Neste período socio histórico, conjugaram-se um conjunto de condições com impacto na profissão de assistente social, umas relativas ao contexto nacional, outras relativas às influências externas na profissão, que a marcaram definitivamente.

Considera-se em primeira linha a exploração das condições externas, ressaltando a influência dos Movimentos de Reconceptualização, sobretudo do contexto da América Latina, dada a sua maior influência em Portugal, não negando a existência de outros movimentos, sobretudo nos Estados Unidos da América (EUA) e Europa, com expressão diversificada de acordo com os contextos histórico, sociais e políticos, destes países.

As condições sociopolíticas aliadas às condições internas da profissão de assistente social nas décadas de 60 e 70, abrem campo para a sensibilidade e abertura de Portugal às influências do(s) movimento (s) de reconceptualização, sobretudo as ressonâncias vindas do Serviço Social Latino-Americano, com destaque para a aproximação do Serviço Social Português ao Serviço Social Brasileiro, determinando “a adopção de uma atitude renovada no âmbito do Serviço Social” (Reis & Maurício, 2005, p.255).

Os Movimentos de Reconceptualização, ocorreram na Europa com destaque para a França, nos EUA - ainda que segundo Branco e Fernandes (1999) com menor impacto, em Portugal e na América Latina. Em Portugal, são nítidas as influências vindas do Brasil, em que a “tripartição do Serviço Social passa a ser problematizada no sentido de uma metodologia básica, reorientação decisivamente influenciada pela experiência brasileira (v. Documento de Araxá , 1967 e Documento de Teresópolis, 1970)” (Branco & Fernandes, 1999, p.5).

Com o Movimento de Reconceptualização, a profissão de assistente social questiona as metodologias tradicionais – propõe a revisão dos métodos individuais e grupais, procura construir novas teorias sobre a sociedade, pelo que investe na pesquisa construída pela própria profissão, mas sobretudo, assume a mudança de paradigma sobre a realidade social, explorando novos modelos teórico-práticos que possam sustentar intervenções inovadoras, visando sobretudo a promoção do bem-estar das comunidades.

Integrados no movimento de reconceptualização brasileiro, chega a Portugal neste período “timidamente” em número, alguma produção teórica, via Instituto de Serviço

Social de Lisboa^{XVI}, os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) (CBCISS, 1986), bem como publicações, expressando os ideais pedagógicos de Paulo Freire, ainda que num ambiente sociopolítico não potenciador, dado que Portugal se encontrava na vigência de um regime político – Estado Novo - controlador de toda e qualquer informação, que pudesse ser entendida como não enquadrada nos seus ideais políticos. O impacto das influências latino-americanas em Portugal, tiveram ressonância nalgumas das reflexões e questionamentos da classe profissional, ainda que com diferenças dado os contextos socioeconómicos diferenciados. No entanto, alguma identificação com Portugal não soa a forçada, quando se refere no Documento de Araxá, que as origens e evolução do Serviço Social no Brasil nas condições de um “Estado paternalista [...] foi fator condicionante da montagem de um sistema de instituições que proponham solucionar os problemas através de programas assistenciais de carácter imediatista, caracter esse que também marcou as organizações particulares de assistência” (CBCISS, 1986, p.24).

Também em Portugal, o “mal-estar” com a intervenção paternalista assistencialista, a que Branco e Fernandes (2005) relacionam com a tomada de consciência de que o Serviço Social está reduzido a mero executor das políticas sociais e à prática predominantemente assistencialista, se fez sentir nas décadas de 60 e 70, a qual era entendido como não respondendo às necessidades, nem às perspetivas que, à data, faziam sentido à profissão de Serviço Social, que progressivamente se aproximava do Serviço Social Desenvolvimentista^{XVII} e mais tarde às visões mais Críticas do Serviço Social, nos finais do Estado Novo (1970 a 1974).

Em termos genéricos, as questões plasmadas nos documentos de Araxá e Teresópolis (CBCISS, 1986), traduzem as reflexões da classe profissional no Brasil, nomeadamente o questionamento da intervenção profissional, reclamando o compromisso com a investigação e formação, a importância do modelo de intervenção comunitária, pautada pela visão comprometida com as populações, questões que tornam “inquestionável a

^{XVI} O ISSL faz a assinatura da revista “Debates Sociais”, do CBCISS, como o Documento de Araxá– Teorização do Serviço Social (1967), o Documento de Teresópolis – Metodologia do Serviço Social (1970), primeiras expressões de tendências do MRLA (Martins; Carrara, 2014, p. 218).

^{XVII} Paulo Netto (2005), integra a visão modernizadora e desenvolvimentista, como uma das fases dos Movimentos de Reconceptualização na década de 60 e 70, refira-se que se refere ao contexto brasileiro.

sua importância no contexto específico Latino-Americano e no contexto internacional mais amplo, incluindo o espaço português” (Reis & Maurício, 2005, p.255). No entanto Falcão (1986), não deixa de chamar a atenção, para o facto de que apesar do comprometimento concreto com as vidas concretas das populações, que se traduziu em “novos conceitos e expressões - envolver, promover, empenhar, promoção social, desenvolvimento comunitário e trabalho social de comunidades - pouco usuais em tempo de ditadura” (p. 22), tal terá ficado aquém no campo da prática profissional.

O Documento de Araxá (CBCISS, 1986), constituiu-se como de

real importância para a reconceituação, mas a ligação com o desenvolvimento económico prevaleceu novamente perante a reflexão, assim, não repercutindo o que seria necessário, mas ao mesmo tempo abrindo portas para a continuação dessa luta” (p.29), potenciando a adequação da profissão à modernidade e da busca pela teoria e metodologia no Serviço Social (Leorato, 2017, p.28)

Explorando o conceito de promoção proposto como central no Documento de Araxá (CBCISS, 1986), o seu sentido, não se refere unicamente ao envolvimento das populações, mas à potenciação da capacidade de estas reconhecerem os seus problemas, ou seja,

Promover é capacitar. Diante dessa colocação, conclui-se que o Serviço Social promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidades e populações fazendo-os atingir a plena realização das suas potencialidades. Sob esse prisma a acção do Serviço Social insere-se no processo de desenvolvimento, tomado este, em sentido lato, isto é, aquele que leva à utilização dos recursos naturais e humanos e, conseqüentemente a uma realização integral do homem. Destaca-se quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global (CBCISS, 1986 , p.26)

Quando aos “objetivos operacionais” da profissão de assistente social, expressos no mesmo documento, estes são claros – quanto à visão integrada da sociedade, numa perspectiva desenvolvimentista e capacitadora,

[...] a) identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impedem indivíduos, famílias, grupos, comunidades e populações de alcançarem padrões económico-sociais compatíveis com a dignidade humana e estimular a contínua elevação desses padrões; b) colher elementos referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais; c) criar condições para tornar efetiva a participação consciente de indivíduos, grupos, comunidades e populações seja promovendo sua integração nas condições decorrentes de mudanças, seja promovendo as mudanças necessárias; d) implantar e dinamizar sistemas e

equipamentos que permitam a consecução dos seus objetivos (CBCISS, 1986, p.28)

Como denominador comum, quanto às finalidades da intervenção, assume-se o desenvolvimento social, ou seja, defende-se uma visão em que a profissão, não têm unicamente uma perspetiva de resolução de problemas a nível microssocial, pois ela inscreve-se e compreende as próprias relações sociais – nível macrossocial. Como refere Netto (2001), as “mudanças devem ser induzidas via planeamento integrado, a priorização é económica e tecnológica, e suas dimensões sociais e políticas são claramente associadas à cultura e à administração” (p.173). Nesta visão, planear de forma integrada, torna-se uma estratégia para relacionar o nível das relações sociais e o nível das políticas.

Segundo Ferreira (2021), a profissão integra estas influências, traduzindo-as em novas perspetivas da realidade, no entanto, “não conduzem [...] ao questionamento dos fundamentos da ação do Serviço Social [...] pelo que, o desempenho nos projetos de Desenvolvimento Comunitário seriam um reflexo das ideias veiculadas pelo Movimento de Reconceitualização não se nos afigura credível” (p. 340). Apesar de se reconhecer, quer os fatores comuns dos projetos comunitários quanto aos objetivos e metodologias, quer o impacto social como potencial mobilizador de mudanças qualificantes para as comunidades, bem como a relativa diversidade de experiências no território nacional, poder-se-á questionar se as experiências desenvolvidas em Portugal se enquadram numa política social, traduzindo uma estratégia concertada nacional?

Considerando a mobilização política, bem como o envolvimento dos diversos atores da sociedade portuguesa – organizações privadas e públicas, setores profissionais, entre outros, os factos sugerem que as preocupações em Portugal de diminuir as assimetrias sociais e económicas foram reais e provavelmente baseadas em preocupações concretas de cada território. No entanto, indiciam refletir mais as pressões externas, do que uma estratégia nacional de enfrentamento das desigualdades sociais, sustentado este argumento no facto de que as experiências “não só não têm ligações entre si”, como são suportadas ou dinamizadas por serviços secundarizados face à estrutura organizativa do poder (Ferreira, 2021, p.333).

1.3- Influência das Abordagens Críticas Latino-Americanas e Europeias no Serviço Social em Portugal – finais do Estado Novo

Em Portugal, sob a influência das mudanças sociais e políticas emergiram progressivamente ao longo das décadas de 60 e 70 visões renovadoras, influenciadas pelas abordagens críticas dos Movimentos de Reconceptualização Latino-Americanas e Europeias, traçando um caminho de abertura para o Serviço Social Crítico, com expressão mais evidente nos finais do Estado Novo (70-74) e assumidas de forma mais aberta com as condições sociopolíticas criadas com o fim da ditadura.

Apresenta-se nesta seção, algumas das visões do Serviço Social Crítico, apresentando posteriormente os potenciais impactos na profissão em Portugal, sobretudo no campo da intervenção profissional, da formação e da organização profissional.

O processo sócio histórico, dá nota de que o processo de renovação crítica do Serviço Social surge na continuidade das ruturas com as visões tradicionais da profissão, nomeadamente as experiências desenvolvimentistas comunitárias integrantes do Movimento de Reconceptualização (Netto, 2005), permitindo posteriormente - finais do Estado Novo, uma influência mais marcante e “aberta” a estes movimentos.

As condições sociopolíticas de oposição ao regime nos últimos anos do Estado Novo – de 1970 a 1974, ainda que condicionada pelos mecanismos de repressão, permitiram, que a profissão numa linha de tendência crítica da profissão, intensificasse o seu comprometimento com as classes em situações sociais e económicas vulneráveis, criando um conjunto de condições internas e externas para uma mais forte aproximação e comprometimento com os movimentos contestatários e de oposição que existiam na sociedade portuguesa, “com expressões de pluralismo, o envolvimento de assistentes sociais na oposição, na resistência antifascista, anticolonialista e no movimento sindical” (Martins, 2017, p.347).

As estratégias de dinamização e organização das populações com vista à melhoria de suas condições de vida, os processos de alfabetização de adultos e consciencialização, debate e denúncia de questões fraturantes no país, enquadram-se num projeto profissional de resistência à ditadura e ao Serviço Social tradicional (Martins, 2017).

Concomitantemente a este “processo de politização, de afirmação do Serviço Social como profissão, é feita uma aproximação à pedagogia de Paulo Freire, a correntes do

pensamento crítico, através do diálogo entre o cristianismo e o marxismo” (Martins & Tomé, 2016, p.371). Neste sentido, poderá considerar-se que o Serviço Social crítico, não têm em Portugal uma expressão monolítica, tendo chegado a Portugal ainda no período do Estado Novo fortes influências, sobretudo do Brasil, que tiveram impacto principalmente na formação, na intervenção profissional e no associativismo.

A própria génese dos Movimentos de Reconceptualização, é diversificada, e apesar de se caracterizar pela contestação ao tradicionalismo e questionamento da sociedade, os movimentos têm origens sociopolíticas e sociais diferenciadas e os próprios profissionais têm comprometerimentos sociais e políticos também diferenciados (Netto, 2005). Estes aspetos, no entanto, não deixam espaço à consideração de que os Movimentos de Reconceptualização Críticos, não deixaram de constituir

um marco decisivo no desenvolvimento do processo de revisão crítica do Serviço Social [...] dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, [...] um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu modus operandi (Iamamoto, 1998, p.206)

Nos seus termos e princípios, de forma geral, ressaltaram o pluralismo profissional, a recusa em situar a profissão de assistente social unicamente no plano técnico - o objeto de reflexão crítica não são os métodos per si, apesar do seu questionamento – sendo o foco o que o se atinge com os mesmos, tendo como horizonte o ser humano integrado nas relações sociais, na sociedade em geral. A perspetiva discursiva sobre a definição da profissão, pretende “não só traduzir uma síntese enunciativa de elementos componentes do que se considera constituinte do Serviço Social, mas de articulá-lo com as determinações históricas e estruturais de sua construção e desconstrução” (Faleiros, 2011, p.749)

Na visão marxista do Serviço Social Crítico, o papel da profissão de assistente social, tem o desígnio de contribuir para uma sociedade sem classes, numa alternativa à manutenção social tradicional, assumindo entre outros aspetos, “no plano político/partidário (desejo de uma sociedade sem classes) e académico (consolidação e reconhecimento das ciências sociais e humanas)” (Reis & Maurício, 2005, p.256).

Segundo Vicente Faleiros (1994), o exercício crítico da profissão de assistente social, ou seja, não empiricista ou pragmática, deve comprometer a relação entre os atos, como

“um processo de construção e desconstrução permanente de categorias que permitem a crítica e a autocritica do conhecimento e da intervenção [...] uma interpretação que alie os sentidos que se dão a prática e a análise das condições em que esta se realiza” (p.12). Assim, o processo de relação do assistente social, numa perspectiva de “correlação de forças”, segundo Vicente Faleiros (1994), implica o

Fortalecimento do dominado (empowerment) e sua defesa (advocacy) objetivos estratégicos da intervenção em Serviço Social, em contradição com uma perspectiva de reforço do poder dominante ou mera reprodução. O assistente social passa a ser um aliado do cliente/usuário ao invés de um gerenciador de recursos da instituição em função dos critérios, normas e itinerários por ela estabelecidos (p.17)

Nesta visão, realça-se a capacitação das pessoas pela necessária consciência da sua mudança, salientado a dimensão política da ação, comprometendo-se o projeto ético político-profissional, a partir da criticidade do Serviço Social, num “processo politicamente orientado, inserido no processo de luta de classes e crítico do sistema capitalista de exploração e de dominação” (Faleiros, 1996, p. 10), numa perspectiva do serviço social integrado e articulado com a sociedade, com os movimentos sociais que influencia e por quem é influenciado.

Um dos impactos dos Movimentos de Reconceptualização Latino-americanos na profissão em Portugal, fez-se sentir no campo da organização profissional, com destaque para o papel do Sindicato Nacional do Serviço Social. O associativismo na profissão, não é exclusivo da vertente sindical, uma vez que várias assistentes sociais envolveram-se em organizações com a marca dos católicos progressistas, com destaque ainda para a participação em organizações de Serviço Social - quer internacionais quer nacionais - como a União Católica Internacional de Serviço Social, a participação na Comissão Portuguesa do Conselho Internacional do Serviço Social (Martins, 2017), reforçando o espírito coletivo e politização da classe profissional, processo que vai reforçado a nível nacional com o papel do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS), como uma marca nítida do Movimento de Reconceptualização e a aproximação ao Serviço Social Crítico, em Portugal.

De 70 a 74, o SNPSS, promoveu o respaldo a movimentos de resistência ao Estado Novo na seio da profissão, apoiando o “gradual envolvimento de assistentes sociais e de estruturas profissionais nesta contestação” (Martins, 2017, p.50), com especial

expressão na “oposição democrática, no movimento sindical crítico do corporativismo, estando subjacente um processo de politização^{xviii} com repercussão na configuração do projeto profissional” (Martins, 2017, p.50). A marca do reforço do sindicalismo, integra o projeto da profissão não unicamente no sentido do que foram reivindicações para a própria profissão, mas constituíram potencialmente exemplo para a sociedade – expressão da capacidade de manifestar discordância e possivelmente reforço dos processos de solidariedade social.

Nos anos mais próximos ao 25 de abril de 1974 (fim do regime Estado Novo), o SNPSS, apoiou ativamente a

participação ativa de assistentes sociais na Vigília da Capela do Rato, em 1972, onde foi aprovada uma moção contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa, seguindo-se uma greve de fome, gesto de solidariedade para com as vítimas da guerra colonial e os povos em luta. A repressão que se seguiu atingiu, entre muitos outros, duas assistentes sociais que foram detidas e uma auxiliar social, que foram detidas e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar e demitidas da administração pública (Martins, 2021, p.350)

Salienta-se ainda, o papel do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS), como uma das organizações, quer no campo da formação – reclamou o grau académico da licenciatura, a mudança dos planos curriculares e ainda a formação contínua, com destaque para a sua ação no final do regime do Estado Novo, que numa clara aproximação ao “Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano (MRLA), convida um dos seus protagonistas, o Uruguaio Herman Kruse, para ministrar um curso de formação, sendo a divulgação de textos semi-clandestina” (Ferreira, 2021, p.12).

Destacam-se ainda no campo da formação, os “contributos de Natalio Kisnerman, Ezequiel Ander-Egg, Vicente Paula Faleiros, e do seminário "Reconceptualização do Serviço Social na América Latina", realizado em março de 1974 e orientado em Portugal pelo Prof. Herman Kruse (Ferreira, 2021, p.325). A influência a todo um conjunto de autores do Movimento de Reconceptualização próximos da visão marxista, traduziu-se no uso de “fontes bibliográficas tributárias de autores conotados com o movimento, e

^{xviii} A participação direta de assistentes sociais na vida política, como deputadas na Assembleia Municipal, não é uma condição destas décadas, segundo Alcina Martins (2017) a partir de 1949, assistentes sociais assumem a vida política como deputadas na “União Nacional, da Acção Nacional Popular (ANP) e da sua Ala Liberal, depois de 1970. Até à queda do regime serão cinco as deputadas assistentes sociais” (p.54).

por outro, verifica-se que nas áreas afins do Serviço Social se trabalham os aportes de autores como Marx e Engels, que se constituem como as referências teóricas do próprio movimento” (Reis & Maurício, 2005, p.257).

Será ainda de salientar a publicação da Revista Vértice (Vértice, 1973), do artigo s/autor, intitulado “Assistentes Sociais: profissão em crise ou crise do serviço social?”, que segundo Alcina Martins (2021), resgata o debate “ Pourquoi le Travail Social?”, divulgado na Revue de l'Esprit (1972) no rescaldo dos debates de Maio de 1968.

Ainda segundo a autora, esta revista estaria “associada ao movimento neo-realista português de inspiração marxista” (Martins, 2021, p.357). As questões que o artigo lança para o debate são essencialmente três, que no seu conjunto questionam o sentido “político” da profissão, interrogam a suposta neutralidade da profissão, contrapondo-a à sua importância política, no âmbito das relações sociais nas sociedades capitalistas - “De um modo geral, o que vem a ser o trabalho social?^{XIX} [...] tem o trabalho social uma importância política? [...] as assistentes sociais têm consciência da relação dialética trabalho social – sociedade?” (Vértice, 1973, p.934).

A primeira questão, segundo o artigo remete para a “ação organizada tendente a reduzir preventivamente a inadaptação do indivíduo ou do grupo quer as intervenções favorecedoras da dinâmica de uma grupo adaptado” (Vértice, 1973, p.934), o que nos questiona, se a perspetiva presente é próxima de uma vertente desenvolvimentista do Serviço Social.

A segunda questão – assume-se que “o serviço social tem uma importância política porque ele é querido como redutor dos conflitos e instrumentos de adaptabilidade: os seus limites são os do poder: o trabalho social, conscientemente ou não, está ao serviço do poder político, económico e social [...] o trabalhador social não se situa nas alavancas do comando, mas tem acesso a uma soma de informações que se fossem judiciosamente utilizadas na acção podiam ser determinantes de uma mudança” (Vértice, 1973, p.934).

Sobre a terceira questão, responde-se com a citação do artigo publicado na Revista Esprit (1972), em que no geral se reclama os efeitos da sociedade capitalista – com base

^{XIX} Segundo Francisco Branco (2017), “a expressão «trabalho social» deve ser entendida como se reportando a um conjunto de profissões incluindo o Serviço Social” (p: 51)

na relação de reprodução entre os explorados e os exploradores, em que a sociedade está estruturada na exploração capitalista. Não podendo afirmar que a interpretação do conceito presente no texto seja esta, talvez se consiga aproximar, quando se salienta que, estando o Serviço Social integrado na sociedade, não poderá deixar de ter esta noção da “exploração capitalista”, como integrante do contexto societal em que interage e no qual poderá ser sujeito e objeto do processo de mudança social.

Outro dos impactos dos Movimentos de Reconceptualização Crítica, no campo da formação foram o reforço dos movimentos encetados pelos Institutos de Serviço Social, na tentativa de promover

espaços de autonomia político-pedagógica e, à revelia do Ministério da Educação, procederam a alterações curriculares e de funcionamento, criaram conselhos escolares com professores e representantes de estudantes, fizeram várias tentativas antes e depois de 1969 para a integração da formação no ensino público, sem êxito (Martins, 2021, p.35)

Os Institutos de Serviço Social, reforçaram as áreas disciplinares das Ciências Sociais bem como nas disciplinas de Serviço Social, apesar dos esforços, e algumas conquistas ainda que em contraciclo “a autonomia pedagógica e a liberdade de ensinar e aprender estiveram sob vigilância e controle da ditadura” (Martins, 2021, p.354).

O balanço destas duas décadas, traduz-se num período socio histórico particular para o desenvolvimento da profissão, quer no plano científico-técnico, quer na expansão do corpo profissional, que conhece um significativo alargamento (Martins, 1995). Influenciada pelo ideal de progresso humano e social, a profissão nas décadas de 60 e 70, assume o modelo de intervenção comunitária desenvolvimentista, ainda, que a par com a coexistência de práticas tradicionais da profissão, e posteriormente nos finais do Estado Novo, visões críticas do Serviço Social.

Reconhece-se que os Movimentos de Reconceptualização Latino-Americanas, “não só em termos de interiorização/renovação dos discursos, mas também de pedagogia e prática profissional [...] favoreceu indubitavelmente a sua posterior abertura, reflexão e modernização, e abriu novos caminhos para o Serviço Social como assunto e como profissão” (Reis & Maurício, 2005, p.262).

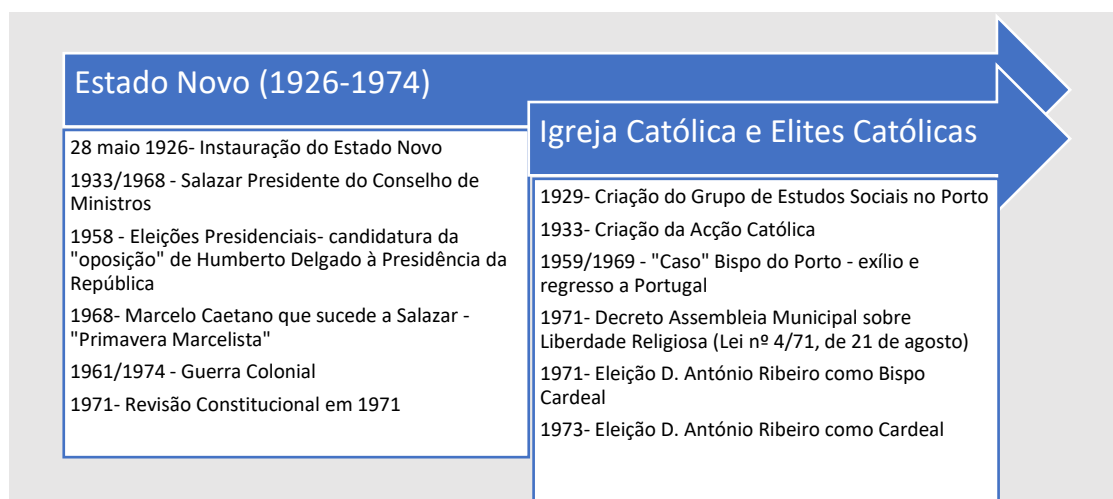
A “queda da ditadura e o processo revolucionário contra o capitalismo, por uma sociedade socialista, fortaleceram o movimento de renovação crítica” (Martins, 2021, p. 347), o qual viria a ganhar outra expressão no pós-Estado Novo, gerando um

“movimento de renovação no Serviço Social português” (Martins, 2021, p.347), com “impactos significativos nas bases de conhecimento do Serviço Social em Portugal, no entanto, a sua efetiva influência não ocorreu senão no período pós-Abril de 1974” (Branco, 2009, p.77).

Capítulo 2: O Estado Novo e a Igreja: uma história cruzada de poder(es)

Pretende-se com este capítulo compreender os processos sociais e políticos da relação do Estado Novo e da Igreja Católica reconstruindo as narrativas argumentativas do papel das duas instituições, interesse que pretende ultrapassar a apresentação reducionista de uma história de factos. O capítulo, é construído com base numa matriz socio-histórica que aborda três momentos centrais para a compreensão do que apelidamos de uma história cruzada de poder (es) v a saber: i) condições promotoras para a instauração e institucionalização do regime do Estado Novo centrando no reconhecimento do apoio da Igreja dado a Salazar para a assunção da chefia do Estado; ii) o Estado Novo no regime Salazarista e a relação de forças com a Igreja, com destaque para o “Caso” do Bispo do Porto; iii) O Estado Novo no período Marcelista – 1968 a 1974. Apresenta-se para melhor elucidar a narrativa socio-histórica, na Figura 1 a cronologia de alguns dos factos sócio históricos marcantes para a compreensão da relação do Estado Novo e da Igreja Católica em Portugal.

Figura 1: Cronologia sócio histórica – Estado Novo e Igreja Católica em Portugal



2.1- As condições Socio-Históricas e a Institucionalização do Estado Novo

Para a abordagem das condições socio-históricas associadas à instauração do Estado Novo, e em concreto a ascensão de Salazar ao poder, considera-se relevante apresentar (ainda que de forma breve), algumas das expectativas da Igreja sobre o poder e o papel do Estado na 1ª República (1910/1933), designadamente os contextos significativos para o processo de separação entre o Estado e a Igreja e a institucionalização do regime - que Borges (2016) designa de “1ª *Separação*”, constituída segundo a autora, sobretudo pela instauração do Governo Provisório, institucionalização da Lei de Separação de 1911, bem como o decreto da «personalidade jurídica» de Junho de 1926 (Santos, 2016).

Neste quadro, impõe-se como relevante a compreensão das expectativas e vontades “das elites católicas, bem como a relação com os conservadores da direita, os fascistas, e os monárquicos - poderes que asseguravam a posição do ditador” (Domingos & Pereira, 2010, p.22), as quais terão criado expectativas particulares no “novo” regime, e em particular na figura de Salazar. Numa atenção às motivações coloca-se a necessidade de alargar a compreensão“ considerando o poder de Salazar, mas também os poderes que circulavam na sombra de Salazar, poderes que asseguravam a posição do ditador” (Domingos & Pereira, 2010, p.22). Relações de força entre as instâncias de poder – Igreja e Estado, relevantes para a compreensão da origem e institucionalização do Regime, que Braga da Cruz (1992) designa de «primórdios do Salazarismo», salientando “não apenas as origens do regime, mas também e sobretudo a sua institucionalização, até à sua primeira crise e viragem, que ocorre com o termo da Segunda Grande Mundial” (p. 547).

O papel da Igreja na fundação do Estado Novo, e em particular o apoio da Igreja dado a Salazar como “trampolim para chegar à chefia de governo” (Saraiva, 2020, p.113), remete-nos para a situação paradoxal que a Igreja Católica vivia nos finais dos anos 20, em que,

por um lado, a República tinha levado a Igreja institucional a reagrupar-se e a reorganizar-se, o que conduziu a uma maior unidade interna e ao desenvolvimento de uma elite militante principalmente comprometida com

um entendimento nacionalista e conservador da «democracia cristã» e com o ímpeto ... mas outro lado, a Igreja institucional permanecia estruturalmente diminuídas e enfrentava uma população e elites influenciadas, em grande medida, pelas mentalidades laicas e/ou anticlericais das eras liberal e republicana (Santos, 2016, p.44)

Sobre os movimentos de resistência no interior da Igreja, destaca-se a criação em 1929 do Grupo de Estudos Sociais, formado por alguns elementos das elites católicas de influência política da democracia cristã na cidade do Porto. No cerne da sua defesa, situam-se os direitos sociais das classes populares, defendendo a sua capacidade de organização, sendo que segundo Cruz (1992) apesar de constituírem um impacto autónomo minoritário dentro da Igreja, os valores defendidos posicionam-nos como comprometidos com a sociedade leiga, preconizando que “a aceitação ou consentimento do povo é a causa determinante do sujeito e forma da autoridade», e por isso defendem a «soberania social» sem cair na «soberania popular”.

As elites católicas, defendendo valores como o direito à propriedade com base no trabalho individual, a ordem moral enquadrada pelo bem comum, sustentam,

o uso de viver de rendimentos, subtraindo-se à lei do trabalho», a «agiotagem», o «tráfico de dinheiros». E denunciam «a classe parasitária», «composta por irreligiosos e alguns muito católicos mas pouco cristãos», para se dizerem mais preocupados com as «reformas económicas, ou uma nova organização social», do que com as mudanças na ordem política (Cruz, 1992, p.551)

Serão estas algumas das condições que colocam Salazar por parte da Igreja Católica numa posição de “desejado”, ou pelo menos, acalentando a esperança de que com a sua chefia de Estado (ou mesmo anteriormente na posição de Ministro das Finanças), pudessem ser criadas condições mais favorecedoras para a centralidade da sua “marca” social tanto ao nível nacional, como internacional nomeadamente, junto da Igreja Católica Romana. No entanto, Salazar apesar de reconhecer que

a Igreja Católica o tinha educado, tinha moldado o seu carácter ideológico e tinha-lhe proporcionado experiência política. Tinha-lhe inclusivamente aberto a via do poder político, entre 1926 e 1928, um período merecedor de um breve relato se quisermos explicar devidamente o papel da Igreja na ascensão do regime de Salazar (Santos, 2016, p.44)

Cedo, ainda como ministro das Finanças, impôs limites à aliança com a Igreja Católica, e de forma mais alargada ao movimento católico em Portugal.

Tudo indica ser inegável, que o apoio da Igreja católica à implementação do Estado Novo, garantiu algumas das condições iniciais para a adesão, ainda que com alguma ambiguidade das elites católicas ao regime de Salazar, explicadas em parte pela esperança na melhoria das condições políticas vivenciadas na I República [...] “as elites católicas haviam-se batido, ao longo da I República, em condições particularmente adversas, pela satisfação das reivindicações não só respeitantes à questão religiosa, como também à questão social, os «centristas», se bem que mais «políticos», eram também «católicos sociais» (Cruz, 1992, p.548)

Salazar parecia reunir algumas,

garantias à maioria dos católicos pela posição e pelo ascendente no governo, vir a resolver as pretensões católicas em matéria de política religiosa e em matéria de política social. Mas nem todos os católicos pareciam avaliar uniformemente essa garantia. Algumas reservas se exprimiram no campo católico, tanto de tipo político como de tipo social. Surgiram elas da própria dissolução do Centro Católico, determinada, por um lado, pela criação da União Nacional em 1930 e, por outro lado, pelo lançamento em Portugal da Acção Católica em finais de 1933 (Cruz, 1992, p.549)

A natureza substantiva da relação de Salazar com os católicos durante a sua vigência terá ficado aquém das expectativas destes últimos – existiam vontades no “interior” da Igreja Católica, mas apesar de Salazar assumir os princípios morais católicos

nunca se entendeu nem actuou prioritariamente na chefia do governo e do regime como «representante dos católicos». Chegou mesmo a contrariar ou a distanciar-se de algumas reivindicações católicas. Daí o interesse também em saber como actuaram as elites católicas nos primórdios do Estado Novo, no sentido de cunhar e balizar o regime doutrinariamente e em perceber as razões de algumas das suas decepções futuras com a evolução do regime (Cruz, 1992, p.546)

No campo político, as condições anteriores à subida de Salazar ao poder, são marcadas pelo contexto da implantação da ditadura militar em Portugal a 28 de maio de 1926, - “ditadura sem um ditador” (Pinto, 2008). A ditadura militar “não transportava consigo um projecto alternativo ao liberalismo republicano. Resultado de um compromisso transitório mediatizado pelos militares, o regime ditatorial foi atravessado por diversos (e contraditórios) projectos até à consolidação do autoritarismo no início dos anos 1930” (Pinto, 2008: 25), já com Salazar no poder.

O Nacional Sindicalismo,

emergiu em Portugal, tentando atravessar transversalmente o espectro político da direita. Contando com um número significativo de jovens oficiais, que dispunham de peso assinalável nos quartéis e na administração local; dispondo de pólos locais organizados em alternativa ao partido

governamental, cuja origem remontava ao período republicano; herdeiro de pequenas milícias criadas apressadamente por “barões” militares; começando a mobilizar alguns sectores da pequena burguesia e da rua, no contexto de uma ditadura instável, mas já dominada pelo católico “ditador das finanças”, Rolão Preto viu chegada a hora da unificação desse sector num partido fascista (Pinto, 2008, p.29)

As pretensões dos fascistas e os movimentos de resistência, bem como dos grupos de pressão dos conservadores autoritários que controlavam a ditadura militar, foram debilitadas pelos “pactos constitucionais entre as elites militares e Salazar, que conseguiu amalgamar os grupos conservadores num partido único, a União Nacional” (Pinto, 2008, p.29), criando as condições para um novo poder autoritário - Estado Novo, dirigido por Salazar. Assim, a entrada no governo de Salazar como ministro das Finanças em 1928, conseguiu reunir alguns apoios e expectativas dos católicos em geral, apesar da

ambiguidade porque, se, por um lado, Salazar é chamado pela sua competência financeira, a esse ingresso não é alheia a sua qualificação de dirigente e ideólogo centrista. A ocupação de uma das mais importantes pastas do governo por um dos mais proeminentes membros do partido católico não podia deixar de ter notórios efeitos na atitude dos católicos. Cremos mesmo poder falar de pacto, pelo menos informal, pelo qual, em troca desse acesso ao poder, o Centro Católico desactivou a preparação do seu 3.º congresso nacional (Cruz, 1992, p.548)

Estavam reunidas as condições sociopolíticas para que em 1930 se fundasse a União Nacional, um “antipartido” destinado a agregar as forças civis que apoiavam o novo regime. Em 1933 uma nova constituição proclamou Portugal uma “República unitária e corporativa”. Compromisso entre princípios liberais e corporativos de representação, os primeiros foram pervertidos por regulamentação posterior e os segundos limitados e secundarizados” (Pinto, 2008, p.30).

O regime institucionalizado por Salazar a partir da ditadura militar,

foi admirado por largas franjas da direita radical europeia, sobretudo pelas de origem maurrasiana e tradicionalista católica, pelo facto das novas instituições do salazarismo exprimirem uma origem cultural muito semelhante. Essa identidade transcendia o mero programa da “ordem” e não incluía, por outro lado, os aspectos totalitários e “pagões” que faziam cada vez mais confluir a Alemanha e a Itália. É nas origens ideológicas da direita radical e do tradicionalismo antiliberal, na importância do catolicismo antiliberal como cimento cultural, que encontram as origens ideológicas e políticas do regime de Salazar (Pinto, 2008, p.30)

Segundo Saraiva (2020) os monárquicos e os fascistas também acreditaram em Salazar, por motivos diferentes, acalentavam a esperança de que “ele seguiria o caminho de Mussolini e assumiria o papel de *duce*, concentrando todo o poder do Estado e assumindo uma postura revolucionária, vanguardista. E Salazar deu-lhes esperanças” (Saraiva, 2020, p. 116), mas “o ADN de Salazar não era definitivamente esse e o seu modelo era outro. Inspirava-se mais na doutrina social da Igreja do que no corporativismo italiano. E orgulhava-se de ter criado um sistema próprio, de não ter copiado ninguém” (Saraiva, 2020, p.117). Em específico, a relação de Salazar com os monárquicos, caracteriza-se por alguns atencões e cuidados “distinguindo-os, cobrindo-os de honrarias, mas tornando sempre claro que quem definia as regras era ele” (Saraiva, 2020, p.112), caracterizando-se por alguma similitude com a relação que manteve com a Igreja Católica e em geral com os católicos (Saraiva, 2020), nomeadamente,

acreditaram que Salazar se renderia à Igreja e faria neste canto da Europa um Estado confessional obediente ao Patriarcado e a Roma. E nessa crença apoiaram também a sua subida ao poder. Salazar deixou sempre que os católicos acreditassem nisso, o que aliás não era difícil pois ela própria provinha desses meios. Mas uma vez na presidência da Governo deixou claro que devia ser a Igreja a submeter-se às leis do Estado e não o contrário (Saraiva, 2020, p.113)

O passado - período da Primeira República - constituído por constantes enalços persecutórios para com os católicos e o natural “receio de um regresso a uma situação semelhante – que aumentou durante a Guerra Fria – levaram a Igreja a “refugiar-se” no Salazarismo, não obstante os seus defeitos regalistas ou o seus desvios da doutrina social católica” (Simpson, 2014, p.243).

2.2 - O Estado Novo com Salazar no Poder – (1933/1968) - “Mais” Estado Novo ou “Mais” Igreja Católica

A identificação e análise dos processos sociais e políticos da relação do Estado Novo com a Igreja no regime Salazarista, a que se deu o título - *Mais Estado Novo ou Mais Igreja Católica*, remete-nos para a explicitação das configurações sociais e políticas que caracterizam a relação de forças entre estas duas instituições. Três fatores marcaram de

forma decisiva a relação entre o Estado e a Igreja neste período social e histórico, nomeadamente, os movimentos de i) resistência (s) e divisões internas na própria igreja, com a marcada relevância do “caso do Bispo do Porto”; a ii) influência em Portugal das correntes internacionais de renovação da Igreja e de defesa dos direitos humanos; e ainda as iii) resistência (s) nas suas “margens” (Revez, 2011), nomeadamente, por parte dos católicos “progressistas” (Saraiva, 2020), e católicos leigos – constituídos por grupos de intelectuais ligados à Igreja através de movimentos associativos, com destaque para a “acção católica”, organização católica através da qual muitos expressaram a sua contestação ao regime.

A compreensão do papel da Igreja junto do Estado Novo na fase Salazarista, explicita-se na análise dos fatores de durabilidade do sistema ditatorial em Portugal^{xx} - “a mais longa ditadura da Europa do século XX” (Rosas, 2013, p.13), inclui entre outros fatores, a compreensão do papel da Igreja para a manutenção do regime – Estado Novo, como promotor do sistema político e social, entendido como um regime de orientação ideológica predominantemente católica, nomeadamente, interesses, pactos, e luta de poder(es), com centralidade para o jogo social e político entre Salazar e as “elites católicas”. A “constante aproximação” (Brandão, 2002, p. 15), e de pressão por parte da Igreja junto do Chefe de Governo Salazar, traduz-se na suposta “influência” do Cardeal Cerejeira (Brandão, 2002), mas sobretudo, pelo papel das elites católicas.

Por elites Católicas, entenda-se elementos da própria Igreja Católica e leigos, compostas pela

elite hierárquica, integrada pelos bispos e pelo alto clero, quer também ao conjunto de leigos católicos que agiam na vida pública antepondo a outras identificações (profissionais, políticas ou culturais) a sua condição de católicos, e que o faziam em estreita ligação e obediência às directrizes das autoridades eclesiásticas (Cruz,1992, p.547)

A compreensão do papel das “elites Católicas” na relação entre a Igreja e o Estado Novo, permite abrir a perspectiva de não centrar a compreensão do papel da Igreja Católica, na figura (sem dúvida relevante), do Cardeal Cerejeira (Brandão, 2002, p.15), permitindo

^{xx} Para Fernando Rosas (2013) a compreensão do sistema ditatorial em Portugal no Estado Novo, implica a compreensão dos restantes fatores sociais, ideológicos e políticos, nomeadamente, o “papel da violência preventiva e repressiva, as Forças Armadas, o corporativismo, a composição dos interesses dominantes, a apetência totalitária e o «homem novo salazarista» (p.18).

compreender a forma como Salazar usou as relações de força políticas e sociais das elites católicas em Portugal com a Santa Sé, aproveitando os “conflitos que dividiam as elites portuguesas (provocando-as por vezes) para fortalecer a sua posição de arbitro” (Domingos & Pereira, 2010, p.22).

As pressões exercidas por Salazar junto das elites católicas, foram duradouras “e por vezes caracterizadas por grande astúcia de meios” (Brandão, 2002, p.15), em áreas sensíveis para a Igreja Católica, nomeadamente “a questão da Religião Católica na Educação, Cristianização do calendário civil, empenho na dinamização da Acção Católica e justificação das suas ações objetivamente políticas, argumentação permanente de carácter antitotalitário, a questão financeira da Igreja” (Brandão, 2002, p.92).

Compreender a relação entre a Igreja Católica e o Estado Novo, implica reconhecer as diferentes teses, que caracterizam o debate diversificado, ainda, que nem sempre polarizado, a saber: perspetivas teóricas mais próximas da defesa de posicionamentos de “subordinação” da Igreja (Rosas, 2012; Simpson, 2014) ao Estado Novo - instância de poder político que define e marca o ritmo desta relação, com destaque para Salazar como chefe de Estado, e por sua vez, visões que defendem uma margem de maior autonomia, leia-se poder da Igreja Católica no Estado Novo (Cruz, 1997; Santos, 2016; Saraiva, 2020), de comum - reconhecimento das pressões exercidas sobre as elites católicas.

Os argumentos reconhecem comumente que a Igreja Católica em Portugal, se constitui como uma figura essencial para o regime enquanto suporte institucional e força de socialização dos valores do regime, num processo nem sempre linear, ou seja, nem sempre esta relação institucional teve a mesma expressão, divergindo no peso do protagonismo que cada uma assumiu (Barreto, 2004; Braga, 1992; Brandão, 2002; Santos, 2016; Simpson, 2014; Rosas, 2012; Saraiva, 2020, Domingos & Pereira, 2010), a qual vai depender de fatores sócio históricos internos e externos, alguns prévios à própria instauração do regime, constituído por dois grandes momentos – a “1ª Separação” entre os anos de 1917 a 1933, e a “2ª Separação” – entre 1933 e o final do Estado Novo, assinalada como um período de maior separação da Igreja Católica em relação ao Estado (Santos, 2016), na qual este

era apenas instado a reconhecer aos cidadãos e à Igreja os direitos necessários ao exercício da religião. De resto, tinha a faculdade de subordinar

as manifestações exteriores do fenómeno religioso às formulas jurídicas que se lhes afigurassem mais convenientes, tendo por limite o direito (Santos, 2016, p.52)

A segunda fase - institucionalização do Estado Novo com Salazar no poder - reforçando os argumentos da autonomização da Igreja, caracteriza-se,

por preceitos constitucionais mais favoráveis à autonomia organizativa da Igreja Católica, pelo estabelecimento da Concordata^{xxi} e do Acordo Missionário de 1940, progressivamente regulamentados, e pela aprovação da primeira Lei da Liberdade Religiosa (1971), que considera o fator social religioso não católico (Santos, 2016, p.503)

A Constituição de 1933, na qual são inscritas as opções fundamentais do Estado abre uma fase de salvaguarda de interesses, clarificação organizativa, cooperação, e independência de poderes entre as duas instâncias (Brandão, 2002; Cruz, 1992; Santos, 2016), que “impede os católicos de intervir na política” (Saraiva, 2020, p.174). Neste mesmo ano, Salazar cria a Acção Católica sucedendo esta ao Centro Católico – com fins religiosos e “acção social”(Barreto, 2003), momento sócio histórico em que Salazar estabelece as regras da relação com a Igreja, não só por referência ao contexto português, mas também entre este e a Santa Sé, na procura de “uma solução estável para a situação jurídica da Igreja Católica no Quadro do regime da separação” (Santos, 2016,p.75), posteriormente reforçada no contexto do estado português pela “aprovação da primeira Lei de Liberdade Religiosa (1971), que considera o fator religioso não católico (Santos, 2016, p.503).

O Estado Novo sem abdicar do exercício de regulação da Igreja Católica, mas distanciando-se da visão confessional, “permitiu que o catolicismo ocupasse a esfera pública e criou condições para que, na longa duração, a Igreja Católica se constituísse como uma instituição dotada de autonomia, no plano jurídico estatal e com presença estável na sociedade portuguesa” (Santos, 2016, p.37).

As relações próximas e até privilegiadas entre ambas as instituições no regime Salazarista, assentam na “clara distinção entre o poder temporal e o espiritual” (Saraiva,

^{xxi} Sobre o papel da Concordata, no contributo para a relação entre as duas instituições - Igreja e Estado Novo, é unanime que terá representado um papel importante no processo de autonomização da Igreja em relação ao Estado Novo (Brandão,2002, p.26), Cruz (1997), Santos (2016). Segundo Barreto (2003), foi marcante a discordância entre a Igreja Romana e Salazar no que se refere à clarificação do estatuto e campo de intervenção, insatisfação nomeadamente pela não inclusão de um artigo na Concordata (1940), que definisse claramente essa demarcação de poderes.

2020, p.113). À Igreja Católica fica reservado a conservação da ordem moral, caracterizando-se este período por uma clara e gradual separação de poderes, em que o Estado assume a centralidade do poder em nome do interesse nacional e estabilidade moral, papel que se acentua durante a 2ª Guerra Mundial,

quaisquer que fossem os sentimentos secretos do ditador português, a verdade é que cedo, mal os conflitos internacionais se começam a avolumar e a fazer prever a guerra generalizada, Salazar tem o cuidado de prevenir as suas hostes contra qualquer iniciativa guerreira por parte de Portugal, demarcando-se claramente do expansionismo nazi e fascista: tem-se a Europa encontrado nos últimos quer iniciativa guerreira por parte de Portugal, demarcando-se claramente do expansionismo nazi e fascista (Cabral, 1976, p.895)

Salazar visionava o Estado, como um regime nacionalista, corporativista, de “*brandos costumes*”, sem fardas nem armas, sem conflitos laborais nem luta de classes, inspirado nos valores tradicionais da família, valores católicos, assente na visão ideológica da tríade - «*Deus, Pátria, Família*».

A Igreja constituiu-se como pilar da organização social no campo moral, sendo que a

afirmação dessa disposição da institucionalização estatal cresceu e reforçou-se com o projeto de ordenamento corporativo do regime autoritário. Confrontado com uma proliferação de interesses sociais organizados, entre os quais os da Igrejas, o poder político reclamou para o Estado, concebido como organização jurídica da Nação, o papel de único agente dotado de órgãos necessários para assegurar a realização do que se entendia ser o «bem comum», num mecanismo de defesa da própria autoridade estatal. Na estrutura corporativa, a Igreja Católica foi colocada no âmbito dos organismos corporativos da ordem moral, portanto, entre aqueles que se propunham realizar fins de assistência, beneficência ou caridade (Santos, 2016, p.47)

Dois poderes – o espiritual e o político - marcantes para a definição de uma política de ordem nacional, que

sempre se respeitaram um ao outro e raramente transpuseram as respectivas fronteiras. Mas quando a Igreja Portuguesa ou o Vaticano tentaram – do ponto de vista do Salazar- forçar a nota, este não teve dúvidas em fazer-lhes frente. Cioso do seu poder e do seu espaço de decisão, Salazar baterá o pé em momentos diferentes à Igreja Católica e manterá conflitos com Cerejeira (Saraiva, 2020, p.115)

Para Salazar o papel da religião e o sentido do religioso, é de “ que este se organizava na nação, por meio da Igreja, sendo que esta tentava com a sua organização fazer valê-lo no Estado e em parte contra o Estado” (Santos, 2016, p.52). Argumento que no limite parece defender o Estado Novo como um Estado não católico (Simpson, 2014),

ainda que a Igreja Católica tenha contribuído muitíssimo para a impressão de que era, Salazar não foi, de todo, um idealista católico. Tal como ele afirmava várias vezes , as suas responsabilidades governamentais obrigavam-no a defender os interesses do Estado Português (isto é o «interesse nacional» definido por ele), nem que fosse contra as exigências da Igreja Católica, o que efetivamente fez muitas vezes durante o seu longo reinado (Simpson, 2014, p.241)

O Estado Salazarista, “estabeleceu um regime de tipo neoregalista no qual a Igreja Católica ficou subordinada aos seus interesses políticos. A margem de intervencionismo crítico da igreja e dos católicos era extremamente limitada” (Simpson, 2014, p.242). Por outro lado, considera este autor existir um certo apaziguamento de expectativas da Igreja em relação Estado Novo, pelo menos até 1968, sendo que

o que o Estado Novo Salazarista «ofereceu» à igreja foi sempre considerado suficiente pela Igreja oficial para justificar as relações pacíficas entre as autoridades espirituais e temporais e para garantir a «legitimidade» do regime no que tocava à sua conformidade com os seus deveres cristãos essenciais (Simpson, 2014, p.243)

Tese, que apesar de considerar a ascendência do Estado sobre a Igreja, caracteriza-a como uma política religiosa sem confronto (por parte de Salazar), motivada pelo “receio de uma reação anticlerical por parte das elites e da população em geral” (Simpson, 2014, p.243).

Argumentos que parecem afastar a visão dicotómica da relação da Igreja com o Estado Novo - autonomia (Cruz, 1992) versus subordinação (Rosas, 2008; 2012), a qual não explicam as “tensões [...]e as dinâmicas complexas evolutivas” (Simpson, 2014, p. 244), e sobretudo, as “concessões bastante reais feitas pela Igreja oficial às interferências regalias do regime, e, mais importante ainda, o seu contributo importante para a longevidade da ordem política e social salazarista” (Simpson, 2014, p.244), visão que indicia uma articulação entre as duas perspetivas, remetendo-nos para uma conveniência institucional entre o Estado Novo e a Igreja Católica, que se traduz no que Simpson (2014) designa de - “casamento de conveniência”, ainda que com claro domínio do primeiro sobre a segunda.

Consolidadas as bases que estabelecem a relação entre o Estado Novo e a Igreja, com um claro exercício de poder da 1ª instituição sobre a segunda- “Mais” Estado Novo e “Menos” Igreja, abre-se um período de fragilização da Igreja face ao Regime, balizada temporalmente entre as datas de 1945 e 1962 (Braga, 1992; Brandão, 2002; Barreto,

2004; Santos, 2016; Simpson, 2014; Rosas, 2008, 2012; Saraiva, 2020), com centralidade para dois acontecimentos históricos, um externo e outro interno, a saber, a 2ª guerra mundial e a guerra colonial, traduzindo-se na “fragilização do esteio católico do regime da Igreja na relação com o Estado Novo” (Barreto, 2004, p.138).

A 2ª guerra mundial (Barreto, 2004; Brandão; 2002; Cruz, 1992, 1997; Rosas, 2012), constitui um marco importante no desenvolvimento das relações dos católicos com o Estado Novo, caracterizado por uma crescente divergência que vai evoluindo para *quasi* ruptura no apoio ao regime e mais concretamente a Salazar.

A tensão entre os católicos e o regime salazarista no pós 2ª guerra mundial, foi acompanhada por um reforço da ideologia do regime que se traduziu na “progressiva formalização das instituições de inculcação, com a manutenção dos velhos dispositivos institucionais, mas uma paulatina mudança dos seus conteúdos discursivos, dos seus objectivos e métodos” (Rosas in Torgal, Reis & Paulo, 2008, p.42).

O Estado Novo, enquanto regime ditatorial, autoritário e corporativista, não aceitou a ideia de autonomia política para os católicos, excepção da União Nacional – enquanto organismo no qual a intervenção organizada era aceite, esta limitação não estava só reservada para os católicos, mas todos os que intentavam o caminho de manifestação e resistência política.

Em Portugal, as manifestações de oposição da Igreja não estão isentas da influência do “arrefecimento” da própria Igreja Católica Romana com o Estado Novo, absorvendo internamente os católicos as críticas ao regime e ao papel da Igreja (Barreto, 2004), nomeadamente, na forma como Portugal assumiu e desenvolveu a sua intervenção política e religiosa nas colónias portuguesas e em África de modo geral. Expressão mais significativa a partir do final da década de 50 e 60, caracterizada pelo “sensível arrefecimento das relações do governo com os sucessores de Pio XII e, após a eclosão das guerras coloniais, uma crescente hostilidade ao regime português por parte de algumas faixas da opinião pública católica mundial” (Barreto, 2004, p.138).

A preocupação de Salazar com a influencia da Igreja Católica Romana em Portugal, traduzia-se em diversas esferas de influência(s), com o que o governo classificava de ideias progressistas e anticoloniais – nas críticas abertas que a Igreja em Roma fazia à guerra colonial, assim como à questão dos

estudos julgados subversivos que os jovens padres portugueses iam fazer a Roma ou a Lovaina e as ideias sociais e políticas perniciosas infiltradas em Portugal através dos contactos da Nunciatura com o clero e os católicos locais — tudo isto, se não fazia da Santa Sé uma potência inimiga, era contudo quanto bastava para ser classificada como uma preocupação permanente (Barreto, 2000, p.15)

A influência em Portugal dos Papas João XXIII e Paulo VI – os quais advogavam ideais católicos fundamentados em correntes internacionais de defesa dos direitos humanos e de renovação do papel da Igreja, contribuíram para abalar os argumentos de Salazar quanto ao papel que Portugal deveria assumir na sua contribuição para a evangelização dos povos Africanos, ou “o papel inspirador que a renovação do catolicismo universal desempenhou, sob os papas conciliares, na formação desses sectores católicos minoritários em Portugal” (Barreto, 2004, p.170).

Assim, nos finais dos anos 50, concretamente em 1958 (ano das eleições), “a Igreja portuguesa divide-se e Salazar começará a travar uma luta com os que ficarão conhecidos como «católicos progressistas» (Saraiva, 2020, p.115), católicos leigos^{XXII} críticos do regime, mas também à figura central da sua representação - cardeal Cerejeira (patriarca de Lisboa), condenando ao que chama de “erro progressista” (Barreto, 2003). O ano de 1958 (maio), terá constituído um marco do processo de contestação ao regime, num processo assumido de contestação política e movimento de resistência dento da igreja católica, associada às eleições presidenciais disputadas por General Humberto Delgado contra Américo Tomás com o apoio de algumas figuras da igreja e ao eclodir do caso do Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes.

O General Humberto Delgado, moveu multidões no País, incluindo no Porto “massas humanas desejosas de liberdade e de um líder político que as libertasse em primeiro lugar do medo, outro grande ingrediente da governação corrente de Salazar (Barreto, 2000, p.5), tratava-se de uma candidatura que se oponha ao regime de Salazar, que envolveu por parte de alguns católicos quer apoios quer críticas,

contra o sensível alinhamento da Igreja e da imprensa católica ao lado do candidato do regime. O Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que no âmbito da sua acção pastoral vinha assumindo um tom crescente de criticismo relativamente a vários aspectos da situação social e política do País,

^{XXII} Constituídos por grupos de intelectuais ligados à Igreja através de movimentos associativos, com destaque para a “acção católica”, organização católica através da qual muitos expressaram a sua contestação ao regime.

sofreu então pressões da parte de Salazar no sentido de agir segundo as conveniências do candidato do Poder, o almirante Américo Tomás (Barreto & Mónica, 1999, p.184)

Será relevante retomar a questão das eleições presidenciais de 1958 - com destaque para a candidatura de Humberto Delgado e o efeito estimulador de resistências social e política de oposição ao regime, nomeadamente no campo católico, para os contestatários ao regime e mesmo, para alguns apoiantes, com as consequentes divisões entre os católicos, fomentando o surgimento e agravamento de iniciativas de “protesto pela instrumentalização política da doutrina da Igreja e/ou dos católicos, e mais na expressão e extensão de críticas ao sistema político e à situação económica e social do País por parte de círculos cristãos apoiantes tradicionais do Governo” (Santos, 2016, p. 442). Consubstanciada em propostas de mudanças institucionais e sociais, algumas das quais “representavam, a prazo, a superação de determinados paradigmas definidores do próprio Estado Novo” (Santos, 2016, p.443).

Os movimentos de resistência de católicos e a sua “sensibilidade “ para as questões sociais e políticas “constitui-se como reação defensiva a algumas manifestações de anticlericalismo, desencadeadas sobretudo a Norte, e de combate aos perigos comunista e maçónico, antevistos nas posições oposicionistas” (Santos, 2016, p.443)

A carta memorando a Salazar na qual D. António Ferreira Gomes reclama a viabilidade do projeto democrata cristão em Portugal – em tom claramente crítico ao regime e à própria Igreja em Portugal, expressando esta estar “comprometida com o corporativismo e outras políticas do Estado Novo (excetuava então ainda a política ultramarina), estava “perdendo a confiança dos seus melhores que criticavam o regime e o comprometimento da hierarquia da Igreja com os poderosos” (Barreto, 2004, p.138). Os problemas de sustentação dos católicos ao regime, reforçam-se gradualmente na década de 60 pelo impacto da

escassez de “vocações” sacerdotais, com os numerosos abandonos do sacerdócio e com o declínio da prática religiosa dos fiéis a despovoar os seminários e as igrejas, tendências agravadas ainda pelo êxodo em massa da população rural para as cidades e para a emigração europeia (Barreto, 2004, p.138)

Agravada na sequência do

Concílio do Vaticano II, uma “crise de autoridade”, uma “quebra de obediência” e uma “contestação permanente” no seio das estruturas eclesiais – fenómenos muito glosados pelo então patriarca de Lisboa, que neles apontava a essência da debatida “crise da Igreja (Barreto, 2004, p.138)

No entanto, segundo Revez (2011) os movimentos de resistência na Igreja Católica, e de forma mais abrangente dos católicos, mais do que movimentos de grupos de resistentes, significam de modo mais estrutural uma crise de “*identidade*” de “*consciência*” e de “*autenticidade*” (Revez, 2011) de expressão caracterizada pela

tensão intrínseca ao próprio posicionamento de uma parte dos católicos na sociedade portuguesa, e de um conflito interno da Igreja entre centro e margens, sendo o centro uma esperança no rumo pós-conciliar que podemos situar até à publicação da encíclica Humana e Vitae e à desilusão gerada pelo logro da Primavera Marcelista (1968-1969); e as margens, a posição cada vez mais radical de alguns sectores que procuram alternativas a um impasse na renovação do catolicismo português, sobretudo a falência do paradigma que havia alimentado os movimentos de recristianização e restauração católica em face da erupção decisiva de paradigmas de pluralidade incompatíveis com uma visão unitária do lugar do catolicismo na sociedade. A crise dos católicos é, assim, uma crise da sua relação com a hierarquia, com o regime político e com a sua própria identidade; uma crise de consciência que se entrecruza com uma constante e tantas vezes gorada busca de autenticidade (Revez, 2011, p.152, sublinhado adicionado)

Uma crise de identidade (s), de consciência política por parte de alguns sectores dos católicos, motivada por fatores mais estruturais decorrentes das mudanças sociais e culturais e naturalmente motivações religiosas internas e externas que motivaram e sustentaram um ambiente propício à crise, ou melhor às crises.

Nesse sentido, mais do que uma crise da Igreja, a crise dos católicos ou do catolicismo resulta desta condição religiosa, acrescida da consciência de oposição social, de intervenção politizada de influência socialista e marxista, problematizando-se nas “atitudes críticas face ao regime e à hierarquia eclesial, entendidas a jusante das vivências, das práticas, dos compromissos e da espiritualidade do campo católico deste período” (Revez, 2011, p.150).

A influência das fações ainda que minoritárias dentro da Igreja Católica, bem como de sectores laicos, criaram ruturas progressivas dentro da própria Igreja, ou seja, não representa a Igreja como um todo,

foram aquelas “minorias activas” – como Caetano lhes chamava - de leigos críticos, sacerdotes contestatários, teólogos marginais, capelães e missionários pacifistas, bem como, no total, três ou quatro bispos inconformistas que permitiram que a Igreja portuguesa despisse um pouco a imagem nacional-católica de aliada do Estado Novo, criando com isso condições para uma transição democrática sem eclosão de “questão religiosa” e sem as há muito temidas e agitadas retaliações ou violências anticlericais (Barreto, 2004, p.170)

D. António Ferreira Gomes, apesar de não assumir atitudes de apoio direto à candidatura de Humberto Delgado, mas expressando as suas posições claras de contestação às políticas do regime, contribuiu para o ambiente de inquietação política que a candidatura de Humberto Delgado representava como contestação direta a Salazar – o “caso do Bispo do Porto” (Barreto, 2004), acentuando a sua importância como figura central de resistência da Igreja, sobretudo reconhecida pela atenção para as questões sociais, o que desde “cedo levantou contra si acusações de imprudência por parte dos governantes e de um setor do episcopado” (Santos, Rezola & Reis, 2018, p.220) – sendo que a própria figura de autoridade máxima da Igreja na figura Cardeal Cerejeira era visada sobre a “suposta separação das esferas religiosa e política” (Barreto & Mónica, 1999, p.185).

Para o Bispo do Porto, a Igreja tinha o dever de assumir um compromisso claro com as questões sociais, pelo que o “corporativismo de Salazar era também um problema da igreja, pois esta não podia abdicar da sua doutrina social” (Barreto & Mónica, 1999, p.185). Considerando, na linha do argumento de Revez (2011), a resistência da Igreja no Estado Novo como uma crise de identidade - fragilização da autenticidade, poder-se-á talvez afirmar que a indiferença da Igreja para com os problemas sociais, fragiliza um dos esteios caracterizadores do seu compromisso social com os mais desfavorecidos, o que para D. António Ferreira Gomes, fazia questionar as orientações descomprometidas da Igreja e sobretudo as posições assumidas pelo Estado Novo – e concretamente Salazar – de afastar a Igreja .

O seu sentido de independência em relação ao poder político, liberdade religiosa, defesa dos trabalhadores, a sua sensibilidade social e o seu reconhecido “sentido profético de denúncia de males sociais institucionalizados, é certamente porque foi alguém com pouca paciência para os suportar por muito tempo” (Tavares, 2008, p.42).

O memorando de D. António Ferreira Gomes enviado a Salazar a 13 de julho de 1958,

após a contestada derrota nas eleições presidenciais do General Humberto Delgado, compreende-se no ambiente de “oposição” política e social ao regime estabelecido pelas referidas eleições presidenciais, “as quais foram marcadas não só pelo aumento do número de setores cristãos no apoio da oposição, mas também de muitos católicos tradicionalmente apoiantes do governo, expressando críticas ao sistema político e à situação económica e social em Portugal [...] com expectativas de reformas sociais e institucionais” (Santos, 2014, p.98). Documento que de forma muito clara, “fazia a defesa da liberdade de associação fundada no direito natural e era crítico do corporativismo do Estado Novo” (Santos, Rezola & Reis, 2018, p.221).

Esta carta, efetiva a oposição do D. António Ferreira Gomes ao regime assumindo de forma clara críticas contra o sistema corporativo e a desatenção considerada gravosas para o país, às liberdades e questões sociais, compromisso que considerava ser campo de atribuições e compromissos da própria Igreja, posição que deixa clara nesta carta a Salazar, nomeadamente a possibilidade de “os católicos definirem e propagarem «o seu programa ou programas políticos» e apresentarem-se a próximas eleições, como modo de evitar ruína futura e «catástrofe» à Igreja” (Barreto & Mónica, 1999, p.184), reforçando esta possibilidade pelo alerta, para o risco do nascimento dos movimentos políticos veiculados à anarquia social comunista, em Portugal (Barreto & Mónica, 1999). D. António Ferreira Gomes, deixa deste modo, de forma clara na carta, a sua opinião sobre a possibilidade da Igreja, se puder organizar politicamente para a “criação em Portugal de um partido de democracia cristã” (Barreto & Mónica, 1999, p.184), expressão programática dos seus ideias, a ser apresentado às eleições legislativas de 1961, criticando a forma como Salazar não perspetivava esta possibilidade, posição assumida por ele no discurso às eleições presidenciais, a

dado ponto do seu discurso, Salazar referira-se displicentemente, como de costume, aos diversos partidos políticos que a oposição queria ter a liberdade de poder organizar, e mencionara entre eles, coisa estranha e inédita, um partido da democracia-cristã “ (Barreto,2000, p.17). D. António Ferreira Gomes, defende a existência desse partido, não pelo interesse dos interesses ou mesmo defesa da Igreja, mas “o problema era outro, segundo D. António, era de ordem civil e social (Barreto, 2000, p.17)

É ainda de salientar, que o impacto do conteúdo da carta assume superior relevância social e política, por desvelar uma evidência não assumida, nomeadamente, a de que

não era a Igreja, na totalidade dos seus membros, e dentro destes a maioria do clero, nem tão pouco os católicos portugueses, quem apoiava o Estado Novo- regime, mas sim algumas figuras da episcopado ou seja, da hierarquia da Igreja, com destaque para o Cardeal Cerejeira, entre outros.

Quando se percebeu o impacto da carta quer nos católicos, quer nos “não católicos”, Salazar acenou com o temor da suposta ameaça do comunismo em Portugal, procurando agitar as inseguranças do país, colocou ainda,

o paço episcopal e a diocese do Porto sob vigilância policial, mandou o Governo Civil do Porto interrogar o Bispo sobre as causas da divulgação da carta, intimou publicamente as autoridades eclesíásticas nacionais a meterem a Acção Católica e o clero na ordem (ao que as ditas autoridades anuíram o melhor que puderam), apelou aos Estados amigos de Portugal, entre os quais a Santa Sé, e debelou a crise pelas habituais medidas de repressão. A retirada do bispo da diocese passou a ser reclamada ou sugerida confidencialmente, quer através da embaixada portuguesa no Vaticano, quer em cartas de Salazar ao Núncio contra a própria Concordata (Barreto, 2000, p.6)

No âmbito do impacto público do percurso de oposição de D. António Ferreira Gomes ao regime e até ao poder da Igreja Católica e concretamente, as posições assumidas de objeção ao Cardeal Cerejeira, a carta constituiu uma forma de resistência assumida - escrita e, portanto, não inegável, às posições do Cardeal e à própria Igreja – críticas à separação de poderes – uma vez que para “D. António, o corporativismo de Salazar era também um problema da Igreja, pois esta não podia abdicar da sua doutrina social” (Barreto & Mónica, 1999, p.185). Para Salazar, o Bispo do Porto constituía “um ataque político ao governo, o qual era incompatível com o Estado a sua presença à frente da Diocese do Porto”(Santos, 2014, p.104).

Reconhecendo a sua relevância o “caso” do Bispo do Porto (tratava-se da segunda maior diocese do país), integra-se num movimento mais alargado de resistência dos católicos ao regime Salazarista,

assim simplesmente rotulados significando em geral militantes e responsáveis da Acção Católica, além de raros membros do clero. O acto corajoso de D. António, com toda a divulgação que teve, mesmo se involuntária, tornava subitamente aquele processo de contestação muito mais consistente, emprestando-lhe o Bispo a sua autoridade e prestígio (Barreto, Mónica, 1999, p.185)

A carta teve um forte impacto nos católicos e no público em geral. Em reação Salazar ameaçou com a dissolução da Ação Católica e a denúncia da Concordata com Roma, tentando a destituição do bispo, e/ou a sua saída do país

Um ano foi necessário para que Salazar conseguisse concretizar os seus intentos – o exílio de D. António Ferreira Gomes (impedido de regressar após umas férias no estrangeiro) - concretamente em 1959, após pressões junto de várias instâncias, com destaque para a Santa Sé, com a cooperação

de um destacado membro do episcopado português, D. José da Costa Nunes (Arcebispo resignatário de Goa, ex-Patriarca das Índias, Arcebispo in partibus de Odessus e vice-camarlengo na Cúria romana), averbando assim uma primeira vitória parcial contra o Bispo do Porto. O ditador estava decerto longe de imaginar que seria também a última (Barreto, 2000, p.7)

A jornada de contestação não terminou com o exílio do Bispo do Porto, apesar de Salazar afastar do país uma das mais prestigiadas figuras da Igreja, considerado por ele como o principal promotor da desarmonia entre os católicos, entendendo que este tinha estimulado a divergência

nos seus espíritos que antes estariam tranquilos, muito maior ia ser a onda de reprovação suscitada no meio católico contra o governo no seguimento da expulsão do Bispo do Porto e do regresso da Igreja e do país à velha normalidade (Barreto,2000, p.7)

Contrariamente ao que pretendia Salazar, o exílio do Bispo do Porto agudiza a “mobilização política dos católicos e da sua divisão entre apoiantes e opositores do regime” (Barreto, 2000, p.7), sem que com essa saída se concretizasse a tão desejada por Salazar retirada da sua diocese.

O Bispo – agora no exílio, conservou uma relação não pacificadora com “o administrador apostólico da sua diocese e com parte do episcopado português, o qual, liderado pelo cardeal Cerejeira nunca se solidarizou com ele, conservando publicamente durante uma década um silêncio ambíguo e comprometido” (Santos, Rezola & Reis, 2018, p.222).

A cumplicidade da Igreja Romana, permitiu que D. António Gomes Ferreira, mantivesse a arquidiocese do Porto reassumindo-a no seu regresso, já com Marcelo Caetano como Presidente do Conselho. O «caso do Bispo do Porto» terminaria no essencial, com o regresso do prelado à sua diocese, onde reentrou a 6 de Julho de 1969” (Barreto, 2004, p.186) – as condições do seu regresso serão abordadas no ponto seguinte deste

capítulo.

Não foi, no entanto, por falta de pressão política de Salazar junto da Igreja em Portugal, e mesmo na marcada tentativa de influência na Igreja Católica Romana, ao ponto de o mesmo fazer constar que

D. António Ferreira Gomes tinha enlouquecido, não haveria, porém, de conseguir obter a sua substituição formal à frente da diocese, como com grande perseverança tentou. Nesse braço de ferro, que durou até à chegada de Marcelo Caetano ao governo em 1968 Salazar e os ministros Marcelo Matias e Franco Nogueira foram vencidos pela inflexibilidade não só do Bispo, mas também do Vaticano (com destaque para Tardini), à «destituição canónica» de D. António, deixando-lhe a liberdade escolher o seu destino (Barreto & Mónica, 1999, p.186)

No entanto, só com Paulo VI, “numa audiência concedida já em 1969 a D. António, lhe deu luz verde para nova tentativa de voltar a Portugal, consciente embora, como explicou ao Bispo, de que o governo português e a maioria do episcopado (incluindo o Cardeal-Patriarca, como D. António já sabia) não achavam oportuno o seu regresso, por temerem alegadas perturbações.

Tentando dar uma visão panorâmica, da relação de Salazar com a Igreja, não pode deixar de ser apontado como significativo, no início a relação “interessada” e de certo modo comprometida com a Igreja, como forma de um aliança estratégica para a sua vida pública – “Mais” Igreja – como se assumiu no título deste capítulo, para a passagem gradual de rutura com esta – nomeadamente com significativos grupos de católicos em Portugal, e sobretudo, com a Igreja Romana, “indignado com as encíclicas de João XXIII e Paulo VI, que defendem abertamente a descolonização e quase ignoram a missão evangelizadora dos portugueses. Amargurado com a Igreja, que não com a fé, será assim que Salazar acabará os seus dias” (Saraiva, 2020, p.116).

Na fase final do Estado Novo Salazarista no contexto da Guerra Colonial, reforçam-se alguns movimentos de contestação por parte dos leigos católicos, assistindo-se nas últimas décadas de governação Salazarista em Portugal “à formação gradual de uma inédita vaga de dissidência política católica, protagonizada por grupos de jovens militantes e intelectuais com ligação às organizações da Acção Católica e a algumas figuras tutelares do clero” (Barreto, 2004, p.139), por onde passaram muitos dos opositores católicos ao regime.

As divisões internas na Igreja Católica, têm impacto no regime de Salazar traduzidas na contestação ao Estado Novo, e concretamente, com repercussões diretas na oposição da sua figura como chefe de estado “uma luta contra uma ala que ficará conhecida como «católicos progressistas» - a que o Presidente do Conselho chamará com inegável graça «peixinhos vermelhos a nadar em água benta» (Saraiva, 2020, p.116).

A fase final do Estado Novo é balizada pelo fim de Salazar no poder em 1968, e a subida de Marcelo de 1968 até 1974 (25 abril), fase marcada pela oposição significativa da Igreja ao Estado Novo, na qual os opositoristas católicos “aparecem como uma força política relativamente unificada e aparentemente, capaz de se transformar num partido, questão que muitos julgam eminente em 1965” (Almeida, 2004, p.278), aspetos que se desenvolverão no ponto seguinte, com especial atenção a relação do Estado Marcelista com a Igreja Católica.

2.3 - O Estado Novo e a Igreja com Marcelo Caetano no Poder (1968-1974) - Mudam-se os Tempos Agudizam-se a(s) Resistências(s)

Na fase final do Estado Novo – correspondente ao período político da governação de Marcelo Caetano (1968 a 1974), regista-se um progressivo afastamento do apoio da Igreja face ao Estado, mas sobretudo, o reforço dos movimentos de resistência na Igreja Católica.

A subida de Marcelo Caetano ao poder, constitui um importante ponto de viragem na vida política do país. No dia 27 de setembro de 1968 Marcelo Caetano toma posse como Presidente do Conselho, a convite do então presidente da República Américo Tomás mantendo-se no “poder durante 67 meses, até à madrugada de 25 de abril de 1974, quando um movimento de capitães derrubou o regime e instaurou a democracia” (Fernandes, 2018, p.19).

A vida económica do país, é enquadrada pelo III Plano de Fomento, destinado a ser cumprido durante os anos 1968-1973, e preparado durante a vigência do Plano Intercalar, o qual tinha como motivação política para Marcelo Caetano, o que

ele mesmo designou por «renovação na continuidade», os grandes objectivos mantinham-se, mas os novos termos em que se punha o prosseguimento da modernização da economia e indústria portuguesas, foram efectivamente (ainda que transitoriamente e sem grande êxito) alteradas (...) correspondeu ao encerramento de uma época e coincidiu com o fim do grande ciclo político do salazarismo (Rollo, 2007, p.128)

O Despacho Ministerial de 23 de março de 1970, oficializa a abertura económica e social do Governo português à Europa, conduzindo à crescente articulação com o espaço económico europeu, reclamando a necessidade de

proceder ao estudo da situação presente e das possibilidades futuras no que respeita aos processos da participação do País nos movimentos que têm por objectivo a integração económica da Europa. No mesmo sentido foi então criada a Comissão de Estudos sobre a Integração Económica Europeia, composta por alguns dos mais influentes diplomatas portugueses, presentes nas negociações internacionais desde os tempos da OCCE, a que se juntam alguns dos mais destacados economistas portugueses da época (Rollo, 2007, p.132)

Ao nível internacional, o impacto da crise económica – subida do preço do petróleo – que acompanhou todo o período governativo Marcelista, a que se somou os efeitos de desgaste e instabilidade política provocados pela contestação à Guerra Colonial, teve como resultado que - “a inflação disparou, atingindo os dois dígitos em finais de 1973, e a confiança dos agentes económicos estava já seriamente abalada. Marcelo Caetano teria procurado, sem sucesso, reagir a esta complexa situação de crise” (Rollo, 2007, p.134).

A reação de Marcelo Caetano a esta crise, traduziu-se na abertura (ainda que ténue) da economia nacional e conseqüentemente do país, nomeadamente, o incremento das exportações, a “adesão à EFTA, o rápido crescimento da emigração, o acordo comercial celebrado com a CEE (1972)” (Rollo, 2007, p.139), mas, no entanto, a inflação não foi evitada e conseqüentemente afetado o necessário desenvolvimento social e económico e social.

A contextualização socio histórica, permite compreender a tonalidade do país neste período ao nível económico e social – um país mais aberto às influências externas, que se terá traduzido numa sociedade com possibilidades de absorver sensibilidades para os valores sociais e individuais, tais como - justiça social, liberdade individual, direitos políticos, económicos, e também a abertura para movimentos culturais e sociais que se viviam na Europa. Condições num país que enquadraram a relação da Igreja com o Estado Novo, caracterizada pelo reforço dos movimentos de resistência, quer no interior da Igreja Católica, quer no que se refere às figuras intelectuais integradas em instituições católicas – os “católicos progressistas”.

A designação “católicos progressistas”, é considerada por Almeida (2004), a que melhor expressa substantivamente os movimentos de oposição no período Marcelista (finais dos anos 60/anos 70), tendo mudado “bastante desde o seu aparecimento no pós-II Guerra Mundial até à década de 70: a conotação pejorativa que lhe atribuem os católicos conservadores vai cedendo lugar a uma conotação positiva e mais genérica (católicos a favor das liberdades)” (Almeida, 2004, p.276).

Ainda, segundo o mesmo autor, a oposição assumida nas primeiras décadas do Estado Novo, por alguns grupos de católicos - “oposicionistas católicos” – é caracterizada por constituírem movimentos mais vastos de resistência que ultrapassam a proposta

política partidária, motivados pela invocação da “«consciência cristã» que não pode tolerar os métodos repressivos da PIDE, pela Doutrina Social da Igreja e a herança dos «católicos sociais» dos anos 30 e 40 que defendiam um corporativismo de associação contra o corporativismo de Estado” (Almeida, 2004, p.277).

Marcelo Caetano, encontra um terreno interno de instabilidade e resistência católica, caracterizado pelo frágil apoio político por parte dos católicos herdado do regime Salazarista, enquadrado por um contexto externo de não apoio da Igreja Católica Romana ao governo de Marcelo Caetano – ainda presente a questão da guerra colonial (África), situação que aproveitou não propriamente para “uma viragem diplomática, mas uma política de pequenos passos e actos simbólicos, criando, porém, com isso problemas inesperados e graves ao governo” (Barreto, 2004, p.1).

A estas condições, juntaram-se as críticas da opinião pública internacional – forte desapoio à guerra colonial, apesar do

apoio material de grandes empresas estrangeiras com interesses no Ultramar, como o petróleo, os diamantes, etc. Havia muitos líderes, mas o povo estava despolitizado. A contestação estudantil só podia dar frutos a longo prazo: os emigrantes, apesar de viverem em países democráticos, mantinham-se à margem da política: a Igreja católica, devido aos meios que dispunha, talvez pudesse fazer mais. A curto prazo, os portugueses encontravam-se num “beco sem saída” (Almeida, 2004, p.292)

As desmonstrações de resistência por parte dos católicos, foram claras e expressivas desde o início do governo Marcelista, contrariando o esforço do próprio Marcelo Caetano de “captação e reunificação do campo católico em apoio do governo e do seu programa de “renovação na continuidade” (Barreto, 2004, p.1).

Contudo não se pode deixar de assinalar que existiram grupos que viram na subida de Marcelo Caetano ao poder, “uma possibilidade de transição pacífica para a democracia” (Almeida, 2004, p.274), dando uma margem de oportunidade, que posteriormente vai também ser seriamente abalada. Ou seja, se se atender que nos inícios do exercício governamental existiu um “período de bipolarização política - leia-se divisão política. A talvez maioria dos católicos contestatários surgiu, nas eleições de 1969, na oposição a Marcelo Caetano” (Barreto, 2004, p.18) - as posições extremadas dos católicos, expressam uma completa e prolongada insatisfação no campo interno com a continuação da guerra colonial, “mas também por factores externos de carácter

ideológico e teológico - o Maio de 68 e a Teologia de Libertação da América Latina (Almeida, 2004, p.284).

Neste quadro de clima contestatário mantinha-se uma questão central e sensível por resolver - o “caso do Bispo do Porto”, explicada pela manutenção das relações de forças entre a Santa Sé e o governo português, assim, em 1968, por causa da “intransigência recíproca do velho ditador e da diplomacia romana, o caso do bispo do Porto expulso do país continuava sem solução. Foi esse um dos primeiros dossiers “católicos” que Marcelo Caetano teve entre mãos ao tomar conta da governação” (Barreto, 2004, p.13). O regresso do Bispo do Porto – D. António Ferreira Gomes, constitui para Marcelo Caetano uma estratégia política de duplo interesse – por um lado, ia de encontro às reivindicações e expectativas dos católicos contestatários ao regime que reclamavam o seu regresso, por outro lado, ia de encontro à perspectiva do Vaticano que se manteve ainda que indiretamente no apoio ao Bispo (não deixa de ser significativo o Bispo do Porto ter mantido o Bispado na Diocese do Porto).

A sua vinda para Portugal em 1969, teve como condição prévia para Marcelo Caetano, a “garantia” de que o seu regresso não iria alimentar a discórdia aberta que D. Antonio Ferreira Gomes exerceu inclusive durante o exílio. Esperava Marcelo Caetano, ser interpretado com esta decisão que estava a ter um gesto de “boa vontade” para com os católicos, ainda que, vislumbrando ganhos estratégicos de apoio político (de salientar o apoio ao regresso de figuras importantes da Ala Liberal como Francisco Sá Carneiro). Não foi no entanto o que aconteceu, pois, de facto “as tensões entre o Bispo regressado e o sector ultraconservador do regime não se desvaneceram, não tardando a reaparecer em 1972 ” (Barreto & Mónica, 1999: 186).

A decisão política do regresso do Bispo do Porto, enquadra-se ainda num conjunto de medidas de abertura e de apoio do governo a antigas vontades da Santa Sé, nomeadamente, a inclusão do “nome de Deus na Constituição durante a revisão de 1971: oficializou as primeiras faculdades da Universidade Católica portuguesa” (Almeida, 2004: 279), mas ao mesmo tempo, não aceitou uma considerada central pelo grupo Liberal, encabeçada pelo Francisco Sá Carneiro – a alteração da Concordata no que se refere ao artigo que impedia a dissolução do casamento religioso.

Neste sentido, pode-se considerar que a contestação católica, não invalidou a

cooperação e compromisso entre a hierarquia da Igreja, e o Estado Marcelista - a “Revisão Constitucional, de 26 de Julho de 1971, e o Decreto da Assembleia Nacional sobre liberdade religiosa, de 29 do mesmo mês e ano, constituem um progresso no reconhecimento dos direitos das confissões religiosas minoritárias, mas não põem em causa o estatuto da Igreja Católica garantido pela Concordata de 1940” (Almeida, 2004, p.275).

O clima relacional entre o Estado e a Igreja neste período era de “evolução nas ideias e prudência na acção. A evolução era temida pelos sectores mais conservadores e a prudência não satisfazia os sectores mais radicais que pediam uma denúncia clara das injustiças vigentes” (Almeida, 2004, p.282).

As relações do governo com a Santa Sé, foram tensas, o jogo de forças no sentido de reforçar mais o que dividia, do que naquilo que unia, o “Vaticano deixara de ver o colonialismo português como um meio de cristianização e, desde o pontificado de João XXIII, mostrava-se favorável à via negociada para a descolonização” (Almeida, 2004, p.279), apesar do discurso de Paulo VI, revelar algumas

mensagens tranquilizadoras e de encorajamento a Marcelo Caetano, que na opinião do papa precisaria “que o deixassem tranquilo para a continuação da sua obra”, acrescentando que “era preciso poupar Portugal a tudo o que provocasse qualquer movimento de protesto ou de perturbação” (Barreto, 2004, p.147)

Algumas opções de Marcelo Caetano, assumidas nos últimos anos de governação, terão porventura potenciado a relação discordante, mas ainda diplomaticamente “cordial”, entre as duas instituições – destacando-se com particularidade a

guerra colonial e nomeadamente, os massacres em Moçambique, na província de Tete, denunciados por missionários católicos, agravarão os conflitos com a Santa Sé: o governo português expulsará, em 1971 e 1972, várias congregações religiosas de território moçambicano e, em Fevereiro de 1974, o bispo D. Manuel Vieira Pinto (Almeida, 2004, p.280)

Será ainda de assinalar como um facto relevante, a sucessão do Cardeal Cerejeira - D. António Ribeiro - eleito da Santa Sé pela sua figura máxima Paulo VI, não desejado do governo Marcelista, mas expectante e esperançoso para os católicos, uma figura com uma

personalidade moderada, sintonizada com o espírito do Vaticano II e que dera mostras de independência face ao regime. A escolha concretizada na

nomeação em 10 de Maio de 1971 parece ter surpreendido negativamente - o poder político “. Quando D. António Ribeiro sucede a Cerejeira conta apenas 42 anos - é «o futuro» da Igreja Católica em Portugal” (Almeida,2004, p.281)

Ainda sobre D. António Ribeiro, não deixa de ser significativo que este bispo agora eleito para o mais alto cargo da Igreja em Portugal, nunca tinha sido anteriormente titular de uma diocese – foi bispo auxiliar de Braga em 1967 e de Lisboa em 1969. A sua nomeação, constituiu possivelmente uma posição de afirmação da autoridade, ou, talvez no mínimo de afirmação da autonomia da Santa Sé junto do governo português, “que viria a ter importantes consequências para a Igreja portuguesa, mas que já só teve lugar a meio do consulado de Marcelo Caetano” (Barreto, 2004, p.12).

Nos anos finais do Estado Marcelista, o agora Cardeal de Lisboa demarca-se do regime - como exemplo significativo poderá ser citado o episódio da Capela do Rato – um evento levado a cabo por católicos e não católicos – manifestação de apoio ao término da Guerra Colonial - celebração da Paz, que termina na invasão pela polícia do regime, numa atitude repressiva e de controle, à qual não ficaram impunes o pároco que nessa noite foi preso, levando a que D. António Ribeiro vá “exigir a libertação do Pe. António Janela e recusa-se a sair enquanto a sua exigência não for satisfeita” (Almeida, 2004, p.283). Episódio que também teve um relevante impacto político, levando à demissão por exemplo de Francisco Sá Carneiro, e da vontade expressa de seguir as suas pisadas por outros elementos da Ala Liberal.

Ainda, sobre as posições do Cardeal de Lisboa, sobre o episódio da Capela do Rato – a contestação embora prudente de desencorajamento destas iniciativas por parte dos católicos opositores ao regime, não podem ser interpretadas como forma de

desconcorajamento da procura, por parte dos católicos e dos homens de boa vontade, das soluções concretas que levam à paz baseada na verdade, na justiça, na caridade e na liberdade, que é o mesmo dizer, num esforço de objectividade e lucidez, de respeito pelas pessoas e seus direitos, de diálogo e colaboração, de empenhamento e responsabilidade». Apesar da prudência da nota e da desautorização da vigília, pela primeira vez o Cardeal Patriarca condena publicamente uma acção repressiva concreta do Estado Novo (Almeida, 2004, p.283)

Segundo Almeida (2004), existe um outro evento significativo que representa a expressão clara como o Cardeal D. António Ribeiro vai-se aproximando da oposição, caracterizando por sua vez, a relação com o regime Marcelista, trata-se do

encontro, em data indeterminada no início de 1973 em Roma entre D. António Ribeiro e Mário Soares. Mostra duas vontades de mudar as relações entre o poder político e a Igreja Católica. Soares, que desde o período da orientação católica de O Tempo e o Modo na década de 60, dera passos no sentido de romper com a tradição republicana anticlerical, quer manter relações cordiais, ou pelo menos de não hostilidade com a Hierarquia católica. D. António Ribeiro deseja descomprometer a Igreja Católica do regime, inteirar-se do ponto de vista e eventualmente manter boas relações pessoais com um líder da oposição moderada (Almeida, 2004, p.283)

No fim no consulado Marcelista, em concreto em 1972, regista-se uma acentuação das resistências e de completa desesperança (contrariando alguma tendência inicial por parte dos setores moderados), por parte dos católicos oposicionistas em relação ao governo Marcelista, bem como de algumas figuras políticas representativas da esquerda, assumindo de forma unísona de que não existia qualquer possibilidade de mudança(s) no regime com Marcelo Caetano no poder^{XXIII}. Posições assumidas na publicação denominada

A Situação Política Portuguesa - O fracasso do reformismo, impressa na Tipografia Gaio & Leal, em Lisboa, com uma tiragem de dez mil exemplares. O texto é assinado por muitas personalidades de esquerda - socialistas, comunistas e católicos (Francisco Neto, Francisco Pereira de Moura, Luís Moita. Nuno Teotónio Pereira) e divulgado pela Rádio de Argel que atribui a autoria à CDE. Os signatários constataam o fracasso das reformas marcelistas na Economia, levando uma população empobrecida a emigrar, na Educação, nos sindicatos corporativos, na Saúde, na política colonial (com o prolongamento indefinido da guerra e o reforço das posições do capitalismo internacional nas colónias portuguesas) (Almeida, 2004, p. 289)

Nos últimos do Estado Novo, alguns destes grupos católicos acentuam as suas posições, motivados pela sua completa insatisfação com uma guerra que não parece ter fim – guerra colonial e absorvendo o impacto dos movimentos estudantis em Paris – maio de 68, criticam o capitalismo e apresentam um ideário político socialista.

necessidade da «Revolução», discute-se o problema da «violência» em política e as vantagens da «socialização dos meios de produção». A Carta Apostólica Octogésima Adveniens sobre o Octogésimo Aniversário da Encíclica Rerum Novarum 13 é lida pelos católicos progressistas como uma abertura a uma tomada de posição socialista por parte de católicos (Almeida, 2004, p.278)

^{XXIII} Segundo João Miguel Almeida (2004), a criação da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social em 1970, cujos princípios assentavam numa visão da sociedade pluralista, promotora do desenvolvimento cultural, político e humano, e que representava uma posição crítica ao regime embora moderado, era indiciador que católicos e não católicos consideravam ser difícil uma transição tranquila dentro do regime de Marcelo Caetano.

Em jeito de notas conclusivas, poder-se -á referir que a cumplicidade da igreja na manutenção e durabilidade do regime – Estado Novo, que caracteriza o período inicial do governo Salazarista, foi-se de traduzindo ainda durante este período para um evoluir tensional que o “caso do Bispo do Porto” constitui um bom exemplo. A tese da separação de poderes de Paula Borges Santos (2014) - não significando autonomia (total) da Igreja dado que os governos quer de Salazar quer de Caetano não deixaram de exercer o seu poder, parece ser a que melhor traduz a relação do Estado Novo e Igreja.

Com Marcelo Caetano, as relações complexificaram-se e extremaram-se, este tentou seduzir alguns católicos mais moderados – sem sucesso, e reprimiu os católicos opositoristas mais radicais, o resultado, poderá ao que tudo indica ser questionado, quer para o governo Marcelista, quer para os católicos “progressistas”. A transição política que se pretendia pacífica defendida pelos políticos da Ala Liberal (com destaque para um dos seus elementos mais relevante Francisco Sá Carneiro) não aconteceu, nem Marcelo Caetano conseguiu diluir as tensões e “satisfazer” os católicos nas suas reivindicações.

A(s) relação(ões) do governo de Salazar e de Marcelo Caetano com a Santa Sé, terão constituído um terreno desfavorável para os interesses e opções, ao longo de todo o período do Estado Novo, com destaque para a sua fase final, se consideramos as incompatibilidades intransponíveis criadas pela “infundável” guerra colonial, não valendo sequer o mote adotado pelo governo de cristianização dos povos africanos, que não só não convenceu a Santa Sé, como à luz dos princípios renovadores da Igreja dos novos tempos, era humanisticamente incompreensível.

A oposição católica caracterizada pela diversidade da sua ação – ativou muitos contextos opositores ao governo ainda que de base organizativa informal, foi segundo João Miguel Almeida (2004), uma fraqueza que em parte, constitui

a sua força, ao relacionar-se e colaborar com sectores muito diferentes da oposição. As suas acções tinham um impacto particular porque punham em causa um pilar ideológico do regime - a identificação dos interesses da Igreja Católica com os interesses do regime e obtinham um notável eco internacional - quer em organizações da Igreja Católica como a JOC internacional ou as Comissões Justiça e Paz: quer na imprensa estrangeira católica (Informations Catholiques Internationales, Témoignage Chrétien, etc) ou não católica (Le Monde, New York Times, etc.). Eram jornais de países democráticos, sujeitos ao escrutínio da opinião pública que se integravam na

mesma aliança militar de Portugal - a NATO. Pelos debates e intervenções da oposição católica passou parte das transformações mentais e culturais que fariam do 25 de Abril uma esperança de liberdade e justiça (p.293)

Capítulo 3 – A questão Urbana e Habitacional no Estado Novo: o Caso do Porto

Apresenta-se uma visão histórica da intervenção pública do Estado Novo no campo das políticas urbanas, destacando algumas das opções assumidas no enfrentamento da questão urbana e habitacional neste período.

Compreender a “política habitacional” no Estado Novo, implica enquadrar e questionar as suas preocupações e finalidades políticas e sociais.

Veremos que, em geral, as teses revisitadas sobre a política de habitação económica no Estado Novo caracterizam-na por ter sido longa no tempo – foi implementada ao longo de todo o regime; diversificada - porque foi constituída por diversos programas e com várias fontes de financiamento, oscilando entre a hegemonia da mobilização do erário público (banca pública, câmaras municipais e organismos da previdência social), corporativo e privado; expansiva - uma vez que foi experienciada em diversos locais do território nacional e ilhas, apesar de ter tido maior expressividade na cidade de Lisboa e do Porto; e, por fim, permitiu o alcance de “um novo nível de modernização, conseguido, por sua vez, pela reorganização do Estado e, em especial, pelas suas novas instituições que operaram também no registo de uma nova funcionalidade, doutrinariamente identificada como corporativa” (Ramos et al., 2014, p.52).

No entanto, outro traço que lhe é atribuído, prende-se com o facto de a política de habitação no Estado Novo não ter resolvido a “questão social”, ou seja, não beneficiou os largos estratos sociais com médios e baixos rendimentos (como foi ideologicamente defendido pelo governo), mas, fragmentou a sociedade, criando exclusões sociais e diferenciação – tanto entre classes, como no seio das mesmas. Assim, terá servido para a promoção e manutenção do sistema social, refletindo as visões ideológicas do próprio regime, assente numa sociedade organicista e socialmente estratificada, em que a ausência de uma política social de habitação reflete tão só a inefectiva política social em termos gerais (Bandeirinha, 2007; Loureiro de Matos 1994; Pereira, 2003; Pereira, 2011; Ramos et al., 2014; Teixeira, 2015).

Como salientam Ramos *et al.* (2014)

se a necessidade da repressão e do enquadramento da população integravam o projeto político do “Estado Novo” que se procurava fundar no país, a lógica “orgânica” que se almejava para o seu funcionamento era visada no tratamento “específico” que se reservava para a “questão social”. Com efeito, o propósito revolucionário de fundação de um “Estado Novo” é também informado por um modo “nacional” de tratamento das relações entre o capital e o trabalho e, com este, de reconhecimento dos problemas sociais do país (p.58)

Perante esta argumentação, como se define a política habitacional no Estado Novo? As teses elaboradas a partir do seu estudo, defendem que os programas de habitação implementados foram sobretudo reativos às consequências relacionadas com o aumento demográfico, os fluxos migratórios das zonas rurais para as cidades, as limitações da oferta habitacional nas cidades e a acomodação das pessoas a soluções que não garantiam as condições sanitárias e de salubridade.

Ou seja, o enfrentamento da “crise habitacional” gerou o investimento na habitação, enquanto o assumir de responsabilidades públicas (diretas ou promotoras) no Estado Novo, tendo sido lançados alguns programas, sem, no entanto, constituírem substancialmente uma política estrutural, e com limitados impactos sociais na promoção do bem-estar das populações (Bandeirinha, 2007; Loureiro de Matos, 1994; Pereira, 2003; Pereira, 2011; Ramos et al., 2014, Teixeira, 2015).

De qualquer modo, não se deve olhar para os 40 anos do regime do Estado Novo, no que concerne à política de habitação (tal como nas restantes questões) de forma homogénea, pelo que assinalaremos aqui, de seguida, algumas mudanças que podem ser identificadas no seu itinerário histórico.

Os primeiros anos da institucionalização do Estado Novo não promoveram uma rutura significativa com a política que vinha sendo traçada para a habitação económica em meio urbano herdada da Primeira República – nomeadamente, o desenvolvimento do “Programas de Casas Económicas”, decorrente da publicação da primeira lei que apontava as orientações públicas para a habitação social em 1918, aquando da vigência do governo de Sidónio Pais, sobretudo orientada para os promotores privados, apesar da abertura à promoção pública.

Em geral, nas primeiras décadas do século XX, a intervenção dos poderes públicos no campo da habitação, caracterizaram-se pela visão minimalista, essencialmente higienista (evitar a generalização das doenças), filantrópica quanto à regulação do

crescimento urbano e conseqüente desorganização social (descontentamento e conflitos sociais).

Impondo-se progressivamente a necessidade de uma estratégia política mais regular, as orientações serão prioritariamente orientadas para

aspectos de índole mais infraestrutural, como o muito necessário saneamento básico, e os seus horizontes de ação estarão sobretudo focados nas classes médias urbanas – que, a partir de 1910, serão o suporte, não sem hesitações (desde logo, a Norte) da República implantada. assim, as preocupações no domínio habitacional estarão sobretudo orientadas para a prevenção do crescimento das rendas urbanas (Pereira, 2011, p.548)

A atualização do “Programa de Casas Económicas”, instituído pelo Decreto-Lei nº 23 052, de 23 de setembro 1933, constitui-se como a “primeira iniciativa alargada e sistemática de construção de habitação pelo Estado Português” (Agarez, 2018, p.85). Assente num discurso de crítica às opções tomadas pelo anterior governo republicano, teve como intenção promover as entidades privadas tornando a sua ação economicamente atrativa. A legislação publicada defeniu as “facilidades e incentivos à fixação de rendas, expropriações, fiscalidade e crédito à construção de «Casas Económicas», insistindo na possibilidade de canalização, para este fim, do património de instituições de assistência, mutualidade e beneficência” (Agarez, 2018, p.19).

No entanto, as opções assumidas nos primeiros anos do salazarismo “dialogaram estreitamente com o que fora a política para a construção e venda das casas económicas da Ditadura Militar, que herdara o fracasso dos primeiros bairros de habitação económica, iniciados em 1918 e que se arrastavam ainda em 1926” (Ramos et al., 2014, p.40). Questões estas escamoteadas pelo discurso oficial do Estado Novo, que difundia a defesa de uma política habitacional distinta, assente no dito reconhecimento da necessidade de intervenção do Estado como principal promotor da habitação em Portugal.

Substantivamente identificam-se no programa das Casas Económicas duas fases principais. A primeira, que decorre entre 1933 e 1945, constitui-se, sobretudo, como um período de organização de serviços e instrumentos financeiros, iniciando-se a intervenção direta do Estado (com o Decreto-Lei n.º 23 052 de 1933) na construção de casas económicas, em parceria com as câmaras municipais, e os órgãos corporativos, concedendo facilidades na compra de terrenos, facilidades fiscais (isenção de impostos),

e facilidades na concessão de empréstimos. Ainda nesta fase, sobretudo a partir de 1938, o Estado (Decreto-Lei n.º 28 912 de 1938) gradualmente limitará a intervenção mais direta "introduzindo as modalidades necessárias para captar a participação do capital privado, das instituições de previdência social e organismos corporativos. No Porto constroem-se doze bairros de casas económicas entre 1935 e 1950, totalizando 1662 alojamentos" (Matos, 1994, p.687).

A segunda fase, que decorreu entre 1945 e 1974 (com marcado alargamento no pós 2ª guerra Mundial) - constitui o período de sustentada "concretização do Programa" (Pereira & Queirós, 2019). Assim, nesta segunda fase definiram-se e implementaram-se algumas das principais medidas para a sua concretização (Matos, 1994; Pereira, 2019; Pereira, 2011; Queirós & Teixeira, 2015).

O Programa de Casas Económicas, no que se refere à atribuição das habitações, foi dirigido sobretudo a estratos sociais médios, enquanto "estratégia sociopolítica do regime, privilegiando a sua base de apoio em detrimento das camadas (ainda) mais necessitadas da população, foi abertamente assumido pelas próprias estruturas que, na orgânica do governo, dele se encarregaram" (Agarez et al., 2018, p.22) . Assim, quem tinha acesso ao programa eram as populações "favorecidas" pela sua relação de serviço com o Estado, constituída por empregados, membros dos sindicatos nacionais, civis e militares e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais (Agarez, et al., 2018). Ou seja, habitações para famílias de grupos sociais, constituintes da pirâmide social de apoio do regime, mas com possibilidades de acesso às mesmas. Sendo assim, as proclamadas preocupações com o alojamento das classes trabalhadoras, de facto não se efetivavam - eram elegíveis para o acesso à habitação, as famílias com uma condição de estabilidade no emprego e conseqüentemente com condições financeiras para garantir os encargos. As outras famílias, seriam as que teriam dificuldade de aceder às "casas" e conseqüentemente, viveriam em circunstâncias de maior mal-estar habitacional.

O carácter de seletividade social do Programa de Casas Económicas afastavam-no das necessidades sociais de grande parte das famílias com dificuldades marcadas de alojamento, assumindo-se este programa público de habitação, como um "instrumento de regulação macrossocial ao serviço da instituição e consolidação do sistema

corporativo e do reforço da lealdade de importantes segmentos da população à sepear deste carácter de seletividade e, conseqüentemente, de promoção da desigualdade social

acabará por ser abertamente assumida, quer no discurso oficial sobre o problema da habitação, quer na legislação publicada subsequentemente, a qual veio, por um lado, criar iniciativas destinadas aos grupos sociais com menores rendimentos (como o Programa de Casas Desmontáveis, aprovado em 1938, o plano de construção de «casas para famílias pobres», publicado em 1945, ou o *Plano* de Melhoramentos para a Cidade do Porto, iniciado em 1956 com o objetivo de eliminar as «ilhas») e, por outro, proceder à atualização do Programa de eliminação das «ilhas») e, por outro ainda, proceder à atualização do Programa de Casas Económicas, aprofundando a sua seletividade de base classista, através da introdução de novas categorias de moradias, destinadas a segmentos especialmente qualificados do funcionalismo público e de atividades económicas privadas (Agarez et al., 2018, p.96)

Quanto às fontes de financiamento, o programa Casas Económicas, foi sustentado financeiramente sobretudo pelo próprio governo - verbas oriundas do Fundo das Casas Económicas, bem como pelas "complicações de câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos" (Ramos et al., 2014, p.39).

No campo ideológico, importa salientar que através do Programa o Estado Novo na senda dos valores instituídos - Pátria e Família - se - promoveu a «defesa da família» como referência, assumindo o Estado o papel de

impulsionador da «constituição de lares independentes e em condições de salubridade» (artigo 13., nº 1, da Constituição de 1933). O alcance deste propósito estender-se-á, todavia, bem para além da esfera da promoção habitacional. Na realidade, é a construção política e ideológica de um modo de vida e de uma configuração societal — e da conseqüente consolidação do regime — quando se refere os novos bairros de casas económicas (Agarez et al., 2018, p.85)

Nesse sentido, o próprio desenho arquitetónico, correspondia necessariamente à moradia individual (uma casa por família), com preocupações de manter a salubridade, que tanto tinha e mantinha presente, as preocupações sanitárias (fruto das pandemias, entre elas a peste bubónica), dos governantes nas primeiras décadas do século XX. Questões sem dúvida presentes, mas outros valores se levantavam e imperavam na defesa destas posições ideológicas - a manutenção da ordem social e moral.

De qualquer modo, como nos salienta Loureiro de Matos (1994), no Programa das Casas Económicas não foram construídas uma só categoria de casas económicas, mas sim,

diversas categorias, permitindo manter a estratificação no interior da própria estratificação, favorecendo a

hierarquização social bem marcada na estrutura urbana. No caso do Porto podemos exemplificar esta hierarquia relativamente aos Bairros de Gomes da Costa e Costa Cabral, localizados em áreas da cidade socialmente privilegiadas, respectivamente área da Foz e Antas, e Bairros da Azenha e do Ilhéu, situados em áreas da cidade socialmente mais pobres, o que se reflecte nas características construtivas dos respectivos bairros (Matos, 1994, p.687)

A política habitacional no Estado Novo, até finais dos anos 40, ainda que assumindo preocupações públicas com a construção de edifícios, não respondeu a uma parte das necessidades de habitação mesmo nos grandes centros urbanos. Exemplo disso é o crescimento de “barracas”, ou de “ilhas” no caso da cidade do Porto na década de 50 – prova da insuficiência quer na oferta, quer na dificuldade de acesso.

Nesse sentido, podemos considerar que a política habitacional no Estado Novo, ajudou a resolver algumas questões, nomeadamente o setor da construção civil que enfrentava uma crise, canalizando fundos através de alguns organismos públicos. No entanto, favoreceu a especulação imobiliária (sobretudo em relação à venda de terrenos), e o incremento da subida das rendas,

alicerçados numa complexa produção legislativa, os vários programas habitacionais configuraram a tendência para o predomínio das regras de direito público e intervenção da Administração em domínios do direito privado, cerceando a propriedade privada e a liberdade negocial e de escolha (Ramos et al., 2014, p.52)

Podemos assim, afirmar que o Programa de Casas Económicas, tendo sido relevante e até central no que respeita à política habitacional no Estado Novo, os seus resultados, como resposta à questão social no campo da habitação, foram insuficientes, seletivos, promotores da estratificação social e, sobretudo, estruturalmente não resolveram os problemas habitacionais, nem tão pouco as questões urbanísticas que se impunham neste período histórico.

As últimas décadas do Estado Novo não revelaram grandes mudanças de estratégia em matéria de “política” habitacional como responsabilidade do Estado. Na fase Marcelista (1968), convive-se com um período de transição para as políticas que viriam a ser desenvolvidas depois de 1974, transição que agrega roturas e continuidades, tratando-

se assim de uma fase de maior intervenção no setor habitacional, sem, contudo, deixar de seguir as orientações do período de governação Salazarista.

Neste sentido, caracteriza-se sobretudo por institucionalizar e racionalizar a política habitacional vigente, centralizado pelo Fundo de Fomento da Habitação, que à época centraliza e organiza enquanto estrutura administrativa as múltiplas vertentes da questão do alojamento, relevante referir nesta fase a Lei dos Solos de 1970, que possibilitou a disponibilização de terrenos, atraindo o investimento privado.

3.1- A “questão habitacional” na cidade do Porto

Propomo-nos abordar neste ponto a questão habitacional na cidade do Porto enquanto dimensão local, nomeadamente, os efeitos sociais das políticas habitacionais do Estado Novo na cidade do Porto, aprofundando as características gerais assinaladas para o período abrangido pelas décadas de 50 a 70 (finais do Estado Novo).

As questões relacionadas com a habitação na cidade do Porto constituem-se no contexto socio-histórico do espaço social e geográfico contemporâneo. Decorrente dos impactos da industrialização, as necessidades habitacionais agravam-se sobretudo na segunda metade do século XIX. O impacto do número crescente de pessoas que afluíram à cidade, torna a cidade do Porto, como “um dos locais que mais cedo sentiu os constrangimentos decorrentes do esgotamento da capacidade habitacional da cidade histórica e que se construiu com recurso a soluções insalubres, como as que se encontraram nas “ilhas” (Ramos et al., 2014, p.58).

À luz do que se passou no país, a cidade do Porto vivenciou historicamente dois principais períodos no que se refere à política habitacional: a fase da implementação do Programa das Casas Económicas de 1935 até à primeira metade dos anos 50 (final da Segunda Guerra Mundial), e a fase que decorreu de 1956 até ao final do Estado Novo.

Nesta segunda fase, destaca-se o Plano de Melhoramentos em 1956^{XXIV} (anexo IV) estando prevista a construção de 18 bairros na cidade. Este foi precedido em 1954 pelo Plano Regulador e em 1955 pelo Plano de Salubridade das Ilhas do Porto, com atenção

^{XXIV} Aprovado pelo Decreto-Lei nº 40 616 de 29 maio de 1956.

especial ao problema habitacional das “ilhas”, enquanto fenómeno social que se impôs muito para além da questão habitacional.

Em ambos os programas, referimo-nos ao Estado como promotor de habitação na dimensão nacional, mas a iniciativa da construção na cidade não se reduziu ao Estado a este período socio-histórico nem unicamente a este promotor.

De facto, mesmo antes de 1935, têm de ser assinaladas algumas iniciativas (ainda que pontuais), de cariz filantrópico, como por exemplo - Bairros de O Comércio do Porto, outras da responsabilidade dos empregadores privados, como os alojamentos construídos por iniciativa de empresas, nomeadamente, os bairros construídos pelas fábricas têxteis, e ainda os alojamentos construídos sob a responsabilidade do município do Porto - “Bairros operários municipais” – “colónias operárias”. Estas últimas terão sido a única iniciativa por parte do Estado de compromisso com o território na cidade do Porto, até à implementação do Programa de Casas Económicas em 1933, constituídas por alojamentos unifamiliares, e destinadas por regulamento (1917) “prioritariamente aos habitantes cujas casas devessem ser demolidas em virtude de um plano de melhoramentos” (Gros, 1982, p.158).

3.2- O Programa das Casas Económicas no Porto de 1935 a 1950

O Programa das Casas Económicas no Porto, enquadra-se no crescimento habitacional e populacional desorganizado e desregulado das zonas antigas e mais centrais da cidade provocado pelo êxodo rural, resultante da melhoria da rede viária e da pressão do crescimento da indústria, com destaque para a exploração têxtil (algodão), que se fez sentir sobretudo no fim do século XIX até aos finais dos anos 30 (Pereira, 2011). De facto, trata-se de um programa que se enquadra nas preocupações nacionais com as carências habitacionais, sobretudo nos centros urbanos, com destaque para o Porto e Lisboa e, ainda, com a desregulação do crescimento urbano. Nesse sentido, compreende que seja o Estado a assumir “o papel de urbanizador e promotor habitacional” (Pereira, 2011, p.550). A perspetiva mais estrutural assumida pelo Estado de âmbito nacional, ganha significado sobretudo nos anos 50, causada pela evolução rápida da conjuntura económica no país. Como resposta, foram criados “planos de desenvolvimento nacional— os planos de fomento — que vão ter repercussões na expansão industrial,

comercial e agrícola, o que resultou em parte do surto demográfico que caracterizou o país, com particular incidência nas duas principais cidades, Lisboa e Porto, provocando uma procura habitacional acrescida” (Matos, 1994, p.693).

O programa teve a sua fase mais importante durante sensivelmente 10 anos, ou seja, “mais de metade destas casas foram construídas entre 1935 e 1942” (Gros, 1982, p.160).

Na cidade do Porto, o programa teve a sua primeira iniciativa com a criação do Bairro do Ilhéu, a que se seguiram outras construções, nomeadamente: “doze bairros de casas económicas entre 1935 e 1950, totalizando 1662 alojamentos” (Matos, 1994, p.687).

Ainda no Porto, no período de 1940 a 1956 (antes do Plano de Melhoramentos), a Câmara do Porto “construiu 1094 habitações novas, sendo ainda melhoradas 285 casas de ilhas, enquanto 360 foram demolidas” (Matos, 1994, p.693). Mas o problema das “ilhas” persistiu, e as necessidades ficaram aquém de serem respondidas: o acesso à habitação enquanto promoção da propriedade não permitiu o acesso às franjas das populações com menos recursos económicos e com mais graves problemas habitacionais, não se constituindo, deste modo, como política pública habitacional prioritária.

Segundo Gros (1982), o programa não foi uniforme quanto às tipologias e rendas, o que condicionou diferenciadamente os seus destinatários: na primeira fase de 1935 a 1942, era constituído por habitações com rendas mais acessíveis e, por conseguinte, dirigida a públicos com menos rendimentos (ainda que muito seletivo). Depois de 1950, o programa constitui-se, na sua essência, como construção de habitações de tipologias maiores e, conseqüentemente, de rendas mais onerosas, ou seja, a “habitação tende tornar-se cada vez menos social” (Gros, 1982, p.162). Agravado pelo facto de que, enquanto programa financiado pelo Estado e pelos Municípios, ou seja, sem suporte económico privado, a sua implementação sofreu fortes reveses quando falharam os meios financeiros, tanto no Porto como no restante país (Gros, 1982).

Os bairros serão localizados, sobretudo, nas então freguesias limítrofes da cidade, nomeadamente em Campanhã, Lordelo do Ouro, Massarelos e no Bonfim, seguindo a lógica da política habitacional social no Estado Novo de segregação socio espacial, justificada pela proximidade das indústrias que floresciam na cidade, onde se irão

também situar posteriormente alguns dos bairros camarários realizados no âmbito do Plano de Melhoramentos de 1956.

Ainda que seletivo e aquém na resposta pública, quanto ao enfrentamento dos problemas habitacionais, o Programa de Casas Económicas, constitui o eixo central da intervenção estatal no campo da habitação ao nível nacional neste período, de que o Porto é disso um bom exemplo, reconhecidos que foram os problemas específicos das condições sociais e de habitação gravosas que se viviam nas “ilhas” nesta cidade, revelando atenção das políticas locais, traduzida em planos habitacionais diferenciados.

Ou seja, o Programa de Casas Económicas, não foi o único programa habitacional na cidade do Porto, promovido pelo Estado - no enquadramento de uma política habitacional, fragmentada e socialmente estratificada, implementou-se para além deste programa, ajustado na fase final, sobretudo para as classes com mais rendimentos económicos (constituído por casas individuais, nas zonas mais bem localizadas da cidade), a construção de habitações, para os funcionários públicos e operários qualificados e, ainda, os “grandes bairros de habitação colectiva com fins sociais (construídos e geridos pelos municípios, com financiamento do Estado central) para o operariado (regularmente grandes, de baixa qualidade, pouco equipados e localizados em zonas periféricas da cidade)” (Pereira, 2011, p.551).

3.3- O Plano de Melhoramentos no Porto (1956)

O Plano de Melhoramentos implementado na cidade do Porto em 1956, foi precedido em 1954 pelo Plano Regulador da cidade e pelo Plano de Salubridade das Ilhas do Porto em 1955. O Plano de Salubridade permitiu realizar um estudo de caracterização das ilhas da cidade, (elaborado pelos serviços técnicos da câmara do Porto), recenseando “mais de treze mil casas deste tipo, alojando qualquer coisa como 45 mil pessoas, e retomando alguns dos propósitos da «campanha de higienização e beneficiação» de 1940-42” (Ramos et al., 2014, p.60), será este inquérito, a base para a implementação do Plano de Melhoramentos na cidade.

Identificando-se a precariedade e necessidade de casas, aliado aos preços especulativos do solo no centro da cidade, ficaram reunidas algumas das condições para a construção

da habitação social em altura - blocos plurifamiliares. Com a edificação em zonas periféricas da cidade, permitiu reservar as zonas mais centrais da cidade para as funções administrativas, de serviços, e comerciais, seguindo as orientações do “Plano Regulador”.

A construção dos bairros camarários nas zonas mais periféricas da cidade, permitiu

importantes poupanças, em virtude da redução significativa dos custos com expropriações e aquisição de terrenos, poupanças que seriam ampliadas pelas vantagens económicas do abandono da construção de moradias unifamiliares, em favor exclusivo da «construção em altura moderada», e da redução ao mínimo das superfícies de utilização comum, redução que, além do mais, permitiria «atenuar a promiscuidade» e «reduzir as possibilidades de má ou conflituosa vizinhança entre os habitantes» (Ramos et al., 2014, p.60)

Estão assim criadas condições sociais, económicas, urbanísticas e políticas, quer nacionais quer locais - para o arranque do mais importante programa público, integrado na política habitacional da cidade do Porto, o – “Plano de Melhoramentos”.

O Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, teve assim, como objetivo central a salubridade e libertação dos espaços congestionados da área central, prevendo a demolição de ilhas, a construção de habitação em altura, transferindo a população para zonas libertas de pressão urbana, nomeadamente na periferia citadina. No quadro de estratégia urbanística intencional, de criação de espaços socialmente separados, serão edificados grandes bairros de habitação coletiva com impacto na urbanização de áreas periféricas, na expansão, alteração morfológica, habitacional da cidade habitada. Registam-se assim, com o “Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto”, algumas relevantes mudanças no campo urbanístico e habitacional da cidade, possíveis pela reunião de alguns fatores já referidos, a que se juntaram as vontades, engenho e visão de algumas pessoas vanguardistas, no campo da decisão local (ao nível da liderança municipal), e no campo da decisão ministerial (Obras Públicas). Referimo-nos, às

alterações registadas, respetivamente em 1953 e 1954, nas lideranças políticas da Câmara Municipal do Porto e do Ministério das Obras Públicas, com a entrada em funções de José Albino Machado Vaz, no primeiro caso, e de Eduardo de Arantes e Oliveira, no segundo, as quais não acontecem por acaso, sendo antes reveladoras das importantes mudanças em curso, nesta altura, no campo do poder e no âmago do Estado. Empenhados desenvolvimentistas, os dois engenheiros – que eram, aliás, bastante próximos – liderarão, ao longo dos seus duradouros mandatos, movimentos de renovação das estruturas técnicas e de reconfiguração das modalidades

de intervenção das instituições sob sua alçada, com efeitos visíveis no cenário urbano do país (Ramos et al., 2014, p.9)

Na liderança da Câmara do Porto, - o seu então presidente – promove a defesa do que considera ser a “inevitável” necessidade de melhoria das condições habitacionais da cidade e, depois, da difícil ação política e diplomática com o governo central, aprova o Plano de Melhoramentos enquadrado legalmente pelo Decreto-Lei n.º 40 616 de 1956, o qual se veio a traduzir na mais significativa e marcante atenção pública do Estado, para resolver os problemas habitacionais na cidade, que se debatia com problemas sérios de insalubridade - as "ilhas" do Porto e de falta de casas - perante a pressão da procura que se fazia sentir na cidade.

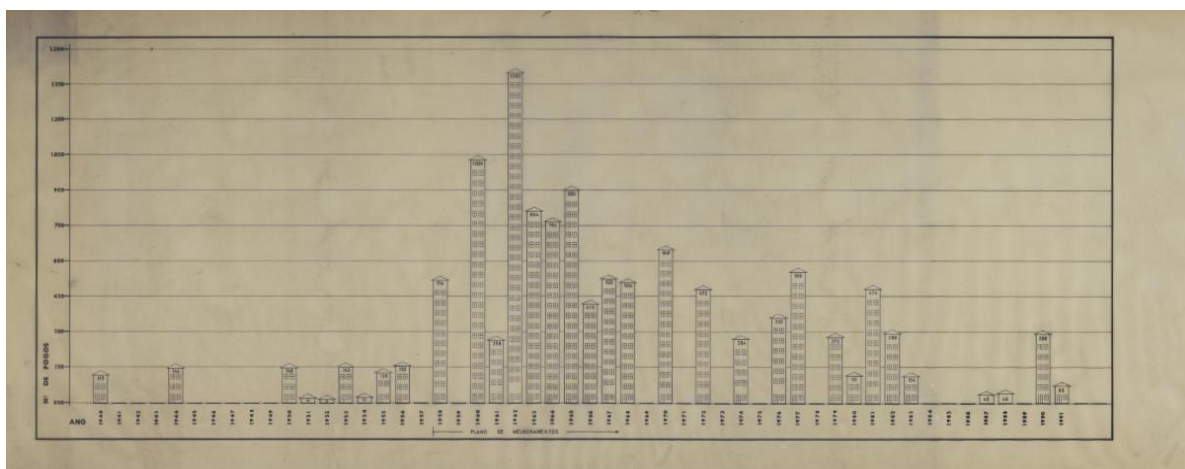
Com o Plano de Melhoramentos, construíram-se cerca de "6000 fogos novos, objectivo este que foi totalmente cumprido, constituindo este plano uma intervenção fundamental na estruturação do espaço citadino, ao introduzir uma nova forma urbana" (Matos, 1994, p.694), de confronto com a situação de grande fragilidade habitacional, focando-se na melhoria das condições habitacionais (de parte) da população residente à época na cidade.

O Programa de Melhoramentos traduziu-se, assim, no mais significativo investimento público de habitação social na cidade do Porto, vivenciado na segunda metade do século XX, assumido pelo município, num “quadro de crescente densificação e complexificação do campo político, burocrático e institucional” (Ramos, et. al., 2014, p.64), com impactos significativos no panorama geográfico, urbanístico e social do Porto tendo, no entanto, ficado aquém na resolução do problema habitacional e social das populações mais carenciadas.

A construção dos Bairros na cidade do Porto mudou a cidade - morfologicamente e socialmente – em três anos, concretamente de 1960 a 1963 foram construídos 3 479 fogos, que correspondem à edificação dos bairros: Cerco em Campanhã, Carriçal no Amial, Fonte da Moura em Aldoar, Pasteleira em Lordelo do Ouro, Regado em Paranhos e S. Roque da Lameira em Campanhã. Nos seis anos seguintes – de 1963 a 1968 – foram construídos 3015 fogos^{xxv} (ver figura 2)

^{xxv} [Estatística sobre habitação social] Documento/Processo, (Cerca de) [1991] – [1995] PT-CMP-AM/PUB/DSEM/3539/DOMUS.ARM7.S2.SS2.12;1a.3a Tabela e gráfico sobre os bairros de habitação

FIGURA 2: Ano de Construção dos bairros e Nº de Fogos



Fonte: [Estatística sobre habitação social] Documento/Processo, (Cerca de) [1991] – [1995] PT-CMP-AM/PUB/DSEM/3539/DOMUS.ARM7.S2.SS2.12;1a.3a Tabela e gráfico sobre os bairros de habitação

A presença política do Estado Novo, apesar do âmbito de uma política local, mas com impactos urbanísticos e sociais na 2ª maior cidade do país, justifica a presença na inauguração da mais alta figura do Estado – Almirante Américo Tomás, bem como a mobilização de figuras representantes da autarquia e destaque social da cidade – acompanhado pelos Ministros do Interior, Alfredo dos Santos Júnior e das Obras Públicas Arantes e Oliveira, o Presidente da Câmara Municipal do Porto Nuno Pinheiro Torres, o Vice-Presidente, o Engenheiro Guilherme Bonfim Barreiros, Diretor do Plano de Melhoramentos e ainda a Vereadora D. Maria José de Novais e a própria população dos bairros e/ou cidade (ver figuras 3, 4, 5, 6, 7)

social construídos pela Câmara Municipal do Porto, desde 1940. Inclui: data de conclusão de cada bairro, total de edifícios, número de habitações por tipo, e número total de habitações por cada bairro

Figura 3: Chefe Estado Almirante Américo Tomás – Inauguração Bairro do Regado



Fonte: 1964/06/18 -PT-CMP-

AM/PUB/CMPRT/DSTE-DHSM-TOAGA-LF/VISIT.05-F.NP:CMP:4:443.447...493

Figura 4: Inauguração do Bairro do Regado - População



Fonte: 1964/06/18 -PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/DSTE-DHSM-TOAGA-LF/VISIT.05-

F.NP:CMP:4:443.447...493

FIGURA 5: Inauguração Bairro do Regado – Presença do Presidente da Câmara e Bispo Auxiliar do Porto



Fonte: 1964/06/18 -PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/DSTE-DHSM-TOAGA-LF/VISIT.05-
F.NP:CMP:4:443.447...493

Figura 6: Inauguração Bairro Regado – Presidente Câmara Porto, Autarcas e outras figuras eminentes da sociedade do Porto



Fonte: 1964/06/18 -PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/DSTE-DHSM-TOAGA-LF/VISIT.05-
F.NP:CMP:4:443.447...493

Figura 7: Bairro do Regado – Participação da População



Fonte: 1964/06/18 -PT-CMP-AM/PUB/CMPRT/DSTE-DHSM-TOAGA-LF/VISIT.05-F.NP:CMP:4:443.447...4

Um dos seus impulsionadores e defensores mais acérrimos, foi o que assumia na altura a presidência da câmara do Porto - José Albino Machado Vaz ^{XXVI}, apesar da “intermitência e insuficiência dos esforços de resolução do problema habitacional da cidade que vinham sendo feitos” (Ramos et al., 2014, p.59).

Ao reconhecimento das limitações do Plano de Melhoramentos, não será alheio a sua dupla intenção quanto às medidas propostas, nomeadamente – “a destruição e remodelação das ilhas, por um lado – a construção de novos alojamentos, por outro. Ora, na prática, só o segundo ponto foi sistematicamente realizado nos termos previstos no início, ou quase” (Gros, 1982, p.197). Acresce, ainda, que se assistiu sobretudo à destruição das ilhas, e não à sua requalificação, ou seja, o plano de “melhoramentos” da cidade, não teve verdadeira expressão, será sim, sobretudo um plano de construção de bairros camarários no Porto.

Em 1960, apesar de alguns constrangimentos com a expropriação dos terrenos “estavam concluídos 1357 fogos distribuídos por cinco bairros” (Bandeirinha, 2007, p.99), e outros em vias de construção, referimo-nos aos

Bairros do Bom Sucesso (Massarelos), de Pio XII (Campanhã) e do Carvalhido (Paranhos); em vias de conclusão estão o Bairro da Pasteleira (Lordelo do Ouro) e a primeira fase do Bairro do Outeiro (Paranhos), estando ainda em curso as obras de edificação dos bairros da Agra do Amial (Paranhos), do

^{XXVI} José Albino Machado Vaz, foi autor do Plano de Melhoramentos e Presidente da Câmara entre 1953 e 1962.

Carriçal (Paranhos), de Fernão de Magalhães (Bonfim) e as primeiras fases dos bairros de S. Roque da Lameira (Campanhã) e da Fonte da Moura (Aldoar) (Ramos et al., 2014, p.62)

Ainda nesta década, serão construídos os “três” maiores bairros do Plano de Melhoramentos,

Cerco do Porto (Campanhã), com 804 fogos, Regado (Paranhos), com 722 fogos, e Campinas (Ramalde), com 900 fogos – o que dá às operações o impulso necessário ao cumprimento das metas traçadas em 1956: ao cabo de dez anos, a Câmara Municipal do Porto é proprietária de 6 072 novos fogos, distribuídos pelos catorze bairros do «Plano» (Ramos et al., 2014, p. 62)

Posteriormente, em 1966, a Câmara do Porto, já na vigência na presidência de Nuno Pinheiro Torres, na sucessão de José Albino Machado Vaz,

Iniciará a edificação de mais 1 674 novos fogos, distribuídos pelos bairros de S. João de Deus (Campanhã), de Francos (Ramalde), de Aldoar, de Lordelo do Ouro e da Corujeira/Monte da Bela (Campanhã) (Ramos et al., 2014, p.63)

Ao fim de 10 anos de implementação do Plano de Melhoramentos, o centro e sobretudo as zonas limítrofes até então zonas preservadas de construção, alteraram significativamente a cidade do Porto, quer no campo urbanístico quer ao nível social. Nos Bairros Camarários, acolheram-se as famílias vindas das “ilhas” e das casas devolutas, enquanto o centro da cidade densifica a oferta de serviços e de comércio.

Este modelo urbanístico de construção de Bairros Camarários seguir-se-á durante a década de 60, concretamente em 1962, sendo criado o “Plano Director” da cidade, justificado pela necessidade de integrar a construção que vinha a ser implementada, num “contexto urbano mais geral” (Gros, 1982, p.204), nomeadamente, a preocupação de urbanizar – criar as condições de vida social nos espaços criados com os novos focos urbanos. Para Gros (1982) este plano é mais “tecnocrático” – no sentido de emanar as orientações técnicas quanto à tomada de decisões urbanísticas da cidade, de promoção da cidade do Porto como um polo concentrado de serviços, e menos um instrumento de ordenamento do território, cujo objetivo principal seria repor a ordem.

Decorrida mais de uma década, sobre a implementação do Plano de Melhoramentos, começam a colocar-se as “questões relativas ao enquadramento institucional e à «promoção social» das famílias realojadas” (Ramos et al., 2014, p.63).

Desafios impostos nos finais dos anos 60 e 70, pela gradual insatisfação com as condições habitacionais por parte dos habitantes das mesmas, decorrente da degradação das casas – construção de baixo custo, mas sobretudo pelo processo de desenraizamento social – perda das sociabilidades primárias - que o processo de deslocação das zonas centrais para zonas periféricas implicou, os “realojados, profundamente urbanos sob o ponto de vista cultural e social, viram-se, assim, privados da intensidade da vida quotidiana que fruía no centro e dos laços de vizinhança e de solidariedade adquiridos ao longo de décadas” (Bandeirinha, 2007, p.99).

A reforçar esta insatisfação, acrescem as regras e controle social a que os habitantes dos bairros estavam sujeitos, formalizadas no apelidado – Regulamento das Habitações Administrativas pelo Plano de Melhoramentos Camarário (ver anexo V) cujo cumprimento era controlado, leia-se fiscalizado pela Câmara, através de uma rede de moradores/as/as chamados de vigilantes ou fiscais com a função de vigiar o cumprimento das regras do regulamento, e recompensados para tal, pelo acesso a algumas regalias.

Estas regras de vivência social nos bairros “violavam sumariamente as liberdades individuais e os mais elementares direitos à privacidade. Desde a proibição de possuir qualquer tipo de animais domésticos, de pôr roupa a secar fora dos estendais, ou de poder albergar visitas ou familiares, até às medidas de maior incisão ideológica, como as de favorecer as famílias legalmente constituídas, castigar comportamentos presumidamente imorais, ou a obrigatoriedade de facultar a entrada do fiscal nas casas a qualquer hora e em quaisquer circunstâncias, as posturas do regulamento condicionavam a vida dos moradores/as de um modo perfeitamente atroz e kafkiano” (Bandeirinha, 2007, p.99) – ver “*Ações dos Vigilantes*” (ver anexo VI)

Capítulo 4 – A Obra Diocesana de Promoção Social e o Instituto de Serviço Social: Emergência e desenvolvimento no contexto da questão urbana e social na cidade do Porto (1956-1974)

Aborda-se neste capítulo a criação e desenvolvimento da Obra Diocesana de Promoção Social (1964) e do Instituto de Serviço Social do Porto (1956) inscritas nas condições socio históricas na cidade do Porto, explorando pistas que possam contribuir para a compreensão da configuração da profissão de assistente social e das suas práticas nos finais Estado Novo. Atenta-se em particular, aos fatores de ordem local, a que não são alheias as condições específicas dos movimentos católicos e da própria Igreja no Porto ainda que, como assinalam (Domingos & Pereira, 2010) estas dimensões sejam “por vezes consideradas menores num contexto mais lato de dominação [...] como determinantes para desmontar um visão centralizada do exercício do poder, revelando os processo de negociação e apropriação individual ou colectiva dos recursos estatais” (p.16).

A questão urbana e social na cidade do Porto, com destaque para a política habitacional, corporizada designadamente no Plano de Melhoramentos do Porto, entre 1956 e o final do Estado Novo, traduziu-se em estratégias de controle social e repressão da vida social nos bairros pelo município do Porto, desvalorizando a dimensão do apoio social, numa visão, que além de coerente com a marca genética do regime, se apresentava como fortemente limitada ao conceber que a construção de habitações e os processos de realojamento social, podem existir como dimensões separadas.

A construção de habitação em altura, e sobretudo o processo realojamento das populações teve um significativo impacto na apropriação social do espaço, traduzindo-se na territorialização das diferenças sociais e na alteração das sociabilidades e solidariedades trazidas das “ilhas”, evidenciando, de forma inequívoca, que a habitação, reclama a consideração de dimensões que incluam o modo de vida social e comunitário dos seus habitantes.

É no contexto desta política habitacional, com impacto na diferenciação e mal-estar social nos bairros sociais da cidade do Porto, que se podem compreender os compromissos conjuntos assumidos pela Igreja, e em específico a Diocese do Porto, através da Obra Apostólica de Trabalho nos Bairros, em 1964 (futura Obra Diocesana de Promoção Social da cidade do Porto, com a aprovação dos Estatutos em 1967^{xxvii}), o Município do Porto e o Instituto de Serviço Social do Porto (1956), com o apoio de outras instituições: Direção Geral de Assistência, Direção do Instituto Maternal, com destaque para o Instituto de Apoio à Família (IAF) - as quais enquadradas por sinergias específicas do território, lançarão mão de um projeto de intervenção social nos bairros da cidade do Porto.

Abrir-se-á, ainda que num contexto repressivo e de forte regulação ideológica do Estado Novo, ao longo do processo de criação e “crescimento” dos bairros, espaços potenciais de cidadania e de apoio social para estas populações, promovidos pelo trabalho comunitário com estes moradores/as, nomeadamente, Comissões (mercado, missa de enfermagem), bem como, Centros de Convívio, Salas de Estudos, Centros de Formação Profissional para adultos, Postos de Enfermagem, Centros de Apoio à “3ª idade” e Jardins Infantis, reportando-se à cronologia da construção bairros com intervenção da ODPS entre 1964 e 1974 (tabela 4).

Os bairros foram construídos progressivamente, iniciando-se a sua construção na década de 50, mas com forte impulso na década de 60, sobretudo de 1960 a 1964 – Bairro do Carriçal, Bairro do Cerco, Bairro Fonte da Moura, Bairro Machado Vaz, Bairro da Pasteleira, Bairro Pinheiro Torres, Bairro Rainha D. Leonor, Bairro S. João de Deus e Bairro S. Roque da Lameira (ver tabela 4).

O processo de construção dos bairros na cidade do Porto, promoveu gradualmente a intervenção social por parte da ODPS, criando-se as estruturas sociais necessárias para o apoio social comunitário, com destaque para a implementação dos Centros Sociais - o 1º Centro Social é criado em 1968 no Bairro do Cerco do Porto - permitindo a dinamização das diferentes Comissões Locais (eg: mercado, missa, posto de

^{xxvii} Aprovado por Despacho Ministerial de 17 abril 1967 e publicado no Diário do Governo, nº 106, 3ª Série de 04 maio de 1967.

enfermagem etc.), bem como Jardins de Infância, Salas de Estudo, Centros de Convívio, Centros de “3ª Idade”).

Neste processo de desenvolvimento comunitário, foram realizadas parcerias com destaque para a Câmara do Porto, no que se refere a doação de equipamentos, aprovação de projetos, apoio financeiro e cedência de espaços, com a Direção Geral Assistência, o Instituto Assistência Família e a Direção Instituto Maternal, registe-se ainda o apoio financeiro de uma entidade privada atribuído ao Bairro do Carriçal, pela Fundação Calouste Gulbenkian.

No Bairro Fonte da Moura, estiveram implicados seminaristas, os quais sob a coordenação da ODPS, se propuseram “ajudar” na aproximação à comunidade do Bairro, nomeadamente no âmbito da “catequese, visitas às famílias, terço à noite, reuniões com os moradores/as/as” – ver (tabela 4).

Tabela 3: Cronologia Bairros Camarários do Porto & Intervenção da ODPS

Data	Bairros	Factos/Acontecimentos
	Bairro do Carriçal	
1959		Início construção
1961		Conclusão da construção
1965		1º Contato feito pela comissão do Bairro à ODPS pedido de subsídio e atribuído para a construção de um Centro de Convívio.
1966		Inaugurado o Centro de Convívio
1974		Criado Jardim de Infância. No fim deste ano, inicia o novo Centro Social com projeto elaborado com a CMP
	Bairro do Cerco	
1961		Construção
1963		Inauguração bairro
1964		Visita entidades (Direção Geral Assistência, Instituto Assistência Família, Direção Instituto Maternal) para reunião com comissão local da ODPS para decisão das atividades a desenvolver com crianças
Junho		Trabalham várias comissões (mercado, missa e enfermagem)
Julho		Direção da ODPS discute com o arquiteto Sena Esteves o projeto do Centro Social (possibilitar expansão)
Agosto		Reunião de Câmara para apresentação de criação de um “novo” Centro Social. A ODPS manifesta a sua posição de não ser concordante com a ideia, propõe a readaptação do edifício
1965		Inaugurado Posto de Enfermagem – iniciativa deveu-se a uma comissão que fazia parte o João Alves Dias e a assistente social Maria Augusta Negreiros enquanto elementos da ODPS
1966		Inauguração Capela pelo João Alves Dias – Diretor da Obra Diocesana dos Bairros da Cidade. Com a presença da vereadora da CMP: Maria José Novais
1968		Inaugurado o Centro Social (1º modelo de uma série de centros sociais. Inaugurado pelo Presidente da República Almirante Américo Tomás. Não foi feito o convite a nenhum elemento da ODPS, o Padre João Alves Dias foi “convidado a título pessoal.
1969		Apetrechamento da Obra teve o apoio da Câmara do Porto a pedido da Obra. Visita ao centro de Marcelo Caetano, nessa visita a assistente social local explicou o seu funcionamento.
1974		O Centro Social abre os serviços de infância e convívio de adultos com o apoio da ODPS

	Bairro Fonte da Moura	
1960		Construção da 1ª fase
1962/1964		Construção da 2ª fase
1964		Junho- Inauguração pelo Presidente da República do centro de Cultura e Trabalho no Bº para funcionar como centro de formação profissional de adultos. Agosto- 6 seminaristas trabalham no bairro, em reunião com a ODPS, propõem ajudar no lançamento do trabalho social dada a sua ligação com muitos elementos do bairro, desenvolvem catequese, visitas às famílias, terço à noite, reuniões com os moradores/as/as Setembro- reunião preparatória do lançamento do trabalho social coordenado pela Obra Diocesana de promoção Social
1965		Março- Reunião entre a direção da Obra Diocesana de Promoção Social com a equipa do Bairro Maio- a “Obra Diocesana de Acção Social nos Bairros da Cidade do Porto”, faz o pedido de duas moradias à C.Porto para serem salas de estudo para crianças, com despacho favorável pela Câmara. Junho- Inauguração do Jardim Infantil participaram as seguintes entidades: Direção da ODPS, IAF, Serviços Médico-sociais, Federação das Caixas de Previdência. Julho- Instalação do Teatro e do grupo de escutismo.
1966		A Fundação Calouste Gulbenkian oferece verba para compra de materiais
1969		Episódio de “encrespação” entre a equipa do Centro e a Direção da Obra Diocesana de Promoção Social, o motivo era a suspeita de que um animador estaria a divulgar livros não “aprovados” pelo regime
1974		Alargamento serviços, neste ano tinham jardim de infância, creche
	Bairro Machado Vaz	
1966		Inauguração e início atividade como extensão do Centro Social S. Roque da Lameira para apoio à 3ª idade com o apoio da ODPS
	Bairro da Pasteleira	
1957		Início da construção
1960		Inauguração- discurso do Engenheiro Machado Vaz (Presidente da Câmara)
1963		Início do trabalho social conduzido pelo IAF até 1965

1964		A Obra Diocesana de Ação Social promoveu reunião com assistentes sociais que trabalham no bairro e com o Padre António Brito Peres que ali prestava assistência espiritual, e identificaram a necessidade de construir um Centro Social. O trabalho social contou com a colaboração da Obra das Candeias. O pagamento à assistente social para trabalhar no centro social foi assumido pelo IAF.
1965		Inauguração posto de socorro e tratamentos no bairro. Maio- a obra Diocesana de Ação social nos Bairros do Porto, envia à Câmara o pedido de criação de uma comissão pró-centro para criação do Centro Social, a Câmara responde não existir inconveniência. Ainda neste ano, o IAF entrega formalmente à ODPS o trabalho social no Bairro.
1966		Inaugurado o Centro de Convívio por iniciativa da “Comissão de Habitação e Aspectos Gerais do Centro Social do Bairro da Pasteleira”
1967		Apresentado o anteprojecto do Centro Social na reunião de coordenação da Obra Diocesana de Promoção Social, com as assistentes sociais. Trabalho social desenvolvido com 40 jovens.
1968		Realização de um colóquio para adultos sobre “Direitos do Homem”, orientado pelo Dr. António Taborda e pela assistente social Maria Augusta Negreiros.
1970		A propósito de uma festa organizada por um conjunto de alunas do colégio Nossa Senhora do Rosário, existe um diferendo com a assistente social local que não autoriza a sua realização, esta decisão teve o apoio da coordenação da Obra Diocesana de Promoção Social
1974		A Câmara cede 7 casas tipo III, adaptadas a Jardim Infantil, Posto de enfermagem e salas de estudo, creche, jardim de infância e posto médico
	Bairro Pinheiro Torres	
1965		C. Municipal do Porto aprova a construção em Lordelo do Ouro do bairro
1967		Início da construção
1970		Inauguração do Bairro
	Bairro Rainha D. Leonor	
1953		Inauguração da 1ª fase
1955		Conclusão da 2ª fase
1966		Inauguração do salão da capela com o apoio da Obra Diocesana de Promoção Social
1974		Abertura do Jardim Infantil e do Centro de Convívio com o apoio da Obra Diocesana de Promoção Social

	Bairro do Regado	
1962		Início da construção
1964		Inauguração do Bairro pelo chefe de Estado. Início dos “contactos” da Obra Diocesana Promoção Social com o bairro
1965		Início do trabalho social que ocorre em paralelo com as atividades pastorais. Moradores/as do Bairro da nova paróquia do Amial com o patrocínio da C. Porto e a colaboração de duas assistentes sociais da Obra Diocesana de Promoção Social, organizaram uma exposição de “caracter social” - dar a conhecer as atividades do bairro
1966		Terminam as obras de beneficiação da capela
1969		Dificuldades de sustentabilidade económica
1970		As assistentes sociais da Obra Social de Promoção Social, do local pedem a demissão. Ocupação das instalações da ODPS por um grupo de futebol não integrado na ODPS, foi informado que não poderia continuar ali.
1974		Respostas sociais existentes no bairro - Jardim infantil e posto de enfermagem
	Bairro S. João de Deus	
1944		Conclusão da 1ª fase (casas unifamiliares)
1956		Conclusão da 2ª fase (blocos plurifamiliares)
1965		A ODPS (direção) recebe um pedido da Associação Rainha Santa Isabel (sediada no bairro S. João de Deus), solicitando o trabalho da Obra. A direção da obra decide neste ano não “entrar” no bairro, “apenas podia dar uma orientação”
1966		Conclusão da 3ª fase. A Associação Rainha Santa Isabel (ARSI) entrega as chaves do centro à ODPS. A associação organiza uma colónia de férias de verão. A ARSI tinha atividades assistenciais (jardim infantil, ocupação de tempos livres, colónias de férias)
1967		Inauguração da 4ª fase – o bairro está enquadrado na Paróquia de Pedrouços
1968		Realizado estudo pela ODPS sobre a população jovem em “ordem a futura preparação profissional”, colaboraram também o Centro Social do Barredo, o IAF e o Instituto de Serviço Social através de estagiárias
1974		O bairro tem centro social, mas não é suficiente para a necessidade social
	Bairro de S. Roque da Lameira	

1958		Início da construção- enquadrado na Paróquia de Pedrouços
1961		Inauguração pelo Presidente da República Américo Tomás
1963		Início da construção da 2ª fase
1965		Constituída a Associação “Obra dos Rapazes”
1966		Dependente da ODPS é criado um posto de enfermagem. Inauguradas as salas de estudo para crianças “expressão preliminar do Centro Social de S. Roque da Lameira”. Um grupo de rapazes contacta a assistente social ali destacada pela ODPS e formou uma comissão que passa a reunir numa casa cedida pelo Padre João Alves Dias. Inaugurado neste ano o Centro de Convívio
1967		A associação “Obra dos Rapazes” inicia atividades no bloco 10 (jogos, xadrez, damas, dominó, ténis de mesa, futebol e voleibol”. Tinham apoio da Câmara do Porto, do padre João Alves Dias e das assistentes sociais da ODPS
1968		Criadas várias comissões que iriam constituir o Centro Social de S. Roque da Lameira (Centro de Convívio, Posto de Enfermagem, Obra das Crianças, Obra das Raparigas, Obra dos Rapazes)

Fonte: Bernardino Chamusca (2007), João Alves Dias (2013), Monografias de Estágio ISSP realizados no âmbito da intervenção nos bairros pela ODPS

Segundo Augusta Negreiros (1985b), a iniciativa de intervenção social de base comunitária nos bairros, já tinha sido iniciada pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto no ano de 1960 (antes da criação da Obra Diocesana da Promoção Social da cidade do Porto) impulsionada pela “mão” da sua Diretora Julieta Cardoso que, através dos estágios de Serviço Social, havia tomado a “iniciativa de promover um trabalho social de comunidades, que apoie os moradores/as dos bairros face ao modo de vida urbana que representa o habitar de uma outra forma, num novo espaço” (Negreiros, 1985b, p.41), inspirada, possivelmente, pela experiência anterior do Instituto de Serviço Social do Porto na zona do Barredo (estágios Serviço Social), na mesma cidade.

É neste contexto específico na cidade do Porto, marcado entre outros acontecimentos pelo nascimento da Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto, em 1964, e a criação do Instituto de Serviço Social, em 1956, que iremos analisar ao longo deste capítulo a intervenção social nos bairros da cidade do Porto. Compromissos gerados e desenvolvidos a partir no ano de 1964 – ano criação da ODPS nas instalações do Instituto Serviço Social do Porto, cito na Avenida Rodrigues de Freitas (nº202) e início dos estágios académicos ao abrigo de um protocolo com a ODPS^{xxviii}, numa história que se cruza cronologicamente (ver tabela 5).

^{xxviii} Já foi referido que os estágios das alunas do ISSP iniciaram em anos anteriores.

Tabela 4: Tábua Cronológica da Obra Diocesana de Promoção Social e Instituto de Serviço Social do Porto

<p align="center">Obra Diocesana de Promoção Social 1963/1972</p>	<p align="center">Instituto Serviço Social do Porto 1956/1970</p>
<p>1963- Criação do Secretariado Diocesano de Ação Social- D. Florentino Andrade e Silva (Administrador Apostólico da Diocese do Porto)</p> <p>1964- Criação da Obra Social Apostólica de Trabalho nos Bairros (futura Obra Diocesana de Ação Social da Cidade do Porto), dependente do Secretariado Diocesano de Ação Social Integram os corpos sociais (direção S/estatutos) da Obra dos Bairros - António Teixeira Coelho, João Alves Dias e Julieta Cardoso Têm o apoio da Câmara Porto- Nuno Pinheiro Torres. Vereadora Ação Social Maria José Novais; Carlos Lobo Diretor dos Serviços Centrais e Culturais e ao nível técnico o engenheiro Amendoeira dos Santos Apoio administrativo à direção da ODPS situado nas</p> <p>1965- Instalações administrativas mudam para um edifício no bairro Fonte da Moura Inauguração do Centro Social do Bairro do Cerco (1º Centro Social) – Trabalho Social da ODPS Aprovação em 1967 dos Estatutos - Aprovação Estatutos da ODPS (pelo Ministério da Saúde e Assistência – Diário do Governo nº 106, 3ª Série de 4/5/67) sobre a direção de Vítor Capucho (1º Presidente da Obra após a autonomia Jurídica, e ainda na Direção estavam João Alves Dias e Julieta Cardoso Autonomiza-se juridicamente do Secretariado Diocesano de Ação Social Mudança de instalações administrativas e sede – Cave do Paço Episcopal (até 2002)</p> <p>1968- Extinção do Secretariado pelo Bispo do Porto</p>	<p>1956-Criação e início atividades do ISSP; 1960- Criação da Associação de Cultura e Serviço Social- suporte jurídico do ISSP; Regulamentação dos cursos de Educação Familiar (2 anos) e Serviço Social (4 anos) - Decreto-lei nº 40678; Alvará nº 1594 de 8 de fevereiro de 1960, autoriza formalmente o funcionamento do ISSP. Iniciam-se estágios de serviço social (3º e 4º ano) na zona do Barredo;</p> <p>1964- Início dos estágios académicos nos bairros da cidade do Porto enquadrados; institucionalmente pela ODPS;</p> <p>1970- Rutura da relação institucional do ISSP com a Obra Diocesana de Promoção Social.</p>

<p>1971- Eleição da nova Direção da ODPS (1971-1974) - Presidente Maria Elisa Acciaiuoli Barbosa (fim mandato 1982). Coordenadora Rosa Correia de Sousa. Francisco Sá Carneiro assume a posição de vogal na Obra, apesar de ter sido convidado pelo Bispo do Porto para um cargo de direção já em 1970. Fazia ainda parte da direção da obra o Arquiteto Fernando Távora (vogal)</p> <p>1972- 4 janeiro -Acordo de Cooperação entre o Instituto de Assistência a Menores (IAF) e a ODPS- um dos primeiros atos - criação da Creche Centro Social S. João de Deus</p> <p>24 julho- Orientação da Câmara em relação à ODPS- define a intervenção limitada à infância</p>	
--	--

Fonte: Bernardino Chamusca (2007), João Alves Dias (2013), Monografias elaboradas por alunas do ISSP nos Bairros do Porto orientadas por assistentes sociais da ODPS

4.1- A Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto

A Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto, assume preencher a necessidade de intervenção social nos Bairros da cidade pois dada a inexistência de “respostas de apoio social, será a Igreja católica chamada a assumir uma parte destas responsabilidades” (Pereira, 2011, p.551).

Sobre a dimensão gestonária da ODPS e o enquadramento funcional do Serviço Social, esta era gerida por uma direção, com a presença “obrigatória” de uma assistente social, a coordenação da intervenção local também exercida por uma assistente social que estabelecia a relação com a direção.

A O.D.P.S. era gerida por uma Direcção (que necessitava de aprovação do Prelado que era constituída por 5 elementos, dos quais um teria que ser Assistente Social e outro sacerdote representante da Diocese. Existia um Conselho Técnico Consultivo constituído por: Instituto de Família e Acção Social, C. M.P., Gabinete de Informação e Cooperação Social, Instituto Materno-Infantil e Delegação de Saúde. A coordenação das acções, bem como do pessoal técnico e administrativo era feito por uma A. S. (coordenador) que estabelecia a ligação com a Direcção (Reis & Carvalho, 1988, p. 135)

A influência da Igreja em concreto da Diocese do Porto e o seu apoio à criação da Obra Diocesana de Promoção Social, não estará desligada da particularidade socio histórica desta Diocese - “ninho” de uma visão regeneradora da Igreja na Cidade do Porto.

Havia duas correntes fortíssimas, no tempo havia um movimento de resistência, uma força nova aqui no Porto, dentro da igreja aqui no Porto, ...não era só eu que fazia parte do colóquio das paróquias, era um movimento europeu, estive em Turim etc. No Porto havia um movimento de regeneração de gente nova dentro da igreja (E2, pos. 52)

O projeto e compromisso “institucional” é tripartido – Diocese do Porto, Instituto de Serviço Social do Porto e a Câmara do Porto.

Tenho de pôr o nome de três pessoas, sem isso não havia obra, entre essas três pessoas destaca-se D. Julieta Cardoso do Instituto Serviço Social do Porto. Elas representam instituições, ela com a equipa, era a líder, a abelha mestra, com outras assistentes sociais, três instituições e em três instituições, três pessoas, que dão o rosto a outras pessoas (E2, Pos. 3)

O bispo e o presidente da camara acharam importante este trabalho e fizeram a obra Diocesana, em 1968 [...] e foram também buscar a Julieta da escola, ela esteve nesses primórdios (E3, Pos. 8)

O contributo do Instituto de Serviço Social, traduziu-se, entre outros aspetos – na direção técnica da Obra Diocesana de Promoção Social, no uso das suas instalações, mas sobretudo, na contribuição dos profissionais de serviço social para a intervenção com as populações dos Bairros da cidade do Porto, nomeadamente através da realização dos estágios académicos, bem como na sua contratação, para dirigir as equipas na relação direta com as populações. Traduzindo-se, segundo Augusta Negreiros (2014), na assunção de “importantes responsabilidades na actuação junto das populações dos bairros municipais, de molde a levá-los a unir-se para a resolução de dificuldades comuns” (Negreiros, 2014, p.172). Esta dupla conjugação de interesses institucionais, terá porventura constituído oportunidades para a profissionalização da profissão de assistente social, potencializando a aprendizagem de modelos profissionais comunitários na cidade do Porto.

Sobre o papel da Câmara Municipal do Porto^{XXIX} - este traduziu-se no que à época era o enquadramento das responsabilidades e competências municipais, nomeadamente a construção do parque habitacional – no caso em concreto, bairros e no suporte às instituições sociais da cidade, nomeadamente - “apoio económico (entendido no sentido de capacidade financeira e apoio em equipamento e instalações)” (Negreiros, 1985, p.42), reconhecendo a Câmara do Porto, da necessidade de intervenção junto dos/as moradores/as/as dos Bairros Camarários, no sentido de complementar a melhoria habitacional (Reis & Carvalho, 1988, p. 9).

O compromisso da Câmara para com a ODPS, não parece ter um processo claro, terá sido porventura mais “estimulado” pelo Dr. Nuno Pinheiro Torres, na qualidade de Presidente da Câmara do Porto, uma pessoa que se destaca neste processo, coadjuvado por outros elementos apoiantes da intervenção social no sentido do apoio social aos/as moradores/as/as.

Na câmara havia duas correntes, a corrente do presidente da camara, do Dr. Nuno Pinheiro Torres que era apoiado pelo diretor dos serviços centrais que era o Dr. Carlos Lobo, e também um engenheiro maravilhoso que era da habitação que era o engenheiro Amendoeira. E, eles diziam nós apoiamos a obra economicamente, mas vocês não estão ao serviço da câmara, isto em 1964, estão para dar alma às pessoas, estão ao serviço da população não da câmara (...) Havia outra corrente, não vou citar nomes por respeito pela sua

^{XXIX} Destacam-se, as figuras do Presidente da Câmara Nuno Pinheiro Torres e da Vereadora da Ação Social Maria José Novais, como motivadores do compromisso da Câmara do Porto quanto à adesão do projeto de apoio social nos bairros da cidade do Porto.

memória, que era ao contrário - a Obra vai ser uma força amortecedora dos conflitos no Bairro, amortecedora das pessoas, uma força que vai estar ao lado para as nossas orientações (refira-se da Câmara), as duas correntes existiam ao mesmo tempo na câmara quando foi criada a Obra em 1964 (...) Elas duas correntes viviam juntas, mas em oposição, a obra assume a visão do Nuno Pinheiro Torres, de estar junto da comunidade, sim sem dúvida nenhuma (E2, pos. 54)

As intervenções urbanas na cidade do Porto, que decorrem no âmbito da política habitacional em concreto do “Plano de Melhoramentos” – os realojamentos - geraram impactos para além da mudança arquitetónica e social da cidade, em particular a intensificação e complexificação burocrática do aparelho municipal (Pereira & Queirós, 2019), “sem que tal se traduzisse, contudo, no efetivo desenvolvimento de uma política de habitação social informada por mecanismos consistentes de enquadramento de populações socialmente fragilizadas” (Pereira & Queirós, 2019, p.64).

os bairros novos e deram-se conta que o bidé era para colocar o bacalhau a demolhar, as banheiras para a horta, vinham das ilhas [...] a visão do presidente da Camara era que não valia a pena criar coisas novas senão fosse acompanhado pelo serviço social, foi assim que nasceu a obra, não tenho dúvidas nenhuma, foram então buscar a Obra Diocesana (E3, pos. 7)

A ODPS, compromete-se a corresponder ao primeiro acordo celebrado com a Direção Geral da Assistência Social e o Instituto de Assistência à Família em 1967, afirmando-a como a entidade que assume os objetivos do programa de ação social comunitária nos bairros, cujas finalidades principais eram fomentar o aparecimento de líderes locais que assumissem o desenvolvimento das comunidades, o envolvimento de voluntários, a criação de grupos locais e de programas de educação social nas áreas da formação familiar, habitação, higiene, nutrição e saúde em geral e ainda coordenar os centros comunitários.

Em conformidade com a base II do acordo celebrado com a Direcção Geral da Assistência (1) através do IAF [...] são finalidades específicas do programa de promoção social comunitária as seguintes: suscitar o aparecimento de líderes locais responsáveis pelo desenvolvimento das comunidades de que fazem parte a proporcionar-lhes meios de formação convenientes estimular o interesse de voluntário pela cooperação benévola em iniciativas que visem a promoção social das comunidades e proporcionar-lhes enquadramento técnico e meios de formação adequadas. Fomentar o aparecimento de grupos locais interessados na resolução dos problemas da comunidade e no seu progresso social, promover a realização de programas de educação social com particular incidência no sector de formação familiar, habitação, higiene, nutrição e saúde em geral. Orientar os centros comunitários criados ou a criar pela Obra (Relatório da ODPS 1971-1973, P. 4)

Na prossecução dos seus fins a Obra procurará ter sempre presente: a) A necessidade de desenvolvimento das populações em vista à constituição das verdadeiras comunidades; b) A participação activa das populações na resolução das próprias dificuldades; c) O espírito de convivência e solidariedade social como facto decisivo do trabalho em comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e de mais agrupamentos de cada comunidade; d) A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade; e) A conveniência de recorrer a equipas e trabalho tecnicamente preparadas e devidamente qualificadas (Estatutos da ODPS, 1967, p.3)

O Acordo de Cooperação entre a ODPS e o Instituto de Apoio à Família, assume diferentes níveis e áreas de responsabilidade: por parte do IAF seria estabelecida anualmente uma comparticipação financeira à ODPS, estava ainda atribuído ao IAF a responsabilidade das admissões de pessoal e promoções, participação dos trabalhadores/as da ODPS na formação promovida pelo IAF. À ODPS dar seguimento às “orientações, regulamentos e instruções” emanadas pelo IAF, elaborar os “relatórios técnicos” e submetê-los à aprovação do IAF, bem como a realização dos Planos Anuais que teriam de ser aprovados pelo IAF. Às “equipas técnicas” – cumprir as finalidades dos programas comunitários e intervir de acordo com os “princípios e técnicas do trabalho comunitário”, elaborar “estudos” para elaborar os “planos de Acção” e “relatórios de avaliação”, articular com as “entidades e serviços” com o objetivo de “desenvolvimento global das comunidades”.

A Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto compromete-se a submeter à aprovação do I.A.F. os seus planos de acção e relatórios de avaliação periódica, elaboração dos de acordo com as normas do mesmo I.A.F (...) a equipa a que se alude na base III actuará sob orientação técnica do I.A.F., dentro da esfera da sua competência, e conforme o plano anual, estabelecido pela Obra e aprovado pelo I.A.F (..) são atribuições desta equipe técnica as seguintes: a) diligenciar no sentido do cumprimento das finalidades estabelecidas no programa: actuar de acordo com os princípios e técnicas do trabalho comunitário: elaborar planos de acção e relatórios de avaliação e submetê-los através da Direcção da Obra ao parecer dos serviços técnicos do Instituto de Assistência à Família: efectuar os estudos necessários para elaborar, fundamentando-os, novos planos de acção em colaboração com a Obra a submetê-los através da Direcção da Obra à apreciação do Instituto de Assistência à Família [...] ouvir e dar parecer à Direcção da Obra relativamente às propostas a fazer por esta ao Instituto de Assistência à Família, de admissões e promoções de pessoal e bem assim dos quadros necessários à execução dos programas aprovados, sem prejuízo do cumprimento de formalidades legais sobre a aprovação dos quadros do pessoal das instituições: dar cumprimento às normas de orientação, regulamentos e instruções técnicas de serviço dimanados do Instituto de Assistência à Família

com aplicações no sector da promoção social comunitária, participar nos programas de formação especialmente organizados pelo Instituto de Assistência à Família para aperfeiçoamento do pessoal técnico de promoção Social comunitária, providenciar para que o programa de promoção social comunitária disponha dos meios de realização necessários à sua máxima eficácia, procurar a colaboração com todas as entidades e serviços com missão e interesse no desenvolvimento global das comunidades abrangidas pelo programa, recolher a informação e documentação necessária ao conhecimento das atividades em curso e providenciar no sentido da sua divulgação adequada (Relatório Atividades, 1971-1973, pp. 135-136, sublinhado adicionado)

No período de 1964 a 1967, a Obra Diocesana de Promoção Social esteve ligada ao Secretariado Diocesano. A direção neste período assumida pelo Padre João Alves Dias e Julieta Cardoso a qual exercia a função de diretora do Instituto de Serviço Social do Porto. Ambos encetaram esforços junto do Ministério da Saúde e Assistência para a promulgação dos Estatutos e desvinculação do Secretariado Diocesano.

Existe, portanto, ali um período em 1964 e 1967 [...] em que eu e D. Julieta assumimos a direção da obra, até aos estatutos serem aprovados, por isso é que íamos muitas vezes a Lisboa ao Ministério da Saúde e Assistência, para aprovação dos estatutos, e encontrávamos a Manuela Silva, era funcionária do ministério, ela era a nossa interlocutora em nome do ministério, era economista com uma formação humana e social muito grande (E2, pos. 46)

Aprovados os estatutos em 1967^{xxx}, são definidos os objetivos e missão da Obra, nomeadamente

[...] Promover e orientar todos os trabalhos que visem a formação e valorização individual e social dos grupos humanos em que exercer a sua atividade, dentro da referida cidade, colaborando com estes na resolução dos seus problemas de ordem material, social e espiritual (Estatutos da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto, 1967)

Os objetivos serão atingidos, seguindo as premissas propostas no Plano Operacional, entre as quais segundo M^a Augusta Negreiros (1985), se destacam - o “envolvimento”, a “participação” das populações, o “espírito de convivência e solidariedade social”, o recurso a “equipas de trabalho tecnicamente preparadas e devidamente qualificadas”, em suma a “Promoção Social”^{xxxi} – marca estatutária traduzida

^{xxx} Aprovado por Despacho Ministerial de 17 de abril de 1967, publicado no Diário do Governo nº 106, III Série de 04-05-1967.

^{xxxi} Plano operacional previsto para o ano de 1968, segundo Maria Augusta Negreiros (1985).

[...] No sentido de que toda a forma de ação social em ordem a dinamizar o homem e as comunidades, a fim de encontrarem uma situação nova e mais elevada (de que eles próprios são os artífices) a partir de uma actualização das suas potencialidades e de uma mais completa e perfeita participação de todos na vida social económica e política. Organização e Promoção de Equipamentos - suscitando a organização de centros sociais que possam levar a cabo os programas de promoção comunitária (Negreiros, 1985, p. 44)

A marca do trabalho comunitário, definido como o “trabalho local” nos Estatutos da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto (1967), é entendido como a “acção direta, realizada junto da população de determinadas zonas em ordem à formação de verdadeiras comunidades” (Estatutos da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto, 1967, artigo 23º), sendo “realizado por técnicos e voluntários, orientados, sempre que possível por uma assistente social”, organizada através de comissões e grupos de trabalho (Estatutos da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto, 1967, artigo 23º).

A finalidade da Obra é direccionada para a “Promoção Humana e Social”, pelo que é estabelecido um Acordo com a Direção da Assistência Social, para poder cumprir um dos seus principais “desígnios” – envolver a população e atender à sua “vivência sociocultural”, sendo a comunidade a “força” motriz do seu “caminho” e “evolução”.

Para realizar a Promoção Humana e Social que lhe é assinalada como seu objectivo principal nos próprios estatutos e que o acordo com a D.G.A.S ratifica, a O.D.P.S. tem de partir da população aceite tendo o princípio de que só ele próprio poderá encontrar na sua vivência sociocultural, as linhas de força que hão-de impulsioná-la no caminho ímpar da sua própria evolução (E4, pos.8)

A atenção social da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto, ao impacto do desenraizamento social das populações oriundas das “ilhas”, aonde primavam relações de proximidade social forte, ainda que condicionadas pelas condições de convivalidade imposta e pelas más condições habitacionais – casas exíguas que empurravam a viver mais “fora” do que dentro, com a obrigatoriedade de partilha de espaços – logradouros e casas de banho – expressa-se, segundo nomeadamente João Alves Dias (2013), na preocupação com o sentido de pertença comunitária, visando promover

O desenvolvimento integral do homem como agente da sua própria história, fazer dos habitantes dos bairros “cidadãos de primeira” e ajudá-los a criar comunidades quando tinham perdido as antigas referências de vizinhança.

Muitos eram os que se sentiam escoraçados das “ilhas” onde nasceram e emprateleirados, como objetos anónimos, em grandes bairros da periferia urbana (Dias, 2013, p.26)

A motivação social para a Obra? Eram os bairros, hoje não, estão metidos no coração da cidade, mas na altura não. Aqui na Pasteleira eram quintas, foram todos retirados dos olhares da cidade, portanto, faltavam imensa infraestruturas. Há relatos desde o arranjar o marco do correio, transportes não tinham acesso, o comercio, estavam muito isolados. Uma população vinda das ilhas, habituados a um estilo de vida muito comunitária, porque as ilhas conheciam-se viviam em conjunto, aqui viviam desraigados, estavam muito isolados (E1, pos.14)

A génese e consolidação institucional estatutária da Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto, acontece neste segundo momento, dando-se início ao trabalho desenvolvido pela ODPS em primeira linha no Bairro do Cerco em 1964, com uma equipa formada por elementos da Ação Católica, dos Cursos de Cristandade – Leigos Católicos e uma assistente social - Maria Augusta Negreiros, tendo sido implementado o funcionamento do primeiro Centro Social, parte de um conjunto de vários Centros criados nos bairros,

[...] Nessa medida que vamos ter a primeira experiência que funciona no bairro do Cerco do Porto [...] Porquê o bairro do Cerco do Porto? porque era um bairro grande da cidade, na altura estava com 32 blocos e estava a ser ocupado, era a fase de ocupação, portanto pensou-se que o melhor seria aí (E2, pos. 11)

Em 1965, a ODPS inicia a sua intervenção nos Bairros do S. Roque da Lameira, Regado, Carriçal, Azenha e Amial, e em outubro do mesmo ano, no Bairro da Pasteleira (Chamusca, 2007). O Bairro de S. Roque é o segundo Bairro que é criado herdando a experiência do Bairro do Cerco.

A seguir a isso quando já tinha lançado o bairro do Cerco, faço o mesmo no bairro de S. Roque da Lameira, mas agora em vez de ser com leigos exteriores, eu aproveito quem estava no bairro do Cerco do Porto, para irem para o bairro de S. Roque (E2, pos. 23)

O final da década de 60 e início da década de 70 (1970 a 1974), é caracterizada por ser um período de mudança e reestruturação da ODPS, influenciada por dois fatores relevantes, ainda que com impactos diferenciados. Um de âmbito nacional, nomeadamente a substituição de Salazar por Marcelo Caetano na chefia do governo em 1968 e ainda o regresso do exílio do Bispo do Porto em 1969, com influência na ODPS pela sua visão “particular” da missão da igreja.

Nos finais de 1969, a Direção Geral de Assistência, “ingere-se” na gestão da ODPS, e tenta alterar a designação de assistentes sociais para “técnicas de promoção”, o que não é aceite pela direção da ODPS, reafirmando que nos seus quadros e nos Estatutos da ODPS, o “trabalho” nos Bairros é exercido por assistentes sociais.

[...] Na Promoção Social não há assistentes sociais, mas «técnicas de promoção» designação que a Obra rejeita por ter ao seu serviço assistentes sociais contratadas para esse fim e porque nos estatutos se estabelece que o trabalho deveria ser feito por Assistentes Sociais (Chamusca, 2007, p.48)

Em 1971, é eleita a nova Direção da ODPS (1971-1974), cujo órgão de gestão contava como Presidente Maria Elisa Acciaiuoli Barbosa – assistente social (com fim mandato 1982), como coordenadora a assistente social Rosa Correia de Sousa. Francisco Sá Carneiro, destacada figura assume a posição de vogal, apesar de ter sido convidado pelo Bispo do Porto para um cargo de direção já em 1970. O convite feito a Francisco Sá Carneiro, foi da iniciativa do Bispo do Porto, e não estará desligado do episódio marcante da vinda do Bispo do exílio.

Sá Carneiro tem um papel muito forte no regresso do Bispo D. António Ferreira Gomes ao Porto. D. António era um homem intelectualmente brilhante, mas afetivamente muito dependente, quem lhe fizesse um favor ele não mais esquecia, mas também se dizia que quando alguém lhe fazia alguma coisa também não se esquecia. Ele queria ter um gesto com o Sá Carneiro, prestando o reconhecimento, ele já era deputado ele já estava na Assembleia Nacional era o líder da ala liberal, já era um homem de muito peso [...] O bispo tinha uma forte ligação ao Sá Carneiro, e ele ao Bispo. Partilhavam ideias? sim, do mal-estar político, sim, Sá Carneiro defendia o D. António, D. António foi um homem que influenciou os intelectuais aqui do Porto (E2, pos. 34)

[...] então eu retifico o convite, em vez de presidente convido-o para vogal e vai-me dar um dia para ouvir a opinião do Bispo, se o D. Antonio estiver disposto a correr esse risco o convite fica feito, e ele disse se o D. Antonio quiser correr esse risco eu aceito (E2, pos. 35, sublinhado adicionado)

Fazia ainda parte da direção da obra o Arquiteto Fernando Távora como vogal, o qual já tinha iniciado um trabalho de reconstrução do Barredo, assumindo uma componente de intervenção social, fortalecido pela relação institucional com o Instituto de Serviço Social do Porto.

O Távora já estava muito ligado ao Serviço Social, já trabalhava no Centro Social do Barredo, era um nome conhecido, eu agora já tenho dificuldade em saber se fui eu que falou no Távora, se foi o D. Antonio, que sugeriu o Távora [...] já existia a intervenção no Barredo e a D. Julieta Cardoso já estava aí, e daí a ligação com o Távora (E2, pos. 45)

A 4 de janeiro de 1972, a ODPS faz um acordo de Cooperação com o Instituto de Assistência a Menores (Chamusca, 2007). Neste mesmo ano, a 24 de julho a Câmara do Porto emana uma orientação em relação à ODPS, definindo a intervenção limitada à infância, gerando momentos de tensão entre a direção da ODPS e a equipa técnica (assistentes sociais).

A actual acção da O.D. P.S. confinar-se-ia ao Sector Infância por determinação expressa da Câmara Municipal do Porto por ofício à direcção desta Obra em 1972 (E4, pos. 12)

Esta “pressão” é explicável pelos menos em parte, segundo Maria Augusta Negreiros (1985), pela intensificação dos processos de controle social sobre as populações – motivada pelo receio do impacto dos movimentos associativos motivados pela crescente oposição à Guerra Colonial – quer da Igreja, quer da sociedade em geral, e em concreto ao governo de Marcelo Caetano. Estas circunstâncias sociopolíticas, deram lugar a pressão política na direção da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto na orientação do trabalho nos Bairros, provocando uma viragem nas perspetivas sobre as visões de intervenção social comunitária e de operacionalização das mesmas no terreno social, gerando um conflito aberto entre os órgãos dirigentes, as equipas técnicas e as organizações da população. Tensão que se agrava

[...] Pelo facto de o pessoal técnico ser solicitado a fornecer o nome de todos os colaboradores voluntários que de alguma forma tenham participado no trabalho, o que, no contexto político de então é entendido pelos Assistentes Sociais como uma denúncia, que se recusam a fazer. Por outro lado, é pedido aos Assistentes Sociais que chefiar tecnicamente o trabalho nos bairros que desempenhem a tarefa de, junto das Comissões, pedirem a entrega das chaves dos espaços geridos por estas. O que de igual forma é recusado. Estava-se em meados de 70 e a maior parte dos técnicos A.S. pedem a demissão (Negreiros, 1985, p.51, sublinhado adicionado)

Este período de conturbada agitação interna na ODPS, é segundo João Alves Dias (2013), caracterizada pela necessidade de clarificação de poderes e funções entre a direção da obra e as assistentes sociais, tensão que foi amortecida pela intervenção do Bispo do Porto (regressado do exílio em 1968^{xxxii}). Colocava-se deste modo a questão da autonomia das profissionais, as seguintes questões:

^{xxxii} Nesse ano extingue o Secretariado de Ação Diocesano de Ação Social.

[...] De que grau de liberdade gozavam as assistentes sociais, nos seus locais de trabalho? Qual o papel da Direção? Não foi tarefa fácil. Só a autoridade e prestígio de D. António foi capaz de evitar uma rotura que poderia ter ditado o fim da Obra. Mesmo assim, algumas feridas perduraram. Mas ficou claramente dito que a política da Obra era definida pela Direção, embora respeitando a autonomia do trabalho das Assistentes Sociais locais sob a orientação da Assistente Social Coordenadora que trabalhava com a direção (Dias, 2013, p.35)

No campo urbanístico, nesta fase, constroem-se novos bairros e amplia-se os existentes (2ª fase), num total de 1384 fogos, nomeadamente em 1973 os Bairros Pinheiro Torres, Falcão e Lagarteiro, aproximadamente um terço do que tinha sido construído nos anos de 1960 a 1963, mas, ainda assim com impacto significativo na vida urbana e social da cidade.

A década de 70, é assim caracterizada pela agudização da contestação social nos Bairros, com destaque para o Bairro S. João de Deus, potenciada pelo crescimento dos Bairros e afirmação de vida coletiva, substanciada pela criação dos espaços coletivos e assunção desses espaços pela população dos Bairros – como os Centros Sociais, mas, sobretudo os Centros de Convívio que eram geridos pelas populações, manifestando-se não só na administração, mas, também “na transgressão, que ela própria se autoriza, das normas de utilização desses espaços, no Bairro da Fonte da Moura a população invade o centro social ultrapassando a lotação prevista, durante a realização de festas colectivas (isto é, nosso!)” (Negreiros, 1985, p.53).

Segundo José A. Bandeirinha (2007), a intervenção desenvolvida, em grande medida assente nas ações desenvolvidas nos Centros Sociais da Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto – ativa provavelmente a consciência cívica e política das populações, fruto dos laços sociais de solidariedade à volta de problemas e vivências comuns, sendo encetada

[...] Sobretudo por assistentes sociais, mas também outros quadros universitários, juristas, arquitectos, etc., que, um pouco à maneira dos voluntários dos bairros pobres napolitanos, se iam inteirando dos principais problemas, reforçando simultaneamente alguns laços de solidariedade, na tentativa de, por um lado, sensibilizar os moradores/as para motivações políticas mais vastas e, por outro, ampliar a divulgação social desses mesmos problemas (Bandeirinha, 2007, p.100)

Na década de 70, a ODPS investe no reforço formativo da sua equipe de trabalho, criando-se uma equipe de trabalho com orientação de dois profissionais – psicólogo e assistente social.

No início de 1970, a Obra preocupa-se com o «aperfeiçoamento do pessoal técnico» elaborando um «programa de análise e revisão de métodos do trabalho» com «sessões para o estudo e diagnóstico dos grupos e revisão dos métodos de actuação. O trabalho tem vindo a ser realizado com toda a equipe de trabalho e com orientação de um psicólogo [...] Assistente Social [...], como técnica e serviço social de Grupos, Assistente Social [...], como responsável pela orientação pedagógica dos estágios e Assistente Social responsável pelo trabalho de grupo no Barredo, cuja experiência vai ser igualmente analisada para confronto dos resultados obtidos (Chamusca, 2007, p.50)

A título de conclusão, poder-se-á referir que a Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto, assumiu colmatar a necessidade social de intervenção social nos Bairros da cidade – compromisso assumido conjuntamente com o Instituto de Serviço Social do Porto e a Câmara do Porto. Sugerindo, que esta compaginação institucional ultrapassou as motivações veiculadas na sua génese e missão, o localismo centrado na geografia humana, social e arquitetónica dos bairros. As circunstâncias socio históricas em que foi criada, talvez tenham ultrapassado a visão de quem a criou no contexto da Diocese do Porto – a que não é alheio uma determinada noção humanista da igreja – perto das pessoas e com as pessoas – com tradução nas intervenções comunitárias, ainda que implementadas no contexto do Estado Novo, as quais terão provavelmente influenciado o(s) modelos profissionais da profissão de assistente social e as próprias políticas públicas da habitação e social. São estas, algumas das pistas a explorar no próximo ponto.

4.2 - O Instituto de Serviço Social do Porto

A criação do Instituto de Serviço Social do Porto, inscreve-se no quadro do projeto ideológico e institucional do Estado Novo de criação dos Institutos de Serviço Social. Primeiro em Lisboa, em 1935, posteriormente em Coimbra em 1937, na sequência da resolução aprovada no I Congresso da União Nacional em 1934, e finalmente, na cidade do Porto, em 1957, como processo de modernização e legitimação da profissão de assistente social em Portugal.

O Estado Novo, apesar de não se responsabilizar diretamente pela criação destas instituições educativas (década de 30) – os Institutos de Serviço Social eram instituições de ensino privadas - oficializou-as regulamentando a sua criação e o seu funcionamento. No caso do Instituto de Serviço Social de Lisboa, o Estado Novo entregou a sua orientação à Igreja (em linha com a União Católica Internacional de Serviço Social), numa aliança que não deixará de traduzir “o intervencionismo do Estado, de forma a que as escolas e as Assistentes Sociais mantivessem uma adesão incondicional aos seus princípios ideológicos e a concretização dos seus projectos políticos “ (Martins, 1995, p.30).

A Doutrina Social da Igreja, constitui o respaldo da formação da profissão de assistente social em Portugal, com forte presença sobretudo até à década de 60 ainda que tentasse acompanhar nesta década e na de 70, o percurso internacional do Serviço Social (quer ao nível do ensino, quer de alguns organismos internacionais), abertos ao conhecimento produzido pelas Ciências Sociais.

Destaca-se a influência do Conselho Económico das Nações Unidas, que

[...] Apontava, desde 1950, que a formação em Serviço Social devia contemplar questões socioeconómicas, psicológicas e médico-sociais, além das sistematizações metodológicas do Serviço Social norte americano (do ‘case work’, ‘group work’ e organização comunitária), sustentadas no conhecimento das ciências sociais de natureza positivista e funcionalista e na neutralidade do Serviço Social (Martins, 2009, p.28)

Em Portugal, a influência da Câmara Corporativa, num plano de recorte técnico, mas com uma clara dimensão política, enquanto aparelho do Estado Novo, exerceu o controle do processo educativo em Serviço Social, até porque perspetivava os movimentos supranacionais, com desconfiança porque passíveis de serem promotores dos movimentos de laicização do ensino do Serviço Social, potencialmente motivadores do afastamento de visões corporativas e cristãs.

Por esta razão, o Estado Novo,

repõe a formulação da legislação de 1939, determinando que ‘o ensino ministrado nas escolas de serviço social seja sempre orientado no sentido humano, corporativo e cristão’, o resultado é a publicação do Decreto Lei nº 40.678 de 10 de Julho de 1956 que regula as condições de funcionamento e os planos de estudos da formação em Serviço Social, mas que já não corresponde nem às necessidades de modernização do país, nem às orientações internacionais para o ensino em Serviço Social, mantendo-se em vigor até 1976 (Martins, 2009, p.28)

Progressivamente, o processo de institucionalização do Serviço Social em Portugal, em linha com o contexto social e histórico nacional, dá lugar, para além da

criação das escolas, à integração de Assistentes Sociais nos serviços públicos e a passagem para uma nova etapa da política social do Estado Novo, com o incremento do Estatuto de Assistência Social e das estruturas corporativas, e a criação, em 1950, do Sindicato Nacional de Assistentes Sociais (Martins, 1995, p.20)

O processo de “afastamento” nas décadas de 50 e 60, dos Institutos de Serviço Social, da tutela da Igreja, pelo menos de setores mais conservadores, é marcado por tentativas com maior ou menor sucesso de alteração dos planos de estudos, afastando-se gradualmente da obrigatoriedade das disciplinas de orientação religiosa (Martins, 2009). “Afastamento” que fica expresso no facto de que as próprias “directoras dos Institutos de Serviço Social do Porto e de Coimbra se desvinculam das organizações religiosas a que pertenciam, permanecendo, em ambos os casos, na direcção das escolas” (Martins, 2009, p.31).

Ressalvando as diferenças socio históricas e as especificidades do itinerário dos três Institutos – Lisboa, Coimbra e Porto – o processo formativo da profissão de assistente social, acompanhou as forças de resistência ao regime, bem como à própria Igreja (Martins, 2002), ainda que no caso do Instituto de Serviço Social do Porto (1956) mais tardio e em condições específicas.

A história do Instituto de Serviço Social no Porto, enquadra-se num triplo registo, por um lado, nas tendências internacionais do ensino da profissão – abertura para áreas disciplinares das ciências sociais e humanas, por outro, nas já expressas condições de modernização nacionais^{xxxiii} e, por fim, no contexto e condições específicas de uma região e nesse sentido, como nos salienta Alcina Monteiro (1995), nas visões específicas do pensamento social da Igreja do Porto – caracterizadas pelas oposições ao regime, bem como no descontentamento sobre os impactos sociais da periferização socioeconómica a que a região do Norte estava a ser votada, os quais não deixaram

^{xxxiii} Reguladas pelo Decreto-lei nº 40 678, publicado no DR 1ª Série de 10 de julho 1956, que expressa uma preocupação com a adaptação da formação em Serviço Social com as mudanças sociais, com alusão a visões sociológicas e “atividades de grupo, educativas e culturais, aos movimentos de organização das comunidades”.

indiferentes os “sectores católicos” no Norte, relativas às preocupações com as questões sociais (condições de vida) reforçadas pelas limitações impostas à sua intervenção política e social (Monteiro, 1995).

Este último aspecto, possivelmente a sua marca identitária mais forte, inscreve a criação do Instituto de Serviço Social em condições específicas da inserção local, ou regional, se se adotar a perspetiva de Alcina Monteiro (1995) - “escola regional”, justificada segundo a autora pela especificidade dos problemas económico e sociais da região do Norte, densificados pela “destabilização” social resultante das questões urbanas – processo de realojamento dos habitantes dos Bairros na cidade, nos finais dos anos 60.

O Instituto Superior de Serviço Social do Porto, teve como suporte jurídico a Associação de Cultura e Serviço Social do Porto, fundada no mesmo ano pelo Bispo do Porto, D. Antonio Ferreira Gomes, criada por alvará do Ministério da Educação Nacional em 1960^{xxxiv} (já com o Bispo do Porto no exílio), data a partir da qual será ratificada a lecionação de acordo com o plano de estudos oficialmente aprovado, para formar indivíduos do sexo feminino, formando para além de assistentes sociais, monitoras familiares (Negreiros, 2014).

A Associação de Cultura e Serviço Social do Porto, propunha-se “contribuir para a melhoria da vida social, através da difusão de uma filosofia católica atualizada que informe o estudo e solução das questões associadas aos «problemas socioeconómicos da sociedade nortenha» e a qualificação dos trabalhadores sociais considerados «adequados» (Monteiro, 1995, p.67).

O Instituto de Serviço Social do Porto, surgiu assim, por iniciativa da Igreja Católica na região do Norte, como expressão de um grupo de representantes da ideologia social católica, apadrinhada por algumas personalidades letradas da cidade - encabeçada pelo seu mentor - Bispo do Porto D. António Gomes Ferreira Gomes, num contexto local de rutura com as próprias visões da Igreja adeptos do humanismo cristão, assumindo como missão a atenção às desigualdades sociais, ou seja, atender à resolução de problemas sociais, concretos, no âmbito gestão urbana do território no norte do país, em concreto, na cidade do Porto, inscrito no designado movimento de “católicos progressistas”.

Apresenta-se como uma resposta formativa e profissional de enfrentamento das ruturas

^{xxxiv} O Alvará nº 1594 de 8 de fevereiro de 1960, enquadra a atividade letiva do ISSP.

sociais na cidade do Porto – decorrentes do contexto de forte pressão urbana na cidade, da crise rural e da crescente industrialização e sobrepopulação, sem a consequente capacidade de alojamento, caracterizando-se a cidade simultaneamente por nichos de ruralidade, e aglomerados habitacionais organizados morfologicamente em “ilhas” e posteriormente em bairros, sem qualquer política de acompanhamento social.

Compreende-se assim, a adoção de modelos formativos no campo do serviço social, mais próximos de visões sociológicas – a importância de compreender e agir no coletivo, assumindo a formação académica no Instituto de Serviço Social do Porto, um gradual afastamento das áreas disciplinares próximas de visões sanitaristas, substituídas por uma aproximação às ciências sociais e ao desenvolvimento comunitário, permitindo, segundo Alcina Monteiro (1985), apesar do enquadramento jurídico e social conservador “uma clara inflexão na trajetória do Serviço Social e contributo importante na construção da identidade profissional na sociedade portuguesa” (Monteiro, 1995, p.60).

A inclusão nos planos curriculares das ciências sociais e humanas, tais como Psicologia e Sociologia, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, assume compromissos de intervenção social na comunidade, traduzidos em estágios curriculares nas comunidades da cidade - em primeiro lugar na zona histórica em 1960 – Barredo (com o suporte do Centro Social), e posteriormente em 1967 nos Bairros da cidade do Porto. Como nos refere Maria Augusta Negreiros (2014) “de certo modo, poder-se-á dizer, que a Obra Diocesana e o Centro Social do Barredo funcionavam como centros de estágio específicos, que complementavam a formação teórica que se ministrava no Instituto” (p.173), ou seja, volvidos apenas 3 anos desde a criação do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, este aproxima-se da comunidade e participa numa fase tão relevante da formação – disponibilizando-se como campo de estágios, num compromisso dialogante, com impacto provável no processo de profissionalização da profissão de assistente social.

Os estágios integrados na ODPS, decorreram nos Bairros Camarários do Porto, entre o ano de 1963 a 1974, no Bairro S. João de Deus, no Bairro da Pasteleira, no Bairro de Aldoar, no Bairro Fonte da Moura e ainda na freguesia do Bonfim, nas seguintes áreas de intervenção: Intervenção Comunitária, nas Comissões de Bairro, na intervenção com

grupos de Jovens e Crianças, na área da Formação Profissional de Adultos, no campo educativo nomeadamente no Jardim Infantil e nas Salas de Estudo. A visão e metodologia central era a intervenção comunitária - “auscultar a população”

Tinha gente muito boa a acompanhar os estágios. Tinha gente interessante, e essa gente aprendeu no contacto com as populações. Nas cabeçadas que deu, porque é uma coisa...e [...] agora acredita-se excessivamente nas ciências, na sociologia, e acho que é de acreditar nisso, mas isso tem de se inserir em qualquer coisa, no dia a dia humano, na pessoa!, e agora como aprende ? já viu o que é lançar meia dúzia de jovencinhos num bairro, de gorilas, a gente tem a sensação que o bairro é de gorilas!, dá-nos essa sensação, em vez de nos dar a sensação que temos ali uma população que a gente tem de auscultar (E4, pos. 23)

O Instituto de Serviço Social do Porto esteve alinhado na década de 60 e 70 com a trajetória da formação académica supranacional, reconciliando-se “paulatinamente com os modelos de formação praticados nas democracias ocidentais, conferindo centralidade aos direitos humanos, particularmente aos direitos sociais” (Branco & Fernandes, 1999, p. 2), sem contudo ter sido um processo simples, “dada a hegemonia da igreja católica no país e o seu papel de tutela sobre as escolas de Serviço Social” (Branco & Fernandes, 1999, p.2), bem como a do próprio Estado.

Enquadra-se assim, a criação e desenvolvimento do Instituto de Serviço Social do Porto, na fase de “modernização da educação em Serviço Social” (Branco, 2018, p.14), destacando-se entre outros aspetos, e porventura como estatutariamente mais relevantes, a “regulação pública da formação em serviço social, a introdução de planos curriculares de quatro anos, e o reconhecimento da formação como superior em 1961”^{xxxv} (Branco, 2018: 14). Este reconhecimento, segundo Alcina Monteiro (1995), aproxima a formação em Serviço Social das “exigências do ensino universitário, fundamentada pelas manifestações da questão social urbana” (p. 60). Progressivamente a formação administrada no Instituto de Serviço Social, sofre mudanças refletidas nos planos de estudos, afastando-se segundo Maria Augusta Negreiros (2014), de visões humanistas, filantrópicas e até teológicas – que marcam o 1º período – desde a sua

^{xxxv} Ainda em 1961, o Estado oficializa o acesso dos homens aos cursos de serviço social, no entanto esta abertura, não teve repercussões na taxa de feminização nos cursos de Serviço Social, que se manteve tal como nas décadas anteriores de 100% (Pimentel, 2001), ou seja, apesar de oficialmente ser permitida a admissão de homens no curso de assistente social, a sua entrada só se efetiva nas décadas seguintes.

criação até 1963/1964, para uma segunda fase: caracterizada pela inclusão do

ensino dos Métodos de Serviço Social como disciplinas autónomas -Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupos e posteriormente Serviço Social de Comunidades. São introduzidas, progressivamente, disciplinas no âmbito das Ciências Sociais - nomeadamente Psicologia, Sociologia, Investigação Social. Excluem-se as disciplinas de formação doméstica e de cuidados de enfermagem. Reduzem-se as disciplinas de carácter médico 2º período até 1973/1974 (p.172)

O crescente agravamento das condições sociais em que vivem as populações realojadas nos bairros, e por sua vez, o reconhecimento e sensibilização por parte do Instituto de Serviço Social do Porto^{xxxvi}, segundo Augusta Negreiros (1985), com especial protagonismo para a então diretora do Instituto Superior de Serviço Social - Julieta Marques Cardoso – fomenta a abertura à comunidade, a qual potenciaria por um lado, oportunidades para a aprendizagem de modelos profissionais comunitários para a profissão de assistente social, por outro, antevendo oportunidades de estabelecer compromissos com a promoção do bem-estar daquelas populações, colocando esta instituição de ensino, e por sua vez esta profissão, como uma das forças motrizes “emancipadoras” daquelas comunidades.

Este objectivo é conseguido através de contactos estabelecidos com elementos da Câmara Municipal do Porto e o próprio Bispo da Diocese, no sentido de os alertar para o problema, e dinamizar as duas instituições Câmara e Igreja - para o assumir das suas funções, respetivamente social e pastoral face a estas populações (Negreiros, 1985b, p.41)

No final da década de 60 inícios de 70, no Instituto de Serviço Social do Porto, registam-se movimentações de mudança, consubstanciada numa viragem renovadora que contestava o “anacronismo” e a presença ideológica da Igreja.

Exatamente o Instituto era muito dominado por alguns padres. Uma disciplina que era uma coisa moral que era do género que só se podia tomar a pilula em situação de guerra, estávamos no ano de humane et vitae. Portanto, se houvesse uma guerra, isto era nos dito, o professor [...] que nos dava moral. Muito anacrónica [...] (E1, pos. 4)

^{xxxvi} Julieta Marques Cardoso formada em Filologia Clássica (1952) e Serviço Social (ISSL).

No ano letivo de 1969/1970, os movimentos de contestação das alunas, organizadas em “comissão de alunos”, organizam e realizam uma “greve”, com a posterior mobilização das alunas para o Instituto de Serviço Social de Coimbra.

No 2º ano fizeram uma greve a exigir uma alteração do plano curricular. Em 1969/70, eu estive na comissão de alunos que foi o [...] Havia ali uma serie de pessoas que estavam revoltadas...queriam uma mudança do plano curricular [...] era já o efeito da reconceptualização, era o efeito disso. O ISSP era muito ligado à Igreja, tinha disciplinas que eram loucas para nós, que não faziam sentido nenhum (E5, pos. 8)

Fui das alunas [...] do grupo de alunas, com certeza também já pode ter ouvido falar que tomamos uma iniciativa terrível na altura, que foi no meu 4º ano, o ter acabado em Coimbra [...] ficaram poucas alunas, e havia grande constatação, aquele terceiro ano, reuniões, pusemos imenso em causa. Portanto, a D. Julieta que entrou, quer dizer que concordou e que apoiou, teve um recuo. Ficaram muito poucas, muito poucas e fomos para Coimbra acabar o quarto ano, numa atitude de pura contestação (E1, pos. 7)

Em 1971, as mudanças no Plano Curricular no Instituto de Serviço Social no Porto, serão assumidas, registando-se a abertura às Ciências Sociais e Humanas. A direção da escola apoiou esta abertura – incluindo o Serviço Social de Comunidades, por influência da América Latina

Porque primeiro o serviço social de casos, de grupos, e comunidade era uma coisa que estava lá para a América Latina, portanto foi uma escola para muita gente. A diretora teve isso (visão) (E1, Pos. 18)

Então foi feito uma remodelação do plano curricular, e nos começamos a ter sociologia do trabalho e uma serie de outras disciplinas, que eu agora penso...por exemplo o Padre [...] que era professor e padre, ele já tinha uma perspectiva marxista das coisas. Eu lembro-me de uma aula em que ele dizia, sobre uma parte do evangelho- Cristo...todos os irmãos, todos eram irmãos independente de serem irmãos de carne, que mais tarde vim a perceber [...] que na altura eram muito interessantes. Tive 19 a sociologia do trabalho, era interessantíssimo, era tudo novo (E5, pos. 8)

As influências que chegavam ainda que de forma velada dos movimentos da profissão na América-latina – reconceptualização, bem como a abertura à influência de outras universidades, como a Universidade de Louvaine e os “novos” autores como Paulo Freire, favoreceram as mudanças “renovadoras”.

A escola fez um plano curricular e começou a funcionar, mas na prática não puderam (...) Depois veio o [...] e outros sociólogos que depois ficaram famosos, vieram de fora, por exemplo de Louvaine. Era uma toda renovação dentro da escola e que a gente se sentia bem (E5, pos. 11)

Eu acho que veio ali, como é que vieram essas influências? Eu não sei, mas comecei a ler Paulo Freire. O Paulo Freire, entrou pela escola dentro e eu era Freiriana convicta, portanto eu utilizava numa reunião de grupo...aprendi com o Paulo Freire como se fazia perguntas, e até me perguntaram como aprendeste a fazer essas perguntas, e eu não podia dizer, porque Paulo Freire era proibido. De modo que nós, o Carl Rogers por exemplo [...] eu não sei como entrou. Mas depois discutíamos as diferenças entre uma perspectiva mais psicologizante e individualista do Rogers mas que também nos interessa muito e o Paulo Freire numa perspectiva mais alargada. Mas a verdade é que nos liamos esses livros, entravam no ISSSP, eu não posso dizer como é que aconteceu [...] estávamos a beber essas influências renovadoras de forma escondidas? Da América Latina, por exemplo o Paulo Freire era da América Latina” (E5, pos. 19, sublinhado adicionado)

No entanto, ainda que as mudanças tivessem sido efetivadas no Plano Curricular do curso de Serviço Social, na “prática”, ter-se-ão mantido os conteúdos do modelo tradicional anterior, questionando-se se por influência da “polícia política”, da Igreja ou, dificuldade de contratação de professores com formação em Ciências Sociais e Humanas.

Sim tivemos uma mudança, sem dúvida nenhuma, mas não foi suficientemente assumida. O que é que é que aconteceu? o Curriculum mudou, várias pessoas dizem isso [...] mas nunca foi tirado a limpo, ela a Julieta Cardoso, era a diretora da escola, ela esteve de acordo com a mudança, mudaram as disciplinas, mas houve um travão, da polícia política? da Igreja? não sei, mas alguma coisa se passou, algum travão houve? O que aconteceu não sei (E5, pos. 11, sublinhado adicionado)

Eu acho que por um lado, por parte dos professores as coisas estavam a mexer, já tinham outras perspectivas, havia padres mais revolucionário, a antropóloga, sociologia, mas deve ter havido proibição de contratar pessoas novas, elas ...porque eram elas acabaram a dar tudo, a estudar tudo à última da hora. Não faço ideia como é que com os poucos livros que havia, até tínhamos professores mais capacitados. No meu primeiro ano da escola, em que mudou o plano curricular, e depois no 2º ano, foi por isso que as colegas saíram (foram para Coimbra), não estavam de acordo de terem mudado os nomes, mas as moscas eram as mesmas (E5, pos.12, sublinhado adicionado)

No ano seguinte mantiveram-se essas disciplinas, mas eram dadas pelas mesmas pessoas. Portanto, a D. [...] que era uma assistente social, a D. [...] é que davam essas disciplinas todas. Elas fizeram um esforço na altura, mas não tinha nada a ver com a formação delas. À última da hora foram estudar, isso nunca se percebeu muito bem, porque se aprovou o novo plano curricular, mas porque é que não puderam contratar pessoas de fora (E5, pos.11)

A influência do contexto sociopolítico antes dos finais do Estado Novo (antes da queda do Regime), ter-se-á feito sentir no Instituto de Serviço Social. Os movimentos sociais, a

influência na profissão vindas sobretudo da América-Latina, terão tido os seus efeitos provocando mudanças - o Instituto de Serviço Social do Porto mudou,

Sim [o Instituto de Serviço Social] bebeu estas influências, mas a escola não era muito formatadinha, permitia muitas coisas, não tenho dúvida que era muito controlada, não tenho dúvida, mas não era formatadinha (E5, pos.25)

Mas, não se pode deixar de considerar, que sobre a tutela política do Estado Novo – sem a suposta abertura que o fim da ditadura poderia permitir, a intervenção do Serviço Social nos Bairros, poderia ter constituído uma oportunidade ainda que localizada, para potencializar a(s) mudança (s) na profissão de assistente social – viver “os sonhos idealistas” da profissão e que parte da sociedade desejava.

Importante dizer que dentro da escola, tínhamos espaço para este movimento com outras colegas, havia muita, por um lado a escola ajudou [...] Isso correspondia muito aos sonhos idealistas, que queriam mudar a situação em Portugal e quase ninguém conseguia fazer esse trabalho, quem é que conseguia fazer esse trabalho? eramos nós (ODPS/assistentes sociais) que conseguíamos. Não era, isto tipo de coisas, ninguém consegui fazer, e o que era feito por alguns movimentos que viviam na clandestinidade faziam, faziam-no às escondidas, e nós fazíamos isto abertamente, com o risco de ter a Pide ao telefone, mas era diferenciada, havia colegas que trabalhavam assim (E5, pos.26, sublinhado adicionado)

Capítulo 5 – A profissão de assistente social nos Bairros do Porto nas Décadas 60 -70 no contexto da Obra Diocesana de Promoção Social

Pretende-se com este capítulo descrever os processos que contribuíram para a análise do agir e agência da profissão de assistente social no contexto sócio-histórico das políticas públicas habitacionais e sociais nos finais do Estado-Novo (décadas de 60-70) na cidade do Porto e no contexto da Obra Diocesana de Promoção Social.

5.1- A génese do Serviço Social na ODPS e Bairros Sociais do Porto

A participação da profissão no processo de organização da ação local nos bairros sociais da cidade do Porto no contexto da ODPS, teve início como trabalho voluntário, e, portanto, não remunerado, ainda que exercido em regime de dedicação a tempo inteiro. A profissionalização do Serviço Social, com a atribuição de um salário, correspondente a um direito pelo trabalho desenvolvido, foi justificada, pela ODPS, com base nos princípios da justiça que deveria pugnar a ação da Igreja Católica:

[...] Foi necessário estabelecer o primeiro ordenado para a assistente social que passara a trabalhar na obra a tempo inteiro. Até aí, toda a atividade fora realizada em regime de puro voluntariado. Após uma longa troca de ideias, concluímos que a Obra deveria pugnar para que os seus trabalhadores estivessem imbuídos pelo mesmo espírito de apostolado que animava os voluntários. Mas não poderíamos querer praticar a caridade à custa da justiça. Aquele era o seu “ganha-pão”. E não era com “espírito de apostolado” que as funcionárias podiam pagar as despesas da mercearia no final do mês. O espírito de apostolado é imprescindível, mas não suficiente. E até foi lembrado que “não pagar o salário a quem trabalha” é um dos “pecados que bradam aos Céus”. E, por isso, dentro dos seus condicionalismos económicos, a Obra deveria pagar o justo salário (Dias, 2013, p. 32, sublinhado adicionado)

O Instituto de Serviço Social do Porto, em 1963, através da sua diretora Julieta Cardoso, integra, o Secretariado Diocesano de Ação Social, o qual esteve na base da criação da ODPS, estando assim presente, num plano mais institucional, na génese do processo de institucionalização do Serviço Social na Obra e, posteriormente, na intervenção e organização comunitária nos bairros.

O Secretariado Diocesano de Acção Social foi criado por D. Florentino, em 1963. Na Direcção do Secretariado, o P. Teixeira Fernandes, secretário de D. Florentino, era

acompanhado pelo Dr. Pedro Cunha, Professor da Faculdade de Economia, e por D. Julieta Cardoso, Directora do Instituto de Serviço Social do Porto (Chamusca, 2017, p. 30)

O processo inicial de intervenção social nos bairros e de mobilização da população foi efetuada através de um processo de participação das assistentes sociais em reuniões com a população, em 1964, que contaram com a presença de um representante da Diocese do Porto e leigos voluntários;

A ação direta da população começa com a participação nessas reuniões, em 1964. A obra é criada oficialmente em fevereiro de 1964, nessa fase eu não estive, eu estive quando se pensou ir para a ação direta. E então eu vou para a ação direta. Eu era padre de Santo Ildefonso, e às noites o meu trabalho era ir lá. Estavam nessas reuniões eu, a Maria Augusta Negreiros [Assistente Social], a Julieta Cardoso [Directora do ISSP] e o Pedro Cunha [Representante da Câmara] (E2, Prof. João Alves, pos. 14)

O objetivo destas reuniões iniciais era a identificação das necessidades sentidas pelas pessoas que viviam nos bairros, organizando-se as equipas, potenciando novas sociabilidades, o sentido de pertença a uma comunidade e coesão social, bem como a resolução de alguns dos problemas que afetavam a vida dos moradores/as. O Serviço Social estava no contacto direto com a populações, “ouvia” a comunidade num processo que indica teria favorecido a coesão social entre os moradores/as.

Nessas reuniões numa sala enorme, eu dizia mais ou menos isto “meus amigos estais aqui há pouco tempo, na cidade, mas nós não vos conhecemos, queremos que nos contem as vossas necessidades”. E eles começavam a contar (E2, pos. 14)

A obra era um gérmen de comunidade [...] isto é ...as pessoas vinham de vários sítios e não se conheciam, os vizinhos não se conheciam, e a obra ao criar estes grupos, por exemplo o Centro de Convívio era gerido por eles, as pessoas encontravam-se lá. O bairro não tinha telefone, e esta comissão conseguiu que se arranjasse um telefone dentro do bairro, coisas pequenas, simples, que eram necessárias para as pessoas, e isso criou um clima de amizade, de fraternidade, que antes não tinham. Saíam à rua e já se encontravam, já se saudavam. As pessoas ficaram mais coesas, claramente, não tenho dúvidas nenhuma, isso senti-o eu (E2, pos. 53, sublinhado adicionado)

Precisamos disto, precisamos daquilo e íamos apontando tudo, e depois via-se e dizia-se – sim senhora tem necessidade de creche, necessidade de um marco do correio, necessidade de um telefone nos bairros, necessidade de limpeza das ruas, necessidade de um mercado, de um centro de convívio, sim senhora. Então, compunham-se várias equipas, exemplo para os centros de convívio, posto de enfermagem, sala de estudo limpeza, transporte, e dizíamos – quem é que se disponibiliza aqui? Ao fim de fazermos 16 reuniões que apanhava os 32 blocos, dizíamos quem é que está inscrito para fazer parte da equipa grande formada por diversas equipas? Nós tínhamos um núcleo grande de trabalho (E2, pos. 53)

O trabalho com a população, tenho por ideia que temos de nos apresentar à população tal como é, nas suas crenças, as suas não crenças, e ouvir, ouvir muito. Depois existe uma linguagem que as pessoas têm ...não sabemos explorar- a linguagem gestual, a linguagem do corpo. É o próprio fraseado das pessoas, que parece que tem lacunas, porque

logicamente não está dentro do nosso mundo, mas não é, aquela lacuna está preenchida, pelo sentir, pela emoção, pela vida (E4, pos.12, sublinhado adicionado)

5.2- Enquadramento da Profissão de Assistente Social na ODPS – Estrutura, Organização e Intervenção nas Comissões de Bairro

Os profissionais de serviço social estavam integrados funcionalmente na Direção da ODPS - órgão máximo da Obra. A intervenção direta nos bairros era efetuada por uma “equipa de acção” (assistente social, leigos e um representante da Diocese), cuja coordenação estava atribuída também a uma assistente social, que estabelecia a relação com a Direção. Existia ainda um Conselho Consultivo constituído por várias instituições, nomeadamente a Câmara Municipal do Porto, o Instituto de Apoio à Família, o Gabinete de Informação e Cooperação Social e ainda o Instituto Materno-Infantil.

A O.D.P.S. era gerida por uma Direcção (que necessitava de aprovação do Prelado) que era constituída por 5 elementos, dos quais um teria que ser Assistente Social e outro sacerdote representante da Diocese. Existia um Conselho Técnico Consultivo constituído por: Instituto de Família e Acção Social, C. M.P., Gabinete de Informação e Cooperação Social, Instituto Materno-Infantil e Delegação de Saúde. A coordenação das acções, bem como do pessoal técnico e administrativo era feito por um A. S. (coordenador) que estabelecia a ligação com a Direcção (Reis & Carvalho, 1988, p.135)

A Direcção da ODPS, sob a responsabilidade de assistentes sociais, tinha o encargo da coordenação, estudo e elaboração dos planos de acção da intervenção social nos Bairros, realizada pelas profissionais que trabalhavam ao nível local nas zonas.

Existe também, subordinado à Direcção da Obra, um serviço de estudo e coordenação do trabalho social nos Bairros, em que actuam duas assistentes sociais, através de quem se faz a ligação com todas as profissionais que trabalham nas zonas (Reis & Carvalho, 1988, p.136)

A metodologia de aproximação à comunidade nos bairros, iniciou-se, como referido, pelas reuniões com a população, através das equipas locais coordenadas por assistentes sociais, uma “diretora” em cada bairro, com a presença nos bairros dos profissionais ao serviço da Câmara – “encarregado” e “fiscal” – “vigilantes” da comunidade.

Era uma diretora em cada bairro, havia um encarregado a viver numa casa em cada bairro, e era um fiscal, estes entravam nas casas das pessoas e vigiavam, havia uma intromissão excessiva [...] intrometiam-se na vida pessoal e família das pessoas (E3, pos. 13)

Nessas reuniões, participavam as populações e diagnosticavam-se as necessidades expressas. As diferentes comissões de bairro, eram criadas de acordo com a identificação das necessidades por parte das populações.

Como começaram os trabalhos das comissões e qual o seu rumo futuro? Foram convidadas todas as famílias a assistirem a reuniões preparatórias e a exporem os problemas da comunidade. A medida que se apuravam as necessidades mais importantes, assim se criaram comissões para cada grupo de necessidades semelhantes. Cada comissão era assistida por um animador, um leigo exterior à população e que poderá mais tarde desligar-se por o seu trabalho ter sido concluído ou por autossuficiência da própria comissão. Surgiram assim as comissões a que nos referimos atrás. São estes os magníficos e fecundos trabalhos que atualmente decorrem no populoso Bairro do Cerco do Porto (Chamusca, 2007, p. 35)

A organização funcional da intervenção da ODPS nos bairros a nível local, estava estabelecida em três níveis: as Comissões, os Serviços – “acções desenvolvidas pelas comissões” e os Grupos. Em todos estes níveis, estava presente o Serviço Social quer na acção direta, quer na coordenação.

A nível local, existiam três estruturas. Comissões - estruturas de participação da população, constituídas em função de satisfação de uma necessidade ou resolução de uma tarefa. Funcionavam com o apoio e orientação de animadores voluntários e de estagiários de Serviço Social. Faziam os contactos e as diligências junto de entidades ou organismos, executavam tarefas, e tomavam decisões. Serviços - estruturas de resposta, onde a maioria das pessoas usufrui a de uma remuneração. Eram o resultado das acções desenvolvidas pelas comissões.

Os Grupos não tinham uma estrutura fixa, organizavam-se em função de actividades ou interesses: de origem cultural ou de convivência (Reis & Carvalho, 1988, p. 11)

A nível central, existia uma Comissão Central, formada por representantes das comissões que tinham como função manter a relação com a população sobre o desenvolvimento da intervenção nos bairros e a atenção às suas necessidades. A articulação entre as várias Comissões de Bairro era coordenada por assistentes sociais

Existia também uma comissão central formada por um ou dois elementos de cada uma das comissões existentes, que tinha como função (Reis & Carvalho, 1988, p. 11) [...] Informar a população de todo o trabalho realizado, e estar atenta aos problemas gerais da Comunidade, encaminhando-os para as respectivas secções, ou criando outras, caso seja possível. Coordenar o trabalho das Comissões existentes e servir de meio de informação entre elas (Relatório Estágio, p.25)

A intervenção local desenvolvida pelas assistentes sociais, era efetuada através de várias metodologias que envolviam diretamente as populações, contactos com instituições locais, reuniões com os moradores/as/as – “reuniões de massa” e “contactos informais na rua e habitações”, estudos sobre a situação social e necessidades sentidas com base em “inquéritos” à população, ações de formação, exposições e, de central relevância, a constituição de comissões e grupos de trabalho coordenadas pelas assistentes sociais ou animadores voluntários, como forma de envolvimento e organização da população na resposta aos problemas. A metodologia comunitária assumia destaque, como forma de excluir a intervenção de cariz assistencialista considerada como não promotora de autonomia.

O trabalho a desenvolver era: de natureza colectiva comunitária com a participação das populações dos bairros a partir das necessidades sentidas por estas. Excluía-se assim as acções de natureza assistencial individual ou colectiva, por se considerar que a acção assistencial não produz autonomia antes fomenta dependência (Reis & Carvalho, 1988, p. 11)

No âmbito da intervenção da profissão nas comissões de bairro, o trabalho comunitário assentava na relevância e importância social da promoção da participação social da comunidade. É perspectivado para o Serviço Social, que o envolvimento comunitário da população potenciava a “consciência” dos “direitos” e “deveres” dos moradores/as/as dos bairros e da própria sociedade - caracterizada como “passiva” pelo Serviço Social. As populações “desconhecendo ... o direito a uma vida comunitária condigna”, são afetadas na consciência coletiva, que por sua vez afeta a procura da resolução dos problemas. Constituirá provavelmente esta visão uma força “motriz” para o trabalho desenvolvido nos Bairros pelo Serviço Social nas Comissões Locais e Grupos.

Por outro lado, há que ter em conta o facto de nós vivermos numa sociedade extremamente passiva, pouco desperta para reagir aos problemas que a envolvem, e ainda menos para lhes procurar uma solução. Este condicionalismo tem como consequência imediata, para a maioria das pessoas, um desconhecimento quase total relativamente aos direitos que lhes são devidos, sendo um deles o direito a uma vida comunitária condigna com a qualidade de seres humanos que são. Foi precisamente porque estão pouco habituados a praticar e muito menos a reflectir nos direitos e deveres que têm para com a sua comunidade, que os membros da comissão não contribuíram para a elaboração do conteúdo, da exposição. Assim, relativamente aos preparativos para a exposição, os membros colaboraram sobretudo na "organização" da mesma, limitando-se a aprovar o plano e a concordar comigo, sempre que eu os consultava ou lhes comunicava alguma coisa respeitante ao "conteúdo". Foi tendo em conta esta característica acentuada da população, que se fez incidir a primeira parte da exposição

sobre um esclarecimento mais detalhado relativamente à vida em comunidade e às formas como a mesma se poderia processar (Relatório Estágio, 1966, p.33)

Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social, envolvia diretamente as populações organizadas em grupos e por sua vez, em comissões locais, promovendo-se a sua participação na identificação do que consideravam ser os seus problemas e aspirações. Alguns habitantes – os “chefes locais” - tinham a responsabilidade de orientar as reuniões rotativamente, responsabilizando-se pela organização e mobilização, formados para esta intervenção pelo Serviço Social.

A actividade desenrolava-se e estendia-se por uma multiplicidade de domínios, ao ritmo da sua expressão sentida e manifestada pelas populações e a assunção em conjunto das suas responsabilidades. As pessoas eram directamente envolvidas no próprio processo da sua promoção. Desta forma eram encaradas as ações que se iam desenvolvendo nos bairros camarários. Procura-se formar os chefes locais, dando possibilidade aos membros destas Comissões de orientar as reuniões, num sistema de rotação (Chamusca, 2007, p.35, sublinado adicionado)

Os problemas das “comunidades humanas” foram perspetivados como potencialmente resolvidas pelos próprios nas comunidades de pertença, pelo que são valorizadas as suas vivências – “os verdadeiros problemas” são os que vivenciam as populações, quando comparadas com as “visões” dos profissionais – quer os “responsáveis” quer os que intervinham através da “ação directa” nos bairros

Será, porém, evidente que os problemas gerais das comunidades humanas, e os problemas particulares dos indivíduos que as constituem, não podem receber resolução cabal fora dessas comunidades e desses indivíduos. Os verdadeiros problemas que se lhes poem não são necessariamente de facto os que vêm as entidades responsáveis nem mesmo os que detectam os técnicos de ação directa: são antes os que vivem os indivíduos ou grupos por eles atingidos (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, p. 8)

No âmbito das Comissões de Bairro integradas nos Centros Sociais – geridos pelo Serviço Social, desenvolveram-se várias atividades socioculturais dirigidas à população, orientadas por assistentes sociais e voluntários. Nas Comissões, estavam organizados vários grupos (jovens e comunidade em geral), constituídos sobretudo por população masculina, evidenciando-se uma mudança nos temas a partir de 1969, nomeadamente, passaram a estar presentes, temas da vida social e política, provavelmente não alheios ao período sócio histórico vivido.

As Comissões tinham por função gerir e administrar os Centros Sociais para além das acções e serviços que prestavam à população. Estas eram dominadas por uma população masculina adulta. Não havia mulheres a participar nas comissões talvez tendo em consideração o contexto cultural do meio.

No que diz respeito aos conteúdos da discussão dos grupos houve uma certa alteração a partir de 69. Os grupos debatiam temas sociopolíticos (o trabalho, a vida, a guerra, etc.) ou então reuniam-se para organizar espaços culturais (poesia dita, música, cinema e teatro). Para além dos técnicos e estagiários de Serviço Social havia voluntários com formação universitária, membros de organismos relacionados com o Cinema, Teatro e Desporto a dar apoio em áreas diversificada. Este tipo de cooperação provocou uma forte dinamização ao nível dos jovens (Chamusca, 2007, p.35, sublinhado adicionado)

As Comissões de Bairro, eram criadas de acordo com a auscultação da população, visando a instalação do telefone público no Bairro, instalação do marco do correio, criação de um mercado, acesso a transportes públicos, instalação de um posto de enfermagem, criação de Creches. Em alguns bairros existia a Comissão de Auxílio, cuja finalidade era o apoio económico para o pagamento das rendas, provada por parte das famílias a sua dificuldade. Os objetivos destas comissões, refletem a procura de respostas a necessidades “essenciais” da população, permitindo perspetivar as suas condições de vida.

Conforme se auscultavam as necessidades das populações, assim se criavam várias comissões de trabalho, como as que seguem: Comissão para instalação de telefone e marco de correio, Comissão de Missa e Catequese, Comissão para a instalação de um mercado, Comissão para um posto de enfermagem e creche, Comissão para o estudo e obtenção de transportes, e ainda uma comissão de fundo de auxílio, esta com características inovadoras e com o objectivo de subvencionar as famílias que por um desequilíbrio orçamental não culpável e aprovado, não puderem pagar o aluguer da casa que habitam. Esta comissão funciona com um carácter mutualista em que os interessados neste benefício devem contribuir mensalmente com uma certa quantia, reservando-se-lhe o direito de ser subvencionados nos casos em que o auxílio deva ser dado (Relatório Atividades ODPS 1971-1973, p. 93)

Como exemplificativa da intervenção do Serviço Social nos Bairros, dá-se nota da experiência comunitária que decorreu no Centro Social do Bairro S. João de Deus, cujo pedido à ODPS – em concreto à equipa de Serviço Social, teve a iniciativa da Câmara do Porto, fundamentada pela identificação do seu isolamento relativo à Cidade do Porto e ainda pela intenção desta autarquia iniciar um processo de integração urbana no bairro, de um grupo de potenciais moradores/as/as de etnia cigana. O pedido de intervenção da equipa de assistentes sociais da ODPS, foi igualmente identificado por um grupo de

moradores/as/as do próprio bairro, potenciado provavelmente pelas “dificuldades” que este processo de integração implicaria para o Bairro.

A intervenção do Serviço Social - Motivos que originaram o início do trabalho. Localização do bairro num dos extremos da cidade, sem quaisquer laços de união com o exterior (...) Pedido feito pela Câmara para se iniciar o trabalho, a fim de preparar a população para a entrada neste local, das famílias de ciganos residentes nos barracos situados no extremo da Avenida Fernão Magalhães. Um grupo de moradores/as do bairro, todos membros da Associação Recreativa e Cultural Alegria de Viver, entrou em contacto com a Direcção da Obra Diocesana e pediu a sua actuação naquela comunidade (Relatório Estágio, 1966, pp: 8-9)

No seguimento deste pedido, a equipa de Serviço Social teve como preocupação o conhecimento social comunidade – a “situação concreta [...] do Bairro. ”Este conhecimento da comunidade, diz respeito à situação concreta em que se encontrava o bairro.” (Relatório Estágio, 1966, p.11). Com um duplo objetivo – por um lado “unir [...] e promover o interesse” - que se traduziria na aceitação dos/das “novos” moradores/as/as pela comunidade e ainda para elaborar um “estudo prévio” à intervenção do Serviço Social no Bairro.

Outra com o fim de unir a população do bairro e interessá-la pela vinda dos novos moradores/as levando-a à sua aceitação. Para concretizar este plano e a fim de preparar o lançamento do trabalho no bairro, a minha actuação começaria por um estudo prévio da comunidade, seguindo-se-lhe o lançamento propriamente dito (Relatório Estágio, 1966, p: 9)

As metodologias usadas pelo Serviço Social, para conhecer a comunidade incluíram a recolha de dados na Câmara do Porto, contactos com entidades hospitalares, como os Hospitais de Santo António, São João, Santa Maria, o Sanatório Rodrigues Semide, o Posto Médico local e o Posto de Enfermagem do Centro Social do Barredo, contacto com entidades locais como o Pároco, Subchefe do Posto da Polícia e ainda as direcções das Escolas do Ensino Primário (escola masculina e escola feminina). Realizaram-se ainda, inquéritos, reuniões de “massa” – reuniões alargadas com a presença dos/das moradores/as/as com os objetivos de informar as populações sobre os resultados dos inquéritos, motivar os/a moradores/as/a para atividades e constituição das Comissões.

Informação relativa aos resultados dos inquéritos, os quais se encontravam mencionados em cartazes; apelo a todos os moradores/as interessados para que participassem na organização de alguma actividade; formação das

respectivas comissões de acordo com as necessidades mais urgentes apontadas nos inquéritos (Relatório Estágio, 1966, p: 20)

Foram ainda realizados contactos informais com a população - na rua e nas habitações, em específico, visitas domiciliárias à população prevista como sendo integrada – “população cigana”.

[...] A única documentação existente encontrava-se nos arquivos da Câmara, e dizia respeito ao processo de cada uma das famílias pertencentes àquela zona. Durante três dias desloquei-me à Câmara a fim de consultar os processos e simultaneamente preenchi as fichas, cujos dados correspondiam aos elementos colhidos nos respetivos processos [...] desconhecendo-se totalmente a população do bairro, os contactos individuais serviram como um meio de penetração na comunidade e como base para o trabalho futuro. Estes contactos foram efectuados ocasionalmente com os moradores/as encontrados, uns nas ruas do bairro, outros nas suas próprias casas [...] o objectivo era explicar às pessoas contactadas a minha função como assistente social da Comunidade e auscultar as suas opiniões relativamente aos seguintes aspectos: como encaram a vida no bairro, e o seu grau de satisfação relativamente a esta realidade, conhecimento e opinião no que respeita à acção desenvolvida pelos grupos existentes na comunidade, conhecimento e atitudes manifestas em relação à vinda dos ciganos para o bairro [...] Contactou-se o Pároco, o Sub-chefe do Posto da Polícia, as duas directoras das escolas, masculina e feminina [...] por outro lado, e a fim de completar este estudo, desloquei-me aos barracos de Fernão Magalhães, e entrei duas vezes em contacto com 5 a 6 famílias ciganas, as quais ficaram informadas relativamente à minha função no bairro, e de que o trabalho com elas iria ser continuado. Devido às más condições das suas habitações (barracões de zinco, onde penetra intensamente o frio e a chuva), mostraram grande empenho em serem transferidos para o bairro, não adoptando qualquer atitude de rejeição relativamente à população local (...) no período da recolha e contagem dos inquéritos fizeram-se três reuniões, nas quais participaram alguns dos membros da comissão, compareceram às reuniões, nas quais se viu que o melhor processo de informar a população relativamente aos resultados do apuramento dos inquéritos, seria através duma reunião de massa [...] número de presenças - 55 a 60 pessoas (...)

Com o fim de angariar materiais, mobiliário e fundos económicos para o Posto os membros da comissão efectuaram diligências junto dos Hospitais de Santo António, São João, Santa Maria, Sanatório Rodrigues Semide [...] fizeram também uma visita de estudo ao Posto Médico e de Enfermagem do Centro Social do Barredo (Relatório Estágio, 1966, p: 11-13)

As dimensões sociocomunitárias avaliadas pelo Serviço Social, incluíram a descrição dos agregados familiares quanto à sua composição, nível económico e profissional”, “grau de instrução” e ainda sobre a “vivência religiosa”, bem como o conhecimento da rede de instituições das comunidades - o “Armamento Social” – atendendo às estruturas sociais de apoio do bairro: sociais, comerciais, recreativas, educativas, religiosas e segurança pública (polícia).

Em termos gerais, em concreto sobre este bairro, as conclusões retiradas descrevem uma população com “nível económico e profissional” e “grau de instrução muito baixo”. Sobre a prática religiosa, apesar de maioritariamente católicos (registra-se a presença de 30% pessoas protestantes) a “prática religiosa”, é na grande maioria praticada pelos jovens mais novos, no âmbito da frequência da catequese.

A cobertura ao nível das respostas sociais, comerciais, recreativas, educativas, religiosas e segurança pública, são quase todas nas zonas limítrofes, com excepção do Centro Social localizado no Bairro – disponibilizando televisão, a realização de algumas peças de teatro e ainda jogos de futebol. Integrado ainda no Centro Social, existia uma Associação vocacionada para o apoio escolar a jovens raparigas em “idade escolar”.

Características do agregado populacional. Total de famílias: Vivem neste bairro 320 famílias aproximadamente, com um total de 1 300 pessoas verificando-se que a elevada a percentagem da população jovem (0 a 21 anos), 45% do total da população total [...] Nível económico e profissional: O nível económico da população é muito baixo, chegando em 57,6% dos casos a atingir o mínimo de subsistência; observa-se que uma grande percentagem de pessoas, 47,7%, exercem profissões incertas, e que exigem o esforço físico; nos homens. Sobretudo nas mulheres a frequência nas profissões especializadas é escassa - cerca de 10% da população total [...] Consequentemente o grau de instrução e o nível intelectual da população é muito reduzido, verifica-se que uma grande percentagem, 69,6%, apenas sabe ler e escrever e não possui qualquer exame; somente 33% tem o exame da 3ª ou 4ª classe, predominando aqui a população jovem (com menos de 20 anos). Quanto aos analfabetos a percentagem é de 31,5% [...] A maioria dos habitantes, embora católicos pelo baptismo, não pratica qualquer religião. A percentagem de praticantes é mínima, e reduz-se quase exclusivamente à população infantil na idade da catequese. Uma outra parte da população, cerca de 30%, são protestantes convictos e deslocam-se três vezes por semana à Areosa, para participarem activamente nos actos de culto (Relatório Estágio, 1966, pp: 5-6)

[...] Sobre o Armamento Social: dentro do bairro não há qualquer estabelecimento, existindo apenas nas suas proximidades três mercearias e três tabernas. Os outros estabelecimentos de primeira necessidade (mercado, talho, drogaria, farmácia, etc.), situam-se na Areosa e Rio Tinto (povoações mais próximas) [...] Pontos de encontro: Centro Social, cujas instalações foram ocupadas pela Associação Rainha Santa Isabel e adaptadas a uma Casa de Trabalho. Na referida Casa de Trabalho, funcionava a televisão apenas aos domingos e esporadicamente deram-se alguns espetáculos de teatro (3 ou 4 aproximadamente) [...] Distrações: Futebol (no bairro e fora dele), Cinema em Rio Tinto e Bonfim, Bailes na Areosa e Bonfim, tabernas (3 próximas do bairro), alguns cafés da Areosa [...] Grupos existentes na comunidade: “Clube Desportivo Unidos ao Porto Futebol Clube” – este grupo funciona adstrito ao Futebol Clube do Porto, e os seus componentes, moradores/as do bairro, dedicam-se à prática do futebol, andebol e box.” A subsistência material do grupo é assegurada pelos sócios mediante o pagamento de cotas mensais. “Associação Recreativa e Cultural, Alegria de

Viver" -grupo cujos membros são também moradores/as do bairro, e igualmente constituído por sócios. Por razões de ordem económica e por incompatibilidade com os outros grupos, a Associação Recreativa, e Grupo Recreativo na Casa de Trabalho, "Associação Rainha Santa Isabel", constituída e orientada por elementos externos à comunidade (duas senhoras funcionárias do I.A.F), tendo como objectivo a educação de crianças do sexo feminino, em idade escolar e moradoras no bairro. Esta Associação exercia a sua actividade no Centro Social, que na altura se designava casa de Trabalho (...) Equipamento escolar e educativo: Escola oficial para ambos os sexos, Escola nocturna para adultos de ambos os sexos, Casa de Trabalho para raparigas em idade escolar [...] Equipamento religioso: Não existindo no bairro um local de culto apropriado, o salão de festas do Centro Social é adaptado para a celebração dominical do Sacrifício da Missa, assim como outras instalações são ocupadas para a catequese das crianças do bairro [...] Equipamento policial: Posto da Polícia de Segurança Pública (Relatório Estágio, 1966, pp: 6-8)

Em 1968, por orientação da Assistente Social coordenadora da ODPS, a organização do trabalho nos bairros veio a ser alterada, nomeadamente a “administração das comissões feita pela população” por ser considerada ineficiente, com impacto na intervenção do Serviço Social, nomeadamente o seu papel de “promoção social e educação de base que se tornava urgente fazer e para o qual a Obra tinha sido criada” bem como todo o “tipo de trabalho de promoção sociocultural”. A existência de variadas comissões de bairro, é entendido pela coordenadora como um fator com impacto na responsabilidade das assistentes sociais relativa à intervenção sociocultural.

Este modelo foi, logo em 1968, objecto de reajustamentos, como consta da intervenção da Assistente Social [...], que então assumia funções de coordenação do trabalho da Obra Diocesana, intervenção essa registada em acta da reunião da Direcção realizada em 01-07-68, de onde se respigou o seguinte:

Em função da experiência de 4 anos de trabalho a A. S. [...] disse que parecia haver uma certa urgência em alterar a estrutura que se tinha dado ao trabalho até aqui, visto que a administração feita através das Comissões da população se mostrava não só deficiente, mas entravava também todo o trabalho de promoção social e educação de base que se tornava urgente fazer e para o qual a Obra tinha sido criada. Parecia portanto que, dado o estado em que as populações se encontram, o possibilitar-lhes imediatamente o acesso à gerência dos serviços não só não contribuía para o bom funcionamento destes - dada a falta de competência nesses domínios, mas também não ajuda as populações a evoluir; antes pelo contrário, contribui para que determinadas atitudes e comportamentos (em especial de relação com os outros) que deveriam mudar em função de um melhor desenvolvimento das pessoas e da vida de relação na comunidade, se estratifiquem e arreiguem ainda mais.» «Acréscce ainda que, dada a existência de várias comissões de carácter administrativo, o tempo das A. S. locais é em grande parte despendido com estes grupos impossibilitando todo

5.3- Serviço Social e a Situação Social e Habitacional das Populações nos Bairros

O conhecimento das condições habitacionais e sociais das populações dos bairros, transparece como uma preocupação do Serviço Social no exercício da coordenação da ODPS e da intervenção das equipas locais, como é evidenciado no Relatório de Atividades realizado pela ODPS no período de 1971-1973, o qual expressa a intervenção das equipas locais orientadas por assistentes sociais, no âmbito da problemática habitacional, através da “escuta” da população como meio privilegiado de obtenção do conhecimento da vida destas nos bairros.

O presente relatório que se circunscreve a um tema único da Habitação – construção, legislação, população - pretende dar uma contribuição para a análise da problemática geral deste sector, partindo da experiência do trabalho efectuado pela Obra Diocesana de Promoção Social nos Bairros Camarários da cidade do Porto [...] Caracteriza o relatório o facto do seu conteúdo - impressões e documentação ter sido fundamentalmente fornecida pela própria população, o que lhe confere o valor do "testemunho", ou expressão vivencial da problemática do Bairro (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, pp. 4-5)

A intervenção nos bairros foi efetuada através das equipas locais, coordenadas por assistentes sociais e voluntários como já referido, permitindo, através da realização de visitas domiciliárias e inquéritos, conhecer em “loco” a situação habitacional e social das famílias. O conhecimento obtido através dos seus relatos - “impressões” e “testemunhos”, às assistentes sociais, permitiu sublinhar com significativa expressão que os/as moradores/as/as consideravam as condições habitacionais e sociais, como deficitárias e desadaptadas, nomeadamente, quer as características estruturais da construção dos bairros, quer o “apetrechamento” das habitações, com reflexo nas suas condições de vida.

A intervenção local das equipas de Serviço Social, era dirigida sobretudo à avaliação das condições das habitações e do impacto socioeconómico das rendas nos agregados decorrentes das transferências das “ilhas” para os bairros, bem como as transferências

de bairro. As equipas centraram ainda a sua avaliação e intervenção na atribuição dos apoios por parte Câmara no caso de “fragilidade” económica das famílias, bem como nos aspetos relacionados com a saúde dos moradores/as/as e a situação escolar das crianças.

No campo das condições habitacionais, um estudo implementado por equipas de assistentes sociais em “850 fogos” efetuado através de visitas domiciliárias, no período de 1971-1973 permitiu dar nota das deficientes condições de construção, da desadequação da tipologia das casas em relação à composição dos agregados familiares, da perceção negativa que as famílias tinham sobre o “apetrechamento das habitações”.

Através de contactos mantidos com cerca de 850 fogos verificam-se algumas constantes: Apetrechamento das Habitações: Substituição de fogões e candeeiros em número muito elevado. Deficiências de canalizações, esgotos, tiragens de fumos e cheiros. Falta de isolamento da habitação. Ruídos e humidade [...] A humidade escorre pelas paredes e as casas ficam muito pretas. As meninas, vejam pelas casas do centro como aquele "caruncho se entranha nas paredes é da humidade que é uma doença sobretudo para os "reumáticos" [...]

Muito eu gostava de tomar banho, na banheira carago", "A cozinha é um "nico". Olhe o armário que está na sala devia era estar na cozinha. Dá muito jeito porque leva muita coisa, mas é muito "feinho". Há quem ponha uma cortina a tapá-lo. Os que podem põem-lhe mobília na frente, mas é pena porque se perde um bom sítio para arrumo. Eu gosto dele para a louça, dá-me jeito" "As retretes são pequenas e não estão bem colocadas, ali à beira da cozinha. As crianças andam sempre a "girandar" na cozinha para ir à retrete. A gente atrapalhada à hora de comer mal as vê e é um perigo pode "escaldar" alguma" [...] "As casas são pequenas não dá para famílias grandes. Vai-se aproveitando o "vazio" conforme se pode [...] Por aqui é costume pôr os mais novos" na sala. Mas eles também já não gostam. Quando há filhas e elas casam vêm as pessoas mais velhotas para a sala. As vezes tem de ser cada um à vez na sala porque ninguém lá quer ficar sempre. Não gostam" (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, pp. 93-102, sublinhado adicionado)

A avaliação do impacto económico decorrente do realojamento das ilhas para os bairros relacionado com valor das rendas, realizado no Bairro Fonte da Moura, permitiu concluir que a mudança para os Bairros, representou um aumento das rendas, com impacto na situação socioeconómica das famílias.

Num estudo realizado em 65 no Bairro Fonte da Moura verificou-se que em 523 famílias (um total geral de 638), 352 famílias (67%) pagavam uma renda mais elevada do que no período anterior à deslocação para o Bairro; 74 famílias (14%) pagavam uma renda igual à anterior e 113 (22%) uma renda inferior (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, p. 62)

Nesse âmbito, eram elaborados pareceres pelo Serviço Social, que evidenciavam o impacto das transferências de bairro na descontinuidade dos apoios sociais que recebiam de entidades do bairro de origem. Nesse sentido, com base no estudo socioeconómico das famílias, era solicitada a ativação dos apoios sociais da Câmara Municipal como mecanismo compensatório, como ilustra o excerto da informação social transcrita no Relatório citado.

De tal proceder tem resultado a sucessiva transferência desta família do Bairro de S. Vicente de Paulo para S. João de Deus, Rainha D. Leonor, S. João de Deus, Pasteleira e Cerco do Porto, em substituição da pena de despejo que, já há muito, lhe teria sido aplicada, se a consideração das consequências sobre as filhas não tivesse intervindo [...] deverá ser transferida para moradia de tipo I do Bairro Eng^o Arantes e Oliveira, sofrendo a taxa de ocupação um grande abatimento pois passará de Esc: 135\$00 para Esc: 80\$00. Alega, porém, a interessada que não poderá transferir-se para outro Bairro em virtude de receber auxílio económico do Centro Social de Santo António das Antas, auxílio que cessaria deixando de residir naquela Paróquia. Esperançado em que V. Exas. possam manter à interessado auxílio idêntico ao que vem recebendo uma vez efectivada a sua transferência para o Bairro Eng^o. Arantes e Oliveira fico aguardando o favor de uma resposta que me habilite a solucionar o problema (Relatorio Atividades Obra Diocesana 1971-1973, pp. 6-7)

As rendas eram definidas pela Câmara Municipal do Porto de acordo com os rendimentos do agregado familiar, no entanto, segundo o Serviço Social, a fixação do valor das rendas não tinha em conta a variabilidade dos encargos das famílias, bem como a ponderação da situação social das famílias – “valores humanos variáveis de caso para caso, valorização da resolução mais “mais justa e humana” com impacto na atribuição dos “subsídios pelo fundo de acção social”, que deveria considerar os fatores de variabilidade das condições económicas das famílias.

A Reforma da Previdência Social em 1962, permitiu a territorialização do Sistema de Proteção Social no Estado Novo, através das Caixas Distritais de Abono de Família, permitindo o alargamento das pensões e abonos de família, baseado nas cotas dos trabalhadores e das empresas (Pereirinha, Arcanjo, & Carolo, 2009), baseada na “concepção de abono de família como prestação familiar que compensa, em termos de salário familiar, insuficiências de rendimento proveniente do salário do trabalhador pago pela empresa” (Pereirinha, Arcanjo & Carolo, 2009, p. 11).

As rendas indicadas são consideradas como base e fixadas em função dos proventos do agregado familiar de Esc. 1.000\$00 mensais, sem incluir o

benefício do "abono de família" recebido das entidades patronais. "Para a fixação individual das rendas é empregada uma fórmula no sentido de se conseguir que as classes com maior poder económico ajudem as menos favorecidas [...]

Como "Encargos de Serviço", isto é, da utilização das habitações, foram considerados os seguintes: conservação, administração, seguro, provisão para fundo de Acção Social e contribuição predial. Não se pode aceitar como fácil o cálculo destas rendas porque os encargos variam com o tempo, dado que o pagamento do subsídio reembolsável do Tesouro faz-se sentir durante 30 anos [...]

Falta na formula um parâmetro que represente a influência, na economia do aglomerado familiar, da quantidade de pessoas que o constituem, mas não se julgou aconselhável, tratando-se de valores humanos, variáveis de caso para caso com as idades, a saúde e a forma de viver, exprimir, através do abstracto duma fórmula, tal influência, e por isso os resultados da fórmula não são adaptados indiscriminadamente, mas corrigidos pelo exame ponderado de cada caso, em procura da solução mais justa e humana que por vezes leva à concessão de subsídios pelo fundo de acção social para atenuar ainda mais aquele limite inferior (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, pp. 60-61)

Sobre a manutenção das habitações da responsabilidade dos Serviços da Câmara, é manifestado pelas populações às quais o Serviço Social deu "voz", que estas consideram existir uma relação de distanciamento — a "Câmara" está "longe" e não "ouve" as necessidades das populações — com impacto quer na qualidade das habitações, quer na apropriação por parte dos moradores/as, considerando as populações a ação do "senhorio" como desajustada e desatenta, não cumprindo ela própria como entidade gestora o "seu regulamento".

As bancas são "fracotas". Volta e meia-volta estão entupidas. E depois já se sabe, eles não se mexem para vir arranjar-las. A respeito de arranjos há aí ao lado uma vizinha que está há 10 meses a lavar a louça no tanque da roupa porque, a banca avariou e eles "nada" de aparecer. Ela está "fartinha" de correr para lá. Eles não sabem o que é a nossa vida. Nem sequer sabem o que é isso de ter uma banca entupida. Estão tão longe de nós" [...]

Eles bem falam no Regulamento em conservar as casas, mas, quando toca a arranjar não há meio de virem. Nem para eles sabem ser bons. Quando veem já está tudo como há-de ir. Além de gastar mais dinheiro, puseram-nos maldispostos por a falta de consideração que mostram pelos nossos problemas, cada vez o barco se afunda mais, e eles hão-de ir perdendo o "leme" por falta de jeito das suas próprias mãos. A gente arranjava, mas não sente isto nosso, só requerimentos e multas. Mesmo que seja para pôr melhor temos de "abixar" os 50 mil reis [...]

Arranjos com esta Câmara é pior que com outro senhorio qualquer. Não ligam nenhum. Demoram meses. Não adianta dizer que é urgente (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, pp. 95-97)

O Regulamento Camarário (ver anexo V), instrumento regulador emanado pela Câmara, teve um particular impacto na vida das populações dos Bairros, existindo mecanismos de controle interno no bairro, através dos “fiscais” e os “xerifes” (os responsáveis hierárquicos e chefes, segundo a designação popular) – (ver anexo VI). O Serviço Social assinala a percepção que as populações tinham das implicações da não observância do regulamento uma vez que são as regras ditadas pela Câmara que regularizam não só a titularidade das habitações, mas as condições sociais de convivalidade dos/das moradores/as/as.

Os candeeiros são aqueles pratos que parecem penicos ao invés. Quasi toda a gatinha é a primeira coisa que muda. Ainda assim dá trabalho porque é preciso o ofício a pedir autorização e, paga - se a multa de 50 mil reis.” [...] As paredes têm cores próprias. Dantes era mais rigor. As salas tinham de ser duma cor e as cozinhas e retretes doutra. Ai de quem as mude sem eles saberem. E depois nada de pregar pelas paredes que estraga e, o fiscal está sempre de orelha arrebitada a tomar nota para entregar aos "Xerifes" [...] Arranjei o chuveiro, pus azulejos e tirei aqueles "penicos" do teto e lá tive de mandar o requerimento e abixar no fim. Eles não querem vir aqui pintar nem consertar porque dizem que o Bairro vai todo abaixo. A gente vai lá, e é esta a resposta que eles têm na ponta da língua (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, p: 95-97)

As estratégias da população para lidar com as deficientes condições das habitações é captado pela profissão. O registo das estratégias do “arranjo” das casas e de mobilização coletiva das populações é usada como forma de “pressão” objetiva, contrariando a visão estereotipada que os habitantes sentiam existir por parte da Câmara – “vieram das ilhas”, no entanto, registe-se a percepção de “isolamento” que as populações tinham por viverem no bairro, comparando-o ao campo de concentração para presos políticos em Cabo Verde no Estado Novo - o “Tarrafal”, e ainda, a segregação interna que os moradores/as sentiam por habitarem em determinados blocos como é o caso do designado “Bloco dos Condenados”.

[...] Que chaminé, qual quê? Isto aqui era tanto o pó e pedaços de carvão que caíam, que tivemos de tapar a boca da chaminé com contraplacado, fizemos-lhe alguns orifícios para a saída de vapores das panelas. No Bairro do Regado as famílias unem-se entre si e fazem por conta própria os arranjos (que afectam o Bloco. Eles dizem que não querem este estendal de roupa nos blocos. Diz que nós que viemos das ilhas e fazemos disto ilhas. Queriam que fizéssemos carreiro como no Bairro do Bom Sucesso. Na verdade, lá não se vê nadinha eles viram os mecos [...] mas nós não. Aqui no Tarrafal os secadouros foram desfeitos pela gente do Bairro e com razão. Eram ferros espetados com arames esticados. Eu sequei sempre a roupa na minha varanda [...] Aqui no

Bloco dos Condenados as persianas nem pensar em tocar-lhes porque se desfazem todas (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, pp: 93-98, sublinhado adicionado)

No campo da saúde e da educação, o levantamento efetuado pelas equipas de Serviço Social Local, caracteriza as populações com um número elevado de doenças, quanto à falta de aproveitamento escolar, este é identificado como um problema no campo da educação.

Esquemáticamente referimos as situações tipo mais frequentemente apresentadas pela população às equipas de Serviço Social Local [...] “Debilidade de saúde - traduzida no nº elevado de doenças detectadas em tratamento e a tratar, desistência de tratamento por falta de meios - extensivo a chefes de família cônjuges filhas, filhos e outros parentes” [...] “Situação Escolar das Crianças - traduzida na falta de aproveitamento escolar (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, p. 126, sublinhado adicionado)

No entanto, é salientada a capacidade por parte dos habitantes dos bairros de procurar apoio junto das instituições para a resolução destes problemas, nomeadamente no campo da doença, da educação e a nível económico. O uso de estratégias adaptativas, por parte das populações, é referenciado pelas equipas, as quais sublinham a sua sustentabilidade na análise “profunda da realidade” e na experiência de lidar com a “burocracia institucional”.

Parece-nos de interesse referir que a população em relação às situações imediatas de doença, económicas, educação etc., se orienta ela própria diligenciando junto de entidades particulares ou estatais, procurando a assistência que imediatamente as possa apoiar percebendo o avolumar “colectivo” dos problemas assistenciais e a capacidade da resposta das instituições centradas exclusivamente na prestação de serviços. De assinalar a capacidade da análise psicossocial revelada através do modo como sabem orientar-se na busca de soluções adequadas. Um conhecimento profundo da realidade resultante de muita experiência no campo das relações humanas permite-lhe, de facto, ajustar as formas de abordagem das instituições e das pessoas que detêm o poder da decisão ao estilo da burocracia institucional e à vulnerabilidade da personalidade individual. As populações sabem por constatação dos factos ao longo dos anos que solicitar um favor é frequentemente, na estrutura social em que estão inseridas, a única forma viável de reclamar um direito. Se esta forma de actuação denuncia imediatamente um vício institucional, ela define também por parte de quem a utiliza um conjunto de capacidades “latentes” quantas das vezes e ao longo de quanto tempo menosprezados. Parece-nos de referir que o contexto dum exposição de factos que afectam as pessoas em posição de solicitar, é tanto mais emocional quanto mais demarcada é a distância entre os polos em questão [...] (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, p. 127, sublinhado adicionado)

Em resumo, poder-se-á referir que o Serviço Social numa abordagem caracterizada pela proximidade interveio em diferentes domínios de ação no campo social e habitacional dando, através do “inquérito” e auscultação da população, visibilidade e “voz” às condições de vida das populações, as quais, por diversos motivos se aferiram ser de grande precariedade.

Apesar destas condições, a profissão salientou a capacidade de resistência das populações, considerando que estas reclamaram “direitos”, ainda que através do uso de estratégias adaptativas, criando e estimulando um “espírito” de coletivização para resolver os problemas habitacionais. A mobilização coletiva das populações a propósito das condições habitacionais, foi nalgumas situações uma forma de pressão dos habitantes junto da Câmara do Porto, que se estendeu a outros campos da vida pessoal e social dos/das moradores/as/as, estratégias de ação da população que foram mediadas pelo Serviço Social.

[...] A população em relação às situações imediatas de doença, económicas, educação etc., se orienta ela própria diligenciando junto de entidades particulares ou estatais, procurando a assistência que imediatamente as possa apoiar percebendo o avolumar colectivo” dos problemas assistenciais e a capacidade da resposta das instituições centradas exclusivamente na prestação de serviços [...] de assinalar a capacidade da análise psicossocial revelada através do modo como sabem orientar-se na busca de soluções adequadas. Um conhecimento profundo da realidade resultante de muita experiência no campo das relações humanas permite-lhe, de facto, ajustar as formas de abordagem das instituições e das pessoas que detêm o poder da decisão o estilo da burocracia institucional e à vulnerabilizado da personalidade individual. As populações sabem por constatação dos factos ao longo dos anos que solicitar um favor é frequentemente, na estrutura social em que estão inseridas, a única forma viável de reclamar um direito. Se esta forma de actuação denuncia imediatamente um vício institucional, ela define também por parte de quem a utiliza um conjunto de capacidades “latentes” quantas das vezes e ao longo de quanto tempo menosprezados. Parece-nos de referir que o contexto da dura exposição de factos que afectam as pessoas em posição de solicitar, é tanto mais emocional quanto mais demarcada é a distância entre os polos em questão” (Relatório Atividades Obra Diocesana 1971-1973, p. 127, sublinhado adicionado)

5.4- A Intervenção do Serviço Social na área da Formação Profissional de Adultos

A intervenção do serviço social nos Bairros no campo da profissionalização de adultos e jovens, integra-se na política nacional de formação de “mão de obra” do Estado Novo, através da criação de organismos públicos como o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (FDMO), o Serviço Nacional Emprego e os Centros Nacionais de Formação Adultos, assumindo a formação profissional de adultos e jovens a nível nacional e regional, é neste nível através das suas delegações regionais que se atuou na cidade do Porto.

Segundo Azevedo (2020) no Estado Novo, parte da responsabilidade foi assumida por uma elite técnica católica social comprometida com o desenvolvimento científico e reforma do Estado,

não sendo exclusivamente engenheiros, eram também indivíduos ligados às áreas do Direito, Economia e Serviço Social, acabando por interessar-se pela temática, devido às suas profundas relações com as concepções cristãs sobre o trabalho, tendo acedido a cargos diretivos nos principais organismos que, de alguma forma, se encontravam ligados ao fomento industrial (p. 195)

Em concreto no Porto, replicando a política nacional de emprego, protagonizada pelos organismos públicos: Serviço Nacional Emprego, a Divisão Regional do Norte do Serviço Nacional de Emprego, o Centro de Formação para Adultos (C.F.P.A.) e o Instituto de Apoio à Família, numa ação concertada com a ODPS e o Instituto de Serviço Social do Porto – entidades privadas, assumiram estes organismos a formação profissional como um dos eixos de intervenção na população dos Bairros do Porto.

A criação em Lisboa do F.D.M.O. e mais recentemente a criação no Porto da Divisão Regional do Norte do S.N.E e do C.F.P.A., instituições que devido à sua finalidade estão directamente ligadas com a solução do problema, levava a que diversos organismos que duma forma ou doutra se preocupam com a promoção das populações, se interessassem por um trabalho de motivação e encaminhamento para a formação profissional, trabalho este que visava tanto as pessoas adultas como os jovens [...] os organismos interessados pelo trabalho em relação a adultos foram a Obra Diocesana de Promoção Social e o Instituto de Assistência à Família [...] Além da Obra Diocesana de Promoção Social e do Instituto de Assistência à Família colaborou ainda neste trabalho o Instituto de Serviço Social do Porto que forneceu uma equipa de estagiárias para a sua realização (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p. 5)

A intervenção do Serviço Social permitiu identificar a formação e o processo de profissionalização como uma dimensão potenciadora de direitos e dignidade humana. A profissionalização e em concreto a melhoria da situação socioprofissional da população dos bairros, foi um dos objetivos da intervenção comunitária como meio para atingir melhores condições de vida e quebrar o ciclo da pobreza das famílias, realçando-se que as melhorias das condições habitacionais por si só, não permitiriam atingir potencialmente estes patamares.

Tem-se verificado, também, e relativamente a estas mesmas populações que a melhoria de habitação verificada nestes Bairros, quando não acompanhada de outras medidas, não surte os efeitos benéficos que seriam de esperar pois as pessoas continuam a debater-se com os problemas de subsistência. Por outro lado, a experiência de trabalho do I.A.F. permite-nos chegar à conclusão que os problemas económicos das famílias resultam em grande parte de uma situação de desemprego ou sub-emprego, fruto na generalidade de uma falta de preparação profissional (...). A falta de preparação profissional leva salários baixos e, por consequência, a rendimentos familiares desequilibrados. Daqui surge, como por demais é sabido, uma sub-alimentação, más condições de habitação, falta de higiene, menor resistência à doença, etc. Entra-se, pois, num ciclo vicioso donde, com dificuldade, se poderá sair (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, pp: 3-4)

A visão do Serviço Social sobre o “direito a uma profissão” e a sua relação com a dimensão dos direitos é expressa de forma clara, relacionando-se esta dimensão com a importância da “preparação profissional” e a consequente melhoria das condições de vida, as quais, entre outros aspetos, dependem dos salários.

Todo o homem tem direito ao exercício de uma profissão, cujo produto permita não só satisfazer as necessidades primárias, mas também usufruir dos benefícios da civilização. Quando isto não se verifica, atenta-se contra o direito do homem, além de se criar uma situação de desequilíbrio, profundamente atentatória contra a dignidade da pessoa. Todavia, de modo geral, só as pessoas que exercem profissões diferenciadas que pressupõem uma preparação profissional, usufruem salários que permitem uma vida verdadeiramente humana. Percebe-se, pois, que a preparação profissional é factor decisivo não só para o exercício eficaz de uma tarefa como para se obter um salário que permita à pessoa e à sua família ter um teor de vida condizente com a sua dignidade (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p.2)

A formação profissional é entendida para o Serviço Social, como central na intervenção social com a população dos bairros, sendo as consequências da “falta de preparação” profissional, entre outros aspetos evidenciados pela profissão, um dos fatores impeditivos da promoção individual e sociocomunitária.

Compreende-se, pois, pelas consequências que acarreta não só materiais como psicológicas, como a falta de preparação profissional pode constituir um sério obstáculo à promoção das populações. A falta de preparação profissional leva salários baixos e, por consequência, a rendimentos familiares desequilibrados. Daqui surge, como por demais é sabido, uma subalimentação, más condições de habitação, falta de higiene, menor resistência à doença, etc. Entra-se, pois, num ciclo vicioso donde, com dificuldade, se poderá sair (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p.3)

Entende o Serviço Social que sem a resolução das condições sociais, as quais dependem em grande parte da melhoria dos salários relacionado com a qualificação profissional, a mobilização da comunidade “esbarra” na não existência do que consideram ser as condições de vida que promovam o desenvolvimento atual e futuro dos/das moradores/as/as. Indicia uma visão da “pobreza” como geracional, perpetuada de pais para filhos, numa visão provável de ciclo negativo das condições de vida. A fundamentação da intervenção para a profissão na formação profissional parece indiciar para além da sua importância, uma visão não imediatista do seu carácter.

Verifica-se, por outro lado, que as famílias que vivem nestas condições não têm possibilidades de dar aos seus membros mais jovens qualquer formação ou preparação profissional, pois não conseguem suportar os encargos resultantes deste facto. Daí que a estes lhes estejam vedadas quaisquer possibilidades futuras de promoção e que, portanto, deem origem a famílias que vivem nas mesmas condições precárias das actuais. Vê-se, pois, a situação de desequilíbrio e de desorganização em que vivem as famílias nestas circunstâncias cria-se um clima de insatisfação, de angústia, cujas consequências não são de deixar de considerar [...] Verificou-se, a dificuldade de promoção das populações e a quase inutilidade deste trabalho quando aquelas ainda se debatem com a resolução dos seus problemas primários (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p.4)

Nesse sentido, é reconhecido pelo Serviço Social que a intervenção social com as populações que residem nos Bairros, no sentido da promoção da comunidade, é avaliada relativamente ao seu impacto como pouco “eficaz”. Perspetiva a profissão, que não se melhorando as condições de vida das populações a “promoção comunitária” não atinge os seus objetivos – desenvolvimento social – aqui expresso como “resolução de grande parte dos problemas das populações”.

A experiência de trabalho social realizado nos Bairros da Cidade tem vindo progressivamente a pôr em evidência, como já atrás foi referido, a pouca eficácia do esforço realizado no sentido de uma promoção das populações aí residentes [...] Os motivos que dão origem a tal estado de coisas radicam-se no facto das populações, devido aos seus baixos orçamentos familiares ainda

se continuarem a debater com os problemas primários de alimentação, vestuário, etc., não estando de modo algum disponíveis para voltarem as suas atenções para problemas que não sejam estes [...] E por tudo isto se concluiu que antes de quaisquer outras tentativas se tem de procurar resolver as mais urgentes e cujas consequências são mais catastróficas. Pensou-se, pois que, um trabalho no sentido de motivar as pessoas para uma formação profissional e de lhes facultar os meios para essa mesma preparação profissional seria do máximo interesse e futuramente levaria a uma resolução, senão da totalidade pelo menos de grande parte dos problemas destas populações e a uma promoção autêntica das famílias (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p.4, sublinhado adicionado)

A implementação e acompanhamento do “programa” de profissionalização de adultos nos Bairros, cujo objetivo principal foi identificar e “motivar” pessoas para os cursos do Centro de Formação para Adultos, foi encetada por uma equipa de trabalho constituída por uma assistente social da ODPS, três assistentes sociais do Instituto de Apoio à Família (IAF), trinta alunas 2º ano do Instituto de Serviço Social do Porto e do 4º ano, em processo de formação pré-profissional envolvendo indiretamente também discentes de orientação de estágios. Numa conjugação de sinergias, estas profissionais assumiram a intervenção direta local nos bairros em “cinco zonas da cidade”, selecionadas estas de acordo com os critérios de “densidade populacional” e “nível económico”.

Colaboraram no presente trabalho: 3 Assistentes Sociais do I.A.F, 1 Assistente Social da O.D.P.S, 4 Estagiários do 4º ano do I.S.S.P, 30 Estagiários do 2º ano do I.S.S.P [...] Este trabalho realizou-se em cinco zonas da cidade: Bairro de S. João de Deus, Bairro de Aldoar, Bairro de S. Vicente de Paulo, freguesia de Miragaia e freguesia da Vitória. Escolheram-se precisamente zonas caracterizadas por uma forte densidade populacional e baixo nível económico [...] procurava-se detectar e motivar pessoas sub-empregados ou desempregados para os cursos a funcionar no C.F.P.A (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, pp: 6-8)

A organização e responsabilidade da intervenção local estava distribuída por zonas, com níveis de responsabilidade diferenciada - a coordenação da intervenção nas cinco zonas era assumida por uma assistente do IAF, o planeamento, coordenação e orientação da intervenção estava atribuído a assistentes sociais bem como às alunas estagiárias do 4º ano, que coordenavam e orientavam as entrevistas realizadas pelas alunas estagiárias do 2ºano.

As A.S. eram responsáveis pelo trabalho em cada uma das zonas. As estagiárias do 2º ano, distribuídas pelas diversas zonas, constituíam o "corpo de entrevistadoras, as estagiárias do 4º ano coordenavam e orientavam o trabalho das entrevistadoras e asseguravam a sua continuação. O

planeamento do trabalho partia das A.S. responsáveis e estagiários do 4º ano. A fim de que o trabalho não fosse descoordenado e seguisse uma determinada linha de orientação achou-se necessária a existência de uma coordenadora, função esta exercida por uma A.S. do I.A.F (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p. 6)

A intervenção social teve uma fase preparatória, quer para as profissionais assistentes sociais, quer para as estagiárias do curso de Serviço Social, realizando-se reuniões que permitiram o conhecimento da orgânica e funcionamento das instituições reguladoras da formação – o Serviço Nacional de Emprego e o Centro Formação para Adultos, para que as informações de divulgação junto das populações fossem as veiculadas pelas instituições o que nem sempre aconteceu segundo a equipa, causando alguns constrangimentos ao desenvolvimento da intervenção local com as populações.

Visto que este trabalho visava a divulgação do S.N.E. e C.F.P.A. junto das pessoas contactadas, haveria que ter um conhecimento perfeito de tudo o que dizia respeito à orgânica e funcionamento destas duas instituições [...] Com este fim realizaram-se reuniões entre alguns elementos da equipa de trabalho e representantes da Divisão Regional do Norte do S.N.E. em que foram fornecidas informações acerca do funcionamento, condições de admissão, salários e benefícios concedidos, cursos previstos, campos de actividade futura para os estagiários, etc. As informações fornecidas nem sempre, todavia, eram exactas e foram frequentes vezes alteradas, o que como é de supor, criou uma grande dificuldade à própria organização geral do trabalho (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p.11, sublinhado adicionado)

Numa atenção particular à formação das estagiárias de Serviço Social, realizaram-se “aulas de grupo”, preparando-as para as entrevistas, fornecendo informações sobre as instituições que iriam divulgar, bem como a preparação metodológica do trabalho de campo – realização dos “inquéritos”, das “fichas de registo”, visita aos “locais” preparando a sua integração nas “zonas”, e ainda, dando uma atenção à forma de comunicar com as populações.

Simultaneamente com todo este trabalho, fazia-se a preparação da equipa de estagiários que formavam o "corpo de entrevistadoras" Assim, através de aulas ou de trabalho em grupo eram-lhes fornecidas informações sobre os organismos promotores, sobre o armamento social existente - este último muito em ordem ao trabalho com jovens que inicialmente, como já foi referido, se pretendia realizar. Procurava-se por outro lado integrá-los na zona em que iriam trabalhar, quer realizando visitas aos locais, quer pelo estudo de todos os elementos existentes que permitissem um melhor conhecimento da mesma (...) Foi, também, durante esta primeira fase que se elaborou o questionário a ser usado nas entrevistas, assim como se pensou nas fichas que seriam utilizadas para a anotação dos dados relativos aos

inquiridos. Estudaram-se as alíneas que possivelmente teriam interesse para o trabalho em questão e a partir destas elaboraram-se perguntas. Estudou-se a nomenclatura a usar e o modo de preenchimento das fichas. Escolheu-se também a entrevista, como processo de contacto com as pessoas seleccionadas (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, sublinhado adicionado, p. 12)

A intervenção social foi organizada em três fases - na 1ª fase a equipa de assistentes sociais, teve como preocupação a delimitação das “zonas” e o conhecimento das comunidades, através da exploração de várias fontes primárias bem como o conhecimento físico das comunidades.

Fases do trabalho: 1- Fase preparatória, 2 - Fase de realização do trabalho, 3 - Fase de apuramento dos dados [...] a 1ª fase do trabalho teve a duração de 3 meses aproximadamente - de Outubro a Dezembro de 1968. [...] Depois de definidas as finalidades do trabalho, haveria necessidade de delimitar as áreas a abranger A fim de que o trabalho fosse objectivo e tivesse em conta a situação real das zonas em que se trabalharia, verificou-se a necessidade de um conhecimento das mesmas. Com este fim foram consultadas monografias, ficheiros, visitaram os locais e procurou conhecer-se o armamento Social local (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, sublinhado adicionado, pp: 7- 8)

Na fase da selecção a metodologia usada pela equipa de assistentes sociais, incluiu a consulta de ficheiros das instituições: Câmara do Porto, Instituto Apoio Família e os registos das Paróquias. Tentando ultrapassar o que foi considerado a ineficiência das fontes foi feito um trabalho de exploração rua a rua, inquirindo-se a condição dos moradores/as/as e prosseguindo posteriormente para a realização de entrevistas no caso de preencherem os critérios do Serviço Nacional de Educação (S.N.E.) – entidade reguladora de âmbito nacional, com representação no Norte do país através da Divisão Regional do Norte.

Para se fazer a selecção de pessoas a contactar, partiu-se da consulta de ficheiros da Câmara Municipal do Porto, Instituto de Assistência à Família, Patronatos Paroquiais das zonas escolhidas. Como estes, de modo geral, estavam bastante desactualizados e incompletos era grande o número de pessoas não encontradas, além de que as condições exigidas não eram seguidas na íntegra. Assim, contactou-se com pessoas com profissões diferenciadas -e que auferiam salários muito superiores aos estabelecidos [...] a selecção dos agregados com base numa despistagem prévia feita por rua e seguindo a respectiva numeração. (...) com o fim de fazer a entrevista com aqueles agregados que tivessem membros dentro das condições [...] foram contactados 60 agregados.(Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, pp: 7-11)

A intervenção local prosseguiu com a realização das entrevistas realizadas pelas estagiárias de Serviço Social, bem como a realização de reuniões com a Divisão Regional do Norte do S.N.E. indicando as pessoas seleccionadas. Neste processo, a equipa de serviço social resolveu infletir a metodologia programada, mudando da realização de reuniões grupais com as populações, para uma intervenção mais individual, de forma a evitar o que segundo a equipa identificou de desfasamento entre o que eram as informações veiculadas pelas instituições reguladoras e o que poderia ser expetável realisticamente para as populações.

Fizeram-se reuniões junto da Divisão Regional do Norte do S.N.E. a fim de serem fornecidos elementos acerca das primeiras pessoas que se interessaram pelos cursos [...] Inicialmente tinha-se pensado em fazer uma informação à população a inquirir antes da realização do trabalho, sobre os objectivos e finalidade do mesmo. Essa informação seria feita ou através de grupos já existentes na comunidade em questão, ou através doutras formas que se julgassem mais adaptadas à população visada [...] Todavia, depois de verificadas as deficiências de trabalho da Divisão Regional do Norte do S.N.E. no que diz respeito inclusivamente a uma falta de informação sobre os dados a fornecer, achou-se preferível pôr esta ideia de parte a fim de se não despertar a população para determinados aspectos a que não se poderia dar resposta, e optou-se por uma informação individual que oferecia vantagens de ser mais "fechada" e portanto de não se propagar tão rapidamente (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p. 13)

As entrevistas realizadas – reconhecidas pela equipa como uma metodologia de proximidade, tiveram dois momentos, um primeiro momento mais “informal” – entrevista informal, na qual se informavam as pessoas sobre os objetivos da intervenção, as instituições envolvidas, a que se seguia um segundo momento de realização da entrevista – “entrevista formal”, nas quais se explicitavam os cursos e as condições, informando os/as potenciais formandos/as que a frequência dos cursos não garantiria a empregabilidade por parte do Serviço Nacional de Emprego.

Utilizou-se o processo da entrevista, pois esta permitia um contacto directo com a população, além de que permitia levar 85 pessoas a interessarem-se ou desinteressarem-se pelos cursos dum modo consciente e reflectido, visto lhes serem apresentados todas as vantagens e inconvenientes que lhes traria a sua frequência. As entrevistadoras tinham também a preocupação de pôr os entrevistados ao corrente de que o S.N.E. não garantia emprego post-aprendizagem. As entrevistadoras realizavam normalmente dois contactos com as pessoas em questão. O 1º contacto, a que poderemos chamar entrevista informal, tinha por finalidade a informação, que devia ser clara e sucinta, dos objectivos do trabalho, dos organismos promotores, a que se

seguia a marcação do dia e da hora da entrevista propriamente dita [...] No 2.º contacto, ou entrevista formal, depois de apresentados novamente os objectivos do inquérito, a entrevistadora expõe ao inquirido todas as informações respeitantes ao funcionamento dos cursos do C.F.P.A., sua duração, cursos existentes (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p. 15)

As entrevistas aos/as moradores/as/as, permitiam às equipas, entre outros objetivos dar a conhecer as instituições com responsabilidades na área da formação, vindo as equipas a constatar que estas eram desconhecidas pela população e atender às perspetivas e “decisões” dos próprios.

As instituições mais diretamente ligadas à situação profissional Serviço Nacional de Emprego e Centro de Formação Profissional Acelerada) eram desconhecidas pela totalidade da população [...] Em virtude de nos centrarmos na pessoa como tal, depois de expressa a finalidade da visita ao entrevistado, aguardava-se uma decisão pessoal e responsável em função das condições concretas impostas pela aprendizagem. Percebemos apesar disso, que houve casos de fácil adesão, sobretudo permitidos pelas situações de mais urgente solução (Relatório Estágio Bairro Aldoar, pp.:16- 19)

A fase seguinte, incluía a sistematização da caracterização sociodemográfica e socioeconómica, bem como as áreas de interesse e situação profissional, dos potenciais candidatos/os dos cursos e respetivos agregados, através de questionários diferenciados por sexo e situação estado civil, sendo o seu objetivo era a sinalização para o Serviço Nacional de Emprego (S.N.E).

No caso de se mostrar interessada pelos cursos, no final da entrevista pedia-se à pessoa para responder a um questionário previamente elaborado e cujos modelos se inserem. Havia quatro tipos de questionários: A, B, C, D, conforme se tratasse, respectivamente, de homens casados, mulheres casadas: rapazes solteiros, raparigas solteiras [...] O questionário inseria perguntas relativas aos elementos de identificação dos interessados, sua profissão, instrução, aspirações profissionais, curso pretendido, possibilidade de formação profissional etc.; inseria ainda perguntas relativas aos rendimentos e despesas não só do interessado, mas também de todo o agregado [...]. O que se pretendia com esta ficha era fornecer todos os elementos respeitantes às pessoas interessadas ao S.N.E a fim de serem convocados e orientados de acordo com a sua situação actual e as suas aspirações (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p. 22)

A equipa de trabalho, tinha ainda a preocupação não só de obter as respostas dos questionários (a serem enviados ao Serviço Nacional Emprego) mas também realizar o estudo e intervenção social – informações registadas na fase de conclusão do inquérito.

Todas as alíneas da ficha correspondiam a determinadas perguntas do questionário, à excepção da parte referente à conclusão. Nesta alínea os entrevistadores procuravam fazer um breve estudo, diagnóstico e plano de

Refira-se que as equipas locais formadas por assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social, identificaram a necessidade no âmbito das Instituições com responsabilidade nesta área, de melhorarem a coordenação entre os Serviços Centrais e as Divisões Regionais. A melhoria da coordenação, implicaria que os planos elaborados deveriam ser oportunamente dados a conhecer às Divisões Regionais, bem como a necessidade de investimento na divulgação das atribuições e responsabilidades do Serviço Nacional de Emprego ao Centro de Formação Profissional junto das populações.

Identificaram-se ainda, necessidades no campo da adaptação dos Centros de Formação ao contexto social - distinguindo os rurais dos urbanos, com impacto na população que os frequenta e conseqüente adequação da oferta formativa. A necessidade de alargamento dos públicos abrangidos e formação noturna, ou seja, deveria abarcar os jovens, conciliando a “aprendizagem profissional com os últimos anos da escolaridade obrigatória”, perspetivar a oferta de cursos noturnos conciliáveis com a atividade profissional, bem como, a necessidade de “adequar” a formação para as mulheres, tendo em conta as “suas funções sociais familiares”. E ainda, o aumento do “salário de base atribuído”, dado que as condições remuneratórias não eram “atrativas” para a frequência dos cursos, a adaptação da cantina de acordo com a “preferência dos estagiários”, a “criação de Cursos de Especialização” em cooperação com os “Sindicatos”, bem como a importância da relação da formação com a empregabilidade, ou seja, a formação deveria “garantir” colocação profissional.

[...] Perante a situação analisada, somos levadas às seguintes sugestões: Todos os planos elaborados pelos Serviços Centrais deveriam ser oportunamente transmitidos as Divisões Regionais. Isto facultaria uma acção mais eficaz e coordenada dos Serviços em geral [...] seria de todo o interesse uma campanha de divulgação acerca dos objectivos, condições e funcionamento do Serviço Nacional de Emprego ao Centro de Formação Profissional Acelerada, organismos que poderão ter acção preponderante junto da população activa do país [...] o trabalho a realizar por tais organismos poderia visar não só a população adulta (feminina e masculina) mas ainda os jovens [...] relativamente às mulheres impõe-se antes de mais definir qual o tipo de profissão mais adequado às suas funções sociais, mais propriamente familiares [...] no tocante aos aprendizes parece-nos de interesse uma estreita colaboração entre estes organismos e o Ministério da Educação Nacional no sentido de aliar a aprendizagem profissional com os últimos anos da escolaridade obrigatória (5ª e 6ª classe, especialmente) [...] a localização dos

Centros de Formação Profissional Acelerada deveria condicionar o seu modo de funcionamento. Assim: Um Centro de Formação Profissional Acelerada instalado numa zona urbana, deveria abranger apenas a população local, pois de outro modo poderá fomentar a deslocação das populações rurais para a cidade. De acordo com o meio de localização de cada centro assim se estabeleceriam as condições e Cursos a funcionar [...] revisão das condições oferecidas pelo Centro de Formação Profissional Acelerada em função de Estagiários do meio urbano: a) Aumento do salário de base atribuído, b) - Reestruturação do regime de funcionamento da Cantina. Esta poderia funcionar em moldes adaptados à preferência dos Estagiários, e) Criação de Cursos Nocturnos para adultos, os quais teriam de ser necessariamente mais demorados, d) Criação de Cursos de especialização em colaboração com os Sindicatos, e) Garantia de colocação post-aprendizagem (Relatório Estágio, pp.:20-21)

[...] Verificou-se, pois, que as condições e benefícios oferecidos actualmente aos estagiários dos cursos de Formação Profissional Acelerada, não eram de molde a atrair as pessoas e a suscitar o interesse pela frequência dos cursos [...] os salários são, portanto, bastante inferiores aos auferidos actualmente, mesmo em relação àquelas pessoas cujas profissões são indiferenciadas [...] Deparou-se também com um número elevado de pessoas que mostraram o seu interesse pela existência de cursos nocturnos ou a funcionar durante parte do dia, o que lhes possibilitava a concretização das aspirações profissionais ao mesmo tempo que asseguravam o rendimento actual (Relatório da ODPS/Profissionalização, 1968, p. 85)

Em jeito de conclusão, a atenção da profissão de Serviço Social ao campo da profissionalização nos Bairros, foi perspectivado como condição social para a melhoria das condições de vida dos moradores/as dos Bairros, potenciando quebrar o ciclo da pobreza das famílias. Reclama a profissão, que as condições habitacionais por si só, não permitiriam atingir potencialmente estes patamares. Identifica-se que a intervenção comunitária no campo da formação e profissionalização, necessitaria de um respaldo no âmbito das políticas públicas, em concreto a articulação entre os níveis de responsabilidade – Central e Regional – a capacitação dos públicos divulgando e adequando as necessidades identificadas e as propostas nesta área.

5.5- A intervenção do Serviço Social nos Centros Sociais com Grupos de Jovens

A intervenção local no âmbito dos Jovens nos Bairros, desenvolveu-se integrada nos Centros Sociais e foi implementada por assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social,

a quem cabia a responsabilidade de organização das atividades desenvolvidas nos grupos, bem como a sua representação na Comissão Central.

Responsável pelo sector de jovens com trabalho directo, com quatro grupos (3 grupos de jovens e um de pré-adolescentes. Representação do mesmo sector na Comissão Central [...] foi-me ainda pedido o trabalho na Comissão Central. Como responsável pelo sector de jovens. A Comissão Central funcionava através de reuniões semanais onde estariam presentes os representantes das várias comissões, a estagiária de Serviço Social responsável pelo trabalho com as mesmas, a estagiária responsável pelo sector de jovens e a Assistente Social local (Relatório Estágio, 1969, pp: 3-4)

No âmbito das atribuições do Serviço Social, a equipa tinha como preocupação a avaliação individual de cada membro bem como a avaliação do próprio grupo – ponderando recorrer a profissionais de outras áreas nomeadamente, outros “técnicos especializados” – “psicólogos ou psiquiatras” – em “ordem a um tratamento” - completando de forma multidisciplinar as avaliações efetuadas, dado que segundo as assistentes sociais, o conhecimento ficaria incompleto,

os elementos que recolhemos sobre estes rapazes (instabilidade, necessidade de destruição, insegurança, agressividade, reacções inconscientes a determinados valores tradicionalistas) levam-nos a afirmar que se torna necessário um estudo mais profundo do grupo e de cada elemento individualmente, por um especialista (psicóloga ou psiquiatra) e, em função disso orientar o grupo em ordem/ a um tratamento que nos parece não estar apenas dentro dos domínios do Serviço Social. O que proporíamos num trabalho futuro, seria uma terapêutica de grupo Trabalho de grupo orientado por técnicos especializados e estudo individual de cada elemento (...) Como referi já, depois de feito o diagnostico do grupo a estagiária tentou fazer a individualização dos membros do grupo, o tratamento que se tornava necessário para aquele grupo. Os meios usados foram as reuniões e alguns contactos individuais (Relatório Estágio, 1969, p: 34-39)

Sobre as avaliações individuais, um dos eixos ponderado pelo Serviço Social era a narrativa histórica dos jovens e a forma como a história pessoal poderia influenciar a relação desse jovem com o grupo de pertença. A atenção à dimensão histórica pessoal, no exemplo que se selecionou - história do um jovem em particular e a interação no grupo – “directores”, sublinha a atenção da profissão para as dimensões da aceitação da “diferença” – um jovem que ao criar um grupo motivado pelas suas necessidades específicas, se tornam tornam-se potenciadoras da criação e “liderança” de um grupo, como faz nota o relato seguinte da assistente social.

Trata-se de um grupo juvenil com idades entre os 11 e 15 anos, é formado por 11 elementos sendo dois mais velhos (21 e 27 anos) que se intitulam os "directores" do grupo e o chefiam, ainda que esta chefia não me pareça aceite pelo grupo. Um deles, o [...] de 21 anos, é diminuído físico, (membros superiores atrofiados e membros inferiores paráliticos e de dimensões muito pequenas) e embora pareça ter uma capacidade intelectual normal, não foi normalmente desenvolvida dados os condicionalismos (materiais e humanos) em que foi forçado a viver, limitado pela incapacidade de se deslocar e manipular as coisas [...] O mundo deste jovem está circunscrito à cadeira de rodas em que vive e aos poucos lugares onde é transportado, normalmente por crianças. Este facto parece-me muito importante. pois, é com crianças que o [...] estabelece o maior número de relações.

Regra geral os adultos não estão disponíveis, dadas também as tême. Foi por isso "por gostar de crianças" que este jovem um dia se lembrou, "vou fazer um grupo e o grupo nasceu assim, do qual começaram por fazer parte aquelas crianças que transportavam o [...], no carrinho, de um lado para o outro. Tendo em conta estes elementos que refiro parece-me poder concluir que o Pedro raciocina normalmente em moldes de raciocínio infantil, mas tive já oportunidade de verificar que em circunstâncias diferentes ele é capaz de pensar, elaborar raciocínios que uma pessoa adulta normal pode elaborar. Por isso e concluindo parece que tem um potencial intelectual normal, que não passou dados os condicionalismos em que foi forçado a viver, que não foram normais (Relatório Estágio, 1969, p: 40-41)

Os grupos, eram formados por jovens (em média 12), adotavam um nome – exemplo os “os Unidos” tinham idades compreendidas entre os 17 e os 18 anos de idade, o seu grau de escolaridade variava entre a “4ª classe” e os “12 ano do ciclo” grau de escolaridade, as profissões eram em grande parte no campo do trabalho manual com exceção dos “empregados de escritório”.

Identificação do grupo, Nome do grupo- 11Unidos, Número de elementos: 16
Idades- Dos 17 aos 19 anos, Grau de escolaridade- 4ªclasse e alguns com frequência do 12 ano do ciclo, Profissões- Empregados de escritório, Ourives, Torneiros Mecânicos, Estofadores, Polidores de móveis (Relatório Estágio, 1969, p. 5)

As metodologias usadas na intervenção foram fundamentalmente participativas – discussão grupal (às vezes subdivididos em pequenos grupos) e reuniões centradas na participação dos jovens - orientadas pela assistente social, nomeadamente através da realização de jornais de parede (através de revistas), da pintura, do teatro improvisado, da poesia, da visualização de filmes, do futebol e da partilha de vários temas culturais, permitindo auscultar os vários interesses dos jovens.

A gente tem de aprender a ler, o que esta por detrás disto tudo, havia historias muito bonitas, havia um a coisa que eu fazia, naquela altura havia muito happening, que era teatro improvisado, portanto acreditava no happening, o happening poe cá fora coisas que não se poe de outra maneira, de outra forma, tem de se ter muito cuidado, porque tem de se controlar, quando eles estavam ao barulho, eu tentava dar a volta e mudar aquilo para um happening e dava , então fazíamos um teatro, eles saltavam para o palco e fazíamos um teatro e nesse teatro, eu ia perceber coisas que não percebia de outro modo, e era muito muito engraçado, intervinham figuras como o padre, o [...], as figuras principais do Bairro eram postas ali, eram [...] como hei-de explicar, num país aonde a direita comandava noa se podia fazer aquilo, não é, eles encontram uma forma de contestar o autoritarismo, usando gente do próprio bairro e contando historias do próprio bairro, e é isto, eu acho que é esta arte que tem de passar para os assistentes sociais, é um arte mesmo (E4, Pos.40)

Arranjo da sala (recorte, colagem, decoração, Pintura, Projeção e discussão de "Slides ", Teatro improvisado, Audição de musica, Poesia "versos", Jogos de "football" (Relatório Estágio, 1969, p. 51)

A metodologia de trabalho em grupo foi “trabalhada” com os jovens, temas como – “direito de participação” e “liberdade de opção”, discutidos e refletidos sob a orientação do Serviço Social, parece indiciar a preocupação da profissão com a dimensão de direitos e de envolvimento através da distribuição e responsabilização de “funções”. Tendo o Serviço Social a noção, que a associação em grupos não era aceite de forma linear pelo regime, os sistemas de controle como a Pide existiam no Estado Novo.

Despertar cada elemento para o funcionamento normal de um grupo, em que se focaram os seguintes pontos: 1 - O que é um grupo, 2 - Qual o papel a desempenhar por cada elemento; 3 - O que o direito de participação, 4- O que a liberdade de opção, 5 - Participação de todos os elementos e enriquecimento para o grupo. À medida que estes ainda que eu não lhes dissesse directamente eles sentiam o meu apoio. Começa a esboçar-se o aparecimento de normas (Não se diz nada lá fora), distribuem-se funções (tesoureiro, secretário-que elaborava as actas) e os rapazes propõem-se pagar uma cota semanal) para angariação de fundos para arranjo da sala, a primeira actividade deste novo grupo (Relatório Estágio, 1969, pp: 48-50)

Sim havia grupos que se organizavam, mas tinham pouca força ...e as assistentes sociais sabiam, mas não dizíamos à Pide, era o que mais faltava (E4, pos.47)

Os temas abordados, foram entre outros – o “Amor”, a “Guerra”, a “Exploração da Mulher”, a Carta da O.N.U. Os temas eram explorados, captando-se as percepções que os jovens teriam remetendo para as preocupações sociais e os direitos - fazia-os sentirem-se “hippies”, provavelmente próximo de uma visão da sociedade que perspectivavam como ter de ser contestada, num período específico da situação

sociopolítica de Portugal – decorria a guerra colonial, a influência em Portugal dos movimentos estudantis na Europa, entre outros aspetos.

Logo na primeira reunião com o grupo, este já tinha um trabalho para realizar - escolher de várias revistas (havia uma grande quantidade na sala estampas sugestivas para os temas que eles se tinham proposto tratar no jornal; "AMOR", "GUERRA", "EXPLORAÇÃO MULHER".

O trabalho estava a ser orientado no sentido [...] um jornal onde seriam coladas as estampas escolhidas: os rapazes escreveriam "artigos" sobre os temas sugeridos ou simplesmente, sobre o significado que tinha para cada um deles a estampa que tinham recortado. O grupo não tinha ainda planeado uma forma de trabalho, mas estava já motivado para aquela actividade (...) o [...] perguntou para que é que ele tinha recortado aquilo e ele respondeu: "ó pá, isto pode ser o símbolo do amor". O [...] concordaram imediatamente, o resto do grupo também concordou e o Artur Noronha disse que era como os "Hippies [...] havia ainda dois elementos que queriam discutir o tema "exploração da mulher" pois já tinham recortado estampas com mulheres em "biquíni", em que "o corpo da mulher era utilizado para render dinheiro". Vimos, em conjunto, a forma de trabalho a adoptar e o grupo escolheu, com a ajuda da estagiária, a discussão por pequenos grupos e, periodicamente, far-se-ia a síntese das conclusões a que se ia chegando, em reuniões gerais" (Relatório Estágio, 1969, pp: 6-8)

Após a discussão em “pequenos grupos”, os temas eram discutidos em reuniões mais alargadas sob a orientação das assistentes sociais. Nestas reuniões, sistematizavam-se as informações e partilhava-se o que sido tinha refletido.

Quando terminaram o jornal (repleto de gravuras e "artigos"), os membros do grupo quiseram manter-se juntos, em reuniões gerais e discutir o conteúdo do jornal. A estagiária, reunindo com os subgrupos sintetizou com os mesmos o trabalho até aí realizado. As sínteses foram comunicadas a todo o grupo. O grupo, orientado pela estagiária e assistente social, passou à elaboração de esquemas de discussão que passo a descrever [...] Tema AMOR, O que é o amor? Tipos de amor (de irmãos, de pais, de namorados, a amizade como forma de amor, etc.), Forma de expressão de amor, pintura, poesia, “os nossos gestos”, degradação do amor (prostituição), Discussão do filme "Este difícil amor" [...] Tema guerras, o que é a guerra? Origens da guerra (porque que existe a guerra), os efeitos da guerra sobre os homens. Qual o significado da guerra, a guerra como luta de interesses; os lucros que vem da guerra [...] Posteriormente, foi junto do grupo um voluntario que se debruçou sobre os temas do jornal. A participação dos elementos foi quase total e a discussão encaminhou-se para os direitos do homem. Os rapazes ficaram entusiasmados, não sabiam o que era a carta da O.N.U. e manifestaram interesse em conhecê-la. O voluntário comprometeu-se a lê-la aos rapazes, numa reunião seguinte (Relatório Estágio, 1969, pp: 9-11)

Ainda sobre as atividades implementadas, salienta-se a música e o teatro, a qual tinha uma forte adesão. Através dela, os grupos abriam à comunidade as experiências que tinham no Centro Social – nas atividades musicais, participavam não só os jovens dos

grupos, mas também os/as moradores/as/as dos bairros, incluindo outros jovens. O Serviço Social, de acordo com os temas escolhidos, explorava as biografias dos cantores/as, as características dos contextos geográficos e culturais a que pertenciam, experienciando desta forma toda a comunidade de experiências multiculturais diferenciadas. A abertura a outros grupos de jovens, também ocorreu quando envolveu o grupo da Juventude Operária Católica (JOC).

A Música era uma actividade que os rapazes gostavam muito. Alguns elementos, tinham "pic-up" e quase todos tinham discos. Assim, esporadicamente, o grupo reunia para ouvir música. Todos os elementos procuravam ouvir os discos da sua preferência, que levavam para o grupo. Convidavam amigos e outros moradores/as do Bairro e a sala ficava repleta de jovens (incluindo outros grupos do Centro) [...] Por vezes, a estagiária em função das origens e dos temas da música apresentada, procurava, através de ilustrações, referir a origem do país, costumes, situação geográfica, etc. A própria vida do cantor, era muitas vezes contada por membros do próprio grupo, procurando, alguns deles levar gravuras fotográficas [...] Ligado ao jornal, de parede, surgiu, por parte do grupo, a necessidade de contacto com outros grupos e pessoas que viessem expressar a sua concepção de amor. Fez-se uma reunião com um grupo de rapazes da J.O.C, a convite de um dos membros do grupo (Relatório Estágio, 1969, pp: 9-11, sublinhado adicionado)

Sobre a atividade do teatro, esta permitia entre outras potencialidades simular as estratégias do grupo para lidarem com algumas dificuldades sentidas – neste relato destaca-se a “homossexualidade”. Para o Serviço Social, esta metodologia poderia constituir um meio mais velado de se abordarem alguns conteúdos, que de outra forma a sua exposição seria seriam de maior dificuldade. A premissa fundamental é a de que qualquer metodologia ou assunto teria de ser identificada como do interesse do grupo de jovens e ainda ter acompanhamento na sua orientação, pelo Serviço Social.

Durante algum tempo o grupo reunia na presença da Assistente Social até que esta foi avisada por alguns elementos da população e do Centro de Convívio que o Sr. Matos tinha tido no emprego, algumas experiências homossexuais, insinuando o perigo que corriam os rapazes do grupo. A partir deste momento, a Assistente Social começou a ir às reuniões do grupo sem conseguir, no entanto, dados concretos que confirmassem aquelas afirmações. Entretanto a assistente social foi detectando no grupo outros interesses, para além do "football". Os rapazes começaram a fazer representações improvisadas, e, numa pequena festa de aniversário do grupo que coincidiu com a minha entrada para o mesmo, foi representada uma peça, também improvisada, em que entravam as seguintes personagens: o patrão "Senhor Felizardo; o Soldado; o tasqueiro; o trolhão; as mulheres.

[...] O cenário, inexistente, era produto de imaginação dos rapazes. Representaram no canto duma sala que se "transformou" numa "obra" onde dois trolhas trabalhavam e interrompiam frequentemente “o patrão não via”.

Assobiavam, cantarolavam, davam animo um ao outro, fazendo observações sarcásticas em relação ao Senhor Felizardo. Falavam do fardo pesado que é o trabalho enquanto pincelavam, diziam "se o patrão soubesse o que isto é. Ele não sabe o que é o trabalho, só sabe dizer que ainda não são horas de despegar [...] Entretanto, chega um soldado que veio do Ultramar, um velho amigo dos dois trolhas e começam a conversar. Largam definitivamente o trabalho, embora não sejam ainda horas. A representação desta pequena peça foi feita com vivacidade. Os rapazes gesticulavam, mexiam-se de um lado para o outro, conversavam com espontaneidade e, parece-me que encarnavam os papéis que desempenhavam com tanta convicção que isso os levava a esquecerem-se daquele ambiente esquecendo as pessoas que estavam a ouvir (Eu, por exemplo era a primeira vez que estava com eles, não me pareceu que isso afectasse a representação) [...] Depois da representação da peça fizeram um programa de "variedades". Improvisaram um microfone numa vassoura e o locutor, muito à vontade ia apresentando os "artistas" a quem dava um nome e que cantavam as canções que se transmitiam na camada jovem da comunidade [...] Depois deste pequeno contacto parece-me que o grupo tinha muitas potencialidades que poderiam ser aproveitadas em ordem de cada elemento, enquanto integrador no grupo (Relatório Estágio, 1969, pp: 42-44)

A experiência das equipas de Serviço Social, permitiu aferir algumas conclusões sobre o impacto nesta área, nomeadamente, a melhoria do espírito de coesão que ultrapassava os momentos vivenciados nos Centros Sociais - a vivência grupal como promotora da coesão grupal espontânea expressa no convívio, e ainda a necessidade da regulamentação dos grupos reconhecida pelos próprios participantes identificando a necessidade de uma assistente social para a sua orientação.

Em 68/69 o grupo estava formado e havia já um espírito de grupo, com laços de união entre os membros todos rapazes reuniam-se fora do centro, iam em grupos para a praia, juntavam-se no fim da tarde [...] Os rapazes sentiam necessidade da vida em grupo e tendiam, progressivamente, para uma maior organização, expressando a importância de normas de grupo, que se concretizou na elaboração de um regulamento. Os rapazes já procuravam objectivar as discussões, mas, para isso, reconheciam importante a presença de uma Assistente Social que os orientasse, diziam não serem capazes de eles próprios orientarem as discussões sem entrarem em confusão, não conseguindo, neste clima, atingir os fins a que se propunham. Na fase final do estágio o grupo manifestava, ainda de uma forma pouco definida, a necessidade de um jornal de parede. A primeira actividade a ser sugerida pelo grupo, além do arranjo da sala e "football"- esta última esporadicamente" (Relatório Estágio, 1969, p. 5, sublinhado adicionado)

Em jeito de nota conclusiva, a intervenção do Serviço Social com jovens, reclama a articulação de duas dimensões – a individual e a grupal. Expressão clara, quando se atende às ferramentas metodológicas usadas na intervenção social – as de âmbito

individual e as de âmbito grupal. No entanto, a inserção da intervenção é alargada ao Bairro na perspetiva do envolvimento da comunidade, trata-se provavelmente de promover com estes jovens, a “coesão” social – o sentido de pertença a um “lugar” individual e grupal, que ultrapassa provavelmente o próprio Bairro, que reclama a pertença à cidade.

5.6- A Intervenção do Serviço Social no âmbito da Intervenção Educativa

A intervenção local no âmbito da população no campo educativo, foi uma das áreas de intervenção do Serviço Social. Em 1971, foi realizado um “estudo social por amostragem” - de “levantamento escolar”, em sete dos nove bairros abrangidos pela intervenção da ODPS. Foram usados como fontes documentais do “Estado” – “registos oficiais – “matrículas” e “presenças”. Foi ainda valorizado, a experiência do Serviço Social, com “crianças em idade escolar [...] nas salas de estudo tradicionais” e as informações obtidas através das famílias.

Pretendia-se elaborar o “levantamento escolar”, nomeadamente, caracterizar as necessidades da população escolar dos Bairros no âmbito da ODPS, no campo das respostas na fase pré-escolar (jardim Infantil) e escolar (salas de explicações) – ver (anexo VII) – Regulamento de Admissão na Creche e Jardim Infantil, no âmbito global, realizar a avaliação das necessidades sociais do “meio” – comunidade.

Em 1971 foi feito o levantamento escolar nas escolas localizadas em áreas dos Bairros Camarários da Obra Diocesana de Promoção Social. O estudo atingiu sete dos nove Bairros da O.D.P.S., um total de 3. 400 crianças de ambos os sexos em idade escolar e residentes nos Bairros (1,592) e nas zonas limítrofes atingidas pelas Escolas (1.808) [...] Os elementos foram reunidos a partir de consultas de documentação do Estado - livros de matrícula e registo de presenças - e são apresentados através de quadros simples, quadros síntese e histogramas de frequência [...] segundo informações colhidas junto das famílias de Bairro (Relatório de Caracterização da População Escolar, 1971, pp: 4-7, sublinhado adicionado)

O estudo social, envolveu as equipas locais de assistentes sociais com intervenção nos Bairros – tendo participado 8 assistentes sociais, a coordenadora da ODPS e ainda “técnicos consultores” com o objetivo de “orientar” e a “elaboração final dos dados”.

A Assistente Social do Cerco do Porto [...] coadjuvada pela Aux. Social [...] através do levantamento dos Bairros de C, Porto, Pasteleira e Rainha D. Leonor e elaboração dos dados levantados pelas equipas dos Bairros do Carriçal a A. Social [...] do Bairro do Regado A. Social, do Bairro S. João de Deus a Aux. Social [...] e A. Social [...], do Bairro S. Roque da Lameira, Aux. Social [...] e A. Social [...]. Colaboraram na orientação geral e elaboração final dos dados, Técnicos Consultores e Assistente Social coordenadora (Relatório de Caracterização da População Escolar, 1973/1974, p.5)

[...] Tendo sido feito um estudo social por amostragem, a famílias da freguesia do Bonfim, com o objectivo de detectar as necessidades mais prementes do meio, verificou-se que a maioria se mostrou interessada pela criação de um Jardim Infantil, e também em salas de explicações para a 4ª. classe. Foi assim que, por iniciativa do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, a Obra Social do Bonfim iniciou as suas actividades no ano lectivo 73/74 (Relatório de Caracterização da População Escolar, 1971, p.5, sublinhado adicionado)

A intervenção do Serviço Social nesta problemática, refletirá uma das preocupações da comunidade dos Bairros, nomeadamente a “elevada percentagem de crianças que não terminava dentro da idade prevista a escolaridade obrigatória” - segundo dados recolhidos juntos das famílias e “nalguns relatórios da Obra – 70-71”.

De modo mais estrutural, o Serviço Social questiona a própria “orientação” da política local sobre a “comunidade infantil”, no sentido, em que apesar do contexto socioeconómico “específico”, provavelmente numa referência à situação socialmente desfavorável da comunidade, ainda assim, deveria ser relevante o reconhecimento das potencialidades da comunidade – “potencialmente viva”.

Os dados apresentados poderão apenas caracterizar a situação da criança de Bairro numa das situações problema que mais imediatamente preocupam a comunidade local - família, criança e própria escola embora em perspetivas diferentes [...] segundo informações recolhidas junto das famílias de Bairro, e com base em elementos existentes nalguns relatórios da obra - 70-71 – é elevada a percentagem de crianças que não termine dentro da idade prevista a escolaridade obrigatória [...] este trabalho, aliado à experiência com grupos em idade escolar – “salas de estudo tradicionais”, levanta várias questões à O.D.P.S que se interroga sobre a orientação a seguir, junto duma comunidade infantil que delimitada por um enquadramento socioeconómico específico, mas potencialmente viva, reage espontaneamente - a nível individual e de grupo - a todas as orientações que visem a pseudo – libertação da comunidade do Bairro (Relatório de Caracterização da População Escolar, 1971, pp: 4-7, sublinhado adicionado)

Identificadas as necessidades, no ano “lectivo 73/74”, na freguesia do Bonfim, a Obra Social do Bonfim iniciou esta atividade em parceria com Instituto de Serviço Social do Porto. “Foi assim que, por iniciativa do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, a

Obra Social do Bonfim iniciou as suas actividades no ano lectivo 73/74” (Relatório de Caracterização da População Escolar, 1971, p.5, sublinhado adicionado)

Na qualidade de Instituição Particular particularmente vocacionada para a intervenção no campo educativo, a Obra Social do Bonfim estava dependente da Associação de Cultura e Serviço Social do Porto^{xxxvii}. Os objetivos, incluíam a resposta às necessidades comunitárias no apoio educativo a crianças em fase pré-escolar (3-6) anos e ainda o apoio ao estudo na fase escolar, correspondendo estes às finalidades da Associação de Cultura e Serviço Social do Porto – “organizar e orientar as Instituições de Serviço Social e Educação Familiar”. A relação institucional com o Instituto de Serviço Social do Porto, expressa-se também no apoio económico deste organismo, ainda que a título de empréstimo.” A Obra Social do Bonfim usufrui de alguns subsídios eventuais, dum empréstimo concedido pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto e ainda das propinas pagas pelas crianças inscritas no Jardim Infantil e nas Salas de Explicações (Relatório de Estágio, 1973/1974, p.6)

A intervenção local da profissão, compaginou-se sobretudo na intervenção com as crianças e famílias, bem como no apoio à gestão e coordenação das respostas sociais – “jardim Infantil” e “sala de explicações”.

A Obra do Bonfim, era coordenada por uma assistente social e exerciam ainda funções duas assistentes sociais com responsabilidade diretas no “Jardim Infantil” e “Sala de Explicações”, as “Educadoras Infantis” e a “professora primária”, estavam “subordinadas” ao Serviço Social.

A Obra Social do Bonfim é uma Instituição particular, que depende da Associação de Cultura e Serviço Social do Porto. A finalidade da Obra Social do Bonfim é satisfazer as aspirações do meio (Jardim Infantil e Salas de Explicações). A Associação de Cultura e Serviço Social do Porto, ao criar esta Obra, teve em vista pôr mais uma vez em prática, um dos objectivos referidos nos seus Estatutos: promover a organização e assegurar a orientação de Instituições de Serviço Social e Educação Familiar [...] A Obra é dirigida por uma Assistente Social Chefe, com funções administrativas. Dependentes desta, há duas Assistentes Sociais: uma, responsável pelo Jardim Infantil e Serviço de Economato, outra pela sala de explicações, prestando ainda ajuda às crianças e familiares do Jardim Infantil [...] da Assistente responsável por tudo o que diz respeito ao Jardim Infantil, estão dependentes duas Educadoras Infantis e uma empregada de limpeza [...] a Sala de Explicações

^{xxxvii} Criada pelo Ministério da Educação em 1960, tendo sido (como referenciado no cap. IV), o suporte Jurídico do Instituto de Serviço Social do Porto.

está a cargo de uma professora primária, que está, por sua vez, subordinada à Assistente Social responsável por este Serviço [...] (Relatório de Estágio, 1973/1974, pp: 5-6, sublinhado adicionado)

A admissão das crianças, seguia as orientações do Regulamento de Admissões ao Jardim Infantil (anexo V), focando-se o Serviço Social, no conhecimento das condições sociofamiliares de vida e contexto habitacional das mesmas, obtido através da realização de “visitas domiciliárias” – recolhendo-se dados referentes à pessoa entrevistada da família, à criança e condições habitacionais, à composição do agregado familiar e relações familiares, a situação económica, de saúde e habitacional.

Caracterização das crianças que frequentaram o Jardim Infantil, composição do agregado familiar, situação económica, situação de saúde, situação habitacional, caracterização do membro da família entrevistado, relações familiares, problemas espontaneamente apresentados, caracterização da criança no Jardim Infantil, como se relaciona com os companheiros, como se relaciona com as Educadoras, interesses mais relevantes da criança Relatório de Estágio, 1973/1974, pp: 22-27)

Constituam ainda fontes, a consulta de “fichas de inscrição” das crianças, “contactos” com a “Assistente Social responsável pelo Jardim Infantil”, entrevistas aos “pais” e abordagens informais em momentos de realização de eventos festivos, abrindo um “espaço” de “oportunidade” para a exposição por parte dos pais dos “problemas”. O “convívio” com as crianças, também constitua uma potencial fonte de informações, bem como assistir a atividades “orientadas pelas educadoras”, permitindo que o Serviço Social elaborasse o “relatório pedagógico” das crianças.

[...] Realizei várias visitas domiciliárias às famílias que se mostraram interessadas na criação do Jardim-Infantil e às famílias das crianças que frequentavam o Jardim-Infantil [...] fiz a síntese dos elementos colhidos, seguindo o seguinte esquema: composição do agregado familiar, pessoa entrevistada, problemas apresentados (Relatório Estágio, 1973/1974, pp: 8-9)

Os elementos familiares para a caracterização da criança, foram colhidos através de:
Consulta às fichas de inscrição das crianças. Contactos com a Assistente Social responsável pelo Jardim Infantil e com a Assistente Social responsável pelas salas de explicações, a fim de recolher dados familiares [...] e visitas domiciliárias. Entrevistas aos pais que procuravam o Serviço Social da Obra para levantarem qualquer problema, realização da Festa de Natal. Integração e recepção das crianças, às segundas-feiras - estava encarregue de receber e entregar as crianças aos familiares, para os conhecer e para lhes dar oportunidade de levantarem algum problema [...] Os elementos para a caracterização da criança no Jardim Infantil, foram colhidos através de: Convívio com as crianças na ocupação dos tempos livres e nas refeições,

Assistência a actividades orientadas pelas Educadoras infantis, contactos individuais com as duas Educadoras, a fim de analisar certos comportamentos das crianças, visto lhe ser pedido pela Directora, para fazer o processo pedagógico de cada criança (Relatório Estágio, 1973/1974, pp: 20-21)

Sobre a vivência da criança no Jardim Infantil, nomeadamente a relação estabelecida – com a equipa do Jardim Infantil - avaliava-se o “comportamento” da criança com as educadoras e as outras crianças e identificavam-se os seus “interesses mais relevantes”. A profissão, estava comprometida com a comunidade – os moradores/as poderiam recorrer à Obra Social do Bonfim, para (sem marcação) solicitar informações, quer relativas às potenciais inscrições para o Jardim de Infância, quer sobre a “sala de estudo” – assumia a designação “Serviço de Permanências”. “[...] O objectivo das permanências - atender pessoas que, por qualquer motivo, se dirigissem à Obra, quer para fazer inscrições no Jardim Infantil ou na Sala de Explicações, quer pedir alguma informação ou levantar algum problema (Relatório Estágio, 1973/1974, pp: 32-33).

A título de nota conclusiva, a intervenção do Serviço Social na problemática das crianças e jovens na fase pré-escolar e escolar, identifica uma clara necessidade de compreender a criança e o seu contexto familiar e habitacional, através de várias metodologias as quais permitem abrir o espectro das informações recolhidas. No entanto, a “situação escolar das crianças”, sobretudo no que se refere ao número elevado de crianças que prolongam a escolaridade, é perspectivada pela profissão pela importância do impacto social do fenómeno. A “ponta do iceberg” que traduz a “reprovação” e a “desadaptação” das crianças numa visão estrutural, leva a profissão a questionar a “orientação” da política local.

Situação Escolas das Crianças - traduzida na falta de aproveitamento escolar que no conduzir a longo prazo marginalização pela Sociedade global [...] as crianças saem antes de terminado o período da escolaridade obrigatória por terem atingido a idade oficialmente requerida para tal. A desadaptação da criança de Bairro à estrutura escolar parece-nos ser um dos pontos de interesse e a ter em conta, dado que alguns dos que não se integram no sistema [...] (Relatório Atividades Obra Diocesana de Promoção Social, 1971-1973, p.13, sublinhado adicionado)

Conclusão

Pretende-se com este trabalho contribuir para o conhecimento e compreensão da profissão de assistente social nos finais do Estado-Novo (décadas de 60-70), no contexto das políticas públicas habitacionais e sociais e em concreto na intervenção nos Bairros Camarários da cidade do Porto, enquadrada institucionalmente pela Obra Diocesana de Promoção Social.

Propõe-se assim nesta conclusão, retomar a tese que guiou o processo investigativo, nomeadamente, a de que no contexto dos constrangimentos sociopolíticos nacionais, de forte restrição das liberdades políticas e carácter repressivo do Estado Novo, mas ao mesmo tempo, num contexto socio-histórico de agência e resistência locais quer da Igreja (Diocese do Porto), quer de outros atores sociais, a profissão de assistente social, assumiu uma orientação profissional comprometida com a participação social e cívica, organização, autonomização e resistência das populações dos Bairros Camarários face às políticas públicas urbanas e sociais naqueles territórios.

I

Nos finais da década de 60 e até 1973, sob a governação de Marcelo Caetano, regista-se alguma mudança na atenção às questões sociais como componente de uma estratégia de crescimento económico e desenvolvimento.

O sistema de proteção apoia-se na coexistência da Previdência Social (Ministério Corporações e Previdência Social), para cobertura dos riscos sociais das pessoas do sistema contributivo e da Assistência Social (Ministério Saúde e Assistência)

Na perspetiva económico e social, a década 60 e 70 registou reformas e ajustamentos na política pública de assistência social, assumindo-se objetivos de promoção e desenvolvimento das populações – tendo sido vários os projetos de desenvolvimento comunitário a nível nacional, promovendo a emergência de novas áreas de exercício da profissão, enquadrados pela criação em 1965 de novos serviços - Cooperação Familiar, Promoção Social Comunitária, Formação de Pessoal e Gabinete de Estudos Sociais.

No entanto, a fragilidade e desarticulação do sistema de proteção social no Estado Novo, mantem-se ainda que com algumas mudanças registadas nos últimos anos do regime, perdurando assistência social residual às pessoas em situação de vulnerabilidade social e económica.

É neste cenário, económico, social e político nacional que se engaja e se “resignifica” a profissão de assistente social nas décadas de 60 e 70.

A nível internacional, este período socio histórico, reflete os efeitos sociais, económicos e políticos da 2ª guerra mundial, com a emergência das preocupações de desenvolvimento económico e social, assumindo um papel relevante a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1964, e em concreto, a implementação do programa de desenvolvimento económico a nível global, no combate às assimetrias entre países e as assimetrias internas aos próprios países.

As experiências de desenvolvimento comunitário vão ganhando expressão na Europa e nos Estados Unidos da América, ainda que diversificadas de acordo com os contextos socioeconómicos em se desenvolveram, tendo sido uma das estratégias que promoveu um particular impulso no âmbito da intervenção social.

De acordo com as especificidades sociais, económicas e políticas dos diversos países, assistiu-se a uma onda de manifestações de “insatisfação e contestações” sociais, dando origem a “novos” movimentos sociais, salientando-se a defesa dos direitos civis associados à luta contra a discriminação racial, os ideais pacifistas, as lutas contra descriminalização sexual - relacionadas com a identidade de género e direitos das mulheres, bem como as questões ecológicas e da insuficiência alimentar e fome e os movimentos estudantis.

Em Portugal, ainda sob a tutela do Estado Novo, num contexto sociopolítico não favorecedor de expressão de ideias contrárias ao regime vigente, os “novos” movimentos sociais, emergiram gradualmente em meados da década de 60, e mais expressivamente nos primeiros anos da década de 70 (antes do fim do Estado Novo em 1974). De forma genérica centraram-se na melhoria das liberdades civis, dos direitos humanos e das condições socioeconómicas, destacando-se as mobilizações anticoloniais. Portugal, não deixa assim de sofrer a influência dos “novos” movimentos sociais, com o conseqüente impacto (s) na profissão de assistente social.

Nas décadas de 60 e 70, a profissão de assistente social em Portugal, oscila entre duas tendências. Sob a influência dos “novos” movimentos sociais, incorpora visões humanistas de desenvolvimento social assente nos direitos humanos e sociais, convivendo com visões corporativas doutrinárias e conservadoras. A primeira tendência progressivamente ganha expressão na profissão de assistente social sobretudo nos finais da década de 60 e 70, cabendo ao campo da formação em Serviço Social parte das mudanças estatutárias da profissão, pela abertura às ciências sociais com impacto nos planos curriculares e o reconhecimento como formação superior em 1961.

As condições sociopolíticas de oposição ao regime nos últimos anos do Estado Novo – ainda que condicionada pelos mecanismos de repressão, permitiram, que a profissão numa linha de tendência desenvolvimentista e crítica, intensificasse o seu comprometimento com as classes populares e trabalhadoras em situação social e económica de maior vulnerabilidade.

As condições externas citadas, aliadas às condições internas da profissão nas décadas de 60 e 70, abriram Portugal às influências do(s) movimento (s) de reconceptualização, sobretudo as ressonâncias vindas do Serviço Social Latino-Americano, com destaque para a aproximação do Serviço Social Português ao Serviço Social Brasileiro.

Com o Movimento de Reconceptualização, a profissão de assistente social questiona as metodologias tradicionais – propõe a revisão dos métodos individuais e grupais, assume a mudança de paradigma sobre a realidade social, explorando novos modelos teórico-práticos que pudessem sustentar intervenções inovadoras, visando sobretudo a promoção do bem-estar das comunidades, pelo que progressivamente se aproximava a profissão da orientação de um Serviço Social Desenvolvimentista nas décadas de 60 e mais tarde das visões críticas do Serviço Social, nos finais do Estado Novo (1970 a 1974).

II

Nas décadas de 60-70, um dos problemas sociais com especial impacto nas condições de vida das populações na cidade do Porto – eram as condições socio habitacionais. As consequências do desenvolvimento industrial, provocou um aumento significativo do número de pessoas que afluíram à cidade, esgotando a capacidade de oferta de habitação acessível, recorrendo então os trabalhadores migrantes a soluções insalubres,

como as “ilhas” – casas precárias de forte densidade habitacional, construídas sobretudo nos terrenos anexos às habitações da classe burguesa (industrial e comercial). A gravidade da questão urbana na cidade do Porto, deu então origem ao Plano de Melhoramentos do Porto, entre 1956 e o final do Estado Novo, com a construção de habitação em altura - os bairros sociais, cujo objetivo era o de proceder ao realojamento das populações que viviam sobretudo nas “ilhas”.

O (s) impacto (s) social (ais) e urbanos dos realojamentos, traduziram-se em “novas” formas de apropriação social do espaço, promovendo a territorialização das diferenças sociais e a alteração das sociabilidades e solidariedades, sendo que decorrido mais de uma década sobre a implementação do Plano de Melhoramentos, começa a ser equacionada a intervenção social nos bairros, desafios assumidos nas décadas de 60 e 70. Os Bairros do Porto, “reclamavam” a atenção pública, nomeadamente, a consideração de dimensões que considerassem não só as condições habitacionais mais estritas, como o modo de vida social e comunitário dos seus habitantes.

É neste contexto de crise habitacional metamorfoseada em crise urbana e social, que se enquadram os compromissos conjuntos assumidos pela Câmara do Porto, pelo Instituto de Serviço Social do Porto e pela Igreja da Diocese do Porto, que resultou a criação da Obra Diocesana de Promoção Social, para a intervenção social nos bairros sociais da cidade do Porto.

O apoio da Diocese do Porto à criação da Obra Diocesana de Promoção Social, enquadra-se nas particularidades socio-históricas locais da Igreja local. A cidade do Porto, constituiu um “espaço” privilegiado da visão regeneradora da Igreja - com marcada relevância para o “caso do Bispo do Porto” – D. António Ferreira Gomes – a carta memorando enviada a Salazar constitui um marco da contestação. Em concreto, o Bispo reclamou a viabilidade do projeto democrata cristão em Portugal – em tom claramente crítico ao regime e à própria Igreja em Portugal, criticando a sua desatenção para as questões sociais e políticas.

Atendendo a visões mais estruturais, quer nacionais quer internacionais, não poderão deixar de ser consideradas as influências das correntes internacionais de renovação da Igreja e de defesa dos direitos humanos, bem como dos movimentos de resistência e divisões internas no interior da Igreja Católica, os quais se fizeram sentir sobretudo nas

décadas de 60 e 70, em Portugal. Movimentos de grupos de resistentes, significando de modo mais estrutural uma crise de *“identidade” de “consciência” e de “autenticidade”* (Revez, 2011), de consciência política por parte de alguns sectores dos católicos, motivada por fatores estruturais decorrentes das mudanças sociais e culturais.

Nesta categoria, podem ser integrados os *“católicos progressistas”* - católicos leigos constituídos por grupos de intelectuais ligados à Igreja, organizados em movimentos associativos, com destaque para a *“acção católica”* através da qual muitos expressaram a sua contestação ao regime, com destaque para a crítica à manutenção da guerra colonial e em termos gerais de grande insatisfação com a situação social e política vivida no país, influenciados pela Teologia de Libertação, de matriz latino-americana.

Esmorecida a esperança de que com Marcelo Caetano existisse alguma pacificação quer política quer na relação com a ala de resistência dos católicos progressistas, as relações complexificaram-se e extremaram-se, a transição política que se pretendia pacífica, defendida pelos políticos da Ala Liberal (com destaque para um dos seus elementos mais relevante Francisco Sá Carneiro – figura central de oposição no Porto) não aconteceu, nem Marcelo Caetano conseguiu diluir as tensões e *“satisfazer”* os católicos nas suas reivindicações, as quais tiveram uma clara expressão na cidade do Porto.

É neste contexto, circunstâncias e sinergias sociopolíticas específicas, que nas décadas de 60 e 70, na cidade do Porto, a Câmara do Porto, o Instituto de Serviço Social do Porto e a Diocese do Porto, se comprometem em conjunto *“enfrentar”* o (s) problema (s) urbano e social na cidade do Porto – em concreto o impacto social do realojamento nos Bairros Camarários.

III

A Obra Diocesana de Promoção Social da Cidade do Porto (1964), nasce associada na sua génese ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto (criado em 1956). Em 1964, é criada a Obra Apostólica de Trabalho nos Bairros, futura Obra Diocesana de Promoção Social da cidade do Porto, tendo sido os respetivos Estatutos aprovados em 1967.

A Obra Diocesana de Promoção Social, a Câmara do Porto e o Instituto de Serviço Social do Porto (1956) – comprometem-se com a intervenção social nos bairros Camarários, aproveitando a experiência que o ISSP já tinha iniciado em 1960 com *“trabalho social de*

comunidades” (Negreiros, 1985b, p.41) também nos bairros, acumulando-a ainda com a intervenção social na zona no Barredo (zona ribeirinha), na mesma cidade.

Lançarão estas instituições, um projeto de intervenção social nalguns bairros Camarários da cidade do Porto, com o apoio de outras instituições públicas nomeadamente, a Direção Geral de Assistência, Direção do Instituto Maternal, com destaque para o Instituto de Apoio à Família (IAF).

A Obra, tinha como objetivos gerais - o “envolvimento”, a “participação” das populações, o “espírito de convivência e solidariedade social”, o recurso a “equipas de trabalho tecnicamente preparadas e devidamente qualificadas”, em suma a “promoção social” – dimensões inerentes ao desenvolvimento social local.

As assistentes sociais, estavam integrados funcionalmente na Direção da ODPS - órgão máximo da Obra, com funções de coordenação, estudo e elaboração dos planos de ação da intervenção social.

A organização funcional das comunidades, estava subdividida em três níveis: as Comissões, os Grupos e os Serviços, em todos estes níveis, estava presente o Serviço Social quer na ação direta, quer na coordenação. As “equipas de ação” eram coordenadas por uma assistente social, que estabelecia a relação com a Direção, existia ainda um Conselho Consultivo constituído por várias instituições, nomeadamente, a Câmara Municipal do Porto, o Instituto de Apoio à Família, o Gabinete de Informação e Cooperação Social e ainda o Instituto Materno-Infantil.

Subordinado à Direção da Obra, foi criado um serviço de estudo e coordenação do serviço social nos Bairros, em que atuavam duas assistentes sociais, que por sua vez coordenavam as assistentes sociais que intervinham diretamente nos bairros.

O processo inicial de mobilização da população iniciado em 1964 nos bairros, foi efetuado através de um processo de participação das populações através de reuniões comunitárias, dinamizadas por assistentes sociais, incluindo a então Diretora do Instituto de Serviço Social, contando ainda com a presença de um representante da Diocese do Porto, o representante da Câmara do Porto e leigos voluntários - elementos facilitadores do processo dado o conhecimento prévio que tinham, através da participação de alguns moradores/as nos cursos de cristandade.

O objetivo destas reuniões iniciais era a mobilização e identificação das necessidades sentidas pelas populações que viviam nos bairros. As comunidades nos bairros organizando-se em equipas de moradores/as, potenciando novas sociabilidades, sentido de pertença e coesão social, bem como a resolução de alguns dos problemas que os próprios consideravam afetar a sua vida, para o que se criavam as diferentes comissões de bairro - instalação do telefone público, instalação do marco do correio, criação de um mercado, acesso a transportes públicos, instalação de um posto de enfermagem, criação de creches. Em alguns bairros, existia a Comissão de Auxílio, cuja finalidade era o apoio económico para o pagamento das rendas, na base do sistema mutualista (criação de um fundo de reserva pelos moradores/as) a ser usado no caso de prova de carência económica.

A intervenção nas comissões de bairro – base local mais próxima das comunidades, o trabalho comunitário assentava na relevância e importância social da promoção e participação social da comunidade. Para o Serviço Social, o envolvimento comunitário potenciava a “consciência” dos “direitos” e “deveres” dos moradores/as/as dos bairros e da própria sociedade.

A participação da população, nos processos de discussão, orientação das decisões e execução é ponto focal nos processos de intervenção comunitária, assumindo o nível local – comunidade, a centralidade que lhe é reconhecida como fundamental para um processo de desenvolvimento participativo, assumido pela profissão de assistente social, enquanto implicada nos diferentes níveis de competência - conceção, planeamento e acompanhamento da execução dos projetos comunitários que se foram implementando nos bairros da cidade – na “linha “do Serviço Social Desenvolvimentista. As populações “desconhecendo [...] o direito a uma vida comunitária condigna”, são afetadas na consciência coletiva, que por sua vez afeta a procura a resolução dos problemas. Constituirá provavelmente esta visão uma força “motriz” para o trabalho desenvolvido nos Bairros pelo Serviço Social nas Comissões Locais e Grupos, promovendo-se espaços potenciais de cidadania e de apoio social promovidos pelo trabalho comunitário com as populações.

O papel dos “chefes locais” – moradores/as dos bairros, enquanto mobilizadores da comunidade, são um exemplo da capacitação assumida pelo Serviço Social, traduzida na

organização, mobilização e formação, assumindo estes a responsabilidade de orientar rotativamente as reuniões no âmbito das comissões.

Uma das áreas de intervenção da profissão com privilegiada atenção foi a situação habitacional das populações nos bairros, as metodologias usadas tiveram a preocupação não só de descrever factualmente estas condições, mas de “ouvir” as perceções da própria população, sendo esta um meio primordial de obtenção do conhecimento da vida nos bairros.

O conhecimento obtido através dos seus relatos - “impressões” e “testemunhos”, permitiu sublinhar com significativa expressão que os/as moradores/as/as consideravam as condições habitacionais e sociais, como deficitárias e desadaptadas, nomeadamente, quer as características estruturais da construção dos bairros, quer o “apetrechamento” das habitações, com reflexo nas suas condições de vida.

Sobre a manutenção das habitações, sendo da responsabilidade dos Serviços da Câmara, os moradores/as identificam existir um distanciamento - a “Câmara” está “longe” e não “ouve” as necessidades — com impacto quer na qualidade das habitações, quer no sentido de apropriação por parte dos moradores/as, tendo considerado a ação do “senhorio” - Câmara do Porto, como desajustada, desatenta e incumpridora do “seu regulamento”.

O Regulamento Camarário, enquanto instrumento regulador emanado pela Câmara, tinha um particular impacto na vida das populações dos Bairros, a profissão deu visibilidade aos mecanismos de controle interno no bairro, os quais eram implementados pelos “fiscais” e os “xerifes”. Os primeiros residiam nos bairros, os segundos, eram funcionários da Câmara, a população vivia um clima de vigilância quer relativa ao uso das habitações, quer às regras de convivalidade, a “infração” e penalização no caso de não cumprirem o regulamento, era feita através de “multas” pecuniárias ou nalguns casos a “expulsão” dos bairros.

As estratégias da população para lidar com as deficientes condições das habitações foram variadas. A mobilização coletiva no próprio bairro, é usada como forma de “pressão” objetiva, tentando contrariar a visão estereotipada que os habitantes sentiam existir por parte da Câmara – “vieram das ilhas”.

Contudo a perceção de segregação social – não pertença à cidade, é real e mais “profunda” por parte dos habitantes, expressa por exemplo na autodenominação dada pelos habitantes a um dos bairros – o “Tarrafal” (campo de concentração para presos políticos em Cabo Verde), e ainda, a segregação interna que os moradores/as sentiam por habitarem em determinados blocos, como é o caso do designado “Bloco dos Condenados”.

Para além das condições urbanas e habitacionais, as equipas de assistentes sociais, procederam ao levantamento de outras áreas, tais como a saúde e a educação – concluindo que as populações, registam um número elevado de doenças, sendo no campo da educação o problema identificado pelos moradores/as, como mais relevante o aproveitamento escolar.

A capacidade por parte dos habitantes para procurar apoio, baseou-se no recurso a estratégias adaptativas, explicadas pelo “profundo conhecimento da realidade”, que ativam por parte dos moradores/as as competências experienciais para lidar com a “burocracia institucional”. No entanto, para o Serviço Social não se trata unicamente de estratégias adaptativas, estas fazem parte dos processos de resistência e da capacidade para reclamarem “direitos”, criando e estimulando um “espírito” de coletivização para resolver os problemas habitacionais. E nesse sentido, a mobilização coletiva das populações a propósito das condições habitacionais, foi nalgumas situações uma forma de pressão dos habitantes junto da Câmara do Porto, que se estendeu a outros campos da vida pessoal e social, estratégias de ação da população que foram mediadas e visibilizadas pelo Serviço Social.

No campo da profissionalização de adultos e jovens, a intervenção do Serviço Social nos Bairros “replicou” institucionalmente a nível local a política nacional de emprego, protagonizada por organismos públicos, numa ação concertada com a ODPS e o Instituto de Serviço Social do Porto.

A visibilidade do fenómeno, no terreno concreto da intervenção do Serviço Social com os moradores/as, permitiu identificar a formação e o processo de profissionalização como uma dimensão potenciadora de direitos e dignidade humana, tendo constituído um dos objetivos da intervenção comunitária para atingir melhores condições de vida e

quebrar o ciclo da pobreza das famílias, reconhecendo que a melhoria das condições habitacionais por si só, não conseguiriam atingir potencialmente estes patamares.

Segundo o Serviço Social, a intervenção comunitária no campo da formação e profissionalização, necessitaria de um respaldo no âmbito das políticas públicas, em concreto a articulação entre os níveis de responsabilidade – Central e Regional – bem como a capacitação dos públicos, a divulgação e adequação das necessidades identificadas às propostas nesta área.

No âmbito da intervenção do Serviço Social com os Jovens nos Bairros, esta desenvolveu-se integrada nos Centros Sociais e foi implementada por assistentes sociais e estagiárias de Serviço Social, a quem cabia a responsabilidade de organização das atividades desenvolvidas, bem como a representação destes grupos na Comissão Central.

As metodologias usadas na intervenção foram fundamentalmente participativas – discussão grupal (às vezes subdivididos em pequenos grupos) e reuniões centradas na participação dos jovens - orientadas pela assistente social, nomeadamente, através da realização de jornais de parede, da pintura, da música, do teatro improvisado, da poesia, da visualização de filmes, do futebol e da partilha de vários temas culturais, permitindo auscultar os vários interesses dos jovens e “trabalhar” esses temas.

Através das metodologias participativas, foram abordados de acordo com os seus interesses, os seguintes temas – o “direito de participação” e “liberdade de opção”, o “Amor”, a “Guerra”, a “Exploração da Mulher”, a Carta da O.N.U, temas que não seriam “pacíficos” no regime repressivo que se vivia, remetendo para as preocupações sociais e os direitos. O Serviço Social promove desta forma o “espaço” – para se abordar temas que promoveriam a consciência coletiva para dimensões de cidadania.

Sendo que seria espectável para o Serviço Social e para estes jovens, a noção que a associativismo e a abordagem destes temas, não eram aceites de forma linear pelo regime, dada a consciência de que os sistemas de controle existiam (como a Pide) e com grande probabilidade estariam “presentes” nos bairros.

Mas, os jovens sentiam-se “hippies”, numa provável alusão à sociedade que perspetivavam como ter de ser contestada, num período específico da situação

sociopolítica de Portugal – decorria a guerra colonial, fazendo-se sentir em Portugal a influência dos movimentos estudantis na Europa, entre outros aspetos.

Através das atividades implementadas, com destaque para a música e o teatro, os grupos abriam-se à comunidade, as experiências que tinham no Centro Social eram partilhadas por outros jovens dos bairros e também pelos restantes moradores/as.

A intervenção do Serviço Social com jovens, reclama a articulação de duas dimensões – a individual e a grupal. No entanto, a inserção da intervenção é alargada ao Bairro na perspetiva do envolvimento da comunidade. Trata-se de promover com estes jovens, a “coesão” social – o sentido de pertença a um “lugar” individual e grupal, que ultrapassa provavelmente o próprio Bairro, que reclama a pertença à cidade.

A música e o teatro, permitiam explorar as biografias dos cantores/as, as características dos contextos geográficos e culturais a que pertenciam, partilhando desta forma toda a comunidade de experiências multiculturais e sociais diferenciadas, usadas como ferramentas para os jovens lidarem com temas “proibidos” na época, como por exemplo a “homossexualidade”. Estas metodologias, constituíam um meio de se abordarem conteúdos, que de outra forma não poderiam ser objeto de conhecimento e reflexão, dado o contexto sociopolítico. A premissa fundamental para o Serviço Social é a de que qualquer assunto teria de ser identificado como do interesse do grupo de jovens e ser acompanhado na sua orientação, pelo Serviço Social.

A experiência das equipas de Serviço Social, permitiu retirar algumas conclusões sobre o trabalho com jovens, nomeadamente, foi possível melhorar o espírito de coesão – os jovens encontravam-se de forma espontânea fora dos Centros Sociais, isto é, a vivência grupal foi promotora da coesão grupal espontânea expressa no convívio, foi possível a partilha de temas “sensíveis” dado o contexto sociopolítico e ainda a necessidade que os jovens manifestaram da necessidade de uma assistente social para a sua orientação, a identificação do profissional de Serviço Social como alguém que os “ouvia”.

A intervenção local no âmbito da população no campo educativo, foi uma outra área de intervenção do Serviço Social. Em 1971, foi realizado um “estudo social por amostragem” - de “levantamento escolar”, em sete dos nove bairros abrangidos pela intervenção da ODPS. Foram usados como fontes documentais do “Estado” – “registos oficiais – “matrículas” e “presenças”. Foi ainda valorizado, a experiência do Serviço

Social, com “crianças em idade escolar [...] nas salas de estudo tradicionais” e as informações obtidas através das famílias.

Pretendia-se elaborar o “levantamento escolar”, nomeadamente, caracterizar as necessidades da população escolar dos Bairros no âmbito da ODPS, no campo das respostas na fase pré-escolar (jardim Infantil) e escolar (salas de explicações), no âmbito global, realizar a avaliação das necessidades sociais do “meio” – comunidade.

O estudo, envolveu as equipas locais de assistentes sociais com intervenção nos Bairros – tendo participado 8 assistentes sociais, a coordenadora da ODPS e ainda “técnicos consultores” com o objetivo de “orientar” e participar na “elaboração final dos dados”. A pesquisa construída pela própria profissão, é reconhecida no Serviço Social Desenvolvimentista, como um movimento de encontro à mudança de paradigma sobre a realidade social. Explorando novos modelos teórico-práticos estes sustentam intervenções inovadoras, visando sobretudo a promoção do bem-estar das comunidades.

A intervenção do Serviço Social nesta problemática, refletirá uma das preocupações da comunidade dos Bairros, nomeadamente a “elevada percentagem de crianças que não terminava dentro da idade prevista a escolaridade obrigatória” - segundo dados recolhidos juntos das famílias e “nalguns relatórios da Obra – 70-71”.

De modo mais estrutural, o Serviço Social questiona a própria “orientação” da política local sobre a “comunidade infantil”, no sentido, em que apesar do contexto socioeconómico “específico”, provavelmente numa referência à situação socialmente desfavorável da comunidade, ainda assim, reconhece ser relevante no processo de mudança, as potencialidades da comunidade – “potencialmente viva”.

O conceito de promoção proposto como central no Documento de Araxá (CBCISS, 1986), não se refere unicamente ao envolvimento das populações, mas à potenciação da capacidade de estas reconhecerem os seus problemas, ou seja, promover é capacitar – uma comunidade “viva” que se mobiliza conscientemente para a mudança social, para a melhoria das condições de vida, sendo que “a importância do processo de conscientização como ponto de partida para a fundamentação ideológica do desenvolvimento global” (CBCISS, 1986 , p.26), terá sido um patamar de um caminho que se iniciou, mas de um processo com outros degraus para subir.

Na problemática das crianças e jovens na fase pré-escolar e escolar, a intervenção do Serviço Social, reconhece a necessidade de compreender a criança e o seu contexto familiar e habitacional, através de várias metodologias as quais permitem abrir o espectro das informações recolhidas. No entanto, a “situação escolar das crianças”, sobretudo no que se refere ao número elevado de crianças que prolongam a escolaridade, é perspectivada pela profissão, não como um problema de cada uma das crianças, mas da comunidade, da sociedade.

A “ponta do iceberg” que traduz a “reprovação” e a “desadaptação” das crianças numa visão estrutural, leva a profissão a questionar a “orientação” da política local, mas vai mais além, coloca a dimensão dos problemas e das necessárias mudanças, no campo das “dimensões sociais e políticas” (Netto, 2001), situando a profissão numa perspetiva desenvolvimentista.

Atendendo às áreas de intervenção da profissão focadas, relembrando os “objetivos operacionais” para a profissão de Assistente social, expressos nos Documentos de Araxá e Teresópolis (CBCISS, 1986), nomeadamente, reconhecer e “tratar” problemas que impeçam a sociedade de atingir padrões económico e sociais que atendam à dignidade humana, identificar problemas que exijam reformas dos sistemas sociais e ainda implementar equipamentos que permitam atingir estes objetivos, a experiência profissional do Serviço Social nos bairros assume claramente a perspetiva desenvolvimentista.

Em jeito de sistematização final, reiteramos a tese que guiou a investigação:

- ✓ Reconhecendo as características estruturais e contextuais dos constrangimentos sociopolíticos nacionais - restrição das liberdades políticas e carácter repressivo do Estado Novo bem como o contexto socio-histórico de resistência da Igreja, local - Diocese do Porto, como marcantes para se criarem as condições da atenção pública para a questão social e urbana dos Bairros Camarários da cidade do Porto;
- ✓ Admitindo a influência dos “novos” movimentos sociais e o efeito da profissão nesses movimentos, bem como o impacto das correntes da Reconceptualização vindas sobretudo do Brasil, as quais abriram perspetivas para o Serviço Social Desenvolvimentista e Crítico em Portugal;

- ✓ Dar visibilidade à profissão de assistente social, e à forma como assumiu nos bairros camarários da cidade do Porto, o compromisso(s) com a participação, conscientização, capacitação social, autonomização e “resistência” das populações, na melhoria das condições urbanas e sociais daqueles territórios, contribuindo para diminuir as assimetrias sociais e económicas, assumindo uma orientação profissional comprometida com o desenvolvimento social – Serviço Social Desenvolvimentista e Crítica do Serviço Social. Assumiu nos seus termos e princípios, a recusa em situar a profissão unicamente no plano técnico - o horizonte foi a pessoa integrada nas relações sociais, na sociedade em geral, articulando as “determinações históricas e estruturais da sua construção e desconstrução” (Faleiros, 2011, p. 179), este patamar terá sido atingido, constituindo a profissão de assistente social nos Bairros Camarários da cidade do Porto, um momento de (re) construção da identidade.

IV

Algumas pistas de pesquisa, foram surgindo ao longo do percurso investigativo as quais não foram prosseguidas por várias ordens de razões: não constituíam objeto da tese, a dificuldade do acesso a fontes primárias quer relativas ao acervo disponível da Obra Diocesana de Promoção Social, quer relativas ao Instituto de Serviço Social. Quanto às entrevistas a dificuldade refere-se ao facto de que o período socio-histórico investigado distar mais de 50 anos, o que condicionou o acesso a atores sobreviventes. No entanto, deixam-se algumas notas para trabalhos futuros, nomeadamente, a comparação com outros projetos de intervenção comunitárias em Portugal ocorridas no mesmo período – décadas de 60 e 70. A comparação com outros contextos urbanos, permitiria compreender o “peso” entre as dimensões estruturais e as dimensões conjunturais – locais, que influenciaram a intervenção nos Bairros da cidade. Através da investigação socio histórica comparativa, poder-se-ia ainda, compreender se em Portugal, nas décadas de 60 e 70, existiu uma linha condutora indiciadora de uma política pública de enfrentamento das desigualdades sociais relacionadas com a questão social e urbana. No artigo “A Construção do Conhecimento no Serviço Social na década de 60 (Branco; Goulão, Marinho & Fonseca (1992), são deixadas pistas e identificadas “experiências significativas da prática de Serviço Social no quadro da ideologia desenvolvimentista”

(p.96), que poderiam constituir objeto de estudo comparativo.

Outra questão, que surgiu como potenciadora para a compreensão da profissão ainda que no mesmo contexto, seria atender ao impacto na profissão, da mudança de regime – pós Estado Novo. Neste sentido, avaliar esse impacto no contexto da intervenção nos bairros da cidade, daria pistas para comparar o antes e o depois do Estado Novo, a década escolhida seria a dos anos 70 – antes e depois da queda do Estado Novo.

Deixa-se uma nota final, quando numa das entrevistas se colocou a questão – O que gostaria que a aparecesse na tese? A resposta foi – “encontrar interrogações, essas interrogações, tem de ser sólida, tem de estar agarrada à terra” (E4, pos.3), o desafio é hercúleo, mas a profissão de assistente social provavelmente também o é!

Bibliografia

- Agarez, R. C. (2018). Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção. In R. C. Agarez (Ed.), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018* (pp. 11-39). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Almeida, J. M. (2004). A oposição caótica ao Marcelismo (1968-1974). *Lusitania Sacra*(16), pp. 273-293. doi:<https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2004.7075>
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. *Lua Nova*, pp. 49-86. doi:<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- Azevedo, A. (2020). Engenheiros e Católicos como Aruatos do Desenvolvimento Industrial no Portugal do Estado Novo (1945-1974). In T. Brandão, *História Biográfica e Intelectual da Ciência e da Tecnologia: Atores, Ideias e Identidades* (pp. 193-213). Lisboa: Instituto de História Contemporânea.
- Bandeirinha, J. A. (2007). *O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi:<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1265-2>
- Barreto, A., & Mónica, M. F. (2002). *Dicionário de História de Portugal - Volume 7*. Lisboa: Figueirinhas.
- Barreto, A., & Preto, C. V. (1996). Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais. In *Cadernos do Público 8*. Lisboa: Público.
- Barreto, J. (2000). O caso do Bispo do Porto em arquivos do Estado: notas de uma investigação em curso. In *Profecia e Liberdade em D. António Ferreira Gomes. Actas do Simpósio* (pp. 119-145). Coimbra: Ajuda à Igreja que sofre.
- Barreto, J. (2003). Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo. In J. Barreto (Ed.), *Religião e Sociedade: Dois Ensaios* (pp. 1-47). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, J. (2004). O marcelismo, a igreja e os católicos. In F. Rosas, & P. Oliveira (Eds.), *A transição Falhada. O marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)* (pp. 137-170). Lisboa: Editorial Notícias.
- Blaikie, N. (2000). Estratégias para responder a questões de investigação. In N. Blaikie (Ed.), *Designing Social Research* (pp. 1-27). Cambridge: Polity Press.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder Simbólico*. Difel.

- Branco, F. (2009). A profissão de assistente social em Portugal. *Locus Soci@l*(3), pp. 61-89.
doi:<https://doi.org/10.34632/locussocial.2009.10160>
- Branco, F. (2016). Assistência Social. In A. Reis, P. B. Santos, & I. Rezola (Eds.), *Dicionário de História de Portugal: o 25 de Abril* (Vol. 1, pp. 223-238). Livraria Figueirinhas.
- Branco, F. (2017). O Serviço Social como elemento substantivo de efectivação da Política Social. *O Serviço Social como elemento substantivo da efectivação da Política Social*, pp. 49-72.
- Branco, F. (2018). Social Work Education: The Portuguese Story in a Local and Global Perspective. *Practice*, 30(4), pp. 271-291.
doi:<https://doi.org/10.1080/09503153.2018.1485144>
- Branco, F., & Fernandes, E. (1999). O Serviço Social em Portugal: Trajetória e encruzilhada. *Revista Intervenção social*, pp. 1-19.
- Branco, F., & Fernandes, E. (2005). Le Service Social au Portugal: trajectoire et enjeux. In J.-P. Deslauriers, & Y. Y. Hurtubise (Eds.), *Le travail social international - elements de comparaison* (pp. 165-186). Québec: Les Presses de l'Université Laval.
- Branco, F., Goulão, F., Marinho, M., & Fonseca, T. (1992). *A Construção do Conhecimento no Serviço Social em Portugal na Década de 60 (Construction of Knowledge in Social Work in Portugal in the Decade of 60)* (Vol. 3). Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.
- Branco, R. (2017). Entre Bismark e Beveridge: Sociedade Civil e Estado Providência em Portugal. *Análise Social*, 52(224), pp. 534-558.
- Brandão, P. R. (2002). *Salazar - Cerejeira a «força» da Igreja: Cartas inéditas do Cardeal-Patriarca ao Presidente do Conselho*. Casa das Letras.
- Cabral, M. V. (1976). Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal. *XII*(48), pp. 873-915.
- Carolo, D. (2006). *A reforma da Previdência Social de 1962 na institucionalização do Estado de Previdência em Portugal*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Carolo, J. A. (2009). *A construção do Estado-Providência em Portugal: evolução da despesa social de 1935 a 2003*. Instituto Superior de Economia e Gestão – GHES.
- CBCISS. (1986). *Teorização do Serviço Social. Documentos Araxá, Teresópolis e Sumaré* (2 ed.). Rio de Janeiro: Agir - CBCISS.
- Champy, F. (2011). *Nouvelle Théorie Sociologique des Professions* (1 ed.). Paris: Press universitaires de France.
- Chamusca, B. (2007). *Obra Diocesana 40 anos de Promoção Social* (1 ed.). Obra Diocesana de Promoção Social.

- Cornejo, B. (2001). O Estado de Mal-Estar social salazarista e a politica social do Estado Novo. *Intervenção Social*, pp. 33-51.
- Cruz, M. B. (1992). As elites católicas nos primórdios do salazarismo. *Análise Social*, 27(116-117), pp. 547-574.
- Cruz, M. B. (1997). As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940. *Análise Social*, 32(143-144), pp. 815-845. doi:<https://doi.org/10.2307/41011290>
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens* (2ª ed.). Bookman.
- Deslauriers, J.-P., & Kérisit, M. (2008). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. In R. Mayer, J.-P. Deslauriers, Á. Pires, J. Poupart, A. Laperrière, & L.-H. Groulx (Eds.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 127-153). Editora Vozes.
- Dias, J. A. (2013). *Nos alvares da Obra Diocesana* (1 ed.). Lusoimpress - Artes Gráficas.
- Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* (Vol. 1). Porto: Figueirinhas.
- Digneffe, F., & Beckers, M. (1997). Do individual ao social: A abordagem biográfica. Em L. Albarello, F. Digneffe, J.-P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy, & P. d. Saint-Georges, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais* (pp. 203-245). Lisboa: Gradiva.
- Domingos, N., & Pereira, V. (2010). *O Estado Novo em Questão* (2 ed.). Edições 70, Lda.
- Faleiros, V. P. (1994). Serviço Social: trajetórias e estratégias. *Intervenção Social*(9), pp. 9-19.
- Faleiros, V. P. (1996). Serviço Social: questões presentes para o futuro. *Serviço Social e Sociedade*, XVI(50).
- Faleiros, V. P. (2011). O que Serviço Social quer dizer. *Serviço Social & Sociedade*(108), pp. 748-761. doi:<https://doi.org/10.1590/s0101-66282011000400010>
- Faria, I. H. (1986). Mulheres agentes de discursos: alguns aspetos das orientações para os significados. *Análise Social*, 22(92/93), pp. 547-555. doi:<https://doi.org/http://www.jstor.org/stable/41010685>
- Fernandes, E., Marinho, M., & Portas, M. (2000). *Universidades Lusíada* (Vol. 22). Lusíada Repositório das Universidades Lusíada.
- Ferraroti, F. (1983). Biography and the Social Sciences. *Research*, pp. 57-80.
- Ferreira, M. E. (2021). Desenvolvimento Comunitário em Portugal nos anos 1960: que participação e significado no Serviço Social Português? In M. V. Iamamoto, & C. M. Santos (Eds.), *A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais* (pp. 319-366). Cortez Editora.

- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica* (1ª ed.). Lisboa: Monitor - Projectos e Edições, Lda.
- Foucault, M. (1966). *Les mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines*. Gallimard.
- Gros, M. C. (1982). *O alojamento social sob o fascismo*. Edições Afrontamento.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional* (1ª ed.). Cortez.
- Leorato, S. (2017). O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social Brasileiro: The movement of reconception of the brazilian sociable job. *Revista Maiêutica Indaial*, 4(1), pp. 25-33.
- Martinelli, M. L. (2003). O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In M. L. Martinelli (Ed.), *Pesquisa Qualitativa: Um instigante desafio* (1ª ed., pp. 19-30). Veras.
- Martins, A. (1995). Génesis, emergência e institucionalização do serviço social português : a escola normal social de Coimbra. *Intervenção Social*(11-12), pp. 17-34.
- Martins, A. (2009). 70 anos de Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia: Da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*(17), pp. 21-44.
- Martins, A. (2017). Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical. *Revista em Pauta*, 15(40), pp. 40-56.
doi:<https://doi.org/10.12957/rep.2017.32722>
- Martins, A. (2021). Processo de Renovação do Serviço Social Português na perspetiva histórico-crítica. In M. V. Iamamoto, & C. (Martins, 2009)M. Santos (Eds.), *A história pelo avesso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais* (pp. 344-366). Cortez Editora.
- Martins, A., & Tomé, R. (2016). Serviço Social português e Serviço Social brasileiro: 50 anos de contribuições históricas. In M. L. Silva (Ed.), *Serviço Social no Brasil: História e resistências e de rutura com o conservadorismo* (1ª ed., pp. 365-388). Cortez Editora.
- Matos, F. L. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956. *Análise Social*, XXIX(127), pp. 677-695. doi:<https://doi.org/10.2307/41011026>
- McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, 82(6), pp. 1212-1241.
- Melucci, A. (1985). The Symbolic Challenge of Contemporary Movements. *Social Research*, 52(4), pp. 789-816. doi:<https://doi.org/http://www.jstor.org/stable/40970398>
- Monteiro, A. (1995). A formação académica dos assistentes sociais: uma restrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no "Estado Novo". *Intervenção Social*, 0(11), pp. 42-76.

- Monteiro, A. (1995). Comentário a formação académica dos assistentes sociais: uma retrospectiva crítica da institucionalização do serviço social em Portugal. *Intervenção Social*, 0(11), pp. 77-80.
- Morris, A. D., & Mueller, C. M. (1992). *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale University Press.
- Negreiros, M. A. (1985a). Trabalho social de comunidades nos bairros Camarários do Porto. *Intervenção Social*, 0(1), pp. 41-54.
- Negreiros, M. A. (1985b). Anos 60 - intervenção em comunidades urbanas. *Intervenção Social*, pp. 31-32.
- Negreiros, M. A. (1999). *O Serviço Social uma profissão em movimento. A dinâmica académica profissional no Portugal pós-74*. Tese de Doutoramento em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Negreiros, M. A. (2014). Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social do Porto. *Intervenção social*, pp. 140-144.
- Netto, J. P. (2001). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora.
- Netto, J. P. (2005). O Movimento de Reconceitualização: 40 anos depois. *Serviço Social & Sociedade*(84), pp. 21-36.
- Pereira, R. (1965). Investigação Social em Portugal: Organismos e Instituições. *Análise Social*, 3(9/10), pp. 160-219.
- Pereira, V. B. (2003). Uma imensa espera de concretizações: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Sociologia*(13), pp. 139-148.
- Pereira, V. B. (2011). A Política de Habitação do Estado e os seus Efeitos Sociais no Porto Contemporâneo: Uma perspetiva sintética e panorâmica. In C. Santos (Ed.), *Família, Espaço e Património* (pp. 547-564). CITCEM.
- Pereira, V. B., & Queirós, J. (2019). Estado, habitação social e reconfiguração da cidade: o caso do Plano de Melhoramento da Cidade do Porto de 1956. In R. J. Ramos, V. B. Pereira, M. R. Moreira, & S. D. Silva (Eds.), *Contexto Programa Projecto Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação* (pp. 56-65). Porto: Universidade do Porto.
- Pereira, V. B., Queirós, J., Silva, S. D., & Lemos, T. C. (2018). Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo. In R. C. Agarez (Ed.), *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018* (pp. 83-117). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Pimentel, I. F. (2001). *História das Organizações Femininas do Estado Novo* (1ª ed.). Temas e Debates.

- Pinto, A. C. (2007). O Estado Novo Português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In F. C. Martinho, & A. C. Pinto (Eds.), *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo* (pp. 24-49). Imprensa de Ciências Sociais.
- Reinharz, S. (1992). *Feminist Methods in Social Research*. Oxford University Press.
- Reis, A., Santos, P. B., & Rezola, M. I. (2018). *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril* (Vol. 1). Porto: Figueirinhas.
- Reis, H. E., & Maurício, C. (2005). Aportaciones para una reflexión en torno al Movimiento de Reconceptualización del Servicio Social en el marco portugués. In N. Alayón (Ed.), *Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. (pp. 253-263). Buenos Aires: Espacio.
- Reisch, M., & Andrews, J. (2002). *The Road Not Taken: A History of Radical Social Work in the United States* (1ª ed.). Routledge.
- Revez, J. (2011). Crise dos Católicos ou Crise do Catolicismo? As Motivações Religiosas da Crítica Católica ao Estado Novo Nas décadas de 60 e 70. In A. M. Ferreira, & J. M. Almeida (Eds.), *Religião e Cidadania: Protagonistas, Motivações e Dinâmicas sociais no Contexto Ibérico* (pp. 149-161). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- Rodrigues, C., & Carolo, D. (2020). A Previdência Social. In J. M. Brito, & P. B. Santos (Eds.), *Os Anos Sessenta em Portugal: Duas governações, diferentes políticas públicas?* (pp. 147-173). Porto: Edições Afrontamento.
- Rollo, M. F. (2007). Marcelo Caetano: política económica e modernização. *Espacio Tiempo y Forma. Serie V Historia Contemporánea*, 0(19), pp. 115-144.
doi:<https://doi.org/10.5944/etfv.19.2007.3152>
- Rosas, F. (2012). *Salazar e o Poder - A Arte de Saber Durar* (1ª ed.). Lisboa: Tinta da China.
- Santos, P. B. (2014). The Question of the Political Organization of Catholics under the Portuguese Authoritarian Regime: The 'Bishop of Porto Case' (1958). *Portuguese Studies*, 30(1), pp. 94-111.
- Santos, P. B. (2016). *A segunda separação. A política religiosa do Estado Novo (1933-1974)* (1ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Saraiva, J. A. (2020). *Estado Novo: A História Como Nunca Foi Contada. Salazar a Queda de Uma Cadeira que Não Existia*. Gradiva.
- Schwandt, T. A. (1994). Constructivist, interpretivist approaches to human inquiry. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 118-137). Sage Publications, Inc.

- Sierra-Tapiro, J. P. (2022). La Reconceptualización del Trabajo Social en Colombia: : análisis histórico-crítico de las décadas de 1960-1970. *Prospectiva. Revista de Trabajo Social e intervención social*(33), pp. 341-347. doi:<https://doi.org/10.25100/prts.v0i33>
- Silva, M. M. (1964). Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal. *Análise Social*, II(7-8), pp. 498-510.
- Simpson, D. (2014). *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista* (1ª ed.). Edições 70.
- Sousa, A. (1963). O Desenvolvimento Comunitário—um método viável na Europa? *Análise Social*, 1(1), pp. 113-118.
- Soydan, H. (2012). Understanding social work in the history of ideas. *Research on Social Work Practice*, 22(5), pp. 468–480. doi:<https://doi.org/10.1177/1049731512441262>
- Tarrow, S. (1992). Mentalities, Political Cultures, and Collective Action Frames: constructing meanings through action. In A. D. Morris, & C. M. Mueller (Eds.), *Frontiers in Social Movement Theory* (pp. 174-201). New York: Yale University Press.
- Tavares, M. (2000). *Movimentos de Mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, P. V. (2008). A "utopia" de D. antónio Ferreira Gomes. *Instituto de Literatura Comparada, Cadernos de Literatura comparada Utopia e Espiritualidade*, pp. 38-53.
- Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise social*, 27(115), pp. 65-89.
- Thompson, N. (2002). Social Movements, Social Justice and Social Work. *British Journal of Social Work*, 32(6), 711-722. doi:<https://doi.org/10.1093/bjsw/32.6.711>
- Tilly, C. (1978). *From Mobilization to Revolution*. McGraw-Hill College.
- Torgal, L. R. (2009). *Estados Novos, Estado Novo* (2ª ed.). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Torgal, L. R., & Paulo, H. (2008). *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vértice. (1973). Assistentes sociais: profissão em crise ou crise do serviço social? *Vértice (Revista da Cultura e de Artes)*, 33(358), pp. 933-939.

Legislação

Decreto-Lei nº 40678, de 10 julho do Ministério da Educação Nacional – Inspeção do Ensino Particular. (1956). Diário do Governo: I série, nº 143. [Decreto-Lei n.º 40678 | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)

Decreto-Lei nº 23052, de 23 de setembro da Presidência do Conselho – Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social. (1933). Diário do Governo: I série, nº 217. [Decreto-Lei n.º 23052 | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)

Decreto-Lei nº 28912, de 12 de agosto do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. (1938). Diário do Governo: I série, nº 186. [11971201.pdf \(diariodarepublica.pt\)](#)

Decreto-Lei nº 40616, de 28 de maio do Ministério das Obras Públicas. (1956). Diário do Governo, nº 108. [Decreto-Lei n.º 40616 | DR \(diariodarepublica.pt\)](#)

Lei nº 2120/1963 da Presidência da República. (1963). Diário do Governo: I série, nº 169. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/2120-1963-693016>

Anexos

Anexo I: Guião Entrevista aplicada a Assistentes Sociais e Fundadores da ODPS

<p style="text-align: center;"><i>Título da Tese</i></p> <p style="text-align: center;"><i>O Serviço Social nos Bairros Camarários do Porto no contexto da Obra Diocesana de Promoção Social. Contributos para a história do Serviço Social nos finais do Estado Novo</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Guião Entrevistas aos/as Assistentes Sociais e Fundadores da Obra Diocesana do Porto</i></p>		
Assuntos	Tópicos/Questões	Observações Entrevistadora
I-Legitimação Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do propósito e delimitação da entrevista ▪ Obtenção do consentimento informado ▪ Autorização de gravação 	Em caso de autorização de gravação deve ser iniciada a gravação com a repetição do pedido de autorização para efeito do seu registo áudio.
II- Génese e itinerário da Obra	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Drivers” na origem da Obra (preocupações sociais e urbanísticas,) ▪ Criação e orgânica de funcionamento ▪ Âmbito e Missão ▪ Principais marcos / fases no itinerário da Obra (relevância dos anos 70) ▪ Relação com a Igreja do Porto e a Igreja Instituição ▪ Relação com a Câmara do Porto ▪ Relação do ISSP com a Obra 	<p>Focar no sentido social e condições sociais que enquadraram a criação da Obra – porque nasce e como se organiza</p> <p>Foco no Plano de Melhoramentos e o realojamento das pessoas que vinham das ilhas</p> <p>Conflito e eleição de novos órgãos sociais</p> <p>Regresso do exílio do Bispo do Porto, o papel de Francisco Sá Carneiro e do Arquiteto Távora</p>
III- A Obra e os Assistentes Sociais: na génese e itinerário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assistentes sociais e movimento de contestação face às linhas de intervenção social da Obra ▪ A Obra Diocesana e o processo (re)construção da identidade da profissão de assistente social 	<p>As assistentes sociais e a resistência face aos órgãos dirigentes da Obra e da Igreja do Porto</p> <p>Intervenção nos bairros e relação com o sentido social da profissão</p>
V. Encerramento da entrevista	<p>Questão final:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gostaria de referir mais algum aspeto sobre a Obra Diocesana ▪ Questionar sobre a possibilidade de acesso a fontes primárias 	Se existir possibilidade de acesso a acervo contratualizar a sua concretização

	<ul style="list-style-type: none">▪ Questionar sobre a possibilidade de indicação de contactos de profissionais para a realização de futuras entrevistas▪ Agradecimento	
--	--	--

Anexo II: Consentimento Informado para a realização das Entrevistas

Protocolo de Consentimento de Participação em Projeto de Pesquisa

Nome Projeto: O SERVIÇO SOCIAL NOS BAIROS CAMARÁRIOS DO PORTO NO CONTEXTO DA OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL. Contributos para a História do Serviço Social nos finais do Estado Novo

Foi convidada/o a participar num estudo de investigação científica conduzida por Teresa Manuela dos Santos Alves, no âmbito do Doutoramento em Serviço Social, enquadrado academicamente pela Universidade Católica de Lisboa e pela Universidade de Coimbra, no âmbito do Projeto de investigação - O SERVIÇO SOCIAL NOS BAIROS CAMARÁRIOS DO PORTO NO CONTEXTO DA OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL. Contributos para a História do Serviço Social nos finais do Estado Novo.

A sua participação é voluntária. Leia por favor a informação em baixo, antes de decidir se vai ou não participar na sessão. Se concordar, pedimos que assine no final, ou que concorde ficando o registo efetuado na gravação da entrevista.

Objetivo do Estudo: O objetivo desta investigação, é identificar e compreender o papel da profissão de assistente social, no contexto sócio histórico das políticas públicas habitacionais dos finais do Estado-Novo (décadas de 60-70), concretamente nos bairros camarários da cidade do Porto no contexto da Obra Diocesana de Promoção Social.

Procedimentos: Será convidada a responder a uma entrevista semiestruturada sobre a intervenção do Serviço Social nos anos de 68-74, nos bairros da cidade do Porto. Eu, de meu nome Teresa Manuela dos Santos Alves, enquanto doutoranda irei assumir uma perspetiva colaborante para qualquer questão que surja ao longo da mesma, sendo o local escolhido de acordo com o interesse e disponibilidade da pessoa entrevistada. Prevê-se e que a entrevista dure 120 minutos, tentando não se prolongar a mesma, nem repetir o processo (nova entrevista).

As entrevistas serão gravadas, sendo que estas serão utilizadas apenas para efeitos de análise das perceções das participantes e servirão apenas como material informativo sem referência às respostas de qualquer pessoa específica.

Tratamento de Dados: O tratamento dos dados obtidos vai garantir o seu anonimato, nunca sendo feito qualquer tipo de uso que possa revelar a sua identidade. Nenhum dado será tornado público sem o seu prévio consentimento. Enquanto investigadora asseguro que qualquer publicação, incluindo a publicação na Internet, nem direta, nem indiretamente, levará a uma violação do anonimato e da confidencialidade acordada.

A recolha e análise de dados estudo serão integradas numa tese de doutoramento, num relatório final que ficará em acesso público no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal. A tese não conterá quaisquer dados pessoais que possam revelar direta ou indiretamente identificar a identidade de uma pessoa singular.

Confidencialidade: Qualquer informação obtida no âmbito do presente estudo que o possa identificar será confidencial e não será divulgada sem a sua prévia permissão.

Todos os dados recolhidos serão armazenados de forma a permitir a conformidade com a legislação portuguesa e da União Europeia relativa à proteção de dados e à privacidade.

Serão tomadas medidas para proteger os dados pessoais contra destruição acidental ou ilícita ou perda acidental, alteração, divulgação ou acesso não autorizado. Os dados serão hospedados em servidores seguros e alojados em salas de servidores fisicamente seguras. Como parte de uma política de mitigação

de riscos, procedimentos de backup de dados e recuperação de desastres serão implementados para proteger os dados.

Eliminação de Dados: No final do projeto, todos os dados pessoais dos participantes serão eliminados.

Recusa em Participar: É inteiramente livre de participar ou não neste estudo. Se se voluntariar para participar no estudo, é livre de se retirar a qualquer momento sem consequências de qualquer tipo. Também é livre de recusar responder a qualquer pergunta ou de participar numa atividade específica.

Riscos Potenciais: O estudo não envolve qualquer risco potencial, quer sejam sociais, legais ou financeiros.

Contexto do Estudo: Este estudo obteve o parecer favorável da Comissão de Ética da Universidade de Coimbra

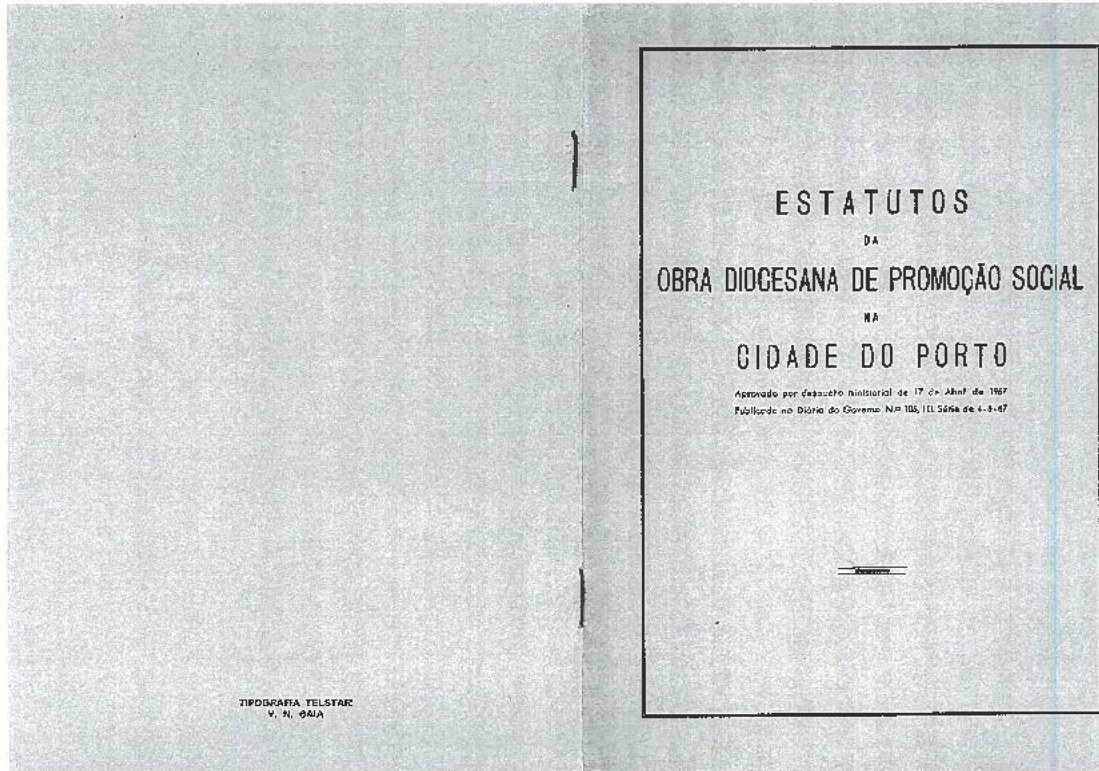
Identificação de Investigadora e do Orientador da Tese de Doutoramento: Se tiver qualquer questão ou apreensão com este estudo, poderá contactar as seguintes pessoas:

- Eu, Teresa Manuela dos Santos Alves, enquanto doutoranda da área científica de Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, como endereço eletrónico tecas41@hotmail.com

- Professor Doutor Francisco Branco, na condição de orientador da doutoranda Teresa Manuela dos Santos Alves, através do endereço do correio eletrónico fnbranco@ucp.pt

Compreendo os procedimentos acima descritos. As minhas questões foram respondidas de forma satisfatória e concordo em participar neste estudo. Foi-me entregue uma cópia deste protocolo.

Anexo III: Estatutos Obra Diocesana de Promoção Social (1967)



ESTATUTOS
DA
OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL
NA
CIDADE DO PORTO

Aprovado por Decreto Ministerial de 17 de Junho de 1967
Publicado no Diário do Governo, N.º 105, III Série de 4-8-67

TIPOGRAFIA TELSTAR
V. N. 041A

ESTATUTOS
DA
OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL
NA
CIDADE DO PORTO

Cap. I — Natureza e fins da Obra

Art. 1.º — Criada por iniciativa do Secretariado de Acção Social da Diocese do Porto, nos termos do artigo 454 do Código Administrativo, a Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto, tem por objectivo promover e orientar todos os trabalhos que visem a formação e valorização individual e social dos grupos humanos em que exercer a sua actividade, dentro da referida cidade, colaborando com estes na resolução dos seus problemas de ordem material, social e espiritual.

Art. 2.º — Na prossecução dos seus fins a Obra procurará ter sempre presente:

- a) A necessidade de desenvolvimento das populações, em vista à constituição das verdadeiras comunidades;
- b) A participação activa das populações na resolução das próprias dificuldades;
- c) O espírito de convivência e solidariedade social como factor decisivo do trabalho em comum, tendente à valorização integral dos indivíduos, das famílias e de mais agrupamentos de cada comunidade;
- d) A natureza unitária da pessoa humana e o respeito pela sua dignidade;
- e) A conveniência de recorrer a equipas de trabalho tècnicamente preparadas e devidamente qualificadas.

Art. 3.º — O seu campo de acção abrangerá todas as iniciativas conducentes à promoção humana do meio em que trabalhar.

Art. 4.º — A acção da Obra será orientada no sentido da integração dos grupos humanos com que trabalha, nas respectivas paróquias.

Cap. II — Da Administração da Obra

Art. 5.º — São órgãos da administração:
Direcção Central
Conselho Técnico Consultivo
Conselho Fiscal

§ único — O mandato dos órgãos da administração será de 3 anos renovável apenas por novo período de 3 anos.

Art. 6.º — A Direcção Central será composta por cinco membros: Presidente, Secretário, Tesoureiro e dois Vogais.

§ único — Um dos membros da Direcção terá o Curso de Serviço Social.

Art. 7.º — Os membros da Direcção Central serão apresentados ao Prelado anualmente, pelo Secretariado Diocesano de Acção Social, para serem por ele confirmados nas suas funções, podendo porém, ser substituídos individual ou colectivamente sempre que as circunstâncias o impuserem.

Art. 8.º — Nenhum dos membros poderá permanecer na Direcção por mais de seis anos consecutivos.

Art. 9.º — Junto da Direcção haverá um Sacerdote responsável, designado pelo Prelado da Diocese que deverá assistir às reuniões da mesma.

Art. 10.º — Compete à Direcção Central dirigir e administrar as actividades da Obra de forma a garantir a realização plena dos

- 4 -

§ único — O Presidente da Direcção Central será também o presidente do Conselho Técnico Consultivo.

Art. 15.º — O Conselho Técnico Consultivo reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e todas as vezes que a Direcção Central o solicitar.

Art. 16.º — Compete ao Conselho Técnico Consultivo tomar conhecimento do Relatório Anual e dar parecer sobre o plano de actividades e sobre quaisquer assuntos que sejam apresentados pela Direcção Central da Obra.

Art. 17.º — O Conselho Fiscal será composto por 3 membros, sendo um designado pelo Secretariado Diocesano de Acção Social e cada um dos restantes, indicados respectivamente pelas entidades que no conjunto dos três anos anteriores tenham concedido maiores participações financeiras à Obra. No caso de recusa daquelas entidades serão os membros do Conselho Fiscal designados pelo Secretariado.

Art. 18.º — Os membros do Conselho Fiscal reunir-se-ão nos primeiros quinze dias após a sua constituição e escolherão entre si um Presidente a quem competirá a direcção e orientação dos trabalhos.

Art. 19.º — São funções do Conselho Fiscal:
a) Examinar sempre que o entenda conveniente, a escrita e os serviços de tesouraria da Obra;
b) Dar o parecer sobre os orçamentos e contas da Obra.

Art. 20.º — O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos uma vez em cada ano e sempre que o seu Presidente o julgar conveniente.

Cap. III — Do Trabalho Local

Art. 21.º — Entende-se por trabalho local a acção directa, realizada junto da população de determinadas zonas em ordem à formação de verdadeiras comunidades.

- 6 -

fins previstos nos presentes estatutos, designadamente:

- a) Colaborar com o Secretariado Diocesano nos assuntos que estejam dentro das finalidades da Obra,
- b) Traçar em linhas gerais cada ano, o programa das actividades a desenvolver, tornando-o presente ao Secretariado Diocesano de Acção Social;
- c) Determinar com a prévia concordância do Prelado e das entidades tutelares, a área dos grupos humanos, junto dos quais a Obra deverá exercer a sua acção;
- d) Contratar o pessoal necessário à prossecução dos objectivos da Obra.

Art. 11.º — Compete em especial ao Presidente:

- a) Dirigir os trabalhos da Direcção e velar pela execução das suas deliberações;
- b) Representar a Obra;
- c) Assinar a correspondência e visar os documentos de Tesouraria.

§ único — Nas suas faltas e impedimentos o Presidente será substituído pelo Secretário.

Art. 12.º — Compete ao Secretário manter devidamente organizados todos os registos e processos de correspondência, assim como o livro de actas.

Art. 13.º — Compete ao Tesoureiro velar pela organização de toda a contabilidade da Obra e pela elaboração de orçamentos e do relatório anual de contas.

Art. 14.º — Para fazer parte do Conselho Técnico Consultivo serão convidados representantes do Instituto de Assistência à Família, Câmara Municipal do Porto, Governo Civil, Instituto Maternal, Delegação de Saúde, Delegação Escolar e outras entidades oficiais e particulares designadas pelo Secretariado Diocesano de Acção Social, totalizando o máximo de dez elementos.

- 5 -

Art. 22.º — Para cada zona, o Prelado designará um Sacerdote para colaborar no trabalho local.

Art. 23.º — A actuação local será realizada por representantes da comunidade, tendo o apoio de uma equipa de técnicos e voluntários, orientados, sempre que possível por um assistente social.

Cap. IV — Das Receitas

Art. 24.º — Constituem receitas da Obra, os subsídios a ela atribuídos pelas entidades oficiais ou particulares, como os subsídios, donativos ou auxílios pecuniários que a Diocese ou as suas organizações à sua disposição.

Cap. V — Disposições Gerais

Art. 25.º — Não podem ser propostas alterações aos presentes estatutos sem prévia autorização do Prelado Diocesano.

Art. 26.º — A extinção da Obra por iniciativa própria carece de consentimento do Prelado da Diocese.

Art. 27.º — Se a Obra vier a ser extinta, os seus bens, liquidados e satisfeitos todos os encargos existentes, serão destinados a qualquer fim social de harmonia com a lei aplicável, salvo aqueles que tiverem destino especial por determinação prévia do seu doador ou testador.

Anexo IV: Plano de Melhoramentos na cidade do Porto (Decreto-Lei nº 40 616)

28 DE MAIO DE 1956

629

§ 1.º O Conselho Superior Judiciário poderá determinar um acréscimo na percentagem da distribuição de processos aos 9.º e 10.º juízos correcionais de Lisboa, cujos juízes não são, em regra, vogais de tribunais colectivos.

§ 2.º Os dois juízos correcionais criados por este decreto-lei só serão constituídos depois de deliberação do Conselho Superior Judiciário que reconheça a possibilidade de instalação conveniente das respectivas secções.

Art. 10.º É criado um lugar de delegado do procurador da República junto de cada novo juízo correcional.

Art. 11.º Logo que o 9.º e o 10.º juízos correcionais sejam postos a funcionar ficará extinto o lugar de juiz do Tribunal de Polícia da Comarca de Lisboa, criado pelo artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 37 047, de 7 de Setembro de 1948.

Art. 12.º Para efeitos do disposto no n.º 3.º do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 37 047, de 7 de Setembro de 1948, o desembargador presidente do plenário criminal será substituído, durante as férias judiciais, pelo juiz de turno no tribunal civil.

Art. 13.º São integradas no julgado municipal de Nordeste, comarca da Povoação, as freguesias de Achada e Achadinha, do concelho de Nordeste, distrito de Ponta Delgada.

Art. 14.º Os encargos resultantes do presente diploma, na parte relativa ao Orçamento Geral do Estado, serão suportados no corrente ano económico pelas disponibilidades dos artigos 94.º e 107.º do orçamento do Ministério da Justiça.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Maio de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Repartição do Gabinete

Decreto-Lei n.º 40 614

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro do Exército a permitir o regresso à actividade do serviço aos oficiais na situação de reserva que, em caso de guerra ou grave emergência, se tenham oferecido para o comando de tropas em campanha e se tenham notabilizado no mesmo comando ou em serviços da respectiva especialidade técnica.

Art. 2.º É condição indispensável de reingresso na actividade do serviço satisfazerem os abrangidos aos limites de idade para cada posto e às condições de aptidão física exigidas pela lei.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Maio de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António

Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

MINISTÉRIOS DO EXÉRCITO E DAS OBRAS PÚBLICAS

Decreto n.º 40 615

Considerando que por intermédio da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi adjudicada a José Alves Reis e António Baptista Malheiro a empreitada designada por «Construção dos edifícios do aquartelamento, da cavalaria-picadeiro, da casa da guarda e da garagem para o Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços»;

Considerando que para execução de tais obras, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, que abrange o ano económico de 1956 e parte do de 1957;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a celebrar contrato com os empreiteiros José Alves Reis e António Baptista Malheiro para execução da empreitada designada por «Construção dos edifícios do aquartelamento, da cavalaria-picadeiro, da casa da guarda e da garagem para o Instituto de Altos Estudos Militares, em Pedrouços», pela importância de 3:995.460\$50, que, somada às despesas de administração da obra, perfaz a importância total de 4:195.233\$50.

Art. 2.º Seja qual for o valor dos trabalhos a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despender com pagamentos relativos ao encargo indicado no artigo antecedente mais do que as importâncias a seguir discriminadas:

No ano económico corrente	1:050.000\$00
No ano económico de 1957	3:145.233\$50
	<hr/>
	4:195.233\$50

§ único. A verba a despender em 1957 poderá ser acrescida do saldo que, porventura, se verificar existir em 1956.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Maio de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Fernando dos Santos Costa — António Manuel Pinto Barbosa — Eduardo de Arantes e Oliveira.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro

Decreto-Lei n.º 40 616

1. Desde há muito que está reconhecida a importância de ordem moral, social e política do problema das ilhas do Porto.

Já em 1884 o professor Ricardo Jorge, nas suas conferências sobre higiene social, considerava a profusão dos «alvéolos imundíssimos das ilhas, húmidos e lóbregos, sem ar e sem luz», onde se abrigava mais de um sexto da população da cidade, em grande parte responsável pelas elevadíssimas taxas de mortalidade, a par da carência de água potável e da inexistência da limpeza urbana e de esgotos públicos.

A mortalidade geral chegava a atingir nas médias anuais a percentagem 3,5 por cento, cabendo mais de metade à população infantil. Em cada mil crianças que nasciam no Porto morriam no primeiro ano de vida duzentas e trinta e seis, o que levava o ilustre higienista a afirmar: «Pelas ilhas há verdadeiros morticínios de Herodes; os inocentes caem a oito».

2. Viu a cidade do Porto resolvidos sucessivamente com felicidade desde então os problemas fundamentais do abastecimento de água potável, da limpeza urbana e — através de vicissitudes conhecidas, que duraram até há relativamente poucos anos — o do saneamento público.

Quanto ao problema das ilhas, porém, se é certo que o enorme progresso operado nas condições gerais da higiene da cidade se traduziu no adocamento das suas mais cortantes arestas, pode dizer-se que persistiu praticamente irresoluto até aos nossos dias, não obstante os esforços desenvolvidos através de gerações sucessivas.

Os primeiros vestígios registados destes esforços datam de épocas remotas do século passado. Mas só em 1899, no auge da peste bubónica, foram encaradas medidas de valor prático, com a iniciativa do jornal *O Comércio do Porto*, mais tarde repetida por duas vezes, da construção por subscrição pública de um bairro de casas para operários.

As administrações camarárias posteriores a esta época crítica procuraram adoptar orientação semelhante, chamando a si a tarefa da construção de alojamentos para as famílias mais necessitadas e demolindo casas das ilhas. Todavia, enquanto tiveram de limitar-se aos recursos do erário municipal não foi muito significativa a sua obra. Até 1926 os bairros ou colónias municipais entregues à cidade somaram apenas duzentas e vinte e sete habitações, alojando pouco mais de mil pessoas.

O Estado, pelo seu lado, desde meados do século XIX que, com uma ou outra providência legislativa, tentava fomentar — aliás, sem êxito prático, de um modo geral — a construção de habitações para as classes pobres. Constituiu ponto singular a promulgação do Decreto n.º 4137, de 24 de Abril de 1918, ao abrigo do qual o Governo se propunha realizar um esforço decidido para o desaparecimento dos bairros «infectos e lúgubres» de Lisboa e do Porto, e de cuja aplicação resultou para esta última cidade a construção do Bairro Sidónio Pais.

Apesar, porém, dos clamores públicos cada vez mais repetidos no sentido de uma enérgica acção tendente à demolição das ilhas esta iniciativa tão prometedora do Governo perdeu-se na desorientação política que sobreviveu.

3. Só a partir de 1926 o problema da habitação das classes necessitadas voltou a figurar útilmente no rol das principais preocupações do Governo.

Data de 1933 a legislação que criou a solução portuguesa da moradia de propriedade resolúvel, reproduzida desde então nos milhares de casas económicas construídas por todo o País.

Juntaram-se-lhes as casas para pescadores, as moradias para famílias pobres e as habitações de renda económica e de renda limitada, em multiforme tradução

do decidido propósito do Governo de enfrentar o problema habitacional, especialmente no sector das classes de menores recursos, através da sua actuação directa, da sua ajuda e do seu estímulo.

A envergadura da obra realizada em todo o País dá a medida do acerto e do êxito da orientação seguida, a que o Porto fica devendo os numerosos agrupamentos de habitações alegres e higiénicas que, sobretudo para benefício das famílias mais modestas, foram construídos e estão em construção na cidade.

4. No estabelecimento dos programas de habitações para a cidade do Porto teve o Governo sempre presente o problema dos seus bairros insalubres.

Todavia, outras necessidades de alojamento, avolumadas pelo próprio surto de desenvolvimento da cidade, reclamaram a maior parte das disponibilidades de novas habitações e não permitiram, assim, o progresso desejado no sentido da gradual demolição daqueles bairros.

Por outro lado, a experiência municipal da beneficiação das ilhas, com o limitado objectivo de remediar as suas mais graves deficiências higiénicas, trouxe, de facto, alguma atenuação do problema, na modesta escala em que pode desenvolver-se. Revelou-se, porém, solução nitidamente precária e insusceptível de generalização e confirmou definitivamente a necessidade de serem postas em prática medidas de demolição maciça desses bairros, altamente impróprios para habitação humana.

5. Em resumo, inegável como é a melhoria sensível operada, forçoso se torna reconhecer que o problema das ilhas do Porto, tendo logrado resistir aos esforços até agora desenvolvidos para a sua resolução, continua a apresentar-se com aspectos prementes, porventura avivados pelo contraste cada vez mais forte destas manchas de grave deficiência habitacional na fisionomia geral da cidade, à medida que encontram satisfação os seus legítimos anseios de progresso.

Torna-se assim indispensável — independentemente do prosseguimento e da intensificação, na medida do possível, da actividade desenvolvida até agora em benefício das exigências habitacionais da cidade no seu conjunto — consagrar à resolução do problema específico das ilhas novo e decidido esforço, ajustado à envergadura da tarefa e ao propósito da sua execução em prazo limitado.

Com este objectivo elaborou o Governo, com a diligente colaboração da Câmara Municipal do Porto, o plano que o presente diploma põe em execução e que tem por base a construção no prazo de dez anos de um mínimo de seis mil habitações, expressamente destinadas a outras tantas famílias actualmente moradoras nas ilhas e bairros insalubres de natureza semelhante existentes na cidade.

Ficam, do mesmo passo, estabelecidas disposições que habilitam a Câmara Municipal a promover a demolição imediata das casas devolutas ou a impor a execução das obras de transformação radical necessárias — nos casos excepcionais em que um rigoroso julgamento demonstre a possibilidade de sobrevivência dessas casas para fins de habitação e não resultem comprometidas as exigências de remodelação urbanística das áreas em que se situam.

Os meios financeiros postos à disposição da Câmara Municipal para a realização deste programa foram objecto de estudo minucioso, no qual se teve em consideração a necessidade de garantir, por um lado, valores das rendas a cobrar pelo Município compatíveis com a situação económica dos agregados familiares interes-

sados; por outro lado, uma limitação do contributo das finanças camarárias, de forma a torná-lo comportável pelos recursos ordinários do seu erário, sem prejuízo da actividade normal que terá de continuar a ser desenvolvida sem qualquer atenuação.

6. As novas casas, reunidas em pequenos prédios, deverão constituir agrupamentos ou núcleos bem distribuídos na área da cidade e dotados de instalações para fins sociais, em obediência a projectos aprovados pelo Governo. Considera-se condição muito importante a integração destes núcleos em unidades urbanas correctamente organizadas, dispondo de todo o equipamento exigido pelas zonas residenciais e em que as diversas classes sociais estejam representadas em doseamento satisfatório, pelo menos na fase final da sua urbanização.

A realização do programa de habitações surge assim estreitamente relacionado com a resolução de outro problema também de reconhecida importância para o futuro da cidade do Porto, do qual se ocupa a segunda parte do plano definido por este decreto-lei. Diz esse problema respeito à criação de zonas de expansão, a submeter a planos de urbanização de conjunto cuidadosamente estudados, dentro da disciplina geral do plano regulador já aprovado pelo Governo.

Como regra, irão integrar-se nestas novas zonas urbanas os núcleos de habitações a construir. Para além deste objectivo, porém, deverão ser mobilizadas as áreas necessárias para se tornar possível a consideração no seu verdadeiro plano das exigências do desenvolvimento e do progresso de uma grande urbe como o Porto e o preenchimento das condições indispensáveis para o seu crescimento correcto e ordenado e para o descongestionamento gradual das suas áreas centrais, tão densamente ocupadas actualmente.

Para que estes fins possam ser atingidos terá a Câmara Municipal de exercer intervenção muito directa em todas as fases da formação das novas zonas.

É particularmente indispensável que chame à sua posse, pelos meios que a lei prevê para este efeito, a maior extensão possível dos terrenos livres ou precariamente ocupados a integrar nestas zonas, para os devolver depois de urbanizados à actividade das entidades interessadas na edificação da nova cidade.

Só desta forma a Câmara Municipal poderá desempenhar-se satisfatoriamente da responsabilidade inalienável da realização de uma sã política de urbanização, inflexivelmente orientada para a preponderância do interesse geral.

Só assim também a administração camarária poderá encontrar maneira de fazer face aos pesados encargos da transformação urbanística de que o Porto tão nitidamente carece e ao *deficit* proveniente da subvalorização forçada dos terrenos destinados às habitações de rendas baixas a construir.

7. Não carece de justificação a inclusão no plano a que se refere o presente diploma da remodelação das áreas que vão ficar libertas das *ilhas* actuais, muitas delas situadas em pleno coração da cidade.

A acção da iniciativa particular não bastaria para este fim, porquanto o empreendimento não pode oferecer o atractivo do lucro na maior parte dos casos, necessário como é consignar grande parte dessas áreas à formação de espaços definitivamente livres para logradouro da cidade.

Prevê finalmente o plano aprovado por este decreto-lei a urbanização da zona do Campo Alegre, velha e bem justificada aspiração do Porto que, com a construção da nova ponte sobre o Douro e a necessidade de

assegurar a sua conveniente ligação ao centro urbano e de proporcionar à grande obra de arte um enquadramento condigno, encontra a sua hora de realização.

8. A importância das medidas promulgadas por este diploma e o cuidado com que foram estabelecidas as condições necessárias para se efectivar dão ao Governo a convicção de que a cidade do Porto irá enfrentar uma oportunidade de valorização porventura não igualada até agora.

Não se subestimam a intensidade e a qualidade do esforço que para que esta oportunidade possa ser integralmente aproveitada terá de ser desenvolvida pela administração municipal, à qual vai ser exigido o melhor da sua dedicação e da sua capacidade realizadora. O Governo continuará, entretanto, a não lhe regatear o seu apoio e certamente não lhe faltarão também o estímulo e a colaboração indispensáveis da população da cidade em cujo benefício directo irá trabalhar.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovado o plano de melhoramentos de 1956 para a cidade do Porto a executar pela Câmara Municipal do Porto nos termos do presente decreto-lei.

Art. 2.º O plano de melhoramentos compreende:

A) Habitações:

Construção no prazo de dez anos, a partir de 1 de Janeiro de 1957, de prédios urbanos com a capacidade mínima de alojamento de 6000 fogos, de rendas módicas, destinados exclusivamente a habitação das famílias provenientes das construções a demolir ou a beneficiar de harmonia com o disposto no n.º 2 da alínea seguinte.

B) Urbanização:

1. Criação de zonas de expansão que permitam a realização das construções previstas na alínea A), facilitem o desenvolvimento normal da cidade e atendam à necessidade de descongestionamento das suas zonas centrais.
2. Demolição das construções que sejam condenadas nos bairros denominados *ilhas* e noutros considerados insalubres, remodelação urbanística das respectivas áreas e beneficiação dos prédios que possam subsistir.
3. Urbanização da zona do Campo Alegre, coordenada com a construção pelo Estado da nova ponte sobre o Rio Douro e das respectivas artérias de acesso a incluir na rede de estradas nacionais.

Art. 3.º O Estado comparticipará dos encargos a assumir pela Câmara Municipal com a construção dos núcleos de prédios referidos na alínea A) do plano, aquisição e urbanização dos respectivos terrenos e construção dos centros sociais que estejam previstos para os diferentes núcleos através da concessão:

- a) De um subsídio não reembolsável do Tesouro, no montante de 4.1 000 contos;
- b) De um subsídio reembolsável do Tesouro, no montante de 100 000 contos;
- c) De uma comparticipação pelo Fundo de Desemprego, no montante de 50 por cento dos encargos não cobertos pelos referidos subsídios, até ao limite global de 40 000 contos.

§ 1.º Os subsídios a conceder pelo Tesouro serão distribuídos por dez anuidades iguais, a inscrever no or-

gamento da despesa extraordinária do Ministério das Obras Públicas em cada um dos anos do prazo fixado para a realização da alínea A) do plano.

§ 2.º Será inscrita anualmente no orçamento do Fundo de Desemprego, durante o mesmo prazo, a importância do respectivo escalão da comparticipação, até ao montante de 4000 contos, acrescido das diferenças para este valor acumuladas nos anos anteriores.

§ 3.º A importância dos subsídios inscritos no Orçamento Geral do Estado deverá ser posta à disposição da Câmara Municipal do Porto mediante simples despacho do Ministro das Obras Públicas e através de folha processada pela Secretaria-Geral do Ministério.

§ 4.º A amortização do subsídio reembolsável do Tesouro será efectuada pela Câmara Municipal em trinta anualidades, à taxa de juro de 4 por cento, a partir do ano seguinte ao do termo do prazo de execução fixado para a alínea A) do plano.

§ 5.º Serão utilizadas as receitas ordinárias do Estado na cobertura do subsídio reembolsável do Tesouro e o reembolso de capital e juros serão escriturados, quando da sua efectivação, também em receita ordinária, no capítulo «Reembolsos e reposições» e na rubrica «Reembolso do subsídio concedido à Câmara Municipal do Porto nos termos do Decreto-Lei n.º 40 616».

Art. 4.º Para poder fazer face às despesas de expropriações e urbanização das nove zonas em execução da alínea B) do plano fica a Câmara Municipal autorizada a contrair na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência um empréstimo até ao montante global de 80 000 contos, a taxa de juro não superior a 4 por cento, amortizável em vinte anos a partir do encerramento do período de utilização.

Art. 5.º O Município do Porto efectuará no prazo de um ano a cedência ao Estado, pela importância de 8400 contos, da sua propriedade designada por «Quinta Burmester» e das demais parcelas reservadas no plano de urbanização da zona de Campo Alegre aprovado pelo Governo para ampliação das instalações universitárias existentes nesta zona e implantação da nova ponte sobre o Douro e artérias de acesso a construir pelo Estado.

§ único. O Ministro das Finanças inscreverá no Orçamento Geral do Estado as verbas necessárias para a liquidação ao Município da importância fixada neste artigo, com o seguinte escalonamento:

1957 — 2400 contos.

1958 a 1960 — 2000 contos em cada ano.

Art. 6.º Os prédios para habitação a construir pela Câmara Municipal nos termos do artigo 2.º obedecerão a planos de urbanização e a projectos-tipo a aprovar pelo Ministro das Obras Públicas, elaborados de harmonia com as disposições aplicáveis do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, sem prejuízo das rigorosas condições de economia de realização inerentes ao objectivo de modicidade das rendas.

§ único. Os prédios poderão ser associados em núcleos a distribuir pelas diferentes regiões da cidade, devendo situar-se quanto possível na proximidade dos locais de trabalho ou, pelo menos, em situação de fácil acesso a esse locais e, de preferência, nas novas zonas a urbanizar em conformidade com a alínea B) do plano.

Art. 7.º As habitações serão atribuídas a título precário, mediante licença passada pela Câmara Municipal, no regime estabelecido no Decreto n.º 35 106, de 6 de Novembro de 1945, na parte aplicável.

Art. 8.º Os valores médios das rendas a cobrar pela Câmara Municipal serão fixados em face de estudo económico a elaborar para cada agrupamento, sujeito

a aprovação dos Ministros das Finanças e das Obras Públicas.

Art. 9.º Os prédios construídos ao abrigo deste decreto-lei são isentos de contribuição predial e de quaisquer impostos e taxas durante quinze anos, a contar da data em que se ultimar a sua construção.

Art. 10.º A medida que forem sendo transferidas para novas habitações as famílias moradoras em casas de *ilhas* ou bairros insalubres o presidente da Câmara Municipal, mediante vistoria realizada por três peritos, por ele nomeados, sendo um o delegado de saúde ou seu representante, determinará, quanto aos prédios devolutos não incluídos em zonas de demolição, a execução das obras de reparação e beneficiação necessárias para corrigir as más condições de salubridade, solidez ou segurança contra incêndios.

§ 1.º Quando se reconhecer, todavia, que os prédios devolutos não são susceptíveis de adquirir as condições mínimas de habitabilidade exigíveis, ou quando as obras para esse fim necessárias não forem iniciadas ou concluídas nos prazos marcados, o presidente da Câmara Municipal poderá ordenar a sua demolição.

§ 2.º Se o proprietário não começar as obras de demolição ou as não concluir dentro dos prazos marcados pela Câmara, poderá esta entrar na posse do prédio para o efeito de mandar proceder à execução das demolições por conta do proprietário.

§ 3.º No caso previsto no parágrafo anterior serão contabilizadas especialmente as despesas que a Câmara efectuar com a execução directa, e a certidão que for extraída dessa conta constituirá título executivo para o efeito da respectiva cobrança judicial.

Art. 11.º Os prédios desocupados pelas famílias transferidas para as novas habitações não poderão voltar a ser habitados, qualquer que seja o título invocado, sem nova licença para habitação.

§ único. A infracção do disposto neste artigo implicará o imediato despejo da habitação, ordenado sumariamente pelo presidente da Câmara, ficando o inquilino com direito a uma indemnização correspondente a cinco anos de renda, mas nunca inferior a 5.000\$, a pagar pelo proprietário, salvo se este facultar ao inquilino, no prazo de dez dias, outra habitação satisfatória.

Art. 12.º São declaradas de utilidade pública urgente as expropriações necessárias à realização do plano aprovado pelo presente decreto-lei, mediante aprovação em Conselho de Ministros dos planos gerais das zonas a urbanizar ou a remodelar.

Art. 13.º Os preços das aquisições e as indemnizações a que houver lugar serão fixados por arbitragem, por comissões constituídas por dois árbitros permanentes e um terceiro designado para cada prédio por escolha do respectivo proprietário.

§ 1.º Os árbitros permanentes serão designados um pelo Ministro das Obras Públicas e outro pelo presidente da Relação do Porto.

§ 2.º As decisões serão tomadas por maioria; mas não se obtendo uma decisão arbitral por unanimidade ou maioria valerá como tal a média aritmética dos laudos que mais se aproximarem.

§ 3.º Do resultado da arbitragem será sempre lavrado auto pelos três árbitros.

Art. 14.º Compete à Câmara Municipal do Porto promover a constituição e funcionamento das comissões de arbitragem.

§ 1.º Os proprietários serão notificados, por ofício enviado sob registo e por anúncios publicados em dois dos jornais mais lidos do Porto, para designarem os seus árbitros e estes avisados, em carta registada, do dia e da hora certos em que terá lugar a avaliação.

§ 2.º Se o proprietário for incerto, incapaz ou ausente, se não provar a qualidade em que foi notificado, se não designar árbitro ou este não comparecer, e, de um modo geral, em todos os casos em que surjam dúvidas ou dificuldades consideradas insuperáveis ou dilatórias, será o respectivo árbitro indicado pelo ajudante do procurador da República junto das varas cíveis da comarca do Porto.

§ 3.º Nos casos previstos no parágrafo anterior a Câmara Municipal poderá, efectuada a arbitragem, requerer que a posse do prédio lhe seja conferida nos termos do § 1.º do artigo 18.º, desde que requeira simultaneamente vistoria *ad perpetuam rei memoriam*, para efeitos de eventual recurso.

Art. 15.º A fixação da indemnização pelas comissões de arbitragem será feita de harmonia com os critérios estabelecidos na Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948, e Decreto n.º 37 758, de 22 de Fevereiro de 1950.

Art. 16.º A Câmara Municipal notificará o resultado da arbitragem ao expropriado, por meio de carta registada, com aviso de recepção, e aos demais interessados, por meio de notificação judicial avulsa, fornecendo sempre cópia do auto de arbitragem, salvo nos casos previstos no § 2.º do artigo 14.º, em que a notificação será feita ao ajudante do procurador da República.

§ único. Consideram-se interessados as entidades indicadas no artigo 5.º do Decreto n.º 37 758.

Art. 17.º Se a Câmara Municipal e o expropriado concordarem com o valor atribuído ao prédio, proceder-se-á pela forma estabelecida nos artigos 7.º a 10.º do Decreto n.º 37 758.

Art. 18.º A Câmara Municipal, o expropriado e os outros interessados, caso se não conformem com o resultado da arbitragem, podem recorrer para o tribunal da comarca da situação do prédio, no prazo de oito dias, contados, respectivamente, da data do auto de arbitragem, da data em que tiver sido recebida a carta registada a que se refere o artigo 16.º e da data da notificação.

§ 1.º Neste caso terá aplicação o disposto nos artigos 24.º e seguintes do Decreto n.º 37 758, devendo a posse dos prédios ser conferida à Câmara Municipal logo que esta depositar a importância fixada na arbitragem, nos termos do § 1.º do artigo 36.º do decreto em referência.

§ 2.º O expropriado poderá ainda servir-se do recurso para requerer a expropriação total do prédio, nos termos do artigo 15.º do mesmo decreto, na parte aplicável.

Art. 19.º Os registos relativos à transmissão dos prédios para o Município do Porto nos termos deste decreto-lei, bem como os que se mostrem necessários para os tornar possíveis, serão efectuados nas conservatórias do registo predial com preterição dos demais, dentro dos oito dias imediatos ao da apresentação do respectivo requerimento.

Art. 20.º As transmissões feitas ao abrigo deste decreto-lei ficam isentas de sisa.

Art. 21.º São aplicáveis as disposições gerais das leis e regulamentos relativos a expropriações por utilidade pública em tudo que não estiver especialmente estabelecido neste decreto-lei.

Art. 22.º É criado na Câmara Municipal do Porto, a título eventual e na dependência do presidente, um serviço técnico de execução do plano de melhoramentos de 1956, designadamente no que respeita à preparação dos programas de trabalho, à elaboração dos projectos, à aquisição e expropriação de propriedades e à direcção e fiscalização das obras.

§ único. Logo que esteja concluída a execução da parte do plano referida na alínea A) do artigo 2.º será extinto o serviço criado por este artigo.

Art. 23.º O presidente da Câmara Municipal do Porto poderá contratar ou assalariar o pessoal técnico, administrativo e menor necessário ao funcionamento do serviço de execução do plano, nos termos e com as remunerações que forem aprovadas pelo Ministro do Interior, ouvido o Ministro das Obras Públicas.

Art. 24.º As funções técnicas do serviço, incluindo as de director, poderão, quando nisso houver vantagem, ser exercidas por funcionários dos quadros permanentes da Câmara Municipal do Porto, escolhidos pelo presidente da Câmara, aos quais será atribuída a gratificação que for fixada nos termos do artigo anterior.

§ único. Quando se verifique a impossibilidade ou inconveniência de exercício cumulativo das funções os funcionários poderão ser destacados para o novo serviço e substituídos interinamente pelo tempo que nele forem necessários.

Art. 25.º Quando houver conveniência, poderá o presidente da Câmara autorizar, com dispensa de quaisquer formalidades, que a elaboração dos projectos ou a fiscalização das obras seja feita em regime de prestação de serviço.

Art. 26.º As despesas com a elaboração dos projectos, direcção e fiscalização das obras para execução da parte do plano referida na alínea A) do artigo 2.º, incluindo o respectivo pessoal e material, serão levadas à conta dessas obras até ao limite de 3 por cento do seu custo.

Art. 27.º Fica a Câmara Municipal do Porto autorizada a municipalizar o serviço de administração e conservação dos prédios construídos ao abrigo deste decreto-lei e de outros destinados à habitação de que seja proprietária.

§ 1.º As despesas de administração não poderão exceder a percentagem de 5 por cento das rendas cobradas.

§ 2.º Os saldos de gerência destinar-se-ão ao financiamento de novos programas de construção de habitações de rendas módicas a aprovar pelo Governo.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 28 de Maio de 1956. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varella — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — Henrique Veiga de Macedo.

Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos

Decreto n.º 40 617

Considerando que no decurso da construção da ponte do Vau da Granja, sobre o rio Mondego, e respectivas rampas de acesso, adjudicada a Alberto Gaspar & C.ª, L.ª, de harmonia com o Decreto n.º 40 284, de 16 de Agosto de 1955, se reconheceu a necessidade de alterar as características das estacas de fundação previstas no projecto;

Considerando que aquela variante acarreta um aumento de despesa de 222.209\$ e a necessidade de se ampliar o prazo para a conclusão da obra até 31 de Agosto de 1957;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Anexo V: Regulamento das Habitações Administrativas pelo Plano de Melhoramentos

5. - LEGISLAÇÃO BAIRROS CAMARÁRIOS

- 63 -

5.1-REGULAMENTO DAS HABITAÇÕES ADMINISTRATIVAS

PELO PLANO DE MELHORAMENTOS

Art.º 1.º Sem prejuízo dos direitos adquiridos pelos moradores do Bloco da Rua Duque de Saldanha, ao abrigo do Regulamento de 12 de Dezembro de 1940, e do estatuido nos artigos 1.º 2.º 3.º do Regulamento para ocupação das Casas para Famílias Pobres, de 8 de Julho de 1947, a fruição das casas sob a administração da Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramentos passa a reger-se pelo presente Regulamento.

Art.º 2.º - As casas a que se refere este Regulamento destinam-se exclusivamente à habitação, pelo que nelas não poderão ser exercidas actividades comerciais ou industriais.

§ único O exercício de profissões liberais ou o trabalho artesanal nas habitações carece de autorização, livremente revogável, do Presidente da Câmara.

Art.º 3.º - Constituem encargos da Câmara as despesas com a conservação e limpeza periódica das habitações.

§ único - Não estão abrangidas pelo corpo deste artigo as despesas com a substituição de vidros e quaisquer outras provocadas por culpa ou negligência dos moradores.

Art.º 4.º - É vedado aos moradores concessionários proceder, sem autorização, a obras ou instalações que modifiquem as condições de utilização das habitações sob pena da aplicação da multa de 50\$00 a 500\$00, independentemente do desalojamento a que possa dar causa, nos termos do art.º 10.º, §1.º, N.º4.

§ 1.º - As benfeitorias, quando autorizadas, não poderão ser retiradas finda a ocupação, se fizerem parte integrante do prédio.

§ 2.º - Só poderão ser autorizadas as benfeitorias que não façam parte integrante desde que o ocupante deposite previamente na Tesouraria a importância fi-

xada pelos Serviços, como custo provável da reposição no estado inicial da parte alterada.

Art.º 5.º - A ocupação das habitações é concedida a título precário através de licença passada sob a forma de alvará.

§ 1.º - O alvará é concedido mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara pelo Chefe de família, dele devendo constar o nome, idade, profissão, salário e outros proventos relativamente a cada uma das pessoas que constituem o agregado familiar e bem assim o grau de parentesco com o chefe de família.

§ 2.º - Sempre que as circunstâncias o permitam poderá o Presidente da Câmara autorizar a transferência para outra habitação, a pedido do ocupante.

Art.º 6.º - Em caso de morte, incapacidade ou ausência do chefe de família, poderão transferir-se os seus direitos e obrigações, por meio de novo alvará, para o cônjuge sobrevivente e capaz, seguindo-se-lhe qualquer dos filhos e, na falta destes, o parente mais próximo que lhe suceda no encargo de sustentação da família, desde que um ou outros com eles convivessem no momento em que tenha ocorrido o falecimento, incapacidade ou ausência.

§ 1.º - Quando haja mais de um filho, a concessão do alvará far-se-á de acordo com as regras seguintes:

1.º - A favor do filho que em maior grau contribua para a sustentação do agregado familiar, se todos, ou alguns deles forem capazes;

2.º - A favor do parente mais próximo que assumo o encargo da sustentação dos filhos, e até ao desaparecimento da incapacidade de qualquer deles, quando todos sejam incapazes.

§ 2.º - O requerimento a solicitar a concessão do novo alvará deve obedecer ao referido no § 1.º do artigo anterior.

Art.º 7.º - As rendas a cobrar pela ocupação das habitações se-

rão fixadas caso por caso, por despacho do Presidente da Câmara, considerando os seguintes elementos:

- a) valor médio das rendas, fixado nos termos do artº 8º do Decreto-Lei Nº 40616, de 28-5-56, para o agrupamento em que se integra a habitação;
- b) proventos totais mensais das pessoas que formam o agregado familiar, apurados pelos elementos fornecidos pelos interessados e rectificadas oficialmente;
- c) renda correspondente à moradia a demolir ou a beneficiar do que o agregado foi desalojado;
- d) variação dos encargos de vida do agregado realojado, designadamente os resultantes das deslocações para os locais de trabalho.

§ 1.º - A ordem das alíneas deste artigo não envolve precedência na sua aplicação.

§ 2.º - O montante da renda pode ser modificada a qualquer tempo mediante verificação de alteração dos seus elementos de fixação.

§ 3.º - Conjuntamente com a renda será paga a parte avençada do consumo de água.

Art.º 8.º - O pagamento das rendas será efectuado na Tesouraria Municipal até ao dia 8 do mês a que respeitar, ou nos 15 dias seguintes, sujeito, neste caso, ao agravamento de 10% do seu valor.

§ 1.º - Findo o prazo a que se refere o corpo deste artigo será pelo Presidente da Câmara, decretado o despejo, que só poderá ser sustado se, antes da sua execução, o ocupante apresentar documento comprovativo do pagamento em dobro da renda em dívida.

§ 2.º - Em casos excepcionais, poderá o Presidente da Câmara, a requerimento do interessado a apresentar até 5 dias antes do termo do prazo fixado para a desocupação voluntária, determinar a suspensão do despejo sem o agravamento referido no parágrafo anterior.

Art.º 9.º - São deveres dos moradores concessionários:

1.º - Velar pela conservação da habitação comunicando ao fiscal qualquer reparação de que ela careça;

2.º - Não foguear fora do local próprio;

3.º - Não conservar na habitação animais que a possam tornar insmunda ou que incomodem a vizinhança;

4.º - Não fazer ruídos que perturbem os vizinhos.

5.º - Ter bom comportamento moral e civil;

6.º - Não depositar lixo senão nos locais para isso destinados;

7.º - Utilizar as instalações de uso comum nos termos em que essa utilização for fixada;

8.º - Não admitir a coabitação de pessoa estranha ao agregado em quanto não autorizada;

9.º - Deixar a habitação e os seus pertences no estado em que os recebeu, salvaguardando o desgaste natural;

Art.º 10.º - Os ocupantes das habitações podem ser desalojados sempre que se tornem indignos do direito concedido ou se verifique que a sua situação económica variou de forma tal que deixe de justificar a concessão.

§ 1.º - O disposto neste artigo aplica-se especialmente aos moradores:

1.º - Que deixem de efectuar o pagamento da renda no segundo prazo previsto no corpo do art.º 8.º, ou da parte avençada do consumo de água;

2.º - Que, depois de avisados por escrito, insistam no não cumprimento de qualquer dos deveres a que se refere o art.º 9.º;

3.º - Que tenham prestado declarações inexactas que contribuíssem decisivamente para lhes ser atribuída a habitação;

4.º - Que se recusem, depois de intimados pelos Serviços competentes, a demolir ou retirar obras ou instalações a que tenham procedido com infracção do art.º 4.º

5.º - Que não cumpram no prazo marcado a intimação de despejar pessoas que tenham admitido em coabitação permanente sem autorização prévia;

6.º - Que não procedam, depois de intimados, à reparação de danos causados por sua culpa nas habitações ou se recusem a indemnizar a Câmara pelas despesas efectuadas com a reparação desses danos;

7.º - Que se recusem a patente

ar, de dia, a habitação a funcionários municipais ou fiscais do bloco, no exercício de funções fiscalizadoras;

8.º - Que tenham possibilidade legal de ocupar casa própria na área do concelho.

§ 2.º - Quando se trate de infracção ao disposto no N.º 2 do § 1.º a decretação do despejo poderá ser substituída pela transferência obrigatória para outro bairro.

Art.º 11.º - A decisão do despejo, sujeita a recurso nos termos legais, será notificada ao ocupante da habitação que terá o prazo de 30 dias para a desocupar voluntariamente. Findo esse prazo sem que o tenha feito, proceder-se-á a despejo imediato a executar pela Polícia Municipal.

§ único - Salvo quando se trate de despejo proveniente da falta de pagamento de renda, a sua decretação, nos restantes casos, será procedida, para efeitos de verificação dos pressupostos do desalojamento, de inquérito sumário em que será sempre ouvido o respectivo ocupante.

Art.º 12.º - Para fins de fiscalização da disciplina e boa ordem da utilização das habitações e logradouros comuns, bem como do seu estado de conservação, poderá ser designado, pelo Presidente da Câmara, um morador concessionário.

§ 1.º - A escolha a que se refere o corpo deste artigo não poderá recair em pessoa que exerça actividade comercial, industrial, profissional liberal ou trabalho artesanal;

§ 2.º - Os moradores concessionários designados como fiscais ficam isentos do pagamento da renda.

§ 3.º - A designação dos fiscais poderá ser livremente revogada pelo Presidente da Câmara, começando a produzir os seus efeitos, no que respeita à obrigação do pagamento de renda, no mês seguinte àquele em que perfizeram 30 dias sobre a notificação da revogação;

§ 4.º - A Câmara afixará nas habitações ocupadas pelos fiscais uma tabela de que conste o horário de audiência aos moradores.

Art.º 13.º - As dúvidas que surgirem na aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara.

Art.º 14.º - Ficam revogados os Regulamentos das Habitações construídas na execução do Plano de Melhoramentos, de 15 de Março de 1958, o Regulamento de Ocupação e Exploração do Bloco de Moradias Económicas da Rua Duque de Saldanha, de 12 de Dezembro de 1940 e os art.ºs 2º e 4º a 30º do Regulamento para Ocupação de casas para Famílias Pobres, de 11 de Outubro de 1947.

Anexo VI: Lista de Ações dos Vigilantes no Bairro

- 86 -

f) LISTA DE ELEMENTOS COLHIDOS EM " OBSERVAÇÕES " - resultantes de
Acção dos Vigilantes no Bairro (1)

OBSERVA.

1966 coabitação autorizada; tem caixilhos de madeira e rede nas janelas; 1970 revisão de renda

1965 foi para a vida militar; 1967 chegou da vida militar

1968 procedeu a obras

1970 possui máquina de calçado; revisão de renda

1965 participação por motivo de um amante. Isto no tempo de solteira

1966 possui grades de madeira no quintal; ofensas indirectas ao fiscal

1967 horta no canteiro; possui animais; 1970 revisão de renda

1969 Sintomas de desarranjo mental; vidros partidos

1968 Autorizado a ter um gato e uma cadela; possui animais; 1970 autorizada a pintar de branco a parede do quarto de banho; revisão de renda

1968 - Autorizado a substituir o fogão; 1970 - revisão de renda

1967 - Falta de respeito do genro; 1968 tem uma galinha ilegal; 1970 revisão de renda

1968 - Deu o cão; coabitação autorizada enquanto não houver inconveniente

1967 - Possui animais; 1968 faleceu o cão; ausentou-se de casa

1970 revisão de renda

1966 - Coabitações ilegais; pernoita para a mulher referida;

1967 possui animais

1965 - Falta de respeito ao fiscal

1968 - Cano de esgoto entupido; 1971 revisão de renda

1966 - Roupa a secar na varanda; 1971 revisão de renda

1967 - Possui animais; 1968 faleceu o gato

1966 - Ruídos e palavrões; 1967 paus fora da varanda; possui animais

1965 - Roupa na placa da varanda; frangos a divagar; 1967 queixou-se duma vizinha; 1970 coabitações incontinentes; insultos e piadas ao fiscal

1970 - Não retirou as andorinhas da casa (1); Possui animais

(1) Nota: andorinhas de barro

OBSERV.

1966 - Críticas ao fiscal; árvores partidas (serão os filhos?)
1970 participação por foguear na varanda; revisão de renda; 1971 queixou-se da vizinha por água de esfrega que lançou.

1967 - Possui animais; 1968 não retirou a galinha ilegal; revisão de renda.

1965 - Desordem; 1967 possui animais; insultos e tentativa de agressão
1970 revisão de renda o chefe de família é um analfabeto.

1965 - Discussão com insultos ; foi autorizada a ter 1 pequeno motor no secadouro; possui animais

1967 - Cortou ramos de árvores; possui animais; 1970 revisão de renda

1968 - Está presentemente internado e vive maritalmente com uma Maria de (nome da pessoa)

1969 - Ameaças insultos e porta danificada; 1970 revisão de renda; tentativa de agressão

1967 - Possui animais; 1968 companheiro; 1970 Vasos plásticos na fachada do prédio; 1972 autorizada a ter uma cadela; o chefe de família abandonou o lar.

1960 - Bacia da retrete rachada(desenho localizando a fenda)

1966 - Pé da bacia da retrete rachado; 1969 bacia da retrete rachada.

1969 - Roupa a secar; teimosia em estender roupa participação do Fiscal
1970 abandono do lar do chefe de família (part.do fiscal)

1968 - Secadouro tapado; O filho está na tropa; 1970 casa pintada e substituição da banca (part.fiscal)

1969 - O filho casou e retirou bem como a esposa; 1970 revisão de renda (part.fiscal); 1971 desordem; coabitação inconstitucional (part.fiscal); Obscenidades (part.fiscal)

1965 - Entraram no bairro vindos das bouças; 1966 tem uma neta inconstitucional; 1970 a filha vive com o marido. Ainda não participei espero que metam requerimento

1965 - Uma filha fugiu de casa; 1966 ausente em Angola e manda 300\$00 por mês.

1969 - O chefe de família está internado no Conde Ferreira; filhas de Baixa na Caixa; não trabalham pedem revisão de renda; 1970 subsídio de renda ; protestos infamantes.

1968 - Portas pintadas de esmalte e sala pintada a castanho escuro(part do fiscal); 1969 revisão de renda

1970 - Autorizado a colocar antena de televisão; 1971 revisão de renda

1970 - Nesta moradia há um senhor chamado de (nome) que não consta de agregado, que entretanto está ausente (África) deixando a casa entregue a ele. Foi feita a participação do abandono da casa.

OBSERV.

1970 - Participar que a senhora recebe um hospede "estudante" ; placa do fogão demolida (sem autorização); 1969 galinha no secadouro

Comprou uma nota ; revisão de renda

1968 - Mudou para o Bairro Machado Vaz. Em 1965 coabitação autorizada sem direito de sucessão ; revisão de renda.

1968 - O filho já retirou da moradia por ter casado

1970 - Autorizado a por um "olho " e "lâmpada" na porta; 1971 revisão de renda

1966 - Roupa a secar na varanda; 1971 revisão de renda

1971 - Abundante escorrência de água; revisão de renda.

1970 - Recebe um homem Senhor (nome)

1969 - Possui animais; parede da escada danificada; 1970 tem 3 galinhas; subida de renda.

1966 - Roupa estendida na corda.

1967 - Pombas no vão do telhado

1969 - Queixou-se da vizinhança por ruídos.

1970 - Revisão de renda; roupa e pau na varanda; 1971 discussão e infiltração de água.

1970 - Doentes mentais; revisão de renda; alarido;insultos, tentativas de agressão.

1971 - A esposa faleceu e viviam no agregado a irmã e uma sobrinha que o abandonou em 1965; caixilho de madeira e plástico.

1968 - Provocou algazarra e ruídos; 1971 revisão de renda.

1968 - Possui ilegalmente uma cadela; tem dois pintos o que não é permitido; 1971 coabitação inconstentida; revisão de renda; alterações ao agregado familiar.

1965 - Roupa e ruídos; 1968 desavenças com o vizinho; 1968 neta inconstentida.

1965 - O chefe de família deixou de fazer parte de agregado(participação nº x); 1970 Roupa; caixa de saneamento e falta de respeito.

Registo no arquivo LII do "cadastros" do agregado

No Arquivo Geral da Câmara Municipal do Porto, as fichas dos agregados tem arquivado o processo de fixação no Bairro. Em anexo aparecem recortes de Jornais diários, referentes aos membros do agregado - acidentes, conflitos, furtos, participações, desporto - e cartas informativas de Instituições da cidade (Assistência etc.)

Anexo VII: Regulamento de Admissão na Creche e Jardim de Infância

Arquivado

J. +

AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Os educadores, as actividades, a alimentação, o acompanhamento das crianças durante as horas em que estão no Centro Social, não substituem em casa, a atenção, os cuidados na alimentação e na higiene, isto é, o amor dos Pais e a sua responsabilidade na boa educação física e mental do filho.

Não é possível um bom funcionamento dos Serviços sem a colaboração dos Pais, é indispensável haver uma ligação permanente entre o Pessoal dos Serviços e os Pais das crianças.

REGULAMENTO

Condições de admissão

1 - ADMISSÃO

- a) - São admitidas crianças de ambos os sexos:
 - 3 meses aos 2 anos e meio - CRECHE
 - 2 anos e meio aos 6 anos - JARDIM INFANTIL
 - Idade escolar - A.T.L.
- b) - Não sofrer de doença contagiosa ou anomalia física, mental ou sensorial que prejudique o regular funcionamento geral dos Serviços.

2 - CRITÉRIOS DE PRIORIDADE DE ADMISSÃO

- a) - Crianças que tenham frequentado os Serviços no ano anterior.
- b) - Crianças que habitem no Bairro.
- c) - Crianças cujos Pais trabalhem fora de casa ou que por motivo justificado não possam ser mantidas no meio familiar durante o dia.
- d) - Crianças cujas famílias tenham uma situação económica mais débil.
- e) - Dentro das mesmas condições será respeitada a ordem de inscrição.
- f) - Só serão admitidas crianças de novo, de fora do Bairro desde que haja vagas obedecendo aos mesmos critérios.

3 - INSCRIÇÕES

Os moradores serão avisados oportunamente das datas e horários das inscrições.

A renovação de inscrição deve ser feita anualmente, ainda que as crianças tenham frequentado os Serviços no ano anterior.

4 - FUNCIONAMENTO

Os Serviços funcionam de segunda a sexta-feira

Horário:

Crianças que almoçam no Serviço:

Entrada - 09H00

Saída - 17H30

Crianças que não almoçam no Serviço:

Manhã

Entrada - 09H00

Saída - 12H00

Tarde

14H00

17H30

Serão estudadas as situações dos pais que trabalham e precisam de prolongamento de horário.

Em caso de necessidade de limitação do serviço de refeição terão prioridade as crianças cujos pais trabalham.

Para bom funcionamento dos serviços, as crianças serão obrigadas ao cumprimento do horário de entrada e saída.

Na entrada será dada uma tolerância de 30 minutos, findos os quais as crianças não poderão entrar nos Serviços.

Fora dos horários estabelecidos o Centro não se responsabiliza pelo que possa acontecer às crianças.

5 - FALTAS

Todas as faltas têm que ser justificadas.

No caso de faltas injustificadas durante duas semanas a criança perde o direito a frequentar os Serviços.

Só serão descontadas na participação mensal as faltas devidamente justificadas e que abranjam o mínimo de uma semana.

As faltas injustificadas nunca serão descontadas.

.../...

6 - DOENÇAS

Em caso de doença a criança não pode permanecer nos Serviços.

Em caso de doença infecto-contagiosa, a criança não pode frequentar os Serviços sem apresentar documento comprovativo do médico, assegurando que já não há perigo de contágio.

7 - HIGIENE

As crianças têm que se apresentar nos Serviços devidamente "limpas".

No caso das crianças se apresentarem no Centro com piolhos, a sua entrada não será permitida até que as cabeças se encontrem limpas.

COMPARTICIPAÇÃO

1 - Acha-se a capitação dividindo as receitas líquidas familiares; comprovadas por documento da Entidade Patronal, depois de deduzida a renda de casa (ou a prestação para o pagamento da mesma) pelo número de pessoas que compõem o agregado familiar.

A comparticipação é em função das percentagens abaixo referidas.

2 - Capitação

até 1.000\$00	10%	até 100\$00
de 1.000\$00 a 2.000\$00	12%	120\$00 a 240\$00
de 2.001\$00 a 3.000\$00	18%	360\$00 a 630\$00
de 3.001\$00 a 4.000\$00	25%	750\$00 a 1.000\$00
de 4.001\$00 a 5.000\$00	30%	1.200\$00 a 1.500\$00
de 5.000\$00		Custo total da criança.

3 - As situações especiais serão estudadas localmente (a situação de desemprego, doença, etc.) devendo ser regulamentadas e nunca gratuitas.

Em caso de haver mais irmãos a frequentar o estabelecimento haverá um desconto de 20% sobre o total da mensalidade.

Devido a cortes de subsídios enviados pelo I.F.A.S. e ao aumento do custo de vida, as comparticipações sofrerão este ano um acréscimo de:

.../...